

# 25

Diciembre/2016

---

## Diálogos Latinoamericanos

---

LACUA

Latin American Center

Aarhus University – Denmark



AARHUS UNIVERSITY

### **Consejo Editorial / Editorial Board**

Helene Balslev Clausen, Ana Bundgård, José F. Buscaglia,  
Vinicius M. de Carvalho, Daniel Escandell Montiel, Susana S. Fernández,  
Steen Fryba Christensen, Pedro G. Serra, Jan Gustafsson, Anne Marie E. Jeppesen,  
Anne Magnussen, Francisca Noguerol Jiménez,  
María Isabel Pozzo, Joseph Scarpaci, Sergio Torres-Martínez

### **Directores responsables**

Ken Henriksen  
Juan Carlos Cruz Suárez

### **Editores**

Juan Carlos Cruz Suárez

### **Maquetación**

Martin Munk Stigaard

*Latin American Center, University of Aarhus*

### **LACUA**

Universidad de Aarhus  
Byg. 1481, Jens Chr. Skousvej 4  
DK – 8000 Aarhus C  
Fax: (45) 89426455  
[www.lacua.au.dk](http://www.lacua.au.dk)

Diálogos Latinoamericanos se publica dos veces por año. Los artículos son de exclusiva responsabilidad de los autores. Los trabajos publicados no reproducen necesariamente el pensamiento de la revista.

Copyright: Diálogos Latinoamericanos y autores

Imprenta: Universidad de Aarhus

Indexada en HAPI (Hispanic American Periodicals Index)

On line: RedALyc – <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/index.jsp>

ISSN 1600-0110

25

Diciembre / 2016

## Diálogos Latinoamericanos

LACUA  
Latin American Center  
University of Aarhus - Denmark

## Contenidos

*A Economia como um capítulo da Ecologia: A economia ecológica no pensamento do ambientalista José Lutzenberger* [p. 5]

Elenita Malta Pereira

*Periodismo ciudadano en su máxima expresión: el caso de la bloguera cubana, Yoani Sánchez y su bitácora, Generación Y* [p. 19]

Sarah V. Platt, Ph.D

*A Leitura do Literário no Brasil: Tensões e contradições estabelecidas nas práticas de leitura* [p. 28]

Carla Calvalho/ Adais de Aguiar/ Neitzel Anne Kupiec

*Aproximación interdisciplinaria a las reminiscencias del sistema de castas colonial en México* [p. 44]

José Carlos Vázquez Parra/Carlos Federico Campos Rivas

Olivia Torijano Navarrete

*Nilton da Silva morreu longe de casa: o assassinato político de um exilado e sua posterior inclusão em uma narrativa da ditadura civil-militar brasileira* [p. 57]

Maurício Marques Brum

*Pensamento latino-americano: a noção do “não-ser” e a valorização de ideias e lugares outros* [p. 73]

Denise Marcos Bussoletti/Gomercindo Ghiggi

Hécio Fernandes Barbosa Júnior/Leandro Haerter

*“La Plata Llega Sola” [The Money Arrives on it Own]: Reflections on Corruption Trends in Peru* [p. 82]

Antonio A. R. Ioris

*Del orgullo gay a la Diversidad Sexual: organización de identidades sexuales disidentes en El Salvador* [p. 99]

Amaral Palevi Gómez Arévalo

*De muñecas a dueñas. Una mirada sobre la aparente inversión de roles de género en las narcoseries de Telemundo* [p.117]

Ainhoa Vásquez Mejías

*Modernidades americanas: Una mirada al campo intelectual* [p. 134]

Gabriel Alemán Rodríguez

*La construcción de un currículo transdisciplinar para la Educación superior* [p. 149]  
João Henrique Suano/Maria de Fátima Viegas Josgrilbert

*What is left of the protests? Social movements and youth Empowerment in Brazil* [p. 166]  
Magda Pischetola

*Triste Fim de Tenório d'Albuquerque: o Pensamento de um ex-Integralista no Estado Novo* [p. 177]  
Marcelo Alves de Paula Lima

*Operações de memória e identidade étnica: a musealização da imigração alemã no Rio Grande do Sul* [p. 195]  
Daniel Luciano Gevehr/Marlise Regina Meyrer/Rosane Marcia Neumann

*O Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai: elementos da escravidão entre 1777 e 1851* [p. 213]  
Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

*Teatro para discutir los movimientos sociales* [p. 229]  
Denise Marcos Bussoletti/Krischna Silveira Duarte/Hélcio Fernandes Júnior  
Gabriel Almeida Nogueira/Vagner de Souza Vargas

*Integração regional e governança: uma análise do acordo energético Perú-Brasil* [p. 237]  
Célio Bermann/Jucilene Galvão/Lilian da Silva



*A Economia como um capítulo da Ecologia:*  
A economia ecológica no pensamento do  
ambientalista José Lutzenberger

Elenita Malta Pereira

**Abstract**

The present article aims at discussing Brazilian agronomist José Lutzenberger's appropriation of authors from the ecological economics field to construct his environmental discourse, so as to fixate a human ethics in relation to nature. Based on such authors, he made an important critique on the current economic system, particularly what he called the "economic growth dogma". Moreover, he defended a stable State economy, based on the concept of homeostasis and without the obligation to growth. This economic model, in his view, by imitating the *modus operandi* of ecosystems, not generating waste or environmental degradation, would in turn create a fairer economy both to the natural elements and to human societies.

**Keywords:** José Lutzenberger, Herman Daly, Ernest Schumacher, ecological economics, ecological ethics, environmental history.

**Introdução**

No início dos anos 1970, emergiram no Brasil grupos engajados com a causa ecológica. O primeiro deles foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), criada em abril de 1971, em Porto Alegre-RS, sob a liderança do engenheiro agrônomo e ambientalista brasileiro José Lutzenberger (1926-2002)<sup>1</sup>.

Durante doze anos, Lutzenberger presidiu a AGAPAN (1971 a 1983) e se envolveu, juntamente com os demais membros da associação, numa série de lutas e episódios daquele contexto, como a luta contra o corte e a poda indevidos de árvores urbanas, contra a instalação de uma empresa de processamento de celulose nas margens do lago Guaíba, a Celulose Borregaard (em 1973-74), o debate sobre a mortandade de mariscos e outros animais na praia de Hermenegildo, no extremo sul do Brasil (em 1978), a luta contra o uso de agrotóxicos na lavoura, a defesa da Amazônia, etc. Além de toda essa militância, Lutzenberger escreveu diversos livros e artigos sobre ecologia e problemas ambientais; ministrou incontáveis palestras e conferências em diversos países e, no Brasil, em inúmeras universidades, órgãos governamentais, etc. Recebeu o prêmio The Right Livelihood Award (Prêmio Bem Viver), considerado um Prêmio Nobel Alternativo, em 1988. Foi Secretário Nacional do

---

<sup>1</sup> Houve associações e indivíduos engajados na proteção à natureza antes da fundação da AGAPAN. Podemos citar como exemplos a União Protetora da Natureza (UPN), criada em São Leopoldo-RS, em 1955, por Henrique Roessler, a Associação de Defesa da Flora e da Fauna (ADEFLOA), fundada em 1956, em São Paulo, e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que surgiu em 1958, no Rio de Janeiro. No entanto, não se tratava ainda de um movimento ambientalista, ou ecologista, politicamente organizado e preocupado com a necessidade da adoção de uma nova ética humana em relação à natureza.

Meio Ambiente - equivalente a ministro - no governo de Fernando Collor de Mello (1990-92) e atuou como empresário na área de tratamento de resíduos empresariais, por meio da Vida Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico Ltda. Em 1987, criou a Fundação Gaia, numa propriedade de 30 hectares, na cidade de Pantano Grande, no Rio Grande do Sul, onde desenvolveu trabalhos de agricultura ecológica e de educação ambiental.

Em todas essas fases de sua vida, sempre manifestou um pensamento crítico em relação ao que chamava “dogma do crescimento econômico”. Desde seu primeiro texto publicado, o artigo ‘Por uma ética ecológica’ (Lutzenberger, 29/08/1971: 22), expressava uma crítica nesse sentido:

Nossos recursos não são ilimitados, não temos o direito à pilhagem e à rapina, à destruição irreversível. Em nossas considerações econômicas, tecnológicas e políticas, deveríamos tratar de como chegar a sistemas de equilíbrio dinâmico, não de crescimento ilimitado, de consumo e esbanjamento sempre maior de nossos recursos (...). Temos que aprender a viver dos juros do nosso capital, não podemos comer o capital.

No lugar da “doutrina do crescimento econômico”<sup>2</sup>, Lutzenberger defendia a “doutrina do equilíbrio”, baseada no conceito de homeostase<sup>3</sup>, o único caminho, segundo ele, capaz de garantir a sobrevivência da humanidade. Outro aspecto defendido por Lutzenberger, inúmeras vezes, foi a descentralização dos processos econômicos: descentralização das formas de produção e distribuição de energia, no uso de tecnologias brandas, tecnologias em escala humana, preocupadas em ajudar o indivíduo e a comunidade, não os poderosos (Lutzenberger, 02/07/1981, APJL).

Embora fosse um crítico do crescimento econômico e das dinâmicas excludentes do sistema capitalista, Lutzenberger não defendia o socialismo como alternativa. Segundo ele, no mundo dividido pela guerra fria, também os países socialistas perseguiram o crescimento econômico ilimitado; ambos os sistemas se baseavam na indústria, causadora de poluição, para atingir o desenvolvimento econômico.

Para Lutzenberger, todas as agressões ao meio ambiente derivavam da postura da humanidade frente à natureza, ou seja, de

---

<sup>2</sup> O crescimento econômico é definido, em geral, como o aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia, em determinado período de tempo, medido pelos índices de Produto Nacional Bruto (PNB) ou Produto Interno Bruto (PIB) (Siedenberg, 2006). A diferença entre os indicadores PIB e PNB é que o primeiro é a soma “da produção econômica total de um país, medida em um determinado espaço de tempo. Este índice é composto pela soma de bens e serviços produzidos pelos residentes de um país em território nacional, valor dos serviços e bens finais produzidos – dentro ou fora dele - em determinado espaço de tempo”. Já o PNB “não considera a renda líquida enviada ao exterior. Ou seja, o PNB mede apenas a produção econômica de um país gerada por capital nacional”. (Puc Minas, Documento WWW).

<sup>3</sup> Homeostase, ou homeostasia, é “a tendência que os sistemas biológicos têm para resistir à alteração e permanecer em estado de equilíbrio” (Odum, 1976: 51). Para manter o estado de equilíbrio, a homeostase ativaria o mecanismo de retroalimentação, ou *feedback*, que poderia ser positiva ou negativa: quando a entrada de retroalimentação é positiva, ocorre o crescimento do sistema (ex: na economia, os juros; na natureza, a temperatura) - ela é necessária ao crescimento dos organismos; já quando a entrada de retroalimentação é negativa, ocorre o controle desse crescimento (ex: termostato).



uma determinada ética. Por conta de uma ética antropocêntrica, que considera os seres humanos superiores aos demais elementos naturais, estruturou-se uma concepção de economia totalmente desconectada do ambiente. Isso, para ele, era gravíssimo, pois abria o caminho para a devastação, em nome do “dogma do crescimento econômico ilimitado”.

Tal crítica ao modelo econômico dominante era apoiada nos referenciais da economia ecológica. Essa é uma corrente dentro da economia que surgiu a partir do final dos anos 1960, “como um novo esforço da ciência para a gestão da sustentabilidade. Baseada na teoria geral de sistemas, matemáticas não-lineares, e na economia enquanto ciência da vida, a economia ecológica impõe a necessidade de uma visão holística e transdisciplinar no estudo dos sistemas ecológicos e econômicos” (Montibeller, Souza, Bôlla, 2012: 28). Tal corrente critica o processo de crescimento econômico, baseando-se nos princípios e conceitos biofísicos e ecológicos envolvidos nesse movimento. Ao contrário da forma como a natureza funcionaria - através da entrada e saída de materiais, de forma a que tudo seja reciclado e nada perdido -, na economia de mercado contemporânea “custos, como os da destruição de uma paisagem bela ou da extinção de uma espécie, constituem externalidades que se excluem do cálculo econômico” (Cavalcanti, 2004: 150), ou seja, a perda dos elementos naturais (espécies extintas, rios poluídos, retirada de minérios, desmatamento, etc.) não seria contabilizada. Esses autores, bem como Lutzenberger, denunciavam que a economia convencional falhava ao deter-se apenas ao Produto Nacional Bruto (PNB), ou Produto Interno Bruto (PIB).

Seus interlocutores mais frequentes na economia ecológica foram os economistas Herman Daly (1938-) e Ernest Schumacher (1911-1977). O ambientalista conheceu pessoalmente e tornou-se amigo do primeiro, com o qual trocou uma interessante correspondência. Embora não tivesse conhecido Schumacher, Lutzenberger foi bastante influenciado por suas ideias, especialmente por seu livro *Small is beautiful: A Study of Economics as if People Mattered*<sup>4</sup>, publicado em 1973.

Neste artigo, nosso objetivo é discutir as apropriações realizadas por Lutzenberger dos autores da economia ecológica na construção de seu discurso ambientalista. Pretende-se responder às seguintes questões: quais ideias, na área da economia ecológica, influenciaram o pensamento de Lutzenberger? Como ele se apropriou dessas ideias para construir sua concepção de ética ecológica? Para responder a essa problemática, trabalho, aqui, com o conceito de “apropriação”, como formulado por Chartier (2002: 68), no sentido de “uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritas em práticas específicas que os produzem”.

A pesquisa que embasa o artigo articula os enfoques teórico-metodológicos da biografia e da história ambiental, em especial, a vertente da história ambiental que estuda as ideias, percepções e éticas humanas em relação à natureza (Worster, 1991; 2003). Por meio do estudo da trajetória do ambientalista José Lutzenberger,

---

<sup>4</sup> Traduzido para o português como *O negócio é ser pequeno: Um estudo de economia que leva em conta as pessoas*, em 1977. Aqui citamos a 4ª edição, de 1983.

entendida aqui como as sucessivas posições ocupadas por ele, sujeita a idas e vindas (Bourdieu, 2005), é possível acessar, em parte, algumas críticas e argumentos de cunho ambiental contra o crescimento econômico, correntes durante as décadas de 1970-80. De um lado, as diretrizes adotadas pelos países capitalistas, em geral, previam o maior crescimento econômico possível; de outro, ambientalistas e economistas críticos a esse modelo argumentavam que um crescimento infinito seria inviável, tendo em vista a finitude dos elementos naturais que sustentavam a produtividade econômica.

A ética ecológica divulgada por Lutzenberger é resultado de como usou e interpretou as ideias presentes nos autores por ele lidos, em relação com o contexto de produção desses textos, no nosso caso, dos anos 1960 a 1970 principalmente, quando a crítica ambientalista moderna emergia em âmbito internacional. A partir da análise da correspondência entre Lutzenberger e Daly, bem como de outros documentos e obras presentes no Arquivo Privado de José Lutzenberger (APJL), adentramos, a seguir, na compreensão de como os autores da economia ecológica influenciaram no pensamento do ambientalista brasileiro.

### Herman Daly e a Economia de Estado Estável

As obras do economista norte americano Herman Daly (1938-) foram importante referencial para Lutzenberger, especialmente em sua crítica à teoria que defende a necessidade de crescimento econômico ilimitado. De inspiração keynesiana<sup>5</sup>, essa linha de pensamento econômico ganhou força após a Segunda Guerra Mundial e passou a dominar as formulações de política econômica em diversos países (Vale, 2009). Segundo essa teoria, do crescimento constante da renda dependeria o progresso moral da civilização. No entanto, para seus críticos, ela desconsidera os limites biofísicos dos ecossistemas: os elementos naturais (para essa corrente, considerados “recursos”) são finitos, logo, sua exploração não pode ser ilimitada.

Em oposição, Daly defende uma economia focada na estabilidade, não no crescimento, seguindo a linha aberta pelos economistas clássicos, especialmente John Stuart Mill, que percebia, ainda no século XIX, a impossibilidade de progresso infinito. De acordo com o pensamento de Mill, um estado estacionário na economia possibilitaria que as questões distributivas ganhassem relevância; nos países pobres, ainda seria necessário investir no crescimento da economia, já nos países ricos seria possível atingir um estado de estabilidade econômica (Scoville, Oliveira, 2015). Daly é um dos principais seguidores de Nicholas Georgescu-Roegen<sup>6</sup>, seu orientador de PhD, e contribuiu decisivamente para aprofundar a

---

<sup>5</sup> Refere-se à escola econômica inspirada pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), cuja obra atribuiu ao Estado o dever de regulação da economia, opondo-se às teorias liberais de auto-regulação do mercado.

<sup>6</sup> Georgescu-Roegen (1906-1994) foi um matemático e economista romeno, considerado um dos fundadores (se não o principal) da economia ecológica, que propôs uma nova visão de sistema econômico, centrada na Termodinâmica. Para uma análise de seu pensamento, consultar a dissertação de mestrado de Andrei Cechin (2008).

crítica ao papel do crescimento conforme concebido pela teoria neoclássica (Vinha, 2008: 3).

Daly e Lutzenberger participaram de eventos juntos e trocaram correspondência de 1976 a 1987. O economista é casado com uma brasileira, fala português e esteve diversas vezes no Brasil.

O primeiro contato pessoal se deu em janeiro de 1976, quando Daly esteve no Rio Grande do Sul, ministrando um curso intensivo de pós-graduação em Ecologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, a convite do Padre Beltrão<sup>7</sup>. Na época, era professor da Universidade de Louisiana, nos EUA (onde Lutzenberger cursara disciplinas numa Pós-Graduação em Ciência do Solo, em 1951-52, fato que deve tê-los aproximado ainda mais), e veio ao estado a fim de disseminar sua teoria de que “a economia deve ser vista como uma parte da ecologia, tratando das interações entre as mercadorias dos homens, o homem e o seu meio ambiente” (Zero Hora, 21/01/1976: 17, APJL). Preocupado com o ritmo desenfreado de crescimento econômico, baseado no esgotamento dos elementos naturais, ele defendia uma modificação radical na política econômica dos países capitalistas e socialistas como caminho para a solução. Sabemos que Lutzenberger já conhecia as ideias de Daly, por meio da leitura de artigos acadêmicos publicados no início dos anos 1970, citados na bibliografia de seu livro *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* (Lutzenberger, [1976] 1980).

Assim que retornou aos Estados Unidos, Daly escreveu para Lutzenberger, afirmando que ter conhecido ele e Otto Buchsbaum<sup>8</sup> haviam sido “os pontos altos” de sua viagem ao Brasil (Daly. Carta a Lutzenberger, 02/02/1976, APJL). Lutzenberger enviou seu *Manifesto* a Daly e, em 10 de setembro de 1976, esse respondeu parabenizando o brasileiro “pelo excelente trabalho. Ele atinge um bom equilíbrio entre instrução e chamado à ação. Espero que receba a mais ampla circulação possível”. Também sugeriu que Lutzenberger tentasse traduzi-lo para o inglês - sabemos que isso não ocorreu (Daly. Carta a Lutzenberger, 10/09/1976, APJL).

Na carta seguinte, o ambientalista brasileiro perguntou se Daly achava que seu trabalho estava tendo ressonância entre os economistas nos EUA e se havia alguma esperança de mudança de paradigma econômico antes que fosse muito tarde (Lutzenberger. Carta a Daly, 31/10/1976, APJL). Daly respondeu que apresentara um trabalho no evento ‘Resources for the future’, que seria publicado em breve, e ficara surpreso com a reação da plateia: “eles foram muito mais abertos do que eu esperava. Essa foi apenas uma batalha numa longa guerra, mas fiquei encorajado com a recepção. Claro que eu tinha alguns aliados muito formidáveis, entre eles Georgescu-Roegen, os quais provavelmente intimidaram a oposição” (Daly.

---

<sup>7</sup> O Padre Pedro Calderan Beltrão S. J. (1923-1992) era licenciado em Filosofia, Teologia e Economia, doutor em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Louvain (Bélgica, 1954), e professor da UNISINOS. Foi fundador e idealizador do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) da mesma universidade, em 1971, e suas pesquisas versaram sobre o campo da Ecologia, População e Família. Era um defensor do planejamento familiar para regular a população humana, tema abordado em seus livros *A regulação dos nascimentos* (1963), *Sociologia do desenvolvimento* (1965) e *Demografia- Ciência da População* (1972).

<sup>8</sup> Otto Buchsbaum (1920-2000) foi um austríaco que veio para o Brasil em 1939. Organizou o movimento ‘Teatro ao encontro do povo’ e fundou o movimento ‘Resistência Ecológica’, que publicou o jornal *Abertura Cultural*, nos anos 1970.

Carta a Lutzenberger, 15/12/1976, APJL). O economista solicitou que Lutzenberger enviasse um mini currículo e uma foto, pois queria escrever um artigo sobre ele para a revista *LSU Alumni*, seria “uma forma de pregar alguns valores ecológicos e manifestar orgulho por um ex-aluno”.

Lutzenberger demorou a responder (só conseguiu em julho de 1977), devido aos inúmeros compromissos como ambientalista. Menciona na carta que escreveu um artigo “mais ou menos na linha daquele belo artigo de Amory Lovins<sup>9</sup> que você havia me enviado e que eu também consegui do Friends of Earth”. Lutzenberger falava do artigo ‘Energy Strategy: The Road Not Taken?’, publicado em 1976, na revista *Not Man Apart*, que ele avaliou “entre as coisas mais importantes escritas nos últimos anos, mesmo que a maioria das ideias não sejam novas, mas Lovins fez uma bonita síntese. Nós o convidamos para um simpósio de energia em outubro de 1977, patrocinado pelo nosso parlamento local. Ele aceitou. No meu artigo eu cito você na bibliografia” (Lutzenberger. Carta a Daly, 25/07/1977, APJL). O ambientalista se referia a seu artigo ‘Tecnologia, ambiente, sociedade: Alternativa fatal’<sup>10</sup>.

A exemplo do texto de Lovins (comentando o contexto estadunidense), o artigo de Lutzenberger (adaptado à realidade brasileira) também criticava a política energética vigente - que privilegiava os combustíveis fósseis e previa investimentos em energia nuclear - e defendia o uso de fontes energéticas renováveis. Ele referiu-se a Daly em seu texto como “jovem economista americano de visão ecológica, revolucionário do pensamento econômico”, citando frase sua traduzida: “a energia barata deu vantagem à força bruta e afastou do mercado as tecnologias realmente inteligentes”<sup>11</sup>. Ambos concordavam que a ênfase nos combustíveis fósseis, especialmente no petróleo, era motivada pelo seu baixo custo, o que desestimulava a pesquisa sobre as fontes renováveis de energia, como a solar, a eólica, a biomassa, etc.

No segundo semestre de 1980, Daly conseguiu cinco meses de licença (um período sabático curto, de agosto a dezembro) e voltou ao Brasil. Ficou no Rio de Janeiro, mas pôde visitar Lutzenberger em Porto Alegre no mês de novembro de 1980. A partir de suas conversas e troca de cartas, Daly preparou uma entrevista com o amigo brasileiro, com objetivo de divulgar sua figura nos Estados Unidos, por meio da publicação em alguma revista norte americana importante na área ambiental (Daly. Carta a Lutzenberger, 19/11/1980, APJL).

A entrevista foi publicada em *Not Man Apart*, revista da Friends of the Earth, por volta de janeiro de 1981. Enviou o material também à revista *Mother Earth News*. Em 25 de fevereiro de 1981, o economista escreveu informando que essa última queria publicar o texto “não como entrevista regular, mas como uma seção especial” e, para surpresa dele, ofereceram pagar 250 dólares pela publicação, o

---

<sup>9</sup> Amory Lovins (1947-) é um físico e cientista ambiental norte americano, que trabalha no campo da política energética, tema do artigo citado por Lutzenberger.

<sup>10</sup> Esse texto foi produzido como palestra para o Simpósio de Ecologia, na Universidade Federal do Espírito Santo, realizado em Vitória, em 03/06/1977. Mais tarde, foi publicado como capítulo do livro *Pesadelo Atômico* (Lutzenberger, 1980b), sob o título de “Alternativa fatal”.

<sup>11</sup> Frase presente no texto de Daly ‘Entropy, growth and the political economy of scarcity’, de 1976, citado como bibliografia de *Pesadelo Atômico* (1980b).

que não era comum. Para Daly, como *Mother Earth News* tinha uma circulação muito maior do que *Not Man Apart*, era “um mérito publicar lá” (Daly. Carta a Lutzenberger, 25/02/1981, APJL).

Na entrevista, disponível atualmente no portal da *Mother Earth News* na internet, Lutzenberger foi apresentado como a “Rachel Carson do Brasil”, líder e guru dos cidadãos latino americanos que estavam indignados com a devastação ambiental. A sua atuação ambientalista foi definida por Daly (1981) da seguinte forma:

“Lutz”, como ele é chamado por seus muitos amigos, está, essencialmente, desempenhando o mesmo papel no Brasil hoje como foi interpretado por Rachel Carson nos EUA no início de 1960. Na verdade, talvez seja mais correto dizer que ele está funcionando como uma combinação de Rachel Carson, Paul Ehrlich, Amory Lovins, e David Brower<sup>12</sup>, porque Lutzenberger tem dedicado seus esforços para lutar não apenas contra uma ameaça para a ecologia, mas quatro: os pesticidas, a superpopulação, o desperdício de energia e a energia nuclear.

De fato, Lutzenberger se manifestou nas quatro áreas mencionadas por Daly, entre outras, destacando-se principalmente na luta contra os agrotóxicos. Na entrevista, o ambientalista criticou a atuação econômica dos militares e a concentração de poder promovida por eles. Também se posicionou sobre a forma de sistema político-econômico que pensava ser ideal – o mesmo que Daly defendia em suas obras (a Economia do Estado Estável - EEE):

Precisamos de algo melhor do que qualquer comunismo ou capitalismo moderno: Precisamos de uma economia ecologicamente sã, homeostática, de estado estável. Nenhum sistema que depende do crescimento contínuo pode ser ecologicamente viável. O fato de que o comunismo é pior do que o capitalismo deve ser frio conforto para aqueles de nós nos países capitalistas. Acredito que toda centralização do poder é ruim (Daly, 1981).

No livro *A Economia do Século XXI*, publicado no Brasil em 1984<sup>13</sup>, com prefácio de Lutzenberger, consta um resumo da teoria do EEE, defendida pelo autor. Na obra, Daly defende uma mudança de paradigma na economia. O paradigma vigente, da economia neoclássica - embasado no crescimento contínuo da capacidade de produção e renda -, segundo o autor, não seria sustentável a longo prazo, pois “em um mundo finito, crescimento contínuo é impossível” (Daly, 1984: 17).

---

<sup>12</sup> Rachel Carson (1907-1964) era uma bióloga norte americana, publicou o primeiro alerta mundial contra o uso de agrotóxicos em seu livro *Primavera Silenciosa* (1962). Paul Ehrlich (1932-) é um entomólogo norte-americano que defendeu o controle populacional mundial em sua obra *The Population Bomb* (1968). David Brower (1912-2000) foi um ambientalista norte americano que fundou a Friends of the Earth em 1969, entre outras entidades de luta ambiental.

<sup>13</sup> Conforme o tradutor Renato Souza explicou num pós-escrito, o livro reúne a tradução de três capítulos de dois diferentes livros de Daly (*Economics, Ecology, Ethics: Essays Toward a Steady-State Economics*, 1980, e *Steady-State Economics: The Economics of Biophysical Equilibrium and Moral Growth*, 1977). Não sabemos se Lutzenberger interferiu na publicação; pela correspondência, parece que o brasileiro apenas foi convidado a escrever o prefácio. O livro saiu pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre.

Daly se coloca como seguidor de uma corrente econômica iniciada por Georgescu-Roegen e Kenneth Boulding<sup>14</sup>, que antes dele já havia relacionado os processos econômicos com os processos biológicos, bem como por John Stuart Mill, que defendera o “estado estacionário” em meados do século XIX:

Eu não posso considerar o estado estacionário de capital e riqueza com a aversão total geralmente manifestada pelos economistas políticos da velha escola. Estou disposto a acreditar que poderia ser, no todo, uma considerável melhoria em nossa condição presente (...). Se a terra precisa perder aquela parte de sua beleza que deriva das coisas que o ilimitado crescimento de riqueza e população poderão extirpar dela com o mero propósito de suportar uma maior, mas não mais feliz ou melhor população, eu sinceramente espero, para o bem da posteridade, que eles se contentem em ficar estacionários, bem antes que a necessidade os compila a tal. É desnecessário lembrar que uma condição estacionária de capital e população não implica estado estacionário de melhoria humana (Mill, 1857. Apud Daly, 1984: 31-32).

Para Daly, as considerações de Mill eram mais relevantes na atualidade do que no tempo em que escreveu. A economia defendida pelo autor e seus antecessores seria baseada na “imitação à natureza, na qual todos os produtos usados são reciclados” (Daly, 1984: 35). Com isso, não haveria o esgotamento dos elementos naturais. Os economistas, segundo ele, precisavam reconhecer que “todos os sistemas econômicos são subsistemas dentro do grande sistema biofísico de interdependência ecológica” (Daly, 1984: 44). Lutzenberger concordava com essa posição, afirmando que “a economia humana é um aspecto parcial da economia da natureza. As ciências econômicas, portanto, deveriam ser encaradas como aquilo que realmente são – um capítulo apenas da Ecologia” (Lutzenberger, 1980a: 13).

No livro, Daly também critica o índice usado pela economia vigente para medir o crescimento, o Produto Nacional Bruto (PNB). De acordo com os critérios desse,

crescimento simplesmente significa a satisfação de cada vez mais triviais necessidades enquanto simultaneamente se cria mais poderosas externalidades que destroem cada vez mais importantes recantos naturais. Para nos defender dessas externalidades, produzimos mais, e ao invés de subtrair a despesa puramente defensiva, somamos! Por exemplo, as contas médicas pagas para o tratamento de câncer produzido por cigarro ou enfisema produzido por poluição são adicionadas ao PNB, quando num sentido sadio deveriam ser claramente subtraídas. Isso deveria ser rotulado de *inchaço* e não crescimento [grifo do autor] (Daly, 1984: 46).

Da mesma forma, Lutzenberger criticou o PNB no *Manifesto Ecológico Brasileiro* – e em inúmeros artigos e palestras – com argumento semelhante:

---

<sup>14</sup> Boulding (1910-1993) foi um economista norte-americano, autor da metáfora da “nave espacial Terra”. O planeta seria uma nave e os humanos seus passageiros. Essa metáfora parte de uma perspectiva utilitarista para defender que, se houvesse um acidente com a nave, todos estariam em perigo (Junges, 2010: 19-20).

no cálculo do PNB nada se desconta. Não é descontada a descapitalização da Ecosfera. Ali não se debita o esgotamento da mina, o desaparecimento dos peixes no rio e nos oceanos, a perda do ar puro, os custos sociais. Mas a descapitalização da Ecosfera é uma descapitalização real (...). O PNB é a soma aritmética do valor monetário das transações entre humanos, nada mais. O preço da madeira no mercado interno e as divisas de sua exportação são adicionadas sem que haja nenhum desconto pela descapitalização da floresta. Se depois da exploração da madeira sobra um deserto, o PNB não leva em conta esse fato. Ele apenas registra “criação de riqueza”. Assim, a pessoa que mais dinheiro esbanja em futilidades, que mais materiais movimenta, que mais impacto ambiental negativo causa, contribui mais para o incremento do PNB que a pessoa frugal, que dedica suas energias ao estudo e ao deleite espiritual, ao avanço da ciência, das artes, da harmonia social. Quando a saúde pública chegar a decair drasticamente em consequência da contaminação ambiental e desestruturação social, o PNB crescerá na mesma proporção que os gastos com remédios, médico, psiquiatra, hospital e funerária. De fato, o PNB é proporcional à descapitalização da Ecosfera. Longe de ser um índice de progresso real, o PNB é a medida de autodestruição (Lutzenberger, 1980a: 15).

Apesar desses alertas de Daly nos Estados Unidos, de Lutzenberger no Brasil, e de outros autores da economia ecológica, o cálculo do PIB (que hoje substituiu o PNB) continua não subtraindo o consumo dos elementos naturais. Segundo Andrei Cechin (2008: 151), no modelo econômico atual, “o crescimento é visto como um fim em si mesmo (...). A verificação que houve crescimento econômico por meio do PIB não esclarece *o que cresceu, como se cresceu e para quem foram os frutos do crescimento* [grifo do autor]”. Como o PIB não mede riqueza, mas fluxos monetários, “pode haver crescimento com diminuição da riqueza, se este crescimento ocorre, por exemplo, à custa da depredação de florestas inteiras ou dos depósitos de petróleo que demoraram milhões de anos para se formar”.

Em 1987, termina a correspondência entre Lutzenberger e Daly. O norte americano foi convidado a trabalhar no Banco Mundial, na área de recursos e economia ambiental na divisão latino-americana. Entrou em licença da LSU e mudou-se para Washington. Ele já havia participado de debates no Banco Mundial, e sua ida para lá teve a intermediação de Robert Goodland<sup>15</sup>. Daly encarava o novo desafio como uma possibilidade de construir alguma mudança nas políticas econômicas; para isso, o Banco era mais útil do que a academia: “É tempo de tentar algo novo. Ao menos umas poucas pessoas no Banco Mundial estão tentando desacelerar a loucura. Talvez eu possa ajudá-los. A academia é inútil” (Daly. Carta a Lutzenberger, Natal de 1987, APJL). Na resposta, Lutzenberger considerou positiva a ida do amigo para a instituição: “Talvez você possa forçar alguma mudança séria” (Lutzenberger. Carta a Daly, 18/12/1987, APJL). O economista norte americano ficou no Banco Mundial até 1994.

---

<sup>15</sup> Goodland (1939-2013) foi um dos autores do livro *Floresta Amazônica: do Inferno Verde ao Deserto Vermelho* (1975), junto com Howard Irwin. Em 1978, passou a trabalhar no Banco Mundial, onde desenvolveu projetos ambientais e sociais importantes, até 2001, quando se aposentou. Sua atuação na área ambiental foi determinante para o tratamento das questões ambientais no Banco; seu ex-colega Marc Dourojeanni (2014) considera que Goodland foi “o homem que esverdeou o Banco Mundial”.

## Ernest Schumacher e a descentralização econômica

Outro autor cujo pensamento econômico mostrou-se muito importante para Lutzenberger foi o britânico Ernest Schumacher (1911-1977). Sua principal obra, *Small is Beautiful: A Study of Economics as if People Mattered*, publicada em 1973, consta na bibliografia do *Manifesto Ecológico Brasileiro*, e contém ideias disseminadas pelo ambientalista.

Segundo Moraes e Serra (2005: 1022), os elementos-chave da obra de Schumacher são “a descentralização, a atenção para com os recursos naturais e a avaliação da tecnologia adequada ao desenvolvimento” – todos seriam trabalhados por Lutzenberger em suas obras também. A ideia de descentralização é subjacente ao título do livro (*Small is Beautiful* – em português, *O Bonito é ser pequeno*); para o autor, apesar da humanidade sofrer “de uma idolatria universal do gigantismo”, é necessário “insistir nas virtudes da pequenez” (Schumacher, 1983: 34). Ele cita o exemplo das megalópoles - a migração em massa das zonas rurais para as urbanas (uma das consequências da “Revolução Verde” na agricultura), que provocou a centralização caótica em enormes cidades, as quais se tornaram inchadas, incapazes de satisfazer, muitas vezes, as demandas mínimas da população. Nesse sentido, Schumacher argumenta que as cidades deveriam comportar, no máximo, 500.000 pessoas: “acima desse tamanho nada é acrescentado às virtudes de uma cidade. Em lugares como Londres, Tóquio ou Nova York, os milhões aumentam o valor real da cidade, mas meramente criam enormes problemas e geram degradação humana” (Schumacher, 1983: 34).

Para o economista, a concentração política e econômica é incapaz de resolver os problemas atuais; ele afirma que seria necessário “um sistema de pensamento inteiramente novo, sistema esse voltado para as pessoas e não primordialmente para os bens (os bens cuidarão de si mesmos! [sic])”. Esse sistema poderia ser sintetizado em uma frase: “Produção pelas massas em vez de produção em massa” (Schumacher, 1983: 38). Conforme o autor, somente em esquemas de escala local haveria, de fato, democracia, liberdade, dignidade humana, um justo padrão de vida e auto realização.

Schumacher estava preocupado com o possível esgotamento dos elementos naturais em virtude da busca incessante pelo crescimento econômico. Para ele, a terra era o “recurso” mais importante:

uma atitude insensível face à terra e aos animais nela existentes liga-se a, e é sintomática de, um grande número de outras atitudes, como as que produzem o fanatismo da mudança rápida e o fascínio pelas novidades - técnicas, organizacionais, químicas, biológicas, etc. -, que insistem em sua aplicação muito antes de que suas consequências a longo prazo tenham sido, ainda que remotamente, entendidas. Todo o nosso estilo de vida está envolvido na questão simples de como tratar a terra, nosso recurso mais precioso logo a seguir ao humano, e, antes de nossas políticas relativas à terra serem alteradas, terá de haver um bocado de transformação filosófica, para não dizer religiosa (Schumacher, 1983: 64).



Mas Schumacher também se ocupou dos demais “recursos”, que sofriam pressão crescente, devido ao aumento do consumo mundial, especialmente nos países ricos. Ele havia lido o relatório do Clube de Roma, *Limites do crescimento*, e ficara impactado pelas projeções dos cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), como Lutzenberger também ficou<sup>16</sup>.

Schumacher dedicou um dos capítulos de seu livro à problemática da energia atômica, advertindo para seus riscos. De acordo com ele, a fissão nuclear era a mais profunda e perigosa das mudanças introduzidas pelo homem na domesticação da natureza. A radiação ionizante passou a ser a maior ameaça à própria sobrevivência humana na Terra. Embora a atenção dos leigos se voltasse para a bomba, o chamado “uso pacífico da energia atômica” poderia ser bem mais perigoso (Lutzenberger, 1983: 76). O economista alertava que a meia-vida dos elementos radiativos era de milhares de anos; uma vez que eles contaminassem o ambiente, nada poderia ser feito para reverter os danos. Esse perigo também foi alertado por Lutzenberger em seus livros *Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* (1980a), em *Pesadelo Atômico* (1980b), e em diversos artigos e palestras.

A temática da tecnologia ganhou destaque no livro de Schumacher. Ele abordou a questão por meio do contraponto entre sistemas de “produção em massa” (pelas máquinas) aos de “produção pelas massas” (pelas pessoas). Os primeiros se baseariam em tecnologia requintada, requereriam aplicação intensiva de capitais, possuiriam elevada dependência de suprimentos de energia, máxima automação e economia de mão de obra. Já os sistemas de produção pelas massas mobilizariam recursos humanos, como “cérebros perspicazes e mãos habilidosas”, como “ferramentas de primeira classe”. Enquanto a tecnologia da produção em massa seria “intrinsecamente violenta, ecologicamente nociva, motivadora de frustrações em termos de recursos não renováveis, e embrutecedora para a pessoa humana”, a produção pelas massas, em suas palavras, “ao fazer uso do melhor do conhecimento e experiências atuais, é propícia à descentralização e compatível com as leis da ecologia, sensível no uso de recursos escassos e planejada para servir à pessoa humana, em vez de torná-la escrava da máquina” (Schumacher, 1983: 87).

De modo similar, Lutzenberger fazia essa diferenciação, usando os termos “tecnologias duras” e “tecnologias suaves”. Ele também trabalhou o tema, em sua relação com a centralização econômica: “à medida que se desenvolve e alastra a megatecnologia, aumenta a concentração econômica e burocrática” (Lutzenberger, 1980a: 71), processo que ocorreria tanto nos governos, como nas multinacionais e grandes empresas nacionais. Para Lutzenberger, “a tecnologia mais complexa e mais integrada, mais exigente de capital, exige maior concentração burocrática; esta, por sua vez, exige e somente promove tecnologias sofisticadas e concentradoras de poder econômico”

---

<sup>16</sup> O Clube de Roma surgiu como uma associação de profissionais dos ramos da diplomacia e da indústria, da sociedade civil e da academia, reunida pela primeira vez na capital italiana em 1968, a convite do industrial italiano Aurélio Peccei e do cientista escocês Alexander King para discutir o dilema do crescimento econômico. Cientistas do MIT participaram do projeto, que resultou na publicação do livro *Limites do crescimento*, no qual apontavam para a impossibilidade de crescimento econômico infinito num planeta com ‘recursos naturais’ finitos (Meadows, 1972).

(Lutzenberger, 1980a: 72). Além disso, essas tecnologias seriam insustentáveis do ponto de vista ecológico: “o futuro não está na megatecnologia, está na tecnologia intermediária, não está no consumo desenfreado, está no uso frugal, com sentido, dos escassos recursos do Planeta, está na descentralização das decisões e da produção, na autossuficiência sempre que possível, na diversidade de estilos de vida e de culturas” (Lutzenberger, 1980a: 74).

### Uma ética ecológica: Considerações finais

A partir das apropriações das ideias dos autores acima enfocados, entre outros, Lutzenberger adotou uma postura crítica em relação ao modelo econômico global dominante. Ao longo de sua trajetória como ambientalista, manifestou essa posição em inúmeros artigos, entrevistas e, principalmente, palestras, tanto no Brasil como no exterior. Nos primeiros anos de sua atuação como presidente da AGAPAN, nos anos 1970, essas noções foram externadas nas reuniões semanais que comandava na entidade e em seus livros.

Na década de 1980, Lutzenberger se desligou da AGAPAN, consolidando-se como um dos mais importantes defensores da Floresta Amazônica em âmbito internacional. Por meio de sua inserção no movimento ambientalista e nos fóruns internacionais de discussão da temática ambiental, Lutzenberger se constituiu como um dos divulgadores da necessidade de uma nova ética humana em relação à natureza. Especialmente durante o período em que ocupou o cargo de Secretário de Meio Ambiente (1990-92), teve a oportunidade de apresentar para plateias em diferentes países sua crítica ao paradigma econômico vigente, para ele uma das mais importantes causas da crise ambiental planetária.

Essa trajetória de leitor e escritor, que resultou numa extensa produção intelectual, bem como numa expressiva atuação como militante ambientalista no Brasil e no exterior fez com que Lutzenberger realizasse apropriações interessantes da economia ecológica. Ele se apropriou da crítica de Daly ao paradigma neoclássico, defendendo que a Economia era apenas um capítulo da Ecologia, ou seja, deveria levar em conta as limitações dos ecossistemas, que impossibilitam um crescimento infinito. Já de Schumacher, ele se apropriou da crítica à centralização econômica, às megatecnologias. Com esses fundamentos, pode elaborar uma crítica política da tecnologia: ela nem sempre era destrutiva; dependia dos pressupostos de quem a conduzisse.

Embasado em Daly, Lutzenberger postulou que o aumento de PNB ou PIB significava avanço apenas em destruição natural, em “descapitalização da Ecosfera” – o mundo ficava mais pobre, e não rico, quando esse índice subia. Como Schumacher, ele clamava por uma economia centrada não mais na produção de bens e seu consumo, mas nas pessoas, no trabalho humano: “na mesma proporção em que abandonarmos a megatecnologia pelas tecnologias brandas, diminuirá nosso impacto ambiental, aumentará nossa qualidade de vida e aumentarão as chances para nossos filhos” (Lutzenberger, 1980a: 74).

Em termos semelhantes aos autores estudados neste artigo, Lutzenberger alertou para os problemas ecológicos decorrentes da exploração dos elementos naturais voltada ao atendimento das

necessidades de consumo criadas pelo sistema industrial, bem como para o tema da centralização econômica e da tecnologia moderna, “dura”, que também colaboraria com a devastação da natureza. Em sua corrida pelo crescimento e desenvolvimento econômico, a humanidade estaria “destruindo todos os sistemas vivos do planeta”. Segundo Lutzenberger, tal “corrida” ocorreria por motivos econômicos e éticos, “por causa dos dogmas básicos, por causa das premissas básicas, dos postulados fundamentais de nossa atividade econômica” (Lutzenberger, 24/09/1988, APJL).

No sentido de enfatizar a necessidade, para ele urgente, de modificar os fundamentos da economia mundial, Lutzenberger postulava que os países buscassem a estabilidade econômica, não mais o crescimento ilimitado. A partir de uma ética ecológica, defendia a autogestão, autonomia local e descentralização dos processos econômicos, um modelo que estivesse vinculado “à realidade da Vida”. Em sua visão, a economia deveria imitar o modelo de funcionamento da natureza, buscando um mesmo nível de entradas e saídas, preferencialmente a partir da reciclagem dos materiais e de trocas em âmbito local.

#### Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre (2005). “A ilusão biográfica”. In Ferreira, Marieta, Amado, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Cavalcanti, Clóvis. (2004) ‘Uma tentativa de caracterização da economia ecológica’. *Ambiente e Sociedade* Vol. VII, 1: 149-156.
- Cechin, Andrei (2008). *Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?* Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Chartier, Roger (2002). *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Daly, Herman (1981). *Jose Lutzenberger: The Rachel Carson of Brazil*. Interview. [Documento WWW]. URL: <http://www.motherearthnews.com/nature-and-environment/jose-lutzenberger-zmaz81jazraw.aspx#axzz3NW07Om1p>. [Data de consulta 04 junho 2015].
- Daly, Herman (1984). *A Economia do Século XXI*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Dourojeanni, Marc (2014). ‘Robert Goodland: o homem que esverdeou o Banco Mundial’. *O Eco*. [Documento WWW]. URL: <http://www.oeco.org.br/marc-dourojeanni/28186-robert-goodland-o-homem-que-esverdeou-o-banco-mundial>. [Data de consulta 01 junho 2014].
- Junges, José Roque (2010). *(Bio) Ética Ambiental*. São Leopoldo: Editora da Unisinos.
- Lutzenberger, José (1980a). *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* [1976] 3ª edição. Porto Alegre: Editora Movimento, Editora da UFRGS.
- Lutzenberger, José (1980b). *Pesadelo Atômico*. São Paulo: Ched Editorial.
- Meadows, Donella H. Et Al (1972). *Limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva. Montibeller, Gilberto, Souza, Gláucia, Bôlla, Kelly (2012). ‘Economia ecológica e sustentabilidade

- socioambiental'. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, Nr. 23: 25-35.
- Moraes, Gustavo Inácio; Serra, Maurício (2005). 'A importância e a atualidade do pensamento de E.F. Schumacher'. *Ensaio FEE*, v. 26, n. 2: 1019-1040.
- Odum, Eugene (2004). *Fundamentos de Ecologia*. [1953] 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Puc Minas. *Conjuntura Internacional*. [Documento WWW]. URL: [http://www.pucminas.br/conjuntura/index1.php?tipo\\_form=glossario&pagina=&letra=P&PHPSESSID=497483910c4346eb82306d81d25b7c71](http://www.pucminas.br/conjuntura/index1.php?tipo_form=glossario&pagina=&letra=P&PHPSESSID=497483910c4346eb82306d81d25b7c71). [Data de consulta 21 março 2016].
- Siedenberg, D. R (2006). *Dicionário do Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Schumacher, E. F (1983). *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Scoville, Eduardo Martins, Oliveira, Gilson Batista de (2014). 'As contribuições e o pensamento de John Stuart Mill no campo da economia'. *Revista FAE*, v. 17, n. 1: 80 - 95.
- Worster, Donald (1991). 'Para fazer história ambiental'. *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8: 198-215.
- Worster, Donald (2003). 'Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história'. *Ambiente & Sociedade*, Vol. V – nº 2.
- Vale, Peterson Molina (2009). 'A condição estável na economia: teoria e prática'. *XXXVII Encontro da ANPEC*. Foz do Iguaçu, Associação nacional dos centros de Pós-Graduação em Economia.
- Vinha, Valéria da (2008). 'Biografia de Herman Daly'. Edição Especial Herman Daly, um mestre e amigo. *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, Nº 19: 3-4.

#### Fontes do Arquivo Privado de José Lutzenberger (APJL)

- Daly, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 02/02/1976.
- Daly, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 10/09/1976.
- Daly, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 15/12/1976.
- Daly, H. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 19/11/1980.
- Daly, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 25/02/1981.
- Daly, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, Natal/1987.
- Lutzenberger, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 31/10/1976.
- Lutzenberger, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 25/07/1977.
- Lutzenberger, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 18/12/1987.
- Lutzenberger, José. Por uma ética ecológica. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29/08/1971: 22.
- Lutzenberger, José. Palestra no Seminário "Energy in the least developed countries". Haia – Países Baixos, 02/07/1981.
- Lutzenberger, José. 'O modelo liberal-consumista perante o desafio ecológico'. Palestra aos membros da Associação Scott Bader. Wollaston-Inglaterra, 24/09/1988.
- Zero Hora. Professor americano quer uma revolução na economia. Porto Alegre, 21/01/1976: 17.

# Periodismo ciudadano en su máxima expresión: el caso de la bloguera cubana, Yoani Sánchez y su bitácora, *Generación Y*

Sarah V. Platt, Ph.D

## Abstract

In recent years blogs have positioned themselves as an important tool for public communications, capable of impacting, influencing and transforming popular culture. Some scholars consider Internet's traditional functioning model where one could clearly differentiate among content providers and users, to have been transformed, and nowadays, this distance has been significantly reduced. One of the factors that has produced this shift has been first of all, the World Wide Web, and secondly, the increasing popularity of the blogosphere. Both platforms represent forums where citizen collaboration and participation is encouraged. In this analysis we will focus on the power of blogs, considered to be the medium with the greatest growth in the history of mass communication. We will use Yoani Sanchez and her blog, *Generacion Y* as a case study to show how these versatile platforms of personal expression- in this case in opposition to the Castro regime- has turned into an important element of the alternative blogosphere, not only in her native country, but mostly abroad. According to Sanchez, "I form part of a phenomenon in an embryonic stage that is able to transform into an alternative force for the official Cuban media"<sup>1</sup>. The socio-political context of Cuban in which *Generacion Y* comes into play is particularly interesting because of the fact it has been able to withstand even while confronting two major obstacles: the incredibly low connectivity rate that Cuban citizens face, as well as censorship and punishment on behalf of the Castro government. *Generacion Y*, therefore, represents more than a space within the alternative Cuban blogosphere. As winner of numerous prizes and distinctions- among them the prestigious Ortega y Gasset Prize for Digital Journalism in 2008- this blog is an example of freedom of speech and digital citizen journalism in which the author has been able to express her social uncertainties by using this powerful technological tool in order to capture the reality surrounding her, as well as impacting, influencing and marking a milestone for cyberculture and the future of mass media in Cuba and the rest of the world.

**Key Words:** Yoani Sánchez, blogs, citizen journalism, cyberculture

## Introducción

En diciembre de 1997 se marcó un hito en la evolución de los medios de comunicación. Se codificó la palabra *blog*, a la vez que cobró más significado que nunca antes la famosísima cita que pronunció el teórico Marshall McLuhan en la década de los cincuenta: "el medio es el mensaje". Con la ayuda de las nuevas tecnologías los ciudadanos han pasado a convertirse en su propio

---

<sup>1</sup> Yoani Sánchez interview conducted by Eliván Martínez Mercado. (2008). "Exijo lo que corresponde". Published in [yontorres.blogspot.com/2008/05/exijo-lo-que-corresponde-yoani-sanchez.html](http://yontorres.blogspot.com/2008/05/exijo-lo-que-corresponde-yoani-sanchez.html)

medio. En la actualidad el contenido que merece ser publicado en la web lo deciden los mismos usuarios. Es precisamente el caso de esta nueva plataforma que ahora permite la libre expresión a millones de usuarios creadores de bitácoras. En el año 2006 existían en internet casi sesenta millones de blogs. “Se trata, sin duda, de un fenómeno sin precedentes y también del medio con mayor índice de crecimiento en la historia de la comunicación”<sup>2</sup>. Según NITLE (Instituto Nacional de Tecnología y Educación Liberal, por sus siglas en inglés), una organización sin fines de lucro que ha establecido un proyecto llamado *Blog Census*, para determinar la cantidad de blogs activos que existen en la actualidad, se estima que hay alrededor de 2,869,632 bitácoras debidamente validadas.

En primer lugar, comencemos por definir qué exactamente es un *weblog*, una bitácora o un blog. Según uno de los teóricos de las nuevas tecnologías más importantes del momento, José Luis Orihuela (2006):

Son sitios web auto-gestionados por sus propios autores, compuestos por entradas individuales llamadas anotaciones o historias que se organizan en la página siguiendo una cronología inversa. Las herramientas de gestión de blogs asignan de forma automatizada a cada entrada su fecha y hora de publicación, así como una dirección URL permanente que facilita las referencias y enlaces externos<sup>3</sup>.

Estos servicios facilitan la generación, publicación e intercambio de contenidos en múltiples formatos (videos, fotografías, audio, texto) sin necesidad de contar con una gran capacitación tecnológica, por lo que cualquier usuario puede hacer uso de los mismos. La característica más novedosa de esta plataforma es, sin embargo, su interacción directa que permite el contacto y la participación ciudadana directa entre autor y lector por medio de comentarios que pueden ser publicados directamente en el blog, por correo electrónico, marcadores sociales o sitios de promoción social de noticias. La cultura que se produce por medio de esta interacción en la web es lo que se denomina blogosfera o web social. Los blogs, por tanto, permiten a cualquier ciudadano hacer comunicación pública sin la necesidad de un intermediario, una editorial o incluso, una imprenta y de manera gratuita, dos de las razones por la cual han obtenido tal impacto en la revolución mediática.

## Continúa la evolución de los medios

Según el teórico Alejandro Piscitelli, “internet es la imprenta del siglo XXI”<sup>4</sup> y según la opinión de Orihuela, las tabletas han pasado ahora a ser imprentas de bolsillo. No es que un medio ha muerto o dejado de existir, sino que se encuentran ante un continuo proceso de evolución. En el pasado se debatía si el cine mataría al teatro, o si la radio mataría la prensa o la televisión haría lo mismo. Más tarde el argumento pasó a ser si internet sustituiría la prensa o que los libros impresos dejarían de existir por la popularidad de las tabletas y los e-

---

<sup>2</sup> Orihuela, J.L. (2006) “La revolución de los blogs”. La Vanguardia. Temas de debate. (Publicado el 29 de octubre de 2006).

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Piscitelli, A. (2005). Internet, la imprenta del siglo XXI. Barcelona: Editorial Gedisa.

*books*. “Son argumentos superficiales, no es esto. Se trata de un proceso de convergencia, de sinergia entre lo nuevo y lo viejo; es mucho más complejo que esto”<sup>5</sup>. En la era de las redes sociales “no necesariamente van a sobrevivir los medios más grandes, sino aquellos que puedan adaptarse más rápido a los cambios y explotar el valor de sus marcas”<sup>6</sup>. La popularidad de la web 2.0 y las bitácoras en la actualidad se debe también por esta razón. Los blogs ofrecen una amalgama de posibilidades en diversos contextos. Según una investigación llevada a cabo por EDIBCIC (Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe), existen cuatro usos básicos que se pueden dar de forma conjunta o bien separada en un mismo blog dependiendo de su grado de especialización, su orientación y sus objetivos, a saber:<sup>7</sup>

1. Medio de publicación sin intermediarios. Es su uso más distintivo. Además los blogs permiten que los resultados puedan ser comentados por la comunidad generándose un *feedback* en el que se corrigen errores, se amplía información o bien se matizan malentendidos.
2. Tablón de anuncios y repositorio personal o colectivo. El blog se erige igualmente en una excelente herramienta para anunciar las actividades y las noticias más relevantes de una institución, un grupo de investigación, una disciplina, o un autor individual. Se convierten de este modo en una plataforma atractiva para aumentar la visibilidad y el impacto de los contenidos. Los contenidos pueden enriquecerse con todo tipo de materiales audiovisuales. Los blogs se convierten entonces en un verdadero repositorio multimedia a disposición de toda la comunidad.
3. El blog como medio de difusión selectiva de la información.
4. Acercar algún tema o especialidad al público no especializado. Suelen emplear un lenguaje sencillo, en primera persona, cercano al lector y con una extensión en los *posts* relativamente corta, en párrafos breves.

### ¿Blogs = Periodismo?

No cabe duda de que las bitácoras constituyen una útil plataforma de expresión y difusión ciudadana. Dada la creación de nuevos medios como éste, hoy día existe un sistema horizontal más flexible sobre el modo en que fluye la información. Es decir, internet equivale en la actualidad tanto a una herramienta, como a un espacio de

---

<sup>5</sup> Charla magistral a cargo de J.L. Orihuela en la Convención de Periodistas de Puerto Rico, 3 de agosto de 2013.

<sup>6</sup> “El cambio constante de informar”. Entrevista a José Luis Orihuela por Israel Rodríguez Sánchez publicada en el periódico El Nuevo Día, 3 de agosto de 2013 en Puerto Rico Hoy: Convención de Periodistas.

<sup>7</sup> Torres-Salinas, D. & Cabezas-Clavijo, A. (2008). Los blogs como nuevo medio de comunicación científica. Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe.

participación y exposición ciudadana. Sin embargo, un debate que se produce es si deben o no considerarse como periodismo los contenidos publicados en estas plataformas. Muchos especialistas opinan que si un ciudadano decide montar un blog no significa que esta persona sea periodista. Según Orihuela, no existe tal cosa como el periodismo ciudadano. “Es bueno no confundir a los ciudadanos haciendo comunicación pública con los periodistas”<sup>8</sup>. La opinión del profesor es que tener acceso a internet o a medios de comunicación sociales no te convierte en periodista. Un testigo que presencia un evento y sube fotos en internet y redes sociales no equivale a ser comunicador especialista ni poseer una formación profesional en el campo que cubre. Desde luego, no todos los blogs son periodísticos, así como no siempre es periodismo cuando un ciudadano hace comunicación pública. Según Orihuela, los blogs tampoco acabarán con los medios tradicionales, aunque sí les están enviando un mensaje claro. “Más allá del futuro que nos atrevamos a pronosticar, hay un dato incontestable que ha cambiado para siempre el escenario de la comunicación pública: los medios tradicionales y los comunicadores profesionales han perdido la exclusividad en la gestión del espacio y de la agenda pública de la comunicación”<sup>9</sup>. La opinión de Octavio Rojas, otro experto en los medios, es un poco diferente. Según el teórico, “un blog es una persona queriéndose comunicar”<sup>10</sup>. Sin embargo, existen matices sobre el debate de si debe considerarse periodismo o no lo que se publica en los blogs. Rojas entiende que depende del caso, ya que existen un sinnúmero de bloggers que solo interesan difundir los contenidos de su bitácora con un grupo reducido de personas que comparten los mismo intereses.

Aunque pueda existir una diferencia de opiniones al respecto, lo que sí debe quedar claro es que gracias a las bitácoras es cada vez mayor el número de personas que se acercan más a la realidad de sus países y del mundo, y por medio de esta información que encuentran, leen y comentan en la blogosfera, son capaces de formular sus propias opiniones sobre temas que les afectan. Entrar en contacto directo con una comunidad alternativa a través de una plataforma multimedia es una novedosa herramienta que provee esta plataforma. Cada vez son más los ciudadanos que deciden abrir un blog para contar algo y ejercer su derecho de libertad de expresión a través de esta plataforma. Si lo que hacen es periodismo o no, definitivamente depende de cada caso.

### ¿Qué define un buen blog?

Otro tema a considerarse cuando se analiza el fenómeno de las bitácoras es la capacidad y la disciplina que requiere poder mantener estas plataformas activas, además de lograr hacerlas visible ante los buscadores. Existe una alta tasa de abandono de los blogs que demuestra que la clave de ser un efectivo bloguero consiste entonces

---

<sup>8</sup> “El cambio constante de informar”. Entrevista a José Luis Orihuela por Israel Rodríguez Sánchez publicada en el periódico El Nuevo Día, 3 de agosto de 2013 en Puerto Rico Hoy: Convención de Periodistas.

<sup>9</sup> Orihuela, J.L. (2006) “La revolución de los blogs”. La Vanguardia. Temas de debate. (Publicado el 29 de octubre de 2006).

<sup>10</sup> Rojas, O.I. (2006) “Ciudadano periodista”. La Vanguardia. Temas de debate. (Publicado el 29 de octubre de 2006).



en actualizar a menudo los contenidos publicados y alcanzar una audiencia que los lea y los comente. Tomaremos el caso de la bloguera cubana Yoani Sánchez y su bitácora *Generación Y*, que consideramos periodismo ciudadano en su máxima expresión, ya que su autora ha logrado no solo actualizar sus contenidos, lograr gran visibilidad y popularidad en el ámbito internacional, sino también utilizar esta plataforma para ejercer su libertad de expresión en una nación regida por un gobierno totalitario. Blogs como éste han sido capaces de convertirse en un medio y una herramienta de comunicación social que han logrado un enorme y significativo impacto cultural y político.

### *Generación Y*

La bitácora *Generación Y* se creó en abril de 2007 a cargo de la filóloga e informática cubana, Yoani Sánchez. Ha sido traducido a quince idiomas, en la actualidad cuenta con más de 200 mil seguidores y constituye un espacio que ha dado a conocer en todo el mundo cómo es la vida en Cuba desde la voz de una de las críticas más influyentes en la isla. Uno año más tarde de su creación, *Generación Y* ganó el premio de Periodismo Ortega y Gasset en la categoría de trabajo digital. Poco tiempo después su autora fue seleccionada por la revista Time como una de las 100 personas más influyentes del momento y el blog fue galardonado como uno de las 25 mejores del mundo en una selección hecha también por la CNN, entre otras distinciones. Su popularidad aumentó en el ámbito internacional aún más en 2012 cuando Yoani Sánchez fue propuesta para el Premio Nobel de la Paz junto con el disidente cubano Oswaldo Payá. En mayo de 2014, Sánchez en conjunto con un grupo de periodistas cubanos, lanzaron *14ymedio*, un periódico digital independiente, desde cuyo portal ahora puede accederse a *Generación Y*.

¿De qué trata *Generación Y*? Según Sánchez, su blog está dedicado a todos los cubanos que nacieron entre la década del setenta y ochenta, cuyas infancias estuvieron marcadas por la influencia soviética en la isla, las salidas ilegales y las frustraciones del régimen político castrista. Los contenidos que sube se encuentran a medio camino entre la crónica, el exorcismo personal y el grito. “Su nacimiento fue una terapia personal para espantar el miedo, para sacudirme el temor escribiendo –precisamente- sobre aquella que más me paralizaba”<sup>11</sup>. *Generación Y* es para Sánchez, por tanto, una plataforma de desahogo de experiencias vividas en la isla, reacciones suyas a las medidas impuestas por el gobierno y un testimonio vivo del quehacer cotidiano cubano. Según la opinión de Herrscher, “lo que hace ella no es periodismo informativo, sino columna de opinión. Todo lo que dice está fundamentado. Ella es la voz de su generación y esto queda claro por la gran cantidad de personas que la siguen”<sup>12</sup>.

En la actualidad existe una nueva oposición en Cuba mucho más fuerte y unida que nunca, y en gran medida la cultura de la blogosfera ha actuado como el motor de este movimiento. Por otra parte, no cabe duda de que existen algunas contradicciones con *Generación Y*

---

<sup>11</sup> Sánchez, Y. (2010). Cuba libre. Vivir y escribir en La Habana. Editorial Marea SRL: Buenos Aires. P. 7.

<sup>12</sup> Entrevista personal a Roberto Herrscher en Barcelona (octubre de 2013).

que aíslan a esta bitácora del mundo de los blogs. Primero, dada la situación de censura política y el monopolio informativo que existen en Cuba, *Generación Y*, se enfrenta a un gran problema. Primero, el hecho de que la página no puede accederse desde la isla porque está censurada y a menudo bloqueada a manos del gobierno. Por esta razón, los comentarios publicados por usuarios y lectores de esta página tampoco pueden ser recibidos por la autora. Esto implica una enorme barrera que no permite la generación de insumo y la interactividad entre Sánchez y el público que lee su bitácora. La comunicación por tanto se torna unilateral e imposibilita el flujo de información sin intermediarios, una característica tan propia de los blogs.

### Otras barreras a las que se enfrenta

El caso de Sánchez es muy diferente a la mayoría de bloggers de otras naciones, ya que se enfrenta a dos enormes obstáculos. En primer lugar, la más baja tasa de conectividad en el hemisferio occidental existe en Cuba, la que permite que solo el 10% de la población acceda a la web. Asimismo, el limitado acceso que sí existe representa un coste muy elevado para la población. Una hora de conexión a internet en Cuba equivale a una tercera parte de un salario mensual de un ciudadano corriente. En segundo lugar, por las expresiones publicadas en su blog, Sánchez se enfrenta a una gran censura y castigo. *Generación Y* representa una prueba de atrevimiento ciudadano para el régimen castrista y en varias ocasiones el gobierno ha bloqueado el sitio web en un marco de terror para disuadir a la bloguera. A pesar de ser considerada la enemiga digital número uno del gobierno cubano, parece ser que los esfuerzos que han generado en su contra han sido en vano, ya que la influencia que ha tenido *Generación Y* sobre todo fuera de la isla ha sido significativa. “Los bloggers son como una gripe que termina afectando y contagiando a mucha gente. No hay manera de callar a un bloguero”<sup>13</sup>. Para una gran cantidad de bloggers cubanos disidentes que han surgido posiblemente gracias a la influencia de Sánchez, el internet es la única vía de expresión posible. En un país donde existe un monopolio informativo, dicha cultura de la blogosfera alternativa ahora constituye una importante unión de apoyo para enfrentar estos retos. El presidente estadounidense, Barack Obama (2008) comparte una opinión similar:

Tu blog ofrece al mundo una ventana particular a las realidades de la vida cotidiana en Cuba. Es revelador que Internet les haya ofrecido a ti y a otros valientes bloggers cubanos un medio tan libre de expresión, y aplaudo estos esfuerzos colectivos para alentar a sus compatriotas para expresarse a través de la tecnología<sup>14</sup>

### Un complicado ejercicio periodístico

---

<sup>13</sup> [www.animalpolitico.com/2012/02/una-entrevista-con-yoani-sanchez-la-bloguera-mas-famosa-de-cuba/#axzz2czXBNanA](http://www.animalpolitico.com/2012/02/una-entrevista-con-yoani-sanchez-la-bloguera-mas-famosa-de-cuba/#axzz2czXBNanA)

<sup>14</sup> Esta cita fue una de las respuestas del reportaje virtual realizado por Yoani Sánchez y aparece en la contraportada de su libro “Cuba libre” publicado en 2010.

La labor de Yoani Sánchez no debe ser reconocido meramente por su capacidad tan elocuente de narrar crónicas de la realidad y su buen dominio de las palabras, sino sobre todo por su determinación y perseverancia de publicar entradas en un contexto sumamente difícil, costoso y censurado. ¿Cómo lo hace? El ejercicio de su periodismo supone una gran cadena de dificultades. Cuando comenzó su travesía con la bitácora, desde un ordenador marca COMPAQ del año 1998 y de segunda mano, que le vendió un amigo, Sánchez se encargaba de escribir todos sus textos en Word, copiarlos a una memoria flash y luego descargar los contenidos en una computadora en algún hotel de La Habana donde se permite el acceso a la web. Todo este proceso supone grandes complicaciones y en muchas ocasiones la bloguera depende de contactos en el extranjero que le ayudan a publicar y actualizar su bitácora. ¿Por qué lo hace? Según Sánchez, quien no se considera héroe, pionera ni política, “un ciudadano es la célula más pequeña de la sociedad, y necesitamos en la sociedad civil cubana que cada uno tenga una responsabilidad, se despoje de la inercia y la apatía, e intente cambiar lo que no le gusta”<sup>15</sup>. Las crónicas de la realidad que publica la bloguera son un esfuerzo no solo por contar lo que vive, sino que podrían considerarse como periodismo intencional en busca de cambio social.

El formato y estilo de cada entrada de *Generación Y* es muy similar. Comienza con una foto o imagen y no sobrepasa los tres párrafos de contenido. A pesar de su corta duración, la autora es capaz de ilustrar una complicada realidad ante un público que no necesariamente la conoce, sin embargo puede sentirse identificado. *Generación Y* constituye un espacio para la óptica personal de Yoani Sánchez, contada de manera breve, aunque muy profunda, transparente, en primera persona. A raíz de su popularidad ha surgido una ola bloguera disidente muy importante en la isla. Sánchez lo clasifica como, “soy parte de un fenómeno en etapa embrionaria que se puede convertir en una fuerza alternativa a los medios oficialistas cubanos (...) Creo que los cubanos necesitan ver su vida reflejada en algún sitio, no el paraíso de ficción de que todo es perfecto, como lo pintan los medios ahora. Tenemos un reto muy grande de hacer escuchar nuestra voces”<sup>16</sup>.

## Conclusión

El paradigma que se produce en internet y los nuevos medios gracias a nuevas voces y plataformas como lo son los blogs ha causado una transición en el modelo comunicativo. Como mencionamos anteriormente, hemos evolucionado de un modelo jerárquico a uno horizontal. Los medios sociales han cambiado la velocidad, el alcance y la dirección de los flujos de información y todo este proceso, según Orihuela, es irreversible. “La web ha pasado de ser un modelo de consulta a convertirse en un modelo de participación. Las redes sociales se han convertido en el sistema nervioso del planeta conectado”<sup>17</sup>. La opinión de Herrscher es

---

<sup>15</sup> Entrevista a Yoani Sánchez por Eliván Martínez Mercado. (2008). “Exijo lo que corresponde”. Publicado en [yontorres.blogspot.com/2008/05/exijo-lo-que-corresponde-yoani-sanchez.html](http://yontorres.blogspot.com/2008/05/exijo-lo-que-corresponde-yoani-sanchez.html)

<sup>16</sup> Ibid.

<sup>17</sup> Orihuela, J.L. (2006) “La revolución de los blogs”. La Vanguardia. Temas de debate. (Publicado el 29 de octubre de 2006).

similar. “El periodista ciudadano ha suplido al diario de cabecera. Provee información clara, precisa, del momento, y sin intereses partidarios”<sup>18</sup>. La tarea que lleva a cabo Sánchez es equivalente al de un periodista puesto que lleva a cabo un ejercicio intelectual y humaniza la información que publica en su blog. Si miramos el rol social que deben cumplir los medios de comunicación vemos que uno de los primeros factores a considerar es cómo el periodista debe fungir como guía para los ciudadanos. Sobre todo en una sociedad en crisis como existe en Cuba desde donde Sánchez redacta sus crónicas de la realidad, su reto consiste en dar a conocer y buscar soluciones a los problemas que enfrenta. Sigue por tanto, el concepto de la cultura del ejemplo, donde se evidencia el rechazo de actitudes inaceptables, la confianza y credibilidad de la ciudadanía. Según la teoría de la responsabilidad social de la prensa establecida en 1947, los medios deben servir de foro para el intercambio de críticas e ideas. Este es precisamente el ejercicio que lleva a cabo Sánchez aún en la complicada realidad a la que se enfrenta. Asimismo, consideramos periodismo ciudadano lo que hace, ya que cumple con los estándares del oficio en cuanto a: respeto al idioma, formación cultural e intelectual y la materialización y humanización de historias de un mundo complejo.

## Bibliografía

- Alegre Berríos, M. (2012). “La nueva oposición cubana”. El Nuevo Día. Sección Internacional. Publicado el 2 de diciembre de 2012.
- Celaya, M. (2013). ¿El gobierno ignora el impacto mediático de Yoani Sánchez? Publicado en: [www.cubanet.org/articulos/¿el-gobierno-ignora-el-impacto-mediatico-de-yoani-sanchez](http://www.cubanet.org/articulos/¿el-gobierno-ignora-el-impacto-mediatico-de-yoani-sanchez) (marzo de 2013)
- Martínez Mercado, E. (2008). “Un blog para calmar el dolor”. El Nuevo Día. Sección Mundial. Publicado el 3 de febrero de 2008.
- Martínez Mercado, E. (2008). “Exijo lo que corresponde”. Publicado en [yontorres.blogspot.com/2008/05/exijo-lo-que-corresponde-yoani-sanchez.htm](http://yontorres.blogspot.com/2008/05/exijo-lo-que-corresponde-yoani-sanchez.htm)
- Orihuela, J.L. (2006). “La revolución de los blogs”. La Vanguardia. Sección Opinión. Publicado el 29 de octubre de 2006.
- Piscitelli, A. (2005). Internet, la imprenta del siglo XXI. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Rodríguez Sánchez, I. (2013). El cambio constante de informar. José Luis Orihuela da las claves de la nueva profesión periodística. El Nuevo Día. Sección Puerto Rico Hoy: Convención de Periodistas. Publicado el 3 de agosto de 2013.
- Rojas, O.I. (2006). ). “La revolución de los blogs”. La Vanguardia. Sección Opinión. Publicado el 29 de octubre de 2006.
- Sánchez, Y. (2010). Cuba Libre. Buenos Aires: Editorial Marea SRL
- Torres-Salinas, D. & Cabezas-Clavijo, A. (2012). “Los blogs como nuevo medio de comunicación científica”. Publicado en: <http://www.anobium.es/los-blogs-como-nuevo-medio-de-comunicacion-cientifica?cat=0>

---

<sup>18</sup> Entrevista personal a Roberto Herrscher en Barcelona (octubre de 2013).

Zerón, O. (2012). “Una entrevista con Yoani Sánchez, tuitera, bloguera y disidente cubana”. Publicado en [www.animalpolitico.com/2012/02/una-entrevista-con-yoani-sanchez-la-bloguera-mas-famosa-de-cuba/#axzz2czXBNanA](http://www.animalpolitico.com/2012/02/una-entrevista-con-yoani-sanchez-la-bloguera-mas-famosa-de-cuba/#axzz2czXBNanA)

# A Leitura do Literário no Brasil: Tensões e contradições estabelecidas nas práticas de leitura

Adais de Aguiar Neitzel  
Anne Kupiec  
Carla Calvalho

*Que Stendhal confessasse haver escrito u de seus livros para cem leitores, coisa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará, é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal, nem cinqüenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco.*  
(Assis, 1994: 2)

## Abstract

It is critically consider issues related to Brazilians' literary education, analyzing how their reader's history was built (and the myth of the non-reader), in a reading practice sociology approach. We seek to understand who the readership of colonial Brazil was until the early twentieth century, and how the transition of a European culture consumer's country to a country that produces its own culture was. Four major events that contributed to promote the reading culture in Brazil are discussed: a) the censorship abolition in 1820; b) the end of the government monopoly over the press in 1821; c) the establishment of higher education in Brazil in 1827; d) investments in public education, particularly for women, around 1834; e) the professionalization of writers. The story of the book and readers' education were constituted between the habit of servitude and the desire for freedom.

**Keywords:** reading practices; colonial Brazil; press; history of the book; censorship; culture

Machado de Assis, ao iniciar sua obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, dialoga com Stendhal e manifesta preocupação com a recepção literária. Ele deseja ser lido, e esse desejo remete-nos a Barthes (2003: 10), em *O prazer do texto*, o qual declara: 'O texto que o senhor escreve tem de me dar prova de que ele me deseja. Essa prova existe: é a escritura'. Uma afirmação que cogita a existência do leitor pela materialidade do texto, isto é, um texto tem a virtude de provocar a leitura, ele é sempre um convite, mas para que o desejo exista há a prerrogativa de que o convite parta do material forjado na escritura. Por isso, essa questão da recepção trazida por Machado de Assis remete-nos a outra que é do acesso à leitura e sobre a qual recai nossa análise.

Neste artigo, queremos problematizar questões relacionadas à formação literária do brasileiro discutindo como se construiu sua história de leitor (e o mito do não leitor). A preocupação de Machado de Assis, no século XIX, é perfeitamente compreensível tendo em vista a história colonial do Brasil, cuja população – que ultrapassava, segundo Prado Jr. (2011), os 3 milhões -, ainda naquele século, apresentava um alto grau de analfabetismo. Para compreender quem era o público leitor do Brasil colonial até o início do século XX e

quais as condições de mercado editorial oferecidas ao escritor, inicialmente estabeleceremos um diálogo com Deaecto (2011), Hallewell (2005) e Lajolo e Zilberman (2003). Faremos uso, em nossa investigação, também dos estudos de Cândido (2006) que nos auxiliou a perceber como se deu a passagem de um país consumidor da cultura europeia para um país que produz sua própria cultura.

Em uma abordagem da sociologia da leitura, buscaremos alargar nossa compreensão sobre a formação de leitores no Brasil, analisando dados históricos e cenas descritas sobre a presença dos livros na sociedade da época – entrelaçando uma visão histórica com a visão colhida na literatura. Assim, poderemos constatar como de uma empresa comercial que se constituiu para fornecer à Europa açúcar, tabaco, algodão, ouro, diamantes, entre outros gêneros (Prado Jr., 2011), passou-se a um país com consciência de sua realidade – que divergia, portanto, da literatura portuguesa - produzindo uma literatura autônoma definida pelo seu caráter nacional (Cândido, 2006). Nesse sentido, o projeto de um país independente politicamente vai se delineando lado a lado com o desenvolvimento da leitura e da escrita, o que nos permite problematizar a literatura como prática social e política.

Os estudos de Prado Jr. (2011) assinalam o século XIX como uma época promissora para o Brasil no campo político, social e econômico, uma renovação que vai repercutir na literatura. Também os estudos de Cândido (2006) sinalizam essa época como um momento decisivo na produção da literatura brasileira - um período que se distingue pela renovação literária. Com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* percebemos a renovação de que ambos falam, tanto do ponto de vista estético quanto do ponto de vista da organização política e social do país, já sinalizados por Schwarz (2000). Neste artigo, interessa-nos o cruzamento dos dados históricos com os ficcionais – explorando inclusive outros textos literários como os de José de Alencar e de Mário de Andrade -, para buscarmos compreender o lugar que o livro ocupava na sociedade brasileira.

Na sequência, apontaremos como a década de 1920 foi decisiva para a construção de uma produção literária identificada como brasileira, trazendo à baila o *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade. As dificuldades de publicação ainda no início do século XX revelam as fragilidades de acesso à leitura que o público leitor enfrentava, e um país que se mantinha dependente da Europa com relação ao comércio de livros, mesmo depois de mais de um século de liberação de impressão no país. Oswald de Andrade ao lançar o *Manifesto antropofágico* faz uma provocação cuja potência ideológica revela o inconformismo perante a situação cultural do país. Seu manifesto é um basta escrachado à situação de penúria intelectual pela qual passava o Brasil, evidenciando que a história de leitores está profundamente enraizada na tradição das livrarias e editoras e dependente das relações entre escritores e editores.

Com os modernistas vimos surgir uma nova atitude do escritor frente ao objeto literário, superando a ideia de subalternidade que havia em relação à produção europeia, propondo a antropofagia para superar o processo de transplantação cultural que se operou no país. Esta postura exigiu do público leitor abrir-se para um texto menos acabado, mais aberto a interferências, inovador na estrutura, com forte apelo ao nacional, como *Macunaíma* de Mário de Andrade. Considerada como uma das obras lapidares do modernismo

brasileiro, o autor o constrói com originalidade estética e apresenta o mulato e o negro em uma visão destoante da apresentada por Prado Jr. (2011). A literatura, neste sentido, reinventa a realidade e a estória contribui para a construção e a desconstrução da história.

Este é, portanto, o trajeto que propomos ao leitor. Uma caminhada simultânea pela história e pela literatura que nos auxilie a analisar como se construiu a formação do leitor do literário no Brasil, sinalizando como a literatura delineou-se como projeto artístico e, também, político e social.

### O silêncio dos livros: como se construiu essa história de não-leitores no Brasil?

Trouxeram-nos café; era uma hora da tarde, estávamos na minha sala de estudo, uma bela sala, que dava para o fundo da chácara, bons livros, objetos d'arte, um Voltaire entre eles, um Voltaire de bronze, que nessa ocasião parecia acentuar o risinho de sarcasmo, com que me olhava, o ladrão; cadeiras excelentes; (Assis, 1994: 127).

Machado de Assis é um dos escritores brasileiros que produziu uma vasta e robusta obra no século XIX, por meio da qual podemos desenhar alguns aspectos da realidade daquela época, entre eles, a relação da população com os livros. Nesta epígrafe, *Brás Cubas* descreve sua sala de estudo, em uma chácara. Nela não faltam bons livros e objetos de arte, evidenciando que, apesar do regime colonial que ainda se impunha ao país, o acesso ao livro era uma prática comum entre aqueles que podiam importá-los da Europa. Esse fragmento representa muito bem o status que era atribuído ao livro na segunda metade do século XIX e aos que tinham acesso, estabelecendo uma distinção entre os que habitavam o país tropical como trabalhadores e os que nele estavam para ordenar. Contudo, se nos livros de Machado a leitura não é atividade rara, os personagens mostram-se leitores afoitos ou apaixonados, o mesmo se pode afirmar acerca da sociedade da época, principalmente no início daquele século?

Deaecto (2011), ao pesquisar sobre a circulação e o consumo de livros no Brasil indicando as instituições que auxiliaram a movimentar paulatinamente o grande contingente de iletrados no país para a categoria de leitores, aponta como no Brasil o processo de democratização do impresso é tardio, revelando um atraso histórico. No Brasil oitocentista, ler era um privilégio de uma classe economicamente poderosa, pois a leitura dependia do comércio dos livros, os quais eram importados da Europa, e essa circulação era controlada por Lisboa.

A restrição não somente ao comércio de livros, mas também à imprensa, no Brasil, no período colonial, fez com que as letras brasileiras nascessem sob o signo da censura, o que incentivou o contrabando de obras e a impressão clandestina (Martins, 2001). Em 1747, D. João V mandou sequestrar todas as letras de imprensa que estivessem em uso no Brasil. Uma execução dessa natureza alertava-nos para o estado de impressão ilegal que se operava no Brasil e para um suposto contingente de leitores que havia na colônia. Hallewell (2005) indica que, em 1703, o governador de Pernambuco e, em 1747, o governador do Rio de Janeiro instalaram um prelo para fins



administrativos, sendo fechados por Lisboa assim que descobertos. Ações dessa natureza reforçam o desprezo pela vida e pelo progresso na colônia, não havia outro interesse que não fosse o de abastecer a metrópole e, por isso, praticavam-se as regras do jogo que mantinham o país como empresa comercial de Portugal.

Uma das formas de driblar a interdição à imprensa é aquela adotada em 1808 por Hipólito da Costa. É por meio dele que temos o primeiro jornal distribuído no Brasil, *Correio Braziliense*, editado e impresso em Londres, de periodicidade mensal, apresentando, em média, entre 72 e 140 páginas. Sua característica principal era a defesa da opinião pública e o combate à exploração do país pela corte portuguesa, sendo proibido até 1822, sem, no entanto, deixar de circular no país. Essa iniciativa de Hipólito, que foi mantida por mais de uma década, independentemente de suas motivações pessoais, atesta a existência de um público leitor de jornais (ainda que pequeno).

A fundação da imprensa no país é um fato que vai repercutir em várias obras literárias. Brás Cubas, já na fase madura de sua vida, quando se dá conta que pouco ou nada produziu para perpetuar sua imagem, tem o desejo de fundar um jornal. O desejo de Machado de Assis, por uma imprensa livre, ganha fôlego na voz de sua personagem.

Funda um jornal, disse-me ele, e “desmancha toda esta igreja”. [...] Urgia fundar o jornal. Redigi o programa, que era uma aplicação política do Humanitismo; somente, como o Quincas Borba não houvesse ainda publicado o livro (que aperfeiçoava de ano em ano), assentamos de lhe não fazer nenhuma referência. (Assis, 1994: 128).

No entanto, é a produção advinda das Academias - como a Academia Brasílica dos Renascidos, fundada em Salvador em 1759 -, que promove primeiro ‘[...] a formação de agrupamentos, caracterizados por ideias estéticas, manifestações literárias e atitudes, dando lugar a expressões originais’ (Cândido, 2006: 154). Além disso, por meio desses grupos, delineava-se uma ‘consciência literária comum’ que colaborava para que a literatura fosse se estabelecendo como uma atividade permanente. A partir das produções literárias desses grupos, a literatura foi aquecida, apesar de que, tendo em vista o baixo nível de escolaridade da população brasileira, esses grupos produziam para seu próprio consumo (o que levou Cândido a classificar esses grupos de multifuncionais). Entre leigos, clérigos, frades e padres, latifundiários, estudantes de direito, médicos, encontravam-se os poetas e os oradores. Evidentemente que nos círculos populares tinham voz não as produções dos árcades, mas as cantigas e as anedotas, e, no século XIX, já vemos estes conviverem com as produções dos românticos, publicadas em Folhetim.

Nesse contexto, Cândido (2006: 100) afirma que, no início do século XIX, ‘[...] houve entrosamento acentuado entre a vida intelectual e as preocupações político-sociais’ e aquilo que inicialmente foi tido como nativismo passou a nacionalismo, reunindo sábios, poetas e oradores que ‘[...] os encaminharam para a ação sobre a sociedade, abrindo-se para o exterior por meio da paixão libertária’ (Cândido, 2006: 82). Uma literatura militante passa a ser

produzida e ela chega 'ao grande público como sermão, artigo, panfleto, ode cívica' (Cândido, 2006, p. 82).

A proibição imposta pela coroa portuguesa à abertura de tipografias na colônia revela o medo de ver seu empreendimento comercial ameaçado pela emancipação política do país. Esta, por sua vez, tinha relação com o poder das letras sobre os leitores, e, por isso, um controle de leitura fazia-se necessário, reforçando a percepção do livro como instrumento revolucionário. Os estudos de Sodré (1999) e Deaecto (2011) indicam que os movimentos a favor da libertação do Brasil deram-se nas capitanias que eram polos de disseminação de livros, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, entre outros. Esses grupos tinham acesso a um mesmo contingente de autores europeus. Esse dado revela-nos o perfil de um grupo de leitores politicamente comprometido com o destino da nação, e, a partir da metade do século XIX, o papel do escritor do literário no Brasil vai se alinhar com propósitos políticos e estéticos revolucionários.

Com a chegada da corte portuguesa no Brasil, a circulação de livros e manuscritos - alguns importados e outros impressos no país -, começou a encontrar espaço. O estudo de Souza (2007) localizou um conjunto de nove obras de ficção impressas pela impressão Régia do Rio de Janeiro entre 1808 e 1822, designados pela imprensa da época, ora como novelas, contos, romances, ora como folhetos de cordel, os quais são classificados pela pesquisadora como romances. Seus estudos aprofundam a ideia de que o romance era uma das leituras preferidas no Rio de Janeiro, desde o século XVIII. Ela afirma que, em meados daquele século, '[...] já se ia formando na colônia uma comunidade de consumidores de livros de diferentes gêneros, inclusive de prosa de ficção, abastecida por livrarias e tipografias portuguesas' (Souza, 2007: 20).

Abreu (2009), confirmando essa hipótese, assinala que o comércio de livros acontecia não apenas nas livrarias, mas em outros comércios, e parece que era algo forte porque a cada ano aumentava o número de livreiros. Ao contrário do que se pensa, segundo Abreu (2009, p. 20, grifo da autora): 'Pinta-se o quadro de uma cidade tomada pelos livros, com homens e, até mesmo, mulheres e "pessoas vadias" vendendo obras, inclusive roubadas, em ruas, lugares públicos e lojas não especializadas'. Se considerarmos esse crescimento do número de livrarias no Rio de Janeiro, que, em 1813, eram duas e, em 1821, passaram a pelo menos nove, como indica Sodré (1999), podemos afirmar, tendo clareza que as livrarias eram lojas mistas, que havia um desejo de leitura que estava sendo refreado. Essa visão romântica de uma sociedade oitocentista que dispunha de meios para se constituir leitora, que possuía uma organização (aparentemente frágil) dessa natureza, aplicava-se, evidentemente, a um pequeno grupo de letrados que conseguia, muitas vezes pela clandestinidade, compor suas bibliotecas particulares.

Uma visão que quer, de certa forma, impor à metrópole a ideia de que a colônia é letrada vai tomando fôlego e, no século XIX, constrói-se uma imagem de regiões, como o Rio de Janeiro, com núcleos de leitura vigorosa, imagem que encontra respaldo na literatura de Machado de Assis assim como na de José de Alencar: 'À noite havendo visitas passavam no salão; quando estavam sós, ficavam na saleta; Seixas abria um livro; Aurélia fingia escutar os

trechos que o marido lia em voz alta' (Alencar, 2006: 139). Podemos argumentar que a ficção não corresponde à realidade, que a arte não espelha a vida, não se detém a descrevê-la, mas a recriá-la. Sendo a arte um produto social, não podemos negar que ela representa o desejo de uma época, o desejo de ser uma sociedade leitora, interferindo, inclusive, na conduta e na concepção de mundo.

A partir da queda do monopólio da Imprensa Régia, em 1821, o mercado editorial foi se ampliando com o surgimento de outras tipografias, aumentando as possibilidades de aquisição de obras. A leitura, contudo, aparecerá, ainda, por longas décadas como uma atividade nobre, restrita a poucos.

À tarde no jardim, ou admiravam juntos as flores, ou liam no mesmo livro algum romance menos interessante do que o seu próprio. Seixas incumbia-se da leitura, e Aurélia escutava sentada a seu lado. Às vezes, ou porque se distraísse um momento, ou por sofreguidão de antecipar a narração, reclinava-se para correr os olhos pela página, onde ia brincar um anel de seus cabelos castanhos (Alencar, 2006: 169).

É preciso pontuar que o contingente de leitores vai aumentando a partir do século XVIII, principalmente no Rio de Janeiro, onde se cria a Biblioteca Real Portuguesa em 1810, com setenta mil volumes vindos do além-mar, na maioria assuntos de história e direito, aberta ao público. Contudo, aumenta também a população iletrada, pois o número de escravos vai crescendo. Por exemplo, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1821, a população aumentou de 20% para 45% do total de habitantes, conforme aponta Algranti (2011), o que denuncia dois movimentos paralelos: uma elite cultural que vai ampliando seus domínios nas letras, e um grupo iletrado que é retirado de seu espaço cultural e inserido violentamente em outra condição: de escravo. Esse movimento é perceptível na ficção de Machado de Assis (1994: 19) que retrata a compra de escravos no Brasil oitocentista: 'Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças [...]'

Assim, mesmo com a notícia de que uma elite abastada tem hábitos de leitura a partir do século XVIII, com o grande número de escravos e iletrados, ter-se-á que trilhar um longo caminho para ampliar-se o número de leitores e democratizar o acesso ao texto literário. Entretanto, para isso, seria necessário resolver o problema de produção que estava atrelado à impressão e à distribuição de livros. Podemos citar cinco grandes eventos que concorreram para favorecer a cultura da leitura no Brasil: a) a abolição da censura prévia em 1820; b) o fim do monopólio do governo sobre a imprensa em 1821; c) a criação do ensino superior no Brasil em 1827; d) investimentos na educação pública, em particular da educação da mulher, por volta de 1834; e) a profissionalização dos escritores. A seguir, vamos discutir as questões relacionadas à educação no país e ao crescimento da indústria editorial que levará à profissionalização dos escritores.

## A expansão do mercado de livros no Brasil: leitores à vista!

Antes de enviar os filhos à Europa, era preciso promover sua educação no ensino primário e secundário, no próprio país, onde, por volta de 1870, o número de analfabetos, segundo Barbosa (2010), chegava a 78,11%. O triste panorama educacional brasileiro coloca o país em uma 'desgraçada realidade'. Os pareceres de Barbosa (2010) sinalizam sua preocupação com o currículo escolar, a leitura, a escrita e o cálculo, apontando a precariedade do ensino e a necessidade do estado investir em uma escola gratuita, obrigatória e laica. Com relação ao livro, ele critica o uso do catecismo como único livro de leitura e doutrina, assim como o método de interpretação calcado na memorização e não na reflexão, conceituando o exercício da leitura como uma 'aravia metafísica' que causa na criança enjojo do estudo e horror à escola. Uma situação que irá se confirmar em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*:

Unamos agora os pés e demos um salto por cima da escola, a enfadonha escola, onde aprendi a ler, escrever, contar, dar cacholetas, apanhá-las, e ir fazer diabruras, ora nos morros, ora nas praias, onde quer que fosse propício a ociosos. Tinha amarguras esse tempo; tinha os ralhos, os castigos, as lições árduas e longas, e pouco mais, mui pouco e mui leve. Só era pesada a palmatória, e ainda assim... Ó palmatória, terror dos meus dias pueris, tu que foste o compelle intrare com que um velho mestre, ossudo e calvo, me incutiu no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe, e o mais que ele sabia [...]. (Assis, 1994: 20).

Se por um lado encaminhar os filhos à Europa evidenciava uma preocupação das elites em garantir o acesso às letras, por outro apresentava a fragilidade do sistema educacional brasileiro. É importante notar que havia uma carência muito grande de escolas públicas e de professores, o que diminuía muito as possibilidades das pessoas tornarem-se leitoras. Se São Paulo - cidade que se encontrava em vantagem com relação às outras cidades do interior do país -, apresentava, ainda no século XIX, uma grande defasagem no número de escolas e professores, o que dizer das regiões cuja situação agrária mantinha a população isolada geográfica e culturalmente?

Só em 1834 houve a abertura de uma Escola Normal para a formação de professores no Rio de Janeiro (data do decreto que a instituiu), sendo abertas outras na década de 1840 na Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Lajolo e Zilberman (2003) identificaram sérias fragilidades tanto nos programas curriculares dessas instituições quanto na infraestrutura física onde os cursos funcionavam. Em 1870, com a decisão do governo imperial de tornar a educação obrigatória, as Escolas Normais são reestruturadas.

Com a fundação por decreto, em 1827, de dois cursos jurídicos no Brasil - uma Faculdade de Direito em São Paulo e outra em Olinda (inauguradas em 1828) -, aumentam as possibilidades de impressão no país e o acesso aos livros. Em São Paulo, abre-se, em 1836, uma gráfica e, em 1855, a cidade passa a ter três livrarias e três gráficas. Nessa caminhada pela ampliação do universo de leitores por meio da evolução da indústria da impressão e do comércio dos livros, podemos sinalizar como grandes responsáveis, além da criação de cursos superiores, a produção de revistas e jornais no país. Com os

românticos, houve um grande impulso nas letras brasileiras, e o jornal foi um dos suportes tipográficos que estimulou a leitura.

Por meio dos diversos registros dos cronistas que passaram pelo Brasil, tomamos conhecimento de que, ainda na década de 1860, havia grande ausência de livros nas casas do Rio de Janeiro (Lajolo; Zilberman, 2003). No entanto, por meio da literatura de José de Alencar, retrata-se uma sociedade oitocentista leitora, fazendo o livro figurar nos lares como objeto de uso corriqueiro: 'Seixas incumbia-se da leitura, e Aurélia escutava sentada a seu lado. Às vezes, ou porque se distraísse um momento, ou por sofreguidão de antecipar a narração, reclinava-se para correr os olhos pela página, onde ia brincar um anel de seus cabelos castanhos' (Alencar, 2006: 169).

Aliás, a ociosidade em torno da leitura é uma característica da sociedade colonial retratada nos romances da época, que toma conta dos afazeres não apenas das damas, mas também de seus senhores. Uma concepção de trabalho que estimula a ociosidade porque ele é entregue inteiramente aos escravos, como nos lembra Prado Jr. (2011). Há uma dedicação aos sarais, às conversas, aos bailes, aos livros, aos debates, aos devaneios porque o trabalho é destinado àqueles que vivem em um regime servil.

Nos primeiros dias meti-me em casa, a fisgar moscas, como Domiciano, se não mente o Suetônio, mas a fisgá-las de um modo particular: com os olhos. Fisgava-as uma a uma, no fundo de uma sala grande, estirado na rede, com um livro aberto entre as mãos. Era tudo: saudades, ambições, um pouco de tédio, e muito devaneio solto. (Assis, 1994: 112).

Talvez nunca, como no Brasil colonial, o trabalho intelectual tenha tido tanta influência e o trabalho físico tenha sido tão discriminado como atividade pouco enobrecedora. Como objeto de comércio, o livro foi ocupando as estantes das casas e sua presença sinalizava conhecimento e poder. Muitos são os episódios na literatura em que os letrados são citados como pessoas de destaque na cidade, sendo de descendência europeia ou brasileira: 'Era filha de um hortelão das Astúrias; disse-mo ela mesma, num dia de sinceridade, porque a opinião aceita é que nascera de um letrado de Madri, vítima da invasão francesa, ferido, encarcerado, espingardeado, quando ela tinha apenas doze anos' (Assis, 1994: 22). A leitura no Brasil durante muitos séculos assim se sustentou, como um privilégio de pequenos grupos que tinham poder aquisitivo que os permitia ter ociosidade e meios financeiros para acesso aos livros.

Na história da formação de leitores no Brasil, podemos identificar o papel importante que as mulheres exerceram nesse processo. Quando elas começaram a se escolarizar no Brasil oitocentista, constituiu-se um grupo de leitoras que alavancou a produção de romances. Uma vez tendo o domínio das letras, passaram a ser o público alvo dos escritores românticos. A educação da mulher foi fundamental para que o analfabetismo diminuísse, pois elas eram responsáveis pela educação dos filhos; assim, a história da leitora brasileira está associada à sua função maternal.

Todavia, o papel que as mulheres exerceram no início da colonização do Brasil, segundo Hallewell (2005) e Prado Jr. (2011), era ínfimo porque a maioria dos homens chegou à colônia sem suas esposas e, por isso, havia um número muito pequeno de mulheres brancas. Seu acesso às letras era negado para que elas se

mantivessem ‘impotentes e confinadas em casa’ (Hallewell, 2005: 80). Muitos se amasiaram com negras, índias ou mulatas, mulheres sem instrução nenhuma. Hallewell (2005: 80) lança o questionamento: se ‘as mulheres das classes superiores só aprendiam a ler quando se tornavam freiras’, o que dizer das índias, pretas, mulatas e mestiças?

Na literatura de Machado de Assis, assim como na de José de Alencar, as personagens femininas são leitoras. A mulher tem um papel de destaque, ela figura como personagem rica, forte, com autonomia, comportamento independente que destoa da sociedade oitocentista. ‘Seixas renegara o poeta de seus antigos devaneios, para afeiçoar-se ao trágico inglês, que ele outrora achava monstruoso e ridículo. Lia os mesmos livros que ela; os pensamentos de ambos encontravam-se nas páginas que um já tinha percorrido, e confundiam-se’ (Alencar, 2006: 206).

Lajolo e Zilberman (2003) indicam que essa postura dos escritores em narrar ‘[...] histórias protagonizadas por moças educadas, finas e capazes de discutir em pé de igualdade com homens de mesma – ou mais alta – estatura social’ faz parte de um projeto idealizador, utópico. Ao invés de denunciar as condições de existência da mulher, o escritor opta por criar uma situação irreal, que desafia o universo masculino, que ultrapassa os parâmetros morais daquele tempo. Nos intertextos, pode-se ler a tese de que a educação fortalece a mulher porque, por meio dela, há o acesso e o domínio da leitura. A literatura protagoniza, assim, mulheres educadas e leitoras.

Entretanto, o isolamento cultural feminino não foi um comportamento exclusivamente destinado às mulheres das colônias. Também na Europa, no período que antecedeu o Iluminismo, foram criadas restrições à instrução feminina, barreiras ideológicas ao acesso aos livros pelas mulheres da nobreza, porque, ao contrário das classes populares, elas não tinham obstáculos materiais para adquirir os livros. Durante o Iluminismo, houve uma progressão acentuada das mulheres leitoras, o que colaborou significativamente para a autonomia feminina, imagens colhidas por Aragon (2006: 47) que ‘[...] montrent des femmes éprouvant du plaisir à lire, choisissant des livres qui les stimulent avec une liberté et une autonomie nouvelles’.

No Brasil, somente no século XIX, após a instalação da primeira República, é que se discute a educação da mulher. Um processo tardio que limita a participação feminina no destino do país. Lajolo e Zilberman (2003) indicam - por meio de vários depoimentos de cronistas que viveram no Brasil no século XIX - o nível de ignorância das mulheres das classes altas e médias. Em seus relatos registra-se o desejo de mantê-las na ignorância, reclusas em casa, saindo apenas para ir à missa, vigiadas pelos pais, uma existência confinada que revela a precariedade cultural da sociedade que as brutalizava e as tornava peritas no manejar o chicote no lombo dos escravos. A poucas era permitido ler, e o acesso era restrito a obras religiosas.

Por volta de 1850, os cronistas já pronunciavam um quadro de leitoras de folhetins, mas a crítica a essa leitura fácil também se faz presente, relacionando a frivolidade feminina a reservas literárias que consistem em leituras de amores e de intrigas. A mulher enfrentou, portanto, dois grandes entraves: primeiro, o acesso às letras, a saída da ignorância pela educação, e, segundo, o acesso à leitura de frágil qualidade estética, o que causou também um confinamento

intelectual. Evidentemente que se não perdermos de vista que literatura é arte e como tal o trabalho com a linguagem é fundamental, entenderemos a crítica ao enredo cômodo e sentimental dos romances folhetinescos. Assim, a frivolidade das leituras disponíveis às mulheres no Folhetim – que se tornou a sua leitura de base – pode ter auxiliado a sua permanência no obscurantismo assim como sua dependência cultural. Entretanto, é preciso pontuar que nem tudo eram frivolidades, lembrando que *Memórias de um Sargento de Milícias* foi publicado no Correio Mercantil sem falar de algumas obras de Machado de Assis que figuraram no Folhetim.

É preciso reconhecer que o quadro de leitura no país esteve relacionado às condições de educação assim como à profissionalização dos escritores. O Folhetim não contribuiu apenas para a ampliação da classe de leitores, mas também melhorou a profissionalização dos escritores, que recebiam seja pela tradução seja pela produção de originais a serem publicados nos jornais. Segundo Hallewell (2005), o salário por mês equivalia a seis vezes o salário de um professor de escola rural. Sabe-se dessa contribuição por conta que a circulação dos jornais aumentou consideravelmente. Hallewell (2005) aponta em cifras os valores recebidos por Machado de Assis da Garnier pela publicação de seus livros. O pesquisador revela que, em 1864, a publicação de *Chrysalidas* vendeu 800 exemplares em um ano e as obras posteriores de Machado tiveram edições de no mínimo mil exemplares, ombreando as edições francesas.

O Romantismo foi o período de maior efervescência literária, comparado aos anteriores que em parte se deve, segundo Cândido (2006), às repúblicas formadas pelos estudantes do curso de Direito que, além de leitores, dedicavam-se também à escrita. Se é verdade que seus escritos apresentavam artificialidade e pobreza literária no que diz respeito à qualidade estética, também é verdade que a república constituiu-se como um grupo que dinamizou a circulação de livros por meio de empréstimos, que se fez como público dos sarais, constituiu-se leitor, críticos de obras e preparou terreno para escritores como José de Alencar e Machado de Assis. Enfim, a literatura dependia dos estudantes e constituía-se como uma literatura de grupo, que era reproduzida e reescrita pelos estudantes.

A partir de 1870, constituiu-se um público leitor no Brasil composto não apenas dos estudantes, mas também de outros grupos consumidores vindos da comunidade em geral, inclusive, como já assinalamos, grupos femininos. Nesse sentido, a criação do ensino superior foi fundamental para que o público leitor no Brasil fosse se constituindo com mais fôlego no final do século XIX. No início do século XX, a burguesia no Brasil ganha força e descobre na leitura um significado social, e, nesse período, temos um movimento de usos e abusos: a literatura passa a ser cartão de visitas para as mais variadas atividades sociais e políticas. Tomada de empréstimo pela burguesia semiletrada, a literatura torna-se moeda de troca, dá e ganha força, em uma atmosfera estimulante, mas alinhada ao gosto burguês. É quando o movimento modernista entra em cena para sacudir os leitores. É preciso rever conceitos.

### *Tupi, or not tupi that is the question*

1928. Oswald de Andrade lança no Brasil o *Manifesto Antropófago*, um marco no modernismo literário brasileiro que visa abalar as bases culturais do país. O manifesto literário e político quer dar voz à cultura brasileira, distanciar-se da produção europeia, e, nessa empreitada, traz a antropofagia como um antídoto: é preciso devorar o outro, e ao degluti-lo fortalecer-se para produzir algo com a identidade brasileira. Esse canibalismo trata-se de uma assimilação crítica que visa a independência cultural e a autonomia intelectual. Daí a frase *Tupi, or not tupi that is the question* resumir, segundo Cândido (2006: 176), '[...] todo esse processo, de decidida incorporação da riqueza profunda do povo, da herança total do país, na estilização erudita da literatura'. Oswald cria uma tensão que gera a produção de novos conceitos vinculados a outro padrão artístico-cultural identificado como nacional.

Assim como os demais intelectuais que estiveram à frente da Semana de Arte Moderna, Oswald de Andrade faz uso da literatura como objeto artístico e estético, mas também político. O contexto no qual o manifesto é publicado é turbulento, pois o modelo da Primeira República (1889-1930) mostra-se desgastado, principalmente pela *política do café-com-leite*, a qual privilegiava os cafeicultores e industriais. Há um movimento que se posiciona contra a entrada do capital estrangeiro no país, principalmente norte-americano, o qual é altamente combatido na obra *O rei da vela*, também de Oswald de Andrade, publicado em 1933. Um texto que apresenta, de forma polêmica, os mecanismos da engrenagem socioeconômica do país, em especial, o processo de subordinação brasileira aos monopólios internacionais, principalmente norte-americanos.

O Manifesto Antropófago lança um olhar vanguardista ao propor uma produção literária que refletisse a identidade cultural brasileira, pela fuga aos padrões europeus que ainda eram praticados no país na década de 1920, e, portanto, pela renovação literária. Esse manifesto rebelde revela um quadro de insatisfação intelectual e política frente às manifestações culturais do início do século XX. O desejo de Oswald de Andrade por uma cultura mergulhada na herança dos índios, dos africanos e dos mestiços, com um rumo próprio, que se tornasse robusta no cenário internacional, foi, timidamente, se construindo. Não seria exagerado afirmar, tendo conhecimento da obra do autor, que Oswald de Andrade almejava a democratização das artes, em especial da literatura, por meio de sua dessacralização. Sua atitude '[...] representa um esforço para retirar à literatura o caráter de classe, transformando-a em bem comum a todos' (Cândido, 2006:171).

Sobre esse quadro cultural da época, que tinha ainda a Europa como modelo a ser imitado, Sodré (1995: 480) sinaliza que a transplantação cultural não era uma escolha, mas um caminho, pois '[...] é um fenômeno específico do sistema colonial. Não é um caso particular do Brasil. Dentro do sistema colonial, não há outra solução'. Esse ponto de vista evoca que a construção de uma consciência literária no país pós-colonial não precisava ver o modelo europeu como um entrave na vida intelectual do país, aceitando-a como herança que foi deglutida, como aponta Oswald de Andrade, a qual disparou criações originais que promoveram a renovação cultural e a definição de uma produção brasileira.



A libertinagem do Manifesto Antropófago quis romper com o entorpecimento dos sentidos, superando a ideia de subalternidade que havia em relação à produção europeia, e, nesse sentido, renovou pontos de vista. Essa renovação pode ser percebida, por exemplo, na obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade, que, por meio da personagem cujo nome é homônimo à obra, apresenta uma forma rica de interpretação de um país cuja diferença étnica é sua riqueza. Fruto de um trabalho de pesquisa, *Macunaíma* teve como palimpsesto a obra de Koch-Grünberg, e sua elaboração trata-se também de um exercício de interlocução com essa obra, em um processo de antropofagia.

Essa rapsódia apresenta originalidade pela ironia com a qual o autor lida com a dependência cultural brasileira, ampliando os sentidos, tendo em vista que a ironia pode levar o leitor a construir um significado oposto ao sentido literal, subvertendo, portanto, a linguagem. Outro ponto a destacar é a fragmentação da narrativa que coloca o leitor em estado de perda ao se deparar com um enredo que não se identifica mais com os modelos de romances convencionais do século XIX. Ainda, pela justaposição entre o popular e o erudito, como podemos observar na *IX Carta pras Icamiabas*, onde identificamos a exploração de um tom formal pelo uso do pronome vós. O aproveitamento do popular, do folclore brasileiro, das credences populares, da religiosidade atribui à obra um aspecto diferente daquele que vinha sendo explorado até o começo do século.

Nem bem reza recomeçou se viu pular no meio da saleta uma fêmea obrigando todos a silêncio com o gemido meio choro e puxar canto novo. Foi um tremor em todos e as velas jogaram a sombra de cunhã que nem monstro retorcido procanto do teto, era Exu! (Andrade, 2014: 46).

Situando a figura do índio como sujeito que se opõe ao estrangeiro invasor – que na obra é representado pela personagem Venceslau Pietro Pietra - o Gigante Piaimã -, o repertório indígena é trazido para a obra sinalizando o desejo de demarcar diferenças culturais: '[...] freqüentava com aplicação a murua a poracê o torê o bacorocô a cucuicogue, todas essas danças religiosas da tribo' (Andrade, 2014: 2). Ao trazer os costumes do povo brasileiro para o cenário literário, Mário de Andrade quer sugerir uma nova atitude do escritor frente ao objeto literário.

*Macunaíma* é uma obra que se constitui por aforismos cuja dinâmica revela a produtividade da obra; seu valor constrói-se, principalmente, pela riqueza semântica do texto que resvala para a ambiguidade, abrindo-o para a plurissignificação. Um texto aberto, estrelado, plural (como diria Barthes em *S/Z Sarrasine*). Por isso, sua leitura é incômoda ainda hoje. Publicado em uma época em que havia uma frágil circulação do livro literário, quase nenhuma propaganda (com exceção daquela oriunda de Monteiro Lobato), a repercussão da obra no final da década de 1920 foi pequena, como aponta Santiago (2002), pois o terreno ainda era pouco propício para o comércio de livros. O autor indica a baixa tiragem de livros de autores consagrados como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Monteiro Lobato e o próprio Mário de Andrade, cuja primeira edição da *Macunaíma* foi de 800 exemplares, sendo custeada pelo próprio autor. Esse dado revela-nos que ainda no início do século XX a evolução da indústria da impressão e a

profissionalização dos escritores era um percalço para a formação de leitores no Brasil.

A baixa circulação de *Macunaíma* não está atrelada à experimentação estética ousada, mas ao contexto no qual foi gerado: alta taxa de analfabetismo no país que estava relacionada às parcas condições de ensino escolar e, conseqüentemente, à falta de hábito de leitura, como também pela quase inexistência de um comércio de livros (Santiago, 2002). Esse quadro cultural limitou o uso do livro como objeto de consumo no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e as editoras assumiram papel importante na sua circulação.

Hallewell (2005, p. 33) argumenta '[...] como o desenvolvimento da literatura brasileira foi determinado pelas circunstâncias econômicas, práticas comerciais e condições técnicas da indústria editorial'. Assim como a impressão era determinante para que se constituísse a cultura da leitura, também era o processo de distribuição e divulgação do livro. Hallewell (2005) aponta que o grau de dependência ou independência de um país se observa também pela sua produção editorial, e seu estudo nos permite perceber os obstáculos à comercialização do livro no Brasil.

Se até meados do século XIX, o Brasil se viu impedido de imprimir em solo brasileiro, no começo do século XX se vê diante da problemática da distribuição do livro, que é um dos percalços indicados por Santiago (2002) de *Macunaíma* não ter a repercussão desejada. A luta de Monteiro Lobato como editor para ampliar o processo de distribuição de livros publicados no país revela a dificuldade que o mercado editor possuía ainda no final da década de 1920. Lobato buscou mudar a visão do livro para um negócio como outro qualquer, distribuindo-o em padarias e outros tipos de comércio, incentivando sua venda como mercadoria.

Sua luta mostra-nos, também, que havia um público leitor ávido aguardando sempre por livros. É o caso de *Urupês* cuja primeira edição, de mil exemplares, foi esgotada em um mês e a quinta edição no mesmo dia da publicação. A experiência de Lobato como editor e suas ações revolucionárias conseguiram não só cultivar um público leitor como identificar as fragilidades do mercado de livros relacionados à produção, à distribuição e à venda. No que diz respeito à produção, o autor dedicou-se a dar espaço a novos autores, a pagar direitos autorais, a melhorar o *layout* da capa do livro e sua aparência interna inserindo ilustrações nele, a trocar a matéria prima por uma mais adequada. A distribuição passou a ser feita em vários pontos do Brasil, não se restringindo a livrarias e a venda passou a contar com a ajuda de propagandas, o que o levou, em 1920, a vender em média quatro mil livros por mês. Se *Macunaíma* tivesse sido publicado pela editora de Lobato, com certeza a repercussão da obra teria sido outra.

Independentemente de sua pouca circulação, essa obra abriu campo para uma literatura experimental, trabalhando princípios estéticos decisivos para a geração de escritores modernistas que estava se constituindo no país. O ideal estético proposto por Mário de Andrade propõe uma leitura aos saltos, porque se trata de uma escrita que se constitui a partir das possibilidades de combinação de textos, exigindo que a cada leitura o leitor lance-se a um movimento de ressignificação da obra pela conectividade com outros textos. O empenho de Mário de Andrade em *Macunaíma* mostra-se contra o enredo fácil, prazeroso, em prol de uma narratividade que desloque o

olhar do leitor para acontecimentos periféricos, que o permita perceber os textos subliminares. Seu projeto o levou a construir um texto poroso, sugestivo e, nesse sentido, inacabado, que encontraria eco anos depois na obra de João Guimarães Rosa.

Cândido (2006) afirma que a literatura brasileira adquiriu consciência de sua realidade após a Independência, e, sem dúvida, é no movimento modernista que essa consciência ganha força e se faz perceber, seja do ponto de vista da produção literária seja do ponto de vista da recepção. Com *Macunaíma*, vimos acenado o desejo não apenas de uma produção brasileira própria, mas transgressora, um texto escrevível como diria Barthes (2003), que se constrói não apenas pelas mãos do autor, mas também do leitor. Paralelo a esse desejo, delinea-se uma demanda por mudanças de hábitos de leitura que precisam buscar no texto linhas de fuga, suas diversas entradas e saídas, uma proposta estética e política que encontra no Modernismo respaldo para a livre expressão.

### Considerações finais

A literatura é uma prática artística, mas social e política. Sua produção, assim, como sua recepção, depende, também, do contexto, apesar de não determiná-los, como indica Cândido (2006). Por isso, quando lidamos com a formação de leitores no país não basta observarmos como acontece a interação entre público e obra. É nesse sentido que exploramos o contexto em que se formou o público leitor no Brasil, em um processo de investigação acerca do movimento que se construiu em torno dos livros. No final desse percurso pela história da formação do público leitor no país, podemos afirmar que esse processo não dependeu apenas de escritores talentosos e ousados, nem da disposição para a leitura de pequenos grupos, mas principalmente das condições do mercado editorial brasileiro. Cândido (2000), em *Formação da literatura brasileira*, aponta para uma tríade que irá precisar quando nasceu a literatura brasileira: a existência de um conjunto de produtores literários, um conjunto de receptores, um mecanismo transmissor. Dessa forma, a existência de uma literatura nacional legitima-se nas relações que se estabelecem entre obra, autor e público o que nos leva a entender porque o país teve um lento desenvolvimento nas letras.

Nosso trajeto pelo Brasil colonial permitiu-nos perceber que a escassez de um público leitor justifica-se em parte pela dificuldade de acesso às obras que se fazia via importação, assim como pela interdição da impressão em solo brasileiro, retardando a expressão, limitando a classe letrada e prolongando a manutenção do sistema da colonização brasileira implantado. Apenas no Brasil oitocentista que a movimentação interna de grupos em torno das letras, como as Academias, o Folhetim que provoca o recitativo, a criação de revistas, além das repúblicas de estudantes que se formaram com a criação de cursos superiores no país alavancaram a circulação do livro e forjaram um comércio de livros paralelo e clandestino. Apontamos que a falta de hábitos de leitura advinha, também, da inexistência de condições de ensino. Quando a educação passou a ser oferecida pelo poder público, quando a mulher adquire o direito à escolarização, o iletrismo no país começa a ser pauta nas rodas políticas.

Ao discutir as tensões e as contradições que se estabeleceram entre a produção e a recepção da obra, percebemos que uma dessas tensões diz respeito às condições editoriais no Brasil até o início do século XX, que interferiram no processo de formação de leitores e fizeram parte da história do país retardando a democratização do livro e, conseqüentemente, segregando a leitura a pequenos grupos. A história do livro e a formação de leitores constituíram-se entre o hábito de servidão e o desejo de liberdade.

Vimos, ao longo deste artigo, que um quadro de complexidade política obnubilou a evolução da indústria da impressão e do comércio de livros interferindo na profissionalização dos escritores e na ampliação do público leitor. Poucas condições políticas desfrutaram-se. A partir do momento que o modo de produção e de circulação do livro encontra outras vias que não a da importação, quando cessam as restrições impostas à imprensa brasileira, quando a escolarização passa a ser um dever do estado, começamos a ver delinear-se o quadro utópico de leitores pintados por Machado de Assis e José de Alencar em suas obras. No entanto, no século XX, ainda muito se tinha a fazer para que o Brasil se tornasse um país de livros e de leitores, pois, na década de 1930, o livro volta a ser objeto incendiário e alvo dos censores. Mas esse assunto será tratado em outro artigo.

Por ora, finalizamos lembrando o desejo de Castro Alves no poema *O livro e a América* em que ele anuncia o poder construtivo dos livros. Deus se dirige a Colombo e lhe atribui uma tarefa: *Vai, Colombo, abre a cortina! Da minha eterna oficina.../ Tira a América de lá.* E Colombo, depois de lançar um olhar ao mundo e ver que tudo está em ordem, responde que seu desejo é marchar: *Eu quero marchar com os ventos, com os mundos... co'os firmamentos!!!* Mas Deus o lembra de que grandes marchas levaram a Grécia, Roma e a Alemanha à destruição e que a leitura é a marcha que deve ser iniciada, que *o livro – esse audaz guerreiro/ que conquista o mundo inteiro* será o instrumento que permite ao povo pensar!

## Referências

- Abreu, M. (2009), “Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro Joanino”. *Revista Floema*, ano III, n. 5 A: p. 7-30.
- Alencar, J. (2006), *Senhora*. São Paulo: Escala Educacional.
- Algranti, L. M. A. (2011), “Tabernas e botequins, cotidiano e sociabilidade no Rio de Janeiro (1808-1821)”. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2: p. 25-42.
- Alves, C. (200-), “O livro e a América”, in Domínio público, *Espumas flutuantes*. URL [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/wk000623.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/wk000623.pdf) [ 20 jun. 2015].
- Andrade, O. de. (200-), “Manifesto antropófago”. *UFRGS*. URL <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. [ 3 fev. 2015].
- Andrade, M. de. (2014), “Macunaíma”. *Arca literária*. URL <http://vivelatinoamerica.files.wordpress.com/2014/01/macunaima-de-mario-de-andrade.pdf> >. [6 maio 2015].
- Aragon, S. (2006), “Les lectrices des lumières dans la littérature française”, in T. Bremer & A. Gagnoud. *Modes de lecture dans*

- l'Europe des Lumières - textes recueillis*, vol. 7, Montpellier, Université Paul Valéry-Montpellier, 2006: 43-54.
- Assis, M. de. (1994), *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Barbosa, R. (2010), "Textos selecionados", in M. C. G. Machado, *Rui Barbosa*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massanganga. URL <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4715.pdf>. [3 junho 2015].
- Barthes, R. (1992), *S/Z — uma análise da novela Sarrasine de Honoré de Balzac*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barthes, R. (2003), *O prazer do texto*. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.
- Cândido, A. (2000), *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6a edição, Belo Horizonte: Itatiaia Ltda.
- Cândido, A. (2006), *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9a edição, São Paulo: Queroz.
- Deaecto, M. M. (2011), *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo: Edusp.
- Hallewell, L. (2003), *O livro no Brasil: sua história*, São Paulo: EDUSP.
- Lajolo, M.; Zilberman, R. (2003), *A formação da leitura no Brasil*, São Paulo: Ética.
- Martins, M. L. (2001), "Sob o signo da censura", in M. L. T. Carneiro, *Minorias silenciadas: história de censura no Brasil*, São Paulo: Edusp, FAPESC.
- Prado Jr., C. (2011), *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Santiago, S. (2002), "A trajetória de um livro", in *Nas malhas das letras*, Rio de Janeiro: Rocco.
- Schwarz, R. (2000), *Um mestre na periferia do capitalismo*, São Paulo: editora 34.
- Sondré, N. W. (1999), *História da imprensa no Brasil*. 4a edição, Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Sondré, N. W. (1995), *História da Literatura Brasileira*. 9a edição, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- Souza, S. C. M. de. (2007), *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*, Campinas, SP, [s.n.].

# Nilton da Silva morreu longe de casa: o assassinato político de um exilado e sua posterior inclusão em uma narrativa da ditadura civil-militar brasileira

Maurício Marques Brum

## Abstract

Nilton Rosa da Silva, a Brazilian exile, was murdered by a right-wing militia in Chile in June 1973, three months before the coup led by Pinochet. A member of the Revolutionary Left Movement, his political assassination led to a peculiar situation: hiding from the Brazilian repression and killed before the Chilean military coup, Da Silva was not a direct victim of any dictatorship, remaining overlooked for many years in the lists of victims of both regimes. This article analyzes the way in which Da Silva has been gradually included, since the 1990s, in narratives about the Brazilian dictatorship. Using reports produced by different commissions that investigated human rights violations during the military rule in Brazil (1964-1985), we demonstrate how Da Silva was eventually acknowledged as a victim of the Brazilian dictatorship, culminating with his addition in the final report by the Brazilian National Truth Commission in 2014.

**Keywords:** Brazilian dictatorship; Exile; National Truth Commission (Brazil); Nilton Rosa da Silva; Political assassination; Revolutionary Left Movement (Chile).

## Introdução

No sábado, 16 de junho de 1973, o *Jornal do Brasil* foi o primeiro diário a informar: ‘Um estudante morreu – o brasileiro Nilton Rosa, 24 anos [...] – e outras 64 pessoas ficaram feridas num choque entre estudantes que apoiam o Governo do Presidente Salvador Allende e grupos da Oposição, que se encontraram a dois quarteirões do Palácio de la Moneda’ (*Jornal do Brasil*, 1973: 1). No dia seguinte, outros jornais brasileiros trariam mais detalhes, ainda muito incompletos, sobre aquele jovem praticamente desconhecido que havia sido vitimado nas ruas de Santiago do Chile. As escassas informações publicadas no país fizeram saber que Nilton Rosa da Silva militava no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), era gaúcho de origem, estudava no Instituto Pedagógico da Universidade do Chile e – no aspecto talvez mais importante para o leitor brasileiro – escreveu-se ainda que o militante de 24 anos era um exilado político. No entanto, já na segunda-feira seguinte o assunto estava definitivamente silenciado, e nenhum grande diário do país voltou a trazer fatos sobre Nilton da Silva (Brum, 2015).

Sua morte havia sido um crime político, ocorrido durante uma manifestação a favor de Allende, em um momento em que grupos pró-governo entraram em confronto com movimentos que desejavam sua derrocada. Nilton, membro do MIR, organização que pregava a luta armada para se alcançar a revolução socialista – mesmo num momento em que o Chile era governado democraticamente por um presidente que defendia a transição ao socialismo dentro da legalidade –, havia caído por obra da Frente Nacionalista Patria y

Libertad, milícia paramilitar que assumidamente lutava por um golpe contra Allende. No entanto, essas circunstâncias não foram suficientes para, num primeiro momento, fazer o assassinato de Nilton ganhar destaque fora dos círculos da esquerda chilena. O silêncio que tomou quase de imediato os jornais brasileiros persistiria pelas décadas seguintes, no Brasil e no Chile, colocando Nilton da Silva numa situação peculiar: por um lado, embora tivesse se exilado para fugir da ditadura brasileira, sua morte não tivera relação direta com o regime militar de seu país natal; por outro, ainda que tenha sido assassinado em meio ao processo que levou à ditadura no Chile, Nilton havia caído num momento em que aquele país ainda vivia sob democracia.

Deste modo, o estudante brasileiro vitimado por causas políticas em Santiago passou mais de vinte anos numa espécie de limbo: vítima indireta de duas ditaduras, parecia não ser responsabilidade de nenhuma delas. A partir da década de 1990, no entanto, um novo processo levado a cabo por seus antigos amigos, colegas de aula e companheiros de militância, junto a movimentos mais amplos em busca de recuperação da memória e defesa dos direitos humanos, passou a incluí-lo na mesma narrativa das vítimas do regime militar brasileiro – e, numa situação análoga ocorrida no Chile, também o fizeram aparecer em reconstituições da esquerda chilena sobre aquele período, figurando agora entre as vítimas da violência política, que até então costumavam se centrar somente naqueles caídos após o 11 de setembro de 1973, quando Pinochet tomou o poder. Este artigo discute a forma como se deu, no Brasil, o processo de ressignificação da trajetória de Nilton da Silva, desde a superação do silêncio em torno de sua história nos anos 1990 até o reconhecimento oficial das circunstâncias políticas de sua morte pelo Estado brasileiro, com a inclusão de seu nome no relatório definitivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresentado em fins de 2014.

### No Chile, a imediata apropriação de um assassinato político

Natural do estado do Rio Grande do Sul, Nilton da Silva viveu na capital Porto Alegre antes de se exilar. Coursou o ensino secundário no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o ‘Julinho’, conhecido por sua efervescência política e berço de diferentes movimentos de oposição à ditadura brasileira instaurada em 1964. Nos corredores do ‘Julinho’, Nilton envolveu-se no movimento estudantil e chegou a integrar a direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), no biênio 1967/68 (Lisbôa, 2010: 287), até que o Ato Institucional Número 5 colocasse a instituição à margem da legalidade, provocando também o fechamento do grêmio estudantil do colégio.

Nilton da Silva passou a viver no Chile em 1971, aos 22 anos, impondo-se um autoexílio e seguindo o caminho de muitos ex-colegas seus, que viam no país governado por Allende uma rara alternativa democrática em um continente eivado de ditaduras. Embora não haja indícios de que Nilton tenha sido pessoalmente perseguido pelo regime brasileiro – apenas documentos registrando sua malvista participação no movimento estudantil –, muitas pessoas de seu círculo de colegas de aula ou companheiros de militância estavam sendo visadas naquele momento, o que provavelmente pesou em sua decisão de deixar o país.

Uma vez em Santiago, o jovem brasileiro tornou-se estudante do curso de Castelhana no Instituto Pedagógico da Universidade do Chile. Interessado em poesia, chegou a lançar um livro a mimeógrafo – escrito em espanhol –, intitulado *Hombre América*, no qual estão explícitos tanto um sentimento internacionalista pela causa revolucionária quanto um forte repúdio ao regime militar brasileiro. No prefácio desse volume, único trecho em prosa da obra, Nilton da Silva escreve a certa altura:

Pero mientras la lucha de clases se agudiza y se demuestra en muchos países la posibilidad real de la toma del poder por las fuerzas del proletariado, existen países como BRASIL, donde el imperialismo y fascismo se manifiesta con toda su fuerza e intenta aplastar al proletariado en su lucha. Pero, la lucha continúa, el pueblo brasileño, bajo dirección de fuerzas realmente revolucionarias, lucha por su liberación definitiva. (Silva, 1972: 2)

O pensamento de esquerda, marcante tanto na sua atuação militante prévia quanto nos textos incluídos em *Hombre América*, fez com que Nilton logo procurasse tomar parte no processo vivido no país transandino, ingressando nas fileiras da militância também naquele país. No início de 1972, tornou-se membro da Frente de Estudantes Revolucionarios (FER), braço universitário do MIR, principal grupo de esquerda do Chile a não fazer parte da Unidade Popular (UP), a coalizão que elegera Allende. A UP, encabeçada pelos Partidos Socialista e Comunista, era frequentemente alvo de críticas vindas do MIR que, embora concordasse com a essência do programa de governo, condenava o que julgava ser um excessivo ‘reformismo’ e uma tendência a buscar governabilidade através de negociações com os ‘partidos burgueses’, algo que o mirismo considerava um atraso aos interesses do povo (Enríquez, 1973a: 217-218).

Para o MIR, um recrudescimento do conflito de classes era inevitável e o plano de Allende de realizar uma transição pacífica ao socialismo se mostraria inviável: as elites econômicas e sociais do país não cederiam seus privilégios sem luta, de modo que se fazia necessário preparar e armar a população para o momento da guerra civil revolucionária (Secretariado Nacional MIR, 1970: 9-10). Muitas vezes, o MIR, que pregava abertamente a luta armada mesmo sob um governo socialista, seria tachado de ‘extremista’ pelas forças da UP (Torres, 2012: 19), mas em vários momentos houve tentativas de aproximação entre as duas partes, embora essas iniciativas jamais tenham levado a um acordo definitivo (Naranjo, 2004: 25).

Não convém, para os objetivos deste artigo, aprofundarmo-nos em demasia a respeito do pensamento mirista, mas o comentário se faz necessário para entender o uso político imediato que se procurou fazer da morte de Nilton da Silva, ocorrida em 15 de junho de 1973, em Santiago – cerca de três meses antes do golpe de Estado que alçou Pinochet ao poder. Naquele dia, uma manifestação de oposição marchou pela capital chilena para protestar contra o governo, ao mesmo tempo em que milhares de militantes de esquerda tomaram a rua em resposta, para demonstrar seu apoio a Allende. O MIR se fez presente nessa passeata, dentro do entendimento de que suas críticas ao governo não representavam uma contrariedade ao programa da UP, e sim uma tentativa de radicalizá-lo – de modo que havia que



defender Allende antes de avançar nas transformações socioeconômicas (Enríquez, 1973b: 228).

A marcha de oposição, que contou com a participação de membros armados do Patria y Libertad, entraria em conflito com os militantes favoráveis ao governo. Os confrontos do dia foram de rara violência. Em suas memórias, o general Carlos Prats<sup>1</sup> relata que o dia 15 foi marcado por ‘graves incidentes callejeros en la Avenida Bernardo O’Higgins, promovidos por los huelguistas del mineral de El Teniente y trabajadores partidarios del gobierno’, chegando ao ponto de uma bomba de gás lacrimogêneo lançada pela polícia durante os conflitos acabar entrando acidentalmente pela janela de seu próprio escritório na região central da cidade (Prats, 1985: 406). O confronto deixou duzentos feridos e um morto: precisamente o brasileiro Nilton Rosa da Silva (Salazar, 2006: 275-276).

A morte de Nilton gerou uma comoção atípica, levando milhares de pessoas às ruas no dia de seu cortejo fúnebre, o domingo 17 de junho, dois dias após o crime. Tão ou mais importante do que a quantidade de presentes, contudo, é o fato, registrado no noticiário da época, em fotografias e em relatos pessoais, de que militantes de todos os partidos da esquerda chilena se fizeram presentes naquele dia, mesmo aqueles mais críticos ao MIR, como o Partido Comunista. Essa situação logo faria com que as lideranças miristas procurassem apropriar a morte do estudante brasileiro, transformando-o num “mártir” da esquerda, utilizando o episódio para justificar o discurso do movimento quanto à necessidade de aproximar as várias correntes revolucionárias do país, organizar a população para defender o governo, resistir à possibilidade de um golpe e, finalmente, radicalizar o processo para efetivar a transição ao socialismo (Santa Cruz, 1973: 8-9). Miguel Enríquez, secretário-geral do MIR, comentaria no dia do funeral: ‘No existe mayor homenaje a la muerte de un revolucionario que extender e impulsar las ideas por las que ofrendó su vida’ (Enríquez, 1973c: 4713).

Analisar as apropriações da morte de Nilton pelo MIR, porém, foge ao escopo deste artigo. Por ora, interessa-nos o fato de que o assassinato ganharia outras apropriações posteriores, conforme novos acontecimentos se sucedessem. Se a morte havia sido inicialmente adotada pelo MIR para fortalecer seu discurso em busca de aproximação com o restante da esquerda, esse uso logo seria relegado pelo surgimento de outras circunstâncias. Posteriormente, com a grande perseguição ao MIR e à esquerda em geral que se seguiu ao golpe vitorioso de 11 de setembro, episódios anteriores ao regime de Pinochet acabariam por empalidecer na narrativa mais ampla dos sofrimentos pelos quais os militantes de esquerda passaram. Assim, casos como o de Nilton da Silva frequentemente passaram a um relativo esquecimento nas décadas em que o regime de Pinochet

---

<sup>1</sup> Carlos Prats foi comandante do Exército chileno entre outubro de 1970 e agosto de 1973. Constitucionalista, seria em vários momentos um dos esteios nos quais o governo Allende se apoiou para contornar as crises. Em outubro de 1972, durante a greve dos transportes que representou a crise mais grave do governo até então, Prats ocupou o Ministério do Interior, cargo equivalente à vice-presidência. Pressionado pela direita, renunciou ao comando do Exército em agosto de 1973, deixando inadvertidamente o caminho livre para Pinochet, que ocupava posto imediatamente inferior na hierarquia. Prats abandonou o país poucos dias após o golpe, passando a viver em Buenos Aires. Seria assassinado um ano mais tarde, em setembro de 1974, por uma bomba instalada em seu automóvel pela Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), a polícia secreta do regime pinochetista.

vigorou, visto que interessava mais, naquele momento, denunciar as violações cometidas pela ditadura chilena.

O que analisamos a seguir, portanto, não é a maneira como Nilton Rosa da Silva integrou o discurso do MIR em 1973, mas ressignificações posteriores pelas quais sua morte passou, no período da redemocratização – tanto no Brasil quanto no Chile. Como demonstraremos, desde a década de 1990, a partir de iniciativas independentes, e depois também por meio de ações do próprio Estado brasileiro, Nilton deixará de ser o estudante cuja morte quase não repercutiu em seu país natal e passará a ser incluído ao lado das vítimas diretas da ditadura brasileira. Para isso, foram consultados os relatórios organizados por comissões – independentes e governamentais – destinadas a investigar as violações de direitos humanos cometidas no período ditatorial (1964-1985), em busca das menções a Nilton da Silva. Também procuramos observar outros materiais produzidos desde a década de 1990, por ex-estudantes do “Julinho” e do Instituto Pedagógico, além de militantes do MIR, nos quais antigos amigos e conhecidos de Nilton trazem breves memórias sobre seu convívio com ele. Como comentam Ginzburg e Poni em um texto clássico,

Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. (Ginzburg; Poni, 1989: 173-174)

A partir da recuperação de documentos nos quais Nilton Rosa da Silva é citado, décadas após sua morte, é possível observar uma ressignificação de sua trajetória, de sua condição de exilado e, finalmente, de seu assassinato. Gradativamente, até a inclusão de seu nome no relatório da CNV em 2014, Nilton passa a fazer parte da história das perseguições da ditadura brasileira, ainda que na condição de vítima indireta e, num processo similar ocorrido no Chile (embora sem o mesmo reconhecimento oficial), também passa a ser visto como uma inegável vítima do mesmo pensamento político que depois seria empregado amplamente contra a esquerda durante o regime de Pinochet.

### Comissões investigadoras e relatos pessoais: as ressignificações da morte

No momento do fato, como vimos, a morte de Nilton Rosa da Silva repercutiu pouco no Brasil. Isso não impediu, no entanto, que nas décadas seguintes o nome do jovem nascido em Cachoeira do Sul voltasse a ser recordado, por meio de iniciativas independentes que mais tarde provocariam, inclusive, uma resposta governamental.

Se o MIR havia procurado utilizar de imediato a morte do brasileiro para promover a mensagem e o programa radicalizados que a organização tinha para toda a esquerda, e se no Brasil a imprensa não trazia informações mais detalhadas sobre o estudante morto no exílio, um movimento paralelo de apropriação da morte de Nilton começaria a ocorrer. A partir de seu círculo de conhecidos,

brasileiros e chilenos, com os quais ele havia convivido na militância política e na rotina estudantil do Instituto Pedagógico, tratou-se de incluí-lo numa outra narrativa, menos ligada às preocupações políticas e institucionais do mirismo, e mais relacionada às experiências comuns que eles haviam tido – incluindo o sofrimento pelo qual muitos deles passaram depois do golpe de 1973, que Nilton sequer viveu.

Para aqueles que conheciam o exilado brasileiro, lembrar sua trajetória parece ter tido duas motivações principais: por um lado, havia a necessidade de ressaltar alguns aspectos pessoais que vinham sendo atropelados pelas apropriações políticas realizadas no âmbito do mirismo; e, por outro, após o golpe de 11 de setembro, recordar a morte de Nilton da Silva passou a ser também uma busca por incluí-lo na narrativa dessa outra experiência de repressão posterior. Havia que colocá-lo ao lado das vítimas das ditaduras (brasileira e chilena), ainda que ele tivesse morrido num Chile democrático. Nessa apropriação, o fato de o levante de Pinochet somente ter ocorrido três meses mais tarde era menos importante do que a situação de que Nilton militava contra a própria possibilidade de um golpe, e havia sido morto pelos grupos que buscavam a derrubada do governo democraticamente eleito. Para esta visão, ele devia ser compreendido como parte indissociável do processo que ajudou a desencadear a violenta repressão que veio a seguir e vitimou centenas de outros miristas e membros dos partidos da UP.

Tais assimilações da morte de Nilton da Silva podem ser observadas em vários indícios ocorridos em décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos 1990. Hoje, nas construções memorialísticas da repressão que se realizam no ex-Pedagógico, convertido na atual Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación (UMCE), Nilton costuma ser recordado como uma “primeira vítima” da instituição em um contexto de perseguições políticas contra aqueles identificados com a esquerda no país. Em 11 de setembro de 2013, no quadragésimo aniversário do golpe, ocorreu na UMCE uma exposição intitulada ‘A 40 años del golpe en el Ex Instituto Pedagógico’. O brasileiro foi recordado nas falas de ex-colegas, convidados a subir ao palco e contar suas memórias aos professores e alunos da atualidade, e nos materiais produzidos pelos estudantes de hoje, listando as histórias dos estudantes que caíram sob Pinochet. Nilton da Silva era, com efeito, o único ali lembrado a ser morto *antes* do golpe de Estado. No texto disponível para os visitantes, a nota biográfica do brasileiro trazia as seguintes informações:

Poeta combatiente de Castellano, Nilton Rosa da Silva nació en Brasil y murió en Chile el 15 de junio de 1972.

Era un exiliado, un refugiado político de la dictadura brasileña. Llegó al Pedagógico a estudiar Pedagogía en Castellano en 1972, era militante del FER (el frente estudiantil del MIR de este tiempo). Vivía en el pensionado de alumnos del pabellón J, en el edificio que ocupa actualmente Filosofía.

El 15 de junio de 1973, un sector de mineros de Rancagua se alzaba contra Allende y marchaba hacia Santiago, encabezados por bandas armadas de derecha. Estudiantes y obreros fueron a hacer una contra manifestación en apoyo al gobierno de la Unidad Popular. En esa manifestación y con sorpresa y dolor de todos, Nilton cayó muerto con

un disparo en la cabeza, en San Martín con Alameda, cerca del Comité Central del Partido Socialista. Tenía 24 años.

Nilton no fue el primero, y con el golpe de septiembre del '73, estaría lejos de ser el último militante de izquierda que muriese en Chile. Sin embargo, su asesinato provocó una conmoción como pocas veces visto en el país hasta el momento.<sup>2</sup>

Esse reposicionamento de Nilton na narrativa do golpe chileno e da ditadura brasileira ocorre em simultâneo a um processo que buscou valorizar traços de sua personalidade e individualidade, aspectos que haviam sido um tanto relegados no instante de sua morte: nas apropriações realizadas pelo MIR após os fatos de 15 de junho de 1973, a contingência do momento exigia menos que se exaltasse Nilton da Silva pelo que ele havia sido individualmente, e mais por aquilo que sua experiência tinha no sentido de provocar identificação nos demais militantes da esquerda – isto é, sua própria condição de militante, de ‘combatente internacionalista’ pela causa revolucionária.

Sem minimizar a importância de sua militância, os textos posteriores escritos por aqueles que conheceram Nilton da Silva de alguma forma procuraram destacar outras situações marcantes numa experiência mais íntima. Seu amor pela literatura e pela escrita é algo que costumeiramente aparece, vide o relato do próprio Oscar Aguilera:

Nuestro curso tenía marcadas inclinaciones por la poesía, el teatro y la música. Al poco tiempo después de la semana mechona, nos dedicábamos a hacer lo que ahora se llamaría “acciones de arte”. Ocupábamos sorpresivamente los prados o el casino y nos poníamos a declamar a voz en cuello, acompañados de guitarra y canciones. En la primera línea siempre estaba Nilton recitando un poema en un portugués casi incomprensible, que terminaba preguntando “qué es liberdade”. Pero nuestros primeros meses en la Universidad de Chile fueron adquiriendo minuto a minuto toda la temperatura que vivía el país. Vino el siniestro Paro de Octubre del 72. Nilton también estuvo en la primera línea. Ese destino lo llevaba marcado en la frente. Algún día, por ese tiempo, nos prestamos libros: le llevé a su pensionado de alumnos del pabellón J, el edificio que ocupa actualmente Filosofía, un ejemplar del *Canto General* de Neruda. Él me pasó *La Literatura*, de Gorki. Nunca nos devolvimos nuestros respectivos libros. Algún día lo haremos. (Aguilera, 2005: 2)

O gosto de Nilton Rosa da Silva pelos livros também é mencionado por Cláudio Gutiérrez, colega seu no ‘Julinho’, antes do exílio. Gutiérrez recorda uma época anterior ao exílio e, num comentário sobre um encontro da UGES no início de 1968, fala brevemente sobre o amigo:

Em março de 68, fomos a um encontro da UGES em Santana do Livramento. Deslocou-se para Santana um grande número de estudantes de Porto Alegre, dentre os quais o Nilton Rosa, o Bem-Bolado. O Bem-Bolado, estudante do Julinho, natural de Cachoeira do Sul, era um tipo humano característico e marcante. Fisicamente, lembrava o personagem Rolo do Maurício de Souza, e andava sempre com uma pilha de livros debaixo do braço: Sartre, Camus, Kafka. Não pertencia à organização,

---

<sup>2</sup> Material relativo à exposição “A 40 años del golpe de Estado em el Ex Instituto Pedagógico”, ocorrida em 11 de setembro de 2013.

mas andava sempre nas nossas confusões. A hospedagem do Bem-Bolado na casa onde ficamos foi condicionada a que tomasse uma ducha de chuveiro, coisa que fez a contragosto e tiritando, pois na Rivera de março de 1968 o tempo já era frio. (Gutiérrez, 1999: 64)

Finalmente, em texto mais recente, Raul Ellwanger também fez menção a Nilton da Silva, num raro momento em que o nome deste apareceu para um grande público: em artigo publicado no jornal *Zero Hora*, o principal diário de Porto Alegre, em 2012. Ellwanger não fazia parte do círculo mais próximo de amigos de Nilton, mas passou pelo Pedagógico na mesma época, como estudante do curso de Sociologia. Mesmo sem ter integrado o MIR e frequentando outras aulas, Ellwanger conviveu muito de perto com as repercussões da morte do colega brasileiro, e com o passar dos anos reuniu cada vez mais testemunhos a seu respeito, uma vez que passou a coordenar as ações do Comitê Gaúcho da Verdade, Memória e Justiça Carlos de Ré. Nesse texto de 2012, busca listar algumas características pessoais de Nilton que costumam ser mencionadas por aqueles que o conheceram:

O sangue do Brasil ficou também por lá. O poeta Nilton Rosa da Silva, de Cachoeira do Sul, foi um jovem estudante que vivenciou a experiência democrática da Unidade Popular. Alegre, brincalhão, solidário, desapegado, namorador, cantor, voluntário social, este moço “brancaleone” era exemplo da alegria transformadora que iluminava o Chile e os milhares de asilados recebidos pelo governo de Salvador Allende. Engajado nos movimentos populares, em 15 de junho de 1973 foi abatido por uma bala em plena Alameda Central de Santiago, à luz do dia, durante uma manifestação de defesa da legalidade. Mais de 100 mil pessoas assistiram ao seu sepultamento, que se constituiu num ato político internacionalista histórico. Amigos, poetas e ativistas no Chile e no Brasil seguem cultuando seu nome, memória, exemplo e sacrifício, como prenda de um passado nobre e solidário e de um futuro justo e democrático. (Ellwanger, 2012: 18)

Como os exemplos demonstram, a morte de Nilton da Silva havia passado por uma notável ressignificação, num movimento distinto daquela apropriação realizada pelo MIR em 1973. Na época, o sacrifício do estudante brasileiro tornou-se parte de um discurso que buscava responder à contingência da crise. Passados o golpe e a redemocratização, a história de Nilton começou a ser recuperada como parte do contexto mais amplo da repressão política. A menção a sua morte como ‘prenda [...] de um futuro justo e *democrático*’ é um exemplo dessa associação a novos significados: embora o MIR falasse em lutar para construir a ‘democracia’, sempre se referia a ela como uma democracia social, de caráter participativo direto (Torres, 2010: 50-51). O movimento que Nilton da Silva era, na realidade, um ferrenho crítico da democracia liberal e ‘burguesa’, modelo hegemônico em 2012 e no qual a maioria dos leitores atuais provavelmente pensaria ao ler o trecho de Ellwanger. Repetia-se, também, a busca por ressaltar aspectos pessoais, como na série de qualidades listada no artigo – ‘brincalhão, solidário, desapegado, namorador, cantor, voluntário social’.

Pelo fato de ter saído do Brasil e de haver morrido num Chile ainda democrático, escapando à repressão direta de ambas as ditaduras, Nilton da Silva permaneceu por muito tempo numa espécie

de não-lugar: uma vez que sua morte não havia se dado pelas mãos de agentes do Estado, era como se ela não pudesse figurar no mesmo âmbito daqueles perseguidos pelos regimes ditatoriais. Na apropriação realizada por aqueles que conviveram com Nilton e buscaram preservar sua memória, isso se modificou: agora, ele deveria ser compreendido como parte do processo que ajudou a desencadear a violenta repressão que veio a seguir e vitimou centenas de outros miristas e membros dos partidos da UP; caíra, afinal, por razões igualmente políticas, e por parte de um grupo de caráter golpista. Na realidade, nem mesmo a distância de seu país natal o isola completamente da ditadura brasileira, visto que o processo que levou ao golpe no Chile contou com apoio subterrâneo do regime militar então encabeçado por Emílio Médici. O Brasil seria, por exemplo, o primeiro país do mundo a reconhecer o governo golpista no Chile, condição que Pinochet recordaria por muitos anos:

Esas tarde [11 de septiembre] me encontraba en la oficina del Director de la Escuela Militar, cuando llegó el Embajador de Brasil en Chile, señor Cámara Canto, para decir que su país reconocía el nuevo Gobierno de Chile, noble gesto de ese país hermano que los chilenos nunca olvidaremos. (Pinochet, 1980: 147)

Segundo Moniz Bandeira (2008: 553-558), o Brasil imediatamente emprestou cerca de 200 milhões de dólares para o novo governo chileno começar a atuar, além de enviar um navio petroleiro e em torno de 50 toneladas de alimentos e medicamentos, para ajudar a arrefecer a crise de abastecimento que havia marcado os meses finais do governo Allende. Não só em termos de auxílio de governo a ditadura brasileira se faria presente nos primeiros tempos do regime pinochetista: também apareceria na repressão, com o envio de militares e civis treinados para ajudar nas sessões de tortura com os prisioneiros políticos (Winn, 2010: 183). Evidências recentes têm demonstrado que até mesmo o Patria y Libertad, grupo que vitimou Nilton, era apoiado e pela ditadura brasileira, inclusive com projetos de treinamento militar de seus membros, que só não teriam sido concretizados porque o golpe de 11 de setembro veio antes. Tais situações foram comentadas por Roberto Thieme, um dos principais líderes do movimento, em entrevista a Mónica González:

Después del “Tanquetazo” [29 de junio de 1973], cuando se exilió la directiva de Patria y Libertad, fue contactada afuera por el Servicio de Inteligencia de Brasil, que también apoyaba nuestro movimiento. La ayuda principal en ese país la obtuvimos del coronel Joao Figueiredo, quien después se convirtió en Presidente de Brasil. El proyecto contemplaba la preparación y el adiestramiento militar de 500 jóvenes del movimiento. (Thieme *apud* González, 2010: 189)

Todas essas circunstâncias, e a comprovação do enorme envolvimento da ditadura brasileira no processo que levou ao golpe do Chile, contribuíram para recolocar, *a posteriori*, o jovem militante do MIR no coração de um processo que enredava os dois regimes militares.

A recuperação e recolocação da morte de Nilton nesse contexto vem se dando principalmente desde a década de 1990, através de comissões destinadas à investigação de crimes políticos. A primeira vez em que sua morte foi incluída no mesmo espaço em que

figuravam outras vítimas brasileiras da repressão ocorreu em 1995, quando Nilton foi citado em dois materiais diferentes, com distintos graus de detalhamento a respeito de sua trajetória. Seu nome aparece primeiro no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, com uma nota biográfica curta: ‘Nascido em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, onde foi um ativo participante do movimento estudantil secundarista. Foi morto em 1973, numa manifestação de rua no Chile. Pertencia às Brigadas do MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionario [sic]’ (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 1995: 248).

Uma menção mais completa será vista ainda em 1995, com a alusão ao seu nome realizada pelo *Relatório Azul* produzido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Por iniciativa de movimentos de familiares e sobreviventes das perseguições dos anos 1960 e 1970, muitos dos quais haviam sido amigos e colegas de Nilton, seria incluída no texto uma breve nota, mais detalhada do que a constante no *Dossiê* supracitado:

Militante do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) [sic], do Chile. Nasceu em Cachoeira do Sul, em 2 de fevereiro de 1949, filho de Adão Alves da Silva e Iraci Rosa da Silva. Ativo militante do movimento secundarista gaúcho, “Bonito”, como era chamado, foi membro da diretoria da UGES, gestão 67/68. Pela perseguição política aos estudantes, em 1971 viajou para o Chile, integrando-se ao MIR. Apaixonado por literatura, Nilton publicou no Chile um livro de poesias, “Hombre de América” [sic]. No dia 15 de junho de 1973, Nilton participava de uma manifestação pública, quando foi atingido, morrendo instantaneamente. Seu corpo foi velado na Frente de Trabajadores Revolucionarios por centenas de pessoas e em seu enterro compareceram milhares de chilenos e latino-americanos, junto aos representantes do governo de Salvador Allende e líderes de todos os partidos de esquerda. O MIR chileno, em nota distribuída à população, conclama: “O MIR rende uma emocionada homenagem a este valoroso militante que caiu lutando na primeira fila de combate contra as forças reacionárias do Partido Nacional e da democracia cristã e chama a toda classe operária e ao povo a impor o respeito à memória deste militante revolucionário que, sem haver nascido neste país, não vacilou em arriscar sua vida e derramar seu sangue pela classe operária, os pobres e oprimidos do Chile”. (Comissão de Cidadania e Direitos Humanos..., 1995: 115)

O *Relatório Azul* trazia um total de vinte nomes, e a inclusão de Nilton Rosa da Silva entre os homenageados representava uma primeira menção oficial do poder público à sua condição de vítima de repressão política: os vinte militantes presentes no documento teriam seus nomes gravados no Memorial aos Mortos e Desaparecidos, instituído pela Lei Municipal 7.503, de 29 de setembro de 1994, e erguido em 1995 em Porto Alegre. Localizado no Parque Marinha do Brasil e atualmente em avançado estado de deterioração (Lehnen, 2014), o monumento tinha por objetivo homenagear os gaúchos mortos nos tempos de perseguição política, entre o golpe e a assinatura da Lei de Anistia – todas as vítimas em questão perderam a vida entre 1964 e 1976. Significativamente, Nilton da Silva é a única pessoa incluída no *Relatório Azul* – e no monumento – a não ter sido morta pela ação direta de alguma ditadura, num reconhecimento de seu pertencimento ao mesmo processo que havia

vitimado os outros dezenove ali citados, assassinados ou desaparecidos por obra do regime militar brasileiro (a maioria) ou de algum outro país latino-americano sob o governo de generais (casos, por exemplo, de militantes mortos na Argentina e na Bolívia).<sup>3</sup>

Ainda assim, Nilton da Silva seguiu relativamente ignorado nas investigações oficiais levadas a cabo pelo Estado brasileiro, como comprova o silêncio em torno de seu nome no relatório apresentado em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), mantida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nilton voltaria a aparecer em um documento sobre as vítimas brasileiras da repressão em 2009, na edição ampliada do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* elaborado originalmente em 1995 pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Agora intitulado *Dossiê Ditadura*, O material utilizado se baseava quase integralmente em um texto de Oscar Aguilera (2005, 2008), amigo de Nilton dos tempos de Pedagógico.

A inclusão de Nilton no *Dossiê Ditadura* de 2009 motivou que a CNV se dedicasse a investigar seu caso, fazendo com que pela primeira vez ele aparecesse em um documento oficial de nível federal sobre as vítimas brasileiras de repressão política. Em seu relatório apresentado ao final de 2014, a CNV dedica duas páginas – no volume de 1.996 laudas contendo informações sobre 434 mortos e desaparecidos, em ordem cronológica, entre 1946 e 1988 – ao brasileiro morto em Santiago. O relatório busca elucidar alguns aspectos de sua vida e de sua morte, mas, pela própria dificuldade em sugerir uma ação efetiva do governo brasileiro em relação a um caso ocorrido no exterior e sem participação direta de qualquer Estado, as recomendações apresentadas não foram totalmente conclusivas:

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nilton Rosa da Silva morreu em manifestação de rua no Chile, lutando contra a ditadura que se instaurou naquele país [sic], em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pelas ditaduras implantadas na América Latina. Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Nilton Rosa da Silva, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos. (Comissão Nacional da Verdade, 2014: 1249)

---

<sup>3</sup> Monumento instituído pela Lei Municipal 7.503, de autoria da então vereadora Maria do Rosário, e sancionada pelo então prefeito Tarso Genro. O Memorial aos Mortos e Desaparecidos inclui 20 nomes: além de Nilton Rosa da Silva, a placa comemorativa cita Alceri Maria Gomes da Silva (morta em São Paulo em 1969), Alfeu de Alcântara Monteiro (fuzilado em Canoas em 1964), Alvimar Moreira de Barros (morto em 1970 no Rio Grande do Sul), Ângelo Cardoso da Silva (morto em Porto Alegre em 1970), Ari de Abreu Lima da Rosa (morto em Porto Alegre em 1970), Bernardino Saraiva (morto em 1964 em São Leopoldo), Celso Gilberto de Oliveira (morto no Rio de Janeiro em 1970), Cilon Cunha Brum (desaparecido na guerrilha do Araguaia em 1973), Evaldo Luis Ferreira de Souza (morto em 1973 em Paulista, Pernambuco), João Batista Rita (desaparecido em 1973), João Carlos Haas Sobrinho (morto no interior de Goiás em 1972), Joaquim Pires Cerveira (desaparecido em 1973), Jorge Alberto Basso (desaparecido na Argentina em 1976), José Humberto Bronca (desaparecido na guerrilha do Araguaia em 1973), Luiz Eurico Tejêra Lisboa (desaparecido em 1972), Luiz Renato Pires de Almeida (morto na Bolívia em 1970), Manoel Raimundo Soares (morto no Brasil em 1966), Paulo Mendes Rodrigues (desaparecido na guerrilha do Araguaia em 1973) e Sonia Maria de Moraes (morta em São Paulo em 1973).



Apesar da investigação inconclusiva, a recomendação da retificação da certidão de óbito – para enquadrar a morte como fruto de violação de direitos humanos motivada por razões políticas –, traz em si um reconhecimento da responsabilidade, mesmo que indireta, do Estado brasileiro, cuja ditadura então vigente havia provocado tanto o exílio do jovem quanto oferecido auxílio (técnico e financeiro) aos grupos que buscavam o golpe no Chile e acabaram por vitimar Nilton. A insistência em recordar Nilton da Silva como parte desse contexto maior acabou por incluir sua morte, nos dois países, no cenário das duas ditaduras: no Brasil, pelo envolvimento indireto do regime ditatorial nos rumos que sua trajetória pessoal tomou; no Chile, por ter caído em meio ao processo que levou ao governo militar e à repressão pinochetista.

Ainda que no Chile nenhuma menção oficial ao nome de Nilton da Silva tenha aparecido em relatórios de suas comissões dedicadas a apurar as violações da época, ele também seguiu sendo lembrado em apropriações de amigos e ex-colegas. O ato de 2013 no Instituto Pedagógico é apenas um de vários sinais nesse sentido. Oscar Aguilera é apontado como o responsável por, desde 1993, incentivar atos em memória de Nilton. O ano coincidia com o vigésimo aniversário do assassinato (e do golpe), e a primeira data redonda desde o fim da ditadura de Pinochet três anos antes.<sup>4</sup> Também é de Aguilera o primeiro texto mais extenso sobre Nilton da Silva, o qual, escrito sem a certeza de que a tumba do brasileiro ainda existia, foi intitulado ‘Todo este territorio es tu sepulcro’ e incluía a passagem: ‘Nilton fue enviado a una fosa común. Sus restos se extraviaron en ese momento de la historia de Chile. Como dice en un verso Ernesto Cardenal “todo el territorio nacional es su sepulcro”’ (Aguilera, 2008: 119).

A dificuldade em localizar a sepultura de Nilton se deveu à inversão de seu sobrenome nos registros do Cemitério Geral de Santiago, por conta do formato hispânico, no qual o nome paterno vem primeiro. Por vários anos, tal duplicidade confundiu seus amigos e colegas até, por fim, descobrir-se que seu túmulo continuava existindo, e só não havia sido encontrado antes por estar identificado segundo o costume da língua espanhola: ‘Nilton da Silva Rosa’, como seria o correto no Chile, e não Nilton Rosa da Silva, o nome com que foi registrado no Brasil.

Desde 1993, seus companheiros do curso de castelhano dedicaram-lhe muitos poemas, parte dos quais foram reunidos em 2005 na compilação de materiais sobre Nilton que Oscar Aguilera elaborou para o Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME), destinado a resgatar a memória do mirismo. Nesses textos poéticos, é sempre destacada a atuação militante do brasileiro, mas também se colocam alguns aspectos que procuram individualizá-lo – como já observei no artigo de Ellwanger –, além da busca por relacioná-lo com as repressões que se seguiram a sua morte. Nos versos de Jorge

---

<sup>4</sup> Como observam Alessandra Carvalho e Ludmila Catela, aniversários redondos do início de ditaduras são datas que costumeiramente se colocam como “condensadoras” de um número maior de versões e memórias do período, algo que se dá por meio de reflexões, publicações de livros, realização de congressos acadêmicos temáticos, aproximando também o público leigo das discussões, através da realização de eventos memorialísticos abertos à população e da produção, por parte da imprensa e da mídia eletrônica, de reportagens e documentários especiais revisitando os acontecimentos que se quer recordar (Carvalho e Catela, 2012: 198).

Etcheverry, por exemplo, há primeiro uma menção à “cara morena” de Nilton, e em seguida sua morte é colocada como um prenúncio do “ineluctable massacre” que viria na continuidade:

Como si fueras una vasta cara morena  
de grandes ojos  
sorprendida por un disparo  
y fijada para siempre sobre la mitad inferior del mundo  
Repetido tu rostro sobre los periódicos, en cada hora que pasa  
Para impedirnos olvidar  
La ineluctable massacre, que como el secudero reloj  
avanza hacia el advenimiento de los Nuevos Tiempos  
Inscritos como una marca sobre la frente de los pueblos más débiles

Como si con tu rostro hecho pedazos  
en San Martín con Agustinas  
Hubieras caído de espaldas sobre el mundo  
Amenazando de paso el Edificio Central de la Administración  
Impidiendo el sueño de empresarios y policías  
Que discuten en sus reuniones el mejor modo de rematar tu cadáver  
Estamos seguros de contar contigo cuando llegue el momento  
Nilton da Silva.  
Volveremos a ver tu rostro  
En la primera concentración que hagamos en el centro.  
(Etcheverry, 2012: 40-41)

No caso de um poema escrito pelo próprio Aguilera, também há uma preocupação com aspectos pessoais da história de Nilton. Ele menciona seu ‘español a medio terminar’, que pode se referir tanto ao curso inacabado quanto ao sotaque que não abandonou sua fala. Aguilera coloca em cena a dicotomia entre o Nilton ‘brasileño’ e o Nilton ‘tan chileno’, preocupado com a ditadura que deixara para trás e também com as lutas políticas no país em que estava vivendo. Sobressai, em todos esses poemas, a ausência de qualquer menção explícita ao MIR, no qual vários de seus colegas não militavam: as cores partidárias, aqui, interessam muito menos do que no momento de sua morte, e valem mais os ideais de liberdade defendidos, independentemente da organização a que pertencessem. Também na poesia de Aguilera o brasileiro é associado à repressão que ocorreria depois, uma vez que a morte de Nilton aparece como um episódio a anunciar o que viria na história do Chile:

con su español a medio terminar  
se nos queda caído en la alameda  
sobresaltadamente brasileño  
anunciando lo que viene  
en la historia de Chile.  
Sobresaltadamente tan chileno  
Nilton sin tumba

Nilton árbol  
poeta sin sepulcro  
viviendo y reviviendo en toda lluvia.  
(Aguilera, 2005: 3-4)

As linhas finais do poema trazem uma referência a outra homenagem feita a Nilton da Silva após sua morte. O brasileiro agora era representado por uma árvore – e, através dela, era como se vivesse e revivesse a cada chuva. Isso porque, pelas mãos de seus amigos chilenos, uma planta tipicamente brasileira havia sido plantada para preservar a memória do amigo, em frente ao antigo Pavilhão J do antigo Pedagógico, onde ele vivia, um prédio que hoje recebe aulas do curso de Filosofia: um pé de jacarandá. Em frente ao tronco, uma placa registra, tentando evitar qualquer silêncio ou esquecimento que pudesse vir depois: ‘Que este árbol crezca en el recuerdo del poeta brasileño Nilton da Silva Rosa, alumno de castellano muerto en Chile el 15 de junio de 1973. Sus compañeros’.

### Considerações finais

O caso de Nilton Rosa da Silva, um entre tantos brasileiros mortos no exílio, mas com a particularidade de ter sido assassinado por razões políticas num momento em que o país de acolhida ainda vivia sob um regime democrático, ajuda a exemplificar a complexidade e as ramificações que as interpretações recentes do período marcado pelas ditaduras militares têm adquirido. A gradual inclusão da morte de Nilton em documentos relativos à ditadura brasileira, primeiro por iniciativa de comissões independentes, depois em investigações realizadas pelo próprio Estado, demonstra uma tendência a um entendimento que extrapole o senso comum que rodeia certas perseguições políticas do período, passando a incluir também as vítimas indiretas.

Se a morte de Nilton da Silva não foi obra direta do regime instaurado no Brasil em 1964 – ou daquele iniciado no Chile em setembro de 1973 –, grande parte de sua trajetória esteve marcada precisamente pela repressão da época. Primeiro, nas restrições à militância estudantil que exercera em Porto Alegre; depois, no temor que ajudou a provocar sua decisão por um exílio; e, finalmente, tornando-se vítima de grupos que clamavam por um golpe de Estado no Chile, com apoio do governo brasileiro. Mesmo que Nilton tenha sido uma vítima ‘acidental’, no sentido de que o assassino provavelmente não o estava buscando em particular ao disparar contra a multidão, não era acidente que o Patria y Libertad demonstrasse um ódio tão brutal aos membros de movimentos de esquerda – e, dentro da Doutrina de Segurança Nacional que imperava na época, da perseguição violenta ao ‘comunismo internacional’, não era casualidade alguma que um grupo que buscava a derrubada do governo socialista do Chile contasse com apoio técnico e financeiro da ditadura brasileira.

O reconhecimento de casos como o de Nilton da Silva por parte do Estado brasileiro permite, assim, um olhar mais detalhado sobre os muitos desdobramentos da política do regime militar naquele período: ao ressignificar uma morte que inicialmente havia repercutido apenas dentro do Chile, se está observando a extensão das violações de direitos humanos então cometidas dentro e fora do

país, com laços de articulação política que geraram consequências muitas vezes insuspeitadas a um primeiro olhar. Entender esses laços, por muito tempo ocultos e subterrâneos, permite uma nova compreensão desse passado.

## Referências

- Aguilera, O. (2005) 'Nilton da Silva, Brasileño, todo este territorio es tu sepulcro'. *Centro de Estudios Miguel Enríquez – CEME – Archivo Chile*, dossier. [Disponível em <[http://www.archivochile.com/Memorial/caidos\\_mir/D/da\\_silva\\_nilton.pdf](http://www.archivochile.com/Memorial/caidos_mir/D/da_silva_nilton.pdf)> Acesso em 14 dez. 2014]
- Aguilera, O. (2008) 'Todo este territorio es tu sepulcro'. In: Faunes Amigo, M. (ed.) (2008). *Aulas que permanecerán vacías*. Santiago de Chile: Cuarto Propio, 117-119.
- Brum, M. M. (2015) 'Nilton virou Milton: a morte quase ignorada de um exilado político nas páginas dos jornais brasileiros'. *Ars Historica*, Rio de Janeiro, 10: 152-171.
- Carvalho, A.; Catela, L. S. (2002) '31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas'. In: JELIN, E. (org.) (2002). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI, 195-244.
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1995) *Relatório Azul 95*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco.
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (2009) *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007) *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Comissão Nacional da Verdade (2014) *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 3. Brasília: CNV.
- Conger, A. (2010) *Nilton da Silva Rosa, June 17, 1973, Santiago: "We Don't Forget the Color of Blood"*. Telluride: Nolvido Press.
- Ellwanger, R. (2012) 'Chile: 11 de setembro de 1973'. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 set. 2012: 18.
- Enríquez, M. (1973a) '¡A desarrollar y fortalecer el poder popular! (12 de enero de 1973)'. In: Naranjo, P. et al. (ed.) (2004). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago de Chile: LOM, 207-219.
- Enríquez, M. (1973b) 'Análisis del resultado electoral, perspectivas y tareas (10 de marzo de 1973)'. In: Naranjo, P. et al. (ed.) (2004). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago de Chile: LOM, 221-236.
- Enríquez, M. (1973c). 'Discurso en el funeral de Nilton Da Silva (17 de junio de 1973)'. In: FARÍAS, V. (ed.) (2000). *La Izquierda Chilena (1969-1973): documentos para el estudio de su línea*

- estratégica*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 4712-4715.
- Etcheverry, J. (2012) *Vitral con pájaros*. 2. ed. Ottawa: Editorial Poetas de América.
- Ginzburg, C.; Poni, C. (1989) “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: Ginzburg, C.; Castelnovo, E.; Poni, C. (1989). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 169-178.
- González, M. (2012) *La Conjura. Los mil y un días del golpe*. Santiago de Chile: Catalonia.
- Gutiérrez, C. A. W. (1999). *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra.
- Lehnen, L. (2014) ‘Memórias manchadas e ruínas memoriais em “A mancha” e “O condomínio”, de Luis Fernando Verissimo’. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, 43: 69-97.
- Lisbôa, S. K. (2010) ‘Anexo II – Rio Grande do Sul: Militantes Mortos e Desaparecidos’. In: Padrós E. S. et al. (org.) (2010). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*, v. 2, Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: Corag, 267-301.
- Moniz Bandeira, L. A. (2008) *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970- 1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Naranjo, P. et al. (ed.) (2004). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago de Chile: LOM.
- Pinochet, A. (1980) *El día decisivo: 11 de septiembre de 1973*. 4. ed. Santiago de Chile: Andrés Bello.
- Prats, C. (1985) *Memorias. Testimonio de un soldado*. Santiago de Chile: Pehuén.
- Salazar, G. (2006) *La violencia política popular en las “Grandes Alamedas”. La violencia en Chile 1947-1987 (Una perspectiva histórico popular)*. Santiago de Chile: LOM.
- Santa Cruz, E. (1973) ‘El fascismo mato a combatiente brasileño’. *Revista Punto Final*, Santiago de Chile, 187: 8-9.
- Secretariado Nacional MIR (1970). ‘El MIR y el resultado electoral’. *Revista Punto Final*, Santiago de Chile, 115 (Documentos): 1-12.
- Silva, N. R. (1972) *Hombre América. Poesía*. Santiago de Chile: mimeo.
- Winn, P. (2010) *A Revolução Chilena*. São Paulo: UNESP.

# Pensamento latino-americano: a noção do “não-ser” e a valorização de ideias e lugares outros<sup>1</sup>

Denise Marcos Bussoletti  
Gomercindo Ghiggi  
Hélcio Fernandes Barbosa Júnior  
Leandro Haerter

## Abstract

The long history of Latin America domination and exploration by the European powers was accompanied by a struggle and resistance strong process, which contributed to the development of an original Latin American thought. Taking Zea (1970), Dussel (1982) and Zimmermann (1987) as main theoretical, especially the philosophy of liberation and the notion of “nonbeing”, this text discusses the context that made the birth of a Latin American philosophy possible, whose set of ideas sought to understand and to question the Latin America reality, especially in its cultural, economic, political and social dimensions. Thus, questioning the idea of totality and affirming the Latin American reality specifics, the text identifies the valuation of this another thought, of this “native” philosophy, which helps us to think about and act from ourselves.

**Keywords:** Latin American thought; Pedagogical ideas history; Nonbeing; Philosophy of Liberation.

*“O ser (do sistema) é;  
o não-ser (além do sistema) é real”*

## Introdução

Nós, latino-americanos, conhecemos e facilmente acessamos filosofias, pensamentos e ideias pedagógicas de uma cultura que poderíamos chamar de “universal”, elaboradas principalmente no continente europeu, no chamado “Primeiro Mundo”. Não raro, pouco conhecemos sobre nossas filosofias “nativas”, pensamentos próprios e ideias outras, produzidas na América Latina.

A América Latina teve uma longa história de dominação e exploração por parte das metrópoles ocidentais, processo tão forte de subordinação que até os dias atuais percebemos seus resquícios: na forma do subdesenvolvimento, na forma da dependência econômica em relação aos países europeus. Contudo, o povo latino-americano não se submeteu passivamente ao processo de colonização, ao contrário, resistiu a ele na forma de lutas e reivindicações que culminaram na emancipação de países até então colonizados.

O contexto de forte opressão latino-americana, em especial no final do século XX, serviu como estímulo à elaboração de um

---

<sup>1</sup> Versão modificada do Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do Seminário Avançado “História das Idéias Pedagógicas I”, ministrado no primeiro semestre letivo de 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel).

conjunto de pensamentos e ideias cuja originalidade nasceu nos processos de reivindicação e luta, apontando uma filosofia particular, uma filosofia latino-americana, uma filosofia cuja preocupação era justamente a realidade da América Latina, debate ainda necessário e atual.

Assim, nesse texto, discutimos um pouco sobre o contexto que tornou possível o nascimento/originalidade de um pensamento latino-americano, especialmente sobre as categorias do “não-ser” e da “filosofia da libertação”, tomando como referenciais teóricos principais, Zea (1970), Dussel (1982) e Zimmermann (1987) que nos mostram o surgimento de ideias outras acerca de nossa realidade. Contexto este que tornou possível, inclusive, a elaboração de ideias pedagógicas latino-americanas.

### O pensamento latino-americano, o *não-ser*, a filosofia “nativa”

Tanto a América Latina quanto a África foram colonizadas por países europeus que, através de pactos e diferentes acordos, tiveram seus territórios “reorganizados” e divididos entre os países colonizadores, situação que implicou num verdadeiro redesenho de seus mapas territoriais, cujos contornos passaram a ser definidos conforme interesses políticos e econômicos das metrópoles.

Esses interesses se fizeram presentes durante a colonização desses dois continentes e foram responsáveis pelo início de seu processo de opressão e empobrecimento, a partir de uma lógica que buscou criar e manter relações de exploração destes em relação às (suas) metrópoles e, mesmo depois de independentes politicamente, tiveram seu desenvolvimento econômico e social restringidos (Zimmermann, 1987) tendo em vista a lógica dependente imposta.

Mas na prática, esse processo foi mais visceral. Em se tratando de América Latina, o período colonial trouxe experiências marcantes principalmente pela força dos movimentos de emancipação que, através de forte autoafirmação, lutavam contra a realidade histórica de dominação e exploração latino-americana.

A partir principalmente de Dussel (1982) e de Zimmermann (1987), podemos perceber que os povos latino-americanos são os sujeitos negados, explorados, subjugados, oprimidos nesse contexto<sup>2</sup>. Aqueles que foram, pela opressão, inseridos na história de uma maneira secundária ou “inferior” ao europeu. Aqueles cuja cultura e religiões são vistas como inferiores. Aqueles que não têm seus protagonismos e registros culturais reconhecidos. Ou ainda, nos termos de Zimmermann (1987: 19), “[...] a *América Latina* ou o povo *latino-americano*, filosoficamente expresso, como ‘a alteridade negada – o não-ser outro’”.

Nessa perspectiva, existe um princípio ontológico que nos ajuda a compreender o estabelecimento dessa situação de negação, opressão e dominação latino-americana, bem como a construção da falsa noção de superioridade x inferioridade entre grupos humanos. Esse

---

<sup>2</sup> A situação de negação e opressão na qual se encontra significativa parcela da população da América Latina pode ser vislumbrada, como observa Zimmermann (1987), através da carência de saúde e de higiene; fome crônica; educação elitizada e analfabetismo; terra concentrada nas mãos de poucos; trabalho duro e não raras vezes escravo; opressão política, entre outros, fruto de uma situação de dependência econômica em relação às (antigas) metrópoles.

princípio anuncia a ideia do “não ser” (Dussel, 1982; Zimmermann, 1987).

[...] o princípio ontológico da dominação e da superioridade de um sobre o outro, de alguém sobre alguém. Desta forma o primeiro será o sujeito, o segundo o objeto. Transposto isto ao nível da pessoa, o que acontece? Uma pessoa (sujeito) *tomará, possuirá* outra pessoa (teoricamente também sujeito) como objeto, na medida em que se considerar como o princípio, como o que é, como o que pode dizer, como o que pode exigir [...] Para o grego, o *grego é*; o *bárbaro* (o que está fora do âmbito conhecido e dominado pelo grego) *não é*; para a Europa do século XVI, o *uropeu, o cristão é*; o *índio não é*; o *negro também não é*; *porque nem um nem outro é europeu nem tem cultura européia*. Desta forma, toda dominação, massacre e destruição da América Latina é justificada. É a visão ontológica da totalidade que se impõe à negatividade (predicada) dos que estão fora do âmbito do seu ser [...] (Zimmermann, 1987: 44-45).

O “não-ser” é aquele que se encontra historicamente negado e em situação de opressão. É o sujeito considerado à margem, sob um ponto de vista europeu, na medida em que não têm seus saberes, filosofias, pensamentos, pedagogias reconhecidas como válidas. São aqueles que ocupam a condição de “não-ser”, mas que lutaram e lutam por uma maior participação na cultura, economia e política ocidentais.

Discutir o “não-ser”, dentro dessa lógica, implica num esforço na busca de se pensar uma perspectiva outra, que contemple outras vozes, outros protagonismos, outros “centros” de produção de pensamento e ideias. Esse movimento não significa, em nenhum momento, desconsiderar as produções da filosofia clássica que, secularmente, discutem questões sobre a vida, o espírito, a natureza, o ser. Significa sim, questionar a visão ontológica da totalidade, e com isso, afirmando particularidades e reconhecendo a alteridade, no caso, homens e mulheres latino-americanos, a própria América Latina, seus problemas e desafios. Trata-se de falar de lugares latino-americanos e de suas realidades, movimento que não é fácil à medida que se contrapõe ao pensamento dominante dentro e fora da América Latina, no qual a preocupação recai sobre o “ser”, a “essência”, a “totalidade”.

Contrário à noção de totalidade, elaborada pelo sistema filosófico ocidental, Dussel (1982), enquanto filósofo latino-americano que se ocupou com o estudo da opressão secular dos povos da América Latina, enfatiza a radicalidade desse povo, desse “ser negado”, desse “não ser”. Enfatiza a necessidade de uma filosofia “[...] popular, feminista, da juventude, dos oprimidos, dos condenados da terra, condenados do mundo e da história” (Dussel, 1982: 7) cuja preocupação seja “[...] A *realidade* do outro além do sistema de dominação, além do *ser*, da totalidade vigente, é a proposta principal da filosofia da libertação” (Zimmermann, 1987: 14).

A originalidade do pensamento filosófico de Dussel faz com que ele se destaque entre os filósofos da libertação latino-americana e ganhe, na própria filosofia de base eurocêntrica, aguerridos combatentes e neo-defensores da “grande filosofia”. Para o autor, a filosofia deve partir da realidade concreta das pessoas oprimidas social e economicamente, de suas particularidades e não de uma suposta totalidade, questionando as injustiças sociais e configurando-



se como um pensar que se comprometa com a mudança da realidade na qual os sujeitos encontram-se inseridos.

Sua originalidade é elaborada a partir da ideia de que em alguns contextos, como é o caso latino-americano, é necessário refletir criticamente sobre os processos de opressão e produção de desigualdades, sociais, econômicas e também políticas desses povos, questionando qual o papel da filosofia diante da necessidade de compreensão (e ação dentro) da realidade de exploração e negação vivenciados por homens e mulheres latino-americanos.

Assim, a obra de Dussel (1982) encontra-se encharcada de contribuições que o autor busca na filosofia marxista, em especial na “Tese XI sobre Feuerbach”, onde são apontadas algumas categorias importantes para a discussão da relação entre filosofia e ação, entendendo que as filosofias podem ser classificadas de duas maneiras: aquelas limitadas à explicação do que existe e aquelas que têm um compromisso com a transformação do mundo, a partir do vínculo com alguma determinada práxis revolucionária, o que torna central a perspectiva histórica para essa análise (Marx; Engels, 2007).

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (Marx; Engels, 2007: 539). É a partir dessa perspectiva que Dussel (1982) e Zimmermann (1987) vão sustentar uma abordagem filosófica enquanto interpretação e questionamento de ideias, pensamentos e práticas, cujo objetivo é compreender e transformar a realidade de exclusão do povo latino-americano.

Para o espanhol e naturalizado mexicano, Sánchez Vázquez (1980), esta posição crítica e comprometida com a transformação da realidade social, assim como o próprio marxismo, se trata de uma filosofia da práxis. Para o autor, o marxismo é uma filosofia da práxis, porque traz um novo objeto à reflexão filosófica que é a transformação da realidade social. Para ele, a práxis é o conjunto de ações pelas quais os sujeitos fazem e refazem coisas, transformando matéria prima dada numa perspectiva emancipatória (Sánchez Vázquez, 1980). Práxis, nessa perspectiva, contempla vários campos e não se limita ao material e ao espiritual. Mas reconhece que a realidade não se transforma apenas através da prática, precisa de uma crítica que vem da teoria, da mesma forma, a teoria por si só não a transforma. É necessária que ambas andem lado a lado.

Nessa perspectiva, a teoria, por si só, não transforma o mundo. Ela pode contribuir em direção à transformação do mundo à medida que possa ser assimilada por aqueles que têm, considerando suas ações efetivas, concretas, condições de possibilidade para determinada transformação. A teoria, assim, precisa sair de si mesma. Nesta relação entre a teoria e a prática transformadora, se coloca um esforço de educação das consciências e de elaboração de meios e planos para ação concreta, a fim de alcançar a realização de ações reais e efetivas (Sánchez Vázquez, 1980).

A filosofia da libertação, então, é o pensamento latino-americano que, difundido nas décadas de 60 e 70 do século passado, se ocupa com as realidades do homem e da mulher da América Latina, em sua “realidade de opressão, dependência e sofrimento”. Problemas diversos advindos de sua situação de subdesenvolvimento, cujos resquícios observamos nos sérios problemas políticos e econômicos enfrentados por esses países, como a fome, a miséria, a “inferioridade”, a instabilidade.

A filosofia da libertação latino-americana [...] é um intento de produzir um discurso filosófico a partir da *realidade* latino-americana em fins do século XX, tempo de extrema opressão, e que nos leva a pensar no final do século XVIII, quando muitos heróis e mártires começaram a tomar consciência da necessária emancipação em relação a Espanha e Portugal [...] (Zimmermann, 1987: 15).

Afirmar as particularidades da América Latina em detrimento à ideia do todo e da essência, abordando a realidade e o reconhecimento da alteridade, no caso, homens e mulheres latino-americanos e da realidade da própria América Latina, então, é objetivo da filosofia da libertação. Isto é, constituir um movimento que torne a filosofia mais próxima dos excluídos, dos marginalizados e famintos, partindo deles próprios, de uma reflexão que esteja prenhe da transformação de sua realidade, onde o ser latino-americano é justamente o “não-ser” que participa das mais diversas lutas e reivindicações, sobretudo, contra o processo violento de imposição da educação, cultura, e pedagogias europeias que sofremos.

Na filosofia da libertação o homem continua sendo ao mesmo tempo o sujeito e o objeto do pensar, dotado de razão, de alma e de consciência, mas caminha na direção de um mundo melhor para aqueles que não tiveram vez na história, partindo do “real” latino-americano. Trata-se de uma contribuição fundamental que nos ajuda a compreender o lugar da filosofia enquanto instrumento e abordagem de transformações possíveis e necessárias.

Para Zea (1970), a originalidade do pensamento americano em relação ao europeu é uma questão central dentro de nossa história. Está além do enfrentamento daquilo que é europeu. A luta está, até mesmo, no reconhecimento da capacidade de povos americanos elaborarem pensamentos, ideias, culturas, filosofias e pedagogias americanas, construídas por americanos, em solo americano.

[...] Más que enfrentarse, oponerse a Europa o la cultura occidental, lo que se quiere, lo que se busca, es el reconocimiento de esta. El reconocimiento, por parte de la cultura occidental, de que existen otros pueblos, los pueblos del continente americano, que también hacen cultura, que poseen una cultura [...] (Zea, 1970: 13).

Essa originalidade trás uma luta que busca a participação ativa de homens e mulheres americanos na cultura ocidental, na qualidade de sujeitos criadores e ativos nesse processo, cujo protagonismo perceba e valorize as experiências concretas presentes em nossas especificidades, com potência para que o pensamento e cultura americanos sejam reconhecidos (e até mesmo incorporados) como parte integrante do pensamento e cultura ocidental mais amplo.

A história é um elemento central na análise de Zea (1970). A história, para o autor, é aquela que já participamos e estamos hoje participando, que incorpora nossas experiências e para as quais estas façam sentido, que nos seja significativa (Zea, 1970). Histórias que possam ser representativas, também, para outros povos e culturas que atravessem contextos semelhantes de exclusão e problemas sociais, como é o caso de muitos povos africanos e do Oriente Médio (Zimmermann, 1987).

[...] El hombre es un ente histórico por excelencia. Si algo caracteriza al hombre, si algo lo define, es precisamente su falta de definición, su tener que “hacerse” permanentemente hasta su muerte [...] todo hombre es un ente histórico. Es historia. Y su obra será también historia. La historia es algo propio del hombre, de todos los hombres. Así, todos los hombres, como todas las sociedades y culturas, son históricos, tienen historia (Zea, 1970: 37).

A história dos povos da América Latina, nessa perspectiva, relaciona-se com aquilo que o mundo ocidental negou e que considera não ter maior importância. Por essa razão, a preocupação com a originalidade do pensamento americano se faz presente desde as lutas pela emancipação política dos países americanos em relação aos países europeus que os colonizaram. Esse processo de luta pela libertação, muitas vezes, em seu sentido “muscular” (Ghiggi; Kavaya, 2010), foi impulsionado inclusive pela incapacidade das metrópoles reconhecerem a possibilidade de participação ativa de suas colônias – e dos colonizados – nas atividades comuns ao império. Desta forma, “[...] Los emancipadores americanos, solo ante la incomprensión europea, se ven obligados a romper con las madres patrias. La rebeldía no es contra la cultura de que se saben hijos, sino contra el tutelaje que en nombre de la misma se quiere imponerles [...]” (Zea, 1970: 14)”.

Nesse sentido, a luta está fortemente vinculada à incorporação dos homens e mulheres americanos à cultura ocidental, de modo que sejam vistos pelos europeus e por si próprios não mais na condição de dominados ou oprimidos, mas sim, na qualidade de sujeitos capazes de impor seus desejos na direção de uma maior participação do ponto de vista da elaboração de uma cultura, de uma filosofia, de um pensamento ocidental. A luta dos povos americanos e da própria América, então, é por respeito, por dignidade e para que não sejam mais vistos como bárbaros, primitivos e sem história (Zea, 1970; Dussel, 1982; Zimmermann, 1987).

A bandeira da luta política seria o caminho para que os americanos se afirmassem como povos concretos, capazes de contribuir no processo de construção de uma cultura ocidental, questão que a emancipação política tornaria possível. O desenvolvimento de uma filosofia, ideias e pensamento pedagógico “nativo” somente foi possível a partir dos processos de independência das metrópoles europeias.

Conforme Gadotti:

Tanto na África quanto na América Latina, o pensamento pedagógico desenvolveu-se apenas quando libertado da educação do colonizador e da tutela do clero. O desenvolvimento da escola pública e a expansão da imprensa desencadearam a popularização do ensino.

As lutas pela independência que destruíram o regime colonial não apenas apontavam para um novo modelo econômico-político, mas também para uma nova valorização da cultura nativa e para a expansão da educação popular (Gadotti, 1999: 205-206).

Nesse sentido, o autor desenvolve considerações bastante pertinentes acerca do “Pensamento Pedagógico do Terceiro Mundo”, questões imbricadas no processo de emancipação de países africanos e latino-americanos, enfatizando a importância de seus pensamentos

e teorias pedagógicas, nascidos nos processos históricos presentes na constituição das emancipações, na luta, na ação, no embate político.

[...] a pedagogia originária do “Terceiro Mundo” é principalmente política, portanto, não especulativa, mas prática, visando a ação entre os homens. É o que Paulo Freire chama de “pedagogia do oprimido” e Enrique Dussel, outro grande filósofo da educação latino-americana, chama de “pedagogia da libertação” (Gadotti, 1999: 206).

Dessa forma, podemos estabelecer uma aproximação possível entre Zea (1970), Dussel (1982), Zimmermann (1987) e Gadotti (1999), cujos pensamentos trazem o reconhecimento de que os colonizadores europeus procuraram combater as culturas nativas, impondo um conjunto de hábitos, crenças, religião, idiomas, etc. durante o processo de colonização da América, tratando-os como sujeitos passivos e incapazes de elaborar cultura e pedagogias próprias. Concordam, em linhas gerais, que o movimento pela emancipação de países latino-americanos foi fundamental para a elaboração de pensamentos e ideias próprias, a partir de suas reais especificidades. Esse processo representou uma forte resistência contra a realidade de subordinação latino-americana às metrópoles europeias, questionando sua condição de dominados e explorados nas mais diferentes dimensões.

Associado a isso, podemos perceber a importância da categoria da história na compreensão da construção de um pensamento latino-americano e, sobretudo, a dimensão pedagógica enquanto aprendizagem social e cultural desses povos que demonstraram resistência ao sistema dominante, entendendo, assim, que algumas conquistas sociais tiveram sua origem nos movimentos pela emancipação dos países latino-americanos, como a expansão da escola pública e da imprensa que podem ser considerados entre os elementos principais da popularização do ensino (Gadotti, 1999).

A partir desse contexto de dominação, exploração e subordinação latino-americana, sobretudo dos movimentos de emancipação, foram criadas condições favoráveis para um pensar latino-americano, para uma filosofia preocupada com a realidade da América Latina, com especial ênfase em seus problemas sociais e educação. Os discursos filosóficos e a história do pensamento pedagógico latino-americano encontram alguns nomes que se tornaram referência dentro de seus próprios contextos mas também no Ocidente, como pretendia Zea (1970), quando defendia que deveríamos participar mais ativamente da cultura e filosofias ocidentais.

Entre os principais nomes, conforme Gadotti (1999, p.202), encontra-se o cubano José Julián Martí, o mexicano Benito Juárez, os argentinos Domingo Faustino Sarmiento e Anibal Ponce, o uruguaio José Pedro Varela, o peruano José Carlos Mariátegui. Do ponto de vista da educação popular, ainda de acordo com Gadotti (1999: 205), “[...] os chilenos Antonio Faundez e Marcela Cajardo, a equatoriana Rosa Maria Torres, os argentinos Carlos Alberto Torres, Adriana Puiggiros [...] Isabel Hernandez e Enrique Dussel, o peruano Oscar Jara, o colombiano Orlando Fals Borda [...] e o espanhol Francisco Gutiérrez” estão entre os principais expoentes. Em termos de pensamento pedagógico brasileiro, temos em Paulo Freire especial destaque, tanto no que se refere à alfabetização de jovens e adultos, pesquisa participante e métodos de ensino (Gadotti, 1999: 234).

Assim, a partir do exposto, acreditamos que elaborar um discurso filosófico ou pensar, em seu sentido filosófico, a partir da América Latina, significa realizar um esforço de trazer as “grandes perguntas” da filosofia para realidade latino-americana. “O que é uma ideia?”, “Como se elabora um pensamento?”, “Por que o mundo é assim e não de outra forma?”, questões bastante presentes dentro do universo filosófico ocidental, e não ocidental.

Essa discussão sobre o que é a realidade, a significação de determinado fenômeno, como é a estrutura e os sistemas de relações que definem essa realidade, são questionamentos sobremaneira pertinentes à realidade latino-americana e à elaboração de seu pensamento que, conforme vimos, caminha na direção de uma construção própria, de uma maior autonomia em relação ao pensamento ocidental, mas contribuindo e complementando este.

### Considerações finais

A filosofia latino-americana, assim entendemos, contribui para pensarmos nossas próprias referências a partir de lugares nossos, fora de um modelo europeu que nos explorou e que, em linhas gerais, não reconhece/valoriza nossos saberes, conhecimentos, culturas, pensamentos e ideias, nos colocando muitas vezes numa situação de “inferioridade” perante outros povos.

Os pensamentos e ideias expressas em nossa filosofia “nativa”, com Dussel (1982), Zimmermann (1987), Zea (1970), entre outros... buscavam refletir e questionar a realidade política, econômica, social e cultural da América Latina, desde a especificidade de suas histórias até suas necessidades. Esse exercício filosófico crítico representou uma forte resistência ao pensamento europeu pretensamente hegemônico, através de um duplo movimento: de um lado questionando a ideia de “todo” e “essência” e, de outro, buscando afirmar as particularidades da realidade latino-americana.

Nesse sentido, neste texto, buscamos explorar as condições favoráveis para a gestação de um pensamento latino-americano original, sobretudo pedagógico, enfatizando a noção do “não-ser”, tão inédita do ponto de vista da filosofia e a “filosofia da libertação” que embasa o pensamento latino-americano e, ao mesmo tempo, se constitui como convite para somar esforços com aqueles que já possuem lutas e reivindicações nessa direção.

Certamente, este texto apresenta limites, imprecisões e lacunas. Serve, acreditamos, muito mais para estimular o debate e fomentar a discussão acerca do pensamento latinoamericano do que propriamente assumirmos uma pretensão maior que esta. Mas ficamos na certeza de que os autores trabalhados – Zea (1970), Dussel (1982) e Zimmermann (1987) – serão daqui para frente, nossos companheiros de jornada...

Tomara que tenhamos conseguido produzir divergências que estimulem o debate em torno dessa problemática.

## Referências

- Dussel, E. D. (1982) *Filosofia da libertação na América Latina*. Edições Loyola: São Paulo; Editora UNIMEP: Piracicaba.
- Gadotti, M. (1999) *História das idéias pedagógicas*. 8ed. Ática: São Paulo.
- Ghiggi, G.; Kavaya, M. (2010) ‘Frantz Fanon e a pedagogia da “colaboração muscular”’, in Streck, D. R. (Org.). *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 377-391.
- Marx, K.; Engels, F. (2007) *A ideologia alemã*. Boitempo: São Paulo.
- Sánchez Vásquez, A. (1980) *Filosofía de la praxis*. Fondo de Cultura Económica: México.
- Zea, L. (1970) *América en la historia*. Editorial Revista de Occidente: Madrid.
- Zimmermann, R. (1987) *América Latina – o não-ser: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976)*. Vozes: Petrópolis.

# “La Plata Llega Sola” [The Money Arrives on its Own]: Reflections on Corruption Trends in Peru

Antonio A. R. Ioris

## **Abstract**

Corruption is a global problem that feeds on national and local opportunities. Instead of the prevailing attempts to reduce anti-corruption strategies to the protection of business interests, corruption needs to be seen as a sociopolitical relation that emanates from the convergence between more immediate circumstances and long-term institutional tendencies. Corruption is, therefore, a phenomenon with synchronic and diachronic dimensions. The complexity of corruption is examined in relation to the organization of Peruvian state and society, in particular considering the recent liberalization reforms and investments in the water industry of Lima. The Peruvian case study shows how corruption becomes a productive force from the perspective of conservative elites and the maintenance of political hegemony.

**Keywords:** corruption, social exclusion, public services, development, Fujimori, Latin America

## **Introduction**

In the last months of 2000, after ten years in the command of the country, the government of Alberto Fujimori suddenly collapsed. The president and other authorities managed to leave Peru using various strategies, but their departure exposed a vast scheme of organized corruption in an industrial scale. The evidences were astonishing and involved a large number of politicians, generals and TV entertainers. Apart from the president, the other key accomplice was his closest and sinister advisor, Montesinos, a former army officer with extravagant habits, zero scruples and a notorious ability to command illegal activities and bribe extensively and systematically (Carey, 2003). The whole story is now well known and contributes a great deal to the negative image of Latin American leaders and the persistent stigma of the regional political system (Matossian, 2010; Meléndez and León, 2010). If we fast forward a bit more than a decade, we find the national government in the hands of lieutenant-colonel Ollanta Humala, the winner of the 2011 election and guarantor of neoliberal policies that have largely depended on the export of primary commodities. Fujimori ended up in jail in April 2009, after being found guilty of a series of murder crimes and the illegal payment of US\$ 15 million to Montesinos (to keep the mouth shut after his downfall). The imprisonment and public deprecation of Fujimori did not prevent his daughter (and former first-lady of the divorced president) to become a central presidential candidate in the 2011 election and in other future campaigns. Alan García, the controversial president who preceded both Humala and Fujimori, in his two mandates so far, has also had a career marked by corruption scandals, but nonetheless remains a chief political figure.

The resilience of corruption practices in Peru provides the context and the motivation of the present, qualitative analysis. The aim here

is to provide a critical reflection and comment upon the meaning and consequences of the non-linear metabolism of corruption in Latin America, using Peru as an emblematic entry point. Other notorious cases have attracted international attention in recent years, such as the *mensalão* in Brazil and the strange relation between the Kirchner presidential couple and construction companies in Argentina. This prompted some high-level reactions, as the grand plan against corruption drew up by the leaders in the first Summit of the Americas in 1994, leading to the Inter-American Convention against Corruption (approved in 1996). However, instead of containing it, the main consequence of extensive media attention is rather the banalization of corruption as a problem deeply consolidated in political traditions and the presence of corrupted circles as an inevitable landmark of most regional governments. The existing literature on corruption – advanced by the mainstream academics and agencies such as the World Bank, Transparency International and the OECD – is normally unable to explain the more integral and multidimensional basis of corruption. Corruption remains an active driving force and represents a robust, intergenerational social institution that is effectively non-negotiable.

The current article is based on fieldwork in Lima that included 24 semi-structured interviews, the attendance of public events and critical discourse analysis of media articles, documents and policies between 2013-2014. The analysis of recent developments was extremely important to inform the examination of lasting patterns of corruption. The methodological approach had to overcome the intrinsic difficulty of any study of corruption or illegal activities that are, by their own nature, slippery and unaccountable. As Lazar (2005: 212) puts it, corruption is everywhere and nowhere, “it is always somewhere else perpetrated by someone else.” Perhaps a little ironically – but certainly fortunate from a research standpoint – the bulk of the fieldwork (in the first half of 2013) coincided with the surfacing of a major scandal regarding the water services of Lima during the previous García administration. In particular, the management of the water utility SEDAPAL and the investment programme Water For All (APT), which combined public funds and private companies (Ioris, 2012), proved to be fraught with negligence, populism and corruption. It was evident that corruption scandals helped to sell newspapers and amused the audience of TV programmes, but did not affect the defence of the economic model adopted in Peru in recent decades. The connection between the mainstream economic argument and the treatment of corruption as a public spectacle (that rarely has any serious consequences for those who practice it) is, ultimately, highly revealing of the shortcomings and imbalances of contemporary Peruvian society.

The present text is justified by the need to investigate the multiple sources and perennial reinforcement of corruption. That means a radically different conceptualization of corruption, not as a mere deformation of public services and policies (as extensively discussed in the traditional literature, which is too long to review here; see for example World Bank, 2007), but as an integral feature of the organization and operation of contemporary mechanisms of social exclusion and (problematic) political legitimization. It should be recognized that fraud and corruption incidents are always firmly grounded on concrete historic-geographical settings and incorporate



the long trajectory of politico-economic processes and the politicization of statehood. The metabolism of corruption evolves through various stages that combine permanence and renovation, as much as the already mentioned spatial and scalar interconnections. Corruption persists in the social tissue of highly unequal societies only to resurface in an intense fashion when the politico-institutional circumstances are more favourable.

In conceptual terms, the persistence and the new impacts of corruption derive from a *dynamic interface between synchronic and diachronic pressures*. Corruption, as a social relation that reflects group and class inequalities, remains alive in those same inequalities during long periods of time (which corresponds to its diachronic dimension) but proliferate synergically across different sectors and activities whenever the mechanisms of control are relaxed (its synchronic dimension). The synchronicity of corruption contains the convergence of the appropriation of public resources, sociopolitical asymmetries, weak control systems and the absence of a genuine democratic, transparent political regime. Diachronic corruption, in its turn, is located in the (also historic-geographical) relations of production, allocation and reproduction. Moreover, while synchronic production is localised in certain places, sectors or moments, diachronic corruption incorporates the legacy of past injustices and replicates it on present and coming socio-natural formations. Synchronic corruption is the manifestation of the more persistent and even more perverse course of diachronic corruption.

The synchronic manifestation of the historic-geographical phenomenon of corruption is an element of the lived, but profoundly unequal, space of nations, regions and urban or rural areas. In the case of the fast growing megacities of the Global South, the metabolism of corruption plays a very important role in the formation of uneven and harsh urban landscapes. The unequal megacity is a locus of condensed corruption, demonstrated by the scarcity of housing, water and services in some areas next to pockets of wealth (i.e. urban corruption is another expression of the widespread crisis of capitalist overaccumulation, as capitalism evolved from abundance of scarcity to scarcity and abundance).

The pulse between synchronic and diachronic corruption provides a better explanatory tool than the more common, but static, argument about 'systematic corruption' (e.g. Johnston, 1998). The explanation around systematic corruption typically fails to consider the also important roots of corruption in national development and social inequalities. In contrast, it is the mutual reinforcement between diachronic and synchronic axes that makes corruption such a resilient and challenging problem. Because of synchronic and diachronic tendencies, corruption is a highly contextual but also a generalisable phenomenon that tells a great deal about the uniqueness and commonalities of local and national development experiences in different parts of the planet. More significant than trying to assess whether corruption is increasing or decreasing is the careful consideration of the diachronic and synchronic manifestations of corruption and what these means for the legitimization or transformation of socioeconomic relations, as analysed next in relation to Peru.

## Diachronic and Synchronic Corruption in Peru

We may start the analysis with a reference to one of the most famous books published by a Peruvian author: *Conversation in the Cathedral*, by Vargas Llosa (published in 1969). The story takes place in the post-World War II years, characterized by political instability, authoritarianism and recurrent corruption scandals that basically reproduced many of the controversies faced by the country since independence. The government of Odría (1948-1956) combined populist measures with a harsh treatment of left-wing groups and rampant corruption. The context of limited economic and political liberties of the time, amid the rapid enrichment of president's advisors and ministers, was brilliantly captured by Vargas Llosa. The main character in the story is Cayo Bermúdez (also known as *Cayo Mierda*, inspired in Alejandro Esparza Zañartu, the right-hand man of Odría for political repression). Don Cayo is the paradigm of an opportunist, violent and corrupt minister.

Vargas Llosa's book shows the promiscuous relation of civilian and military authorities and the struggle to maintain close proximity to power. For a while, Cayo is a key figure in the central administration, charging substantial bribe in exchange for facilitated contracts and inflated payments. Moreover, he is fully aware of the transitory nature of his influence and the vulnerable position of all leaders, including General Odría. Don Cayo knows that his role is doing a dirty job that is only temporary and that he will be later the obvious culprit of the excesses perpetrated by the administration. In his words: "*Cuando el régimen se termine, el que cargará con los platos rotos seré yo*" [When the political regime is over, I will be the one responsible for the broken plates] (Vargas Llosa 2010: 325). The predictable of debacle of the minister mishandles a situation of regional strike and allows too much violence to take place. Cayo is expelled from government and escapes to Brazil, not without leaving a serious message about how to operate in a corruption circle: "*No te fíes ni de tu madre*" [Don't trust even your mother] (p. 557). In real life, history was more understanding and Odría managed to negotiate a transition to formal democracy in exchange for a generous amnesty to him and his ministers.

Between the 1960s and 1980s, Peru was governed by elected presidents and military dictators who promoted different nationalistic policies but never really attempted, or were able, to curb institutionalized corruption. The military coup of 1968 marked the end of the old oligarchy and opened space for the emergence of new groups and networks of power that once again reproduced huge social inequalities (Figuerola, 2002). Corruption was nurtured by growing drug production and the rambling effort to control the advance of leftist guerrillas in the 1980s. The most destabilizing politician of this period was Alan García, the first and only president affiliated to APRA, which is the oldest and best organized political party of Peru, founded in 1924 with a revolutionary manifesto but with a long history of populism and connivance with corrupted practices. Numerous cases of corruption emerged during his government, among those the very suspicious purchase of Mirage fighter planes and deposit of national reserves in the troubled bank BCCI (which was notoriously involved in money laundering and weapons trafficking). García finished his government with hyperinflation, instability and a turbulent handover to the next

president, Alberto Fujimori. Due to numerous allegations of corruption and mismanagement, García spent most of the 1990s self-exiled in Paris and articulating his defence and return to political life. Instead of being found guilty of corruption crimes, García orchestrated a surprising comeback to the presidential palace. “The history of the legal cases against him between 1990 and 2001 illustrates a pattern of manipulation and exploitation of judicial incompetence and corruption as a means to regain power, which García managed to do in 2006” (Quiroz, 2008: 347). The diachronicity of corruption re-emerged in the last decades of the century with the widespread, synchronic cases of fraud and graft fostered by the liberalization of economy and politics in Peru.

### The Corruption of Neoliberalism or the Neoliberalization of Corruption

Fujimori, the improvised candidate and unexpected winner of the 1990 election (to a large extent, due to the unstated, but crucial, support received by Alan García in his vicious rejection of Vargas Llosa’s candidacy), seemed to be the right man in the right place for the job. At least from the perspective of the business sectors and their expectation that hyperinflation and the Maoist guerrilla were both contained. The radical neoliberalism promoted by Fujimori served to consolidate the trend, initiated in the previous decade, of power concentration in the hands of emerging, significantly more homogenous economic elite associated with international corporations (Durand, 2011). In parallel, and nurtured by the neoliberal disassembling of the Peruvian state, Fujimori and his team did their best to accumulate huge sums of money. One of the initial steps to secure that goal was the pocketing of donations made by the Japanese government for the needs of poor children in Peru (US\$ 12.5 million); Japan donated around US\$ 100 million for humanitarian causes during the decade, but 90% ended up in the personal accounts of Fujimori and his relatives (Quiroz, 2008: 378). In 1992, the regime became semi-dictatorial thanks to a *auto-golpe* [self-coup], which allowed the replacement of the last vestiges of an underdeveloped form of Keynesian state with liberalizing measures aimed to stabilize the economy and bring inflation under control. The last years of the Fujimori administration were marred by corruption in a massive scale by the president and members of the cabinet. What became clear only a little later was the extent of organized corruption being managed from the top of the national administration (at that stage Weyland (1998) still exempted the president from the widespread corruption, blaming only Fujimori’s top advisers).

The Fujimori government was not only an acute case of authoritarian neoliberalism, but became a true kleptocracy that operated through three different mafias specialized in robbing separate structures of the state: the ‘white mafia’ led by Jorge Camet (Economy Minister), the ‘yellow mafia’ in the hands of Fujimori and the ‘green mafia’ (green of the military uniforms) managed by Montesinos (Durand, 2003). It was particularly the frantic activity of Montesinos, on behalf of Fujimori and other cronies, responded for the strength and continuation of the government. The special advisor

was extremely competent in his extensive bribing and blackmailing of generals, politicians and journalists. Montesinos accumulated increasingly power after the (dodgy) re-election of 1995 and operated in many different fronts, including the channelling of money obtained from the privatization of public utilities to buy military planes from Belarus for US\$ 470 million (obviously charging a handsome commission for the operation) and the mediation of 10,000 AK-47 rifles to the Colombian Revolutionary Armed Forces (FARC) against the interests of the USA (the transaction was later discovered by the CIA and precipitated Montesinos downfall). The regime became closely involved in the repeated violation of human rights and in the payment of illicit commission to foreign countries and arms and drug dealers (Calderón Navarro, 2006). It became gradually more evident in the last years of the Fujimori administration that who was actually in charge of the country was Montesinos and that the 'elected' president was rather a symbolic figure (Durand, 2003; Caistor and Villarán, 2006).

Because of the divestiture of state utilities and companies, conducted according to the neoliberal canon of the time, Fujimori was publicly credited with having reduced petty corruption in state companies, however in reality corruption remained pervasive and deeply institutionalized, particularly bribes paid to the judiciary, the policy and local authorities (Hunt, 2006). Beyond the immediate appropriation of public money and the enrichment of mafia-like circles, the hypertrophy of corruption was instrumental for the consolidation of illegal or semi-illegal economic activities. The Fujimori administration maintained promiscuous connections between civil servants and corporations, in special the back and forth movement of people that work for the government, then work for a corporation just to go back to the government again. The agencies established to control corruption – particularly the *Controladuría General de la República* and the *Oficina Nacional Anticorrupción* (replaced by the *Consejo Nacional Anticorrupción*) – were constantly undermined and unable to do much about the misuse of public funds (Grampone and Barrenechea, 2010). An investigation by the post-Fujimori congress found that corruption was indeed happening in a massive scale, including the siphoning of money from pension schemes, the privatization of public companies, foreign debt negotiation, and drugs and arms trafficking (Congreso de la República, 2003). It is estimated, although it is very difficult to demonstrate, that corruption during the Fujimori regime reached 50% of total state expenditures, something like an annual average between US\$ 1.4-2.0 billion, which means a total loss between US\$ 14-20 billion during the 1990s (Quiroz, 2008).

Corruption by the Fujimori government was associated with rent-seeking and mercantilist economic behaviour, as well as political cynicism and apathy (Cotler and Cuenca, 2011). The situation of limited civil liberties and energised corruption emanating from the highest echelons of the public administration, together with growing demand in North America, paved the road to the growth of a vast chain of cocaine production, concealment and distribution (Gootenberg, 2006). During the decade, mineral extraction expanded enormously in Peru due to a combination of high prices in international markets, new technologies and the institutional guarantees offered by the government to foreign investors. Between

1990-1997, while sectoral investments increased by 90% in the world, in Latin America the expansion of mineral production reached 400% and in Peru it was 2,000% (World Bank, 2005, in Bebbington, 2011: 53). In 1996, a new legislation centralized and simplified the concession of licences for mineral extraction, at the expense of the rights, needs and demands of communities living in the mountains and in the Amazon. It stimulated the internationalization of the mining sector in the hands of large corporations. Fujimori and Montesinos, especially after 1996, disorganized the control systems of the Peruvian State (including the judiciary, public prosecutors and the media) to feed the money hunger of their criminal circle. In doing so, they were compelled to flexibilize state control over both national and international companies, which incidentally became tacit allies of the government. This connection between the immediate ambitions of corrupt authorities and bribe-paying companies was more than fortuitous, but the great corrupting power of the Fujimori regime was the establishment of renewed mechanisms of economic exploitation and ideological mystification.

Under growing scandals and an economic downturn, the Fujimori government crumbled in 2000 and was followed by the interim administration of Valentín Paniagua, which took several important measures to restore some confidence in the judicial system. The nefarious *modus operandi* of Montesinos was exposed (ironically, it was facilitated by the videos recorded by Montesinos himself, known as *vladivideos*) and led to the arrest of more than 60 people (politicians, judges, generals and businessmen) caught in the web of corruption spun by the regime. The National Anticorruption Initiative (INA), promoted by the Ministry of Justice, was an attempt to bridge state and civil society. However, other plans and suggestions were never implemented and quickly shelved by the next administrations. In July 2001, the economist Alejandro Toledo started his government with good level of political approval. Nonetheless, the new president was soon criticised for the mishandling of privatization and for his turbulent negotiation with civil servants. President Toledo was personally affected by bad publicity about his personal habits (e.g. purchase of expensive liquor and lavish holidays) and because several of his advisors were involved in cases of corruption. Toledo concentrated on prosecuting those involved in the Montesinos affair, but failed to adopt anti-corruption recommendations of agencies such as the World Bank once the new anti-corruption mechanisms threatened his own government (Hunt, 2006). Despite the evident condemnation of corruption during the Fujimori years, the Peruvian judiciary continued to lack financial resources, inadequate budget and limited transparency of the anticorruption system (Calderón Navarro, 2006). At the same time, a significant proportion of the media was still associated with the Montesinos Mafia and used that information to press for amnesty of those being prosecuted. The Toledo administration gradually lost interest in advancing more efficient procedures to curb corruption, which

became even worse under the subsequent government (Pariona Arana, 2012). The first decade of formal democracy (after the end of the Fujimori dark years) neither removed the authoritarian legacy nor reduced social conflicts and widespread corruption (Meléndez and León, 2010).

The 2003 report of the Commission for Truth and Reconciliation – the commission had been set up by Paniagua to investigate allegations of recent human rights violations – contained a comprehensive assessment of the period 1980-2000 and related corruption and violence to the long legacy of inequalities and the shortcomings of the Peruvian public sector (McClintock, 2006). Despite the course of action recommended by the Commission, Toledo showed signs of hesitation and had very little political appetite to advance a serious reform of the judicial system and of the military. Since the downfall of Fujimori, the reaction against corruption gradually lost prominence in favour of economic growth and market expansion (Peña-Mancillas, 2011). The reluctance to fight the roots of corruption was followed by the determination of the next president – Alan García, who capriciously returned to the presidential palace in 2006 – to exercise his undue influence over the judiciary, the congress and his own party (APRA). García is probably the main character of the recent history of Peruvian politics, the person who made Fujimori a victorious candidate, forced the retirement of Vargas Llosa from politics, sustained Fujimori's legacy and consolidated neoliberalism. García incarnates the old populist patrimonialism of the Latin American elites, disguised in neoliberal colours and subordinate to the logic of globalized markets. Just as in the 1980s, García controlled his party and in the country through mysterious manoeuvrings and had his name constantly associated with questionable practices. During his second term as president, García strived to advance the neoliberal agenda, which included several free-trade agreements, concessions of natural reserves and contracts with foreign construction and investment companies.

To be sure, the election of García can only be explained by the fear that the other candidate in the second round of the 2006 elections – Ollanta Humala, another improvised candidate, uncomfortably supported by Evo Morales and Hugo Chávez – could undo the neoliberal achievements since 1990. García used his vast political expertise and profound knowledge of the electoral game to promote a business-friendly image (e.g. promised to support the USA-Peru trade liberalization) combined with demagogic proposals. García was so comfortable using his populist and centralizing approach that even acknowledged, with a dose of irony, the stereotype of APRA politicians as notoriously corrupt (McClintock, 2006). After the electoral victory and the return to the presidential palace, the García's administration was marred by scandals involving bribes and suspicious activities. In 2008, the case of the 'petroaudios' attracted huge attention and forced the resignation of the prime minister and supreme court judges: videos were made public with executives of the Peruvian state-owned petroleum company Petroperú negotiating payments by

the Norwegian company Discover Petroleum to facilitate the winning of exploration contracts. Not by coincidence, also in 2008 García closed down the *Oficina Nacional Anticorrupción* (Grampone and Barrenechea, 2010). While the anti-corruption instruments were scaled down, there was a significant sophistication of illegal practices or the corruption associated with economic activities.

Another strange incident happened when García accepted a private dinner invitation from the writer and journalist Jaime Bayly in 2010. What really happened is not entirely clear, but Bayly later affirmed that the president incited him to run for office in the next general election, despite the journalist's disappointment with the official salary (something like US\$ 3,000/month). According to Bayly, García lighted and candidly reassured him that it should be no problem because, once you become president, "the money arrives on its own" [the full sentence was a bit more vulgar: "*no seas cojudo, hombre, la plata llega sola*"]. In the same evening, García apparently claimed that, if Humala wins the election, he would lead a coup d'état to 'free the country' (sic) from such threat (Bayly, 2010).

The result of the 2011 general election – the dispute for the succession of President Alan García – was once again extraordinary. First, repeating what had happened in 1990, García destroyed any chance of his party, APRA, to gain the election in order to leave the door open for him in the next presidential election in 2016. Second, for several years before the election, very few people believed in the possibilities of Ollanta Humala, especially because of his unconventional career, nationalist discourse and confusing political allegiances. In the second round, Humala competed against Keiko Fujimori (who is a strong candidate for the 2016 presidential elections), the congresswoman who was converted into the new leader of the Fujimori clan. Humala's victory and his almost immediate submission to the neoliberal order was part of Latin American's movement to a different, *pero no mucho*, state of capitalist production. The day he was invested with the office of president, Humala promised allegiance to the Constitution of 1979 (approved in the process of redemocratization after the military period), but in practice quickly moved to become a defender of the 1993 neoliberalizing constitution introduced by Fujimori. It follows the trend of left-wing politicians coming to power in Latin America to introduce some social concessions (especially as conditional cash transfer programmes) but mainly to manage an hegemonic neo-extractivism that frustrates those expecting deeper changes (Burbach et al., 2013).

Humala tried to give to the national and international public the impression that he was going to take corruption seriously. The National Anti-Corruption Plan was published in 2012 (Supreme Decree No. 119) and the Anti-Corruption Strategy of the Executive Branch was introduced in 2013 (Supreme Decree No. 046) with a set of principles and recommendations. The government strengthened the work of the Prosecutor Anti-Corruption that had been established in 2001 and then watered down by García (although in 2013 it was still spending most of its energy on petty crime instead of large

corruption incidents). There were 20,000 cases of corruption under consideration in 2013, but a main problem was still the lack of resources and specialized knowledge of investigators and judges.

Under the leadership of the recent presidents, the Peruvian economy remained significantly dependent on mineral exploitation, as well as the commercialization of imported goods. The concession of mining activities to foreign companies continued to create opportunities for new rounds of corruption, as well as the intensification of socioenvironmental conflicts. According to the *Defensoría del Pueblo* (2009), 46% of social conflicts in 2009 were related to socioenvironmental disputes. The most violent was the Baguazo, when indigenous communities occupied roads against new laws passed by García to allow oil and mining companies to enter their territories without consent or consultation of the local communities (García claimed these laws were necessary to implement a Free Trade Agreement with USA). The police attacked on the 06 June 2009 and the clash resulted, according to official government sources, in 5 civilians killed and 5 natives, 23 policemen and 89 people wounded; journalist and indigenous leaders bitterly disagreed and some claimed that hundred were killed and the corpses were thrown to the river (BBC, 2009).

A further and notorious example was the concession granted by the García administration to American company Newmont to explore Conga, near the northern city of Cajamarca. The US\$ 4.8 billion project was supposed to start production in 2015, but the local communities voiced fierce protest against the threat to their water supplies due to the inadequate provisions to prevent lake contamination. Conga was approved in the context of 20 years of growing mining activity together with the relative absence of the state from the process of conflict negotiation and resolution (De Echave and Diez, 2013). There were mounting tensions during the assessment of the Environmental Impact Assessment, which prompted a number of marches and demonstrations in several localities. In July 2012 the conflict scaled and five persons died and many others were injured by the police. The project was eventually suspended once it was accepted that it lacked the minimal conditions for its implementation. Apart from mining operations, investments in the water sector of Lima also provided favourable opportunities for politico-economic disputes and associated forms of synchronic corruption.

### Water Sector Ramifications of Diachronic and Synchronic Corruption

As mentioned above, the water industry of Lima was a privileged locus for corruption and populist measures during the García administration. It was certainly not a simple coincidence that most of the corruption accusations against President García investigated was related to the projects and investments in water services. On the contrary, the manipulation of water supply of the capital city has been a recurrent expedient employed to assist party politics and enrich corrupted authorities. The fact that around a third of the national population lives in the capital means that the announcement of water infrastructure projects for the crowded periphery of the



megacity has huge political appeal and easily justifies vast sums of money to be invested in (sometimes questionable) water treatment works (there has been much less interest in sewage collection and treatment). Particularly since the middle of the 20<sup>th</sup> Century, with high rates of demographic growth and growing water demand, all governments promised to treat the most urgent water problems of Lima as a top priority, which invariably led to rushed investments, waste of resources and corruption. Not surprisingly, despite the sustained discourse about improving water services, water scarcity and poor water quality remain key problems for many communities or entire settlement. Persistent water problems continue to affect not only the marginal areas of the city (with around 5% of population without public services), but 48% of the population of metropolitan Lima suffer from water of substandard quality (RPP, 2013).

There were early signs of extensive corruption affecting the water utility SEDAPAL even before the transition to the administration of Ollanta Humala. For instance, in 2010, the chief-executive of SEDAPAL (Guillermo León) had to resign due to serious allegations of corruption in new water treatment plants involving members of his family, politicians and private contractors (El Comercio, 2010). Also an investigation for the TV programme Panorama, of the local Channel 5, revealed the recorded voice of a politician of the ruling party (Julio Herrera) negotiating the results of tendering processes related to the improvement of the services in San Pedro de Carabayllo (La República, 2011). The irrefutable evidences of graft and dishonesty during the García government, together with the reduced number of congress members from his party (APRA) after the 2011 election (i.e. there were not enough congressmen to stop the investigation), prompted to the formation of an investigative commission, known as the megacommission (*megacomisión*). Part of its remit was to scrutinize the Water For All (APT) programme in Lima (including the allegation of fraud, incompatible transactions and the abuse of public office in 1,584 engineering works with a total cost of around US\$ 2.0 billion). APT attracted large construction and consultancy companies to do business with the water utility of Lima, even beyond its supervisory capacity. With massive investments in a short period of time and careless control of targets and payments, APT created very favourable conditions for mismanagement and corruption. Particularly the wastewater treatment plants of Taboada (US\$ 342 million) and La Chira (US\$ 192 million) had serious suggestions of corruption (Ioris, 2013).

Based on the evidence put before the megacommission, it became crystal clear that the invocation of the urgency was very instrumental in facilitating adjustments in original plans and without the need of a careful technical justification or legality of the changes. As repeatedly affirmed by the chairman of the megacommission, Congressman Sergio Tejada, in many occasions, the García government issued emergency decrees that facilitated the approval and speeded up the execution of the projects with reduced control and monitoring (Hildebrandt en Sus Trece, 2013a). APT was so ambitious that overloaded SEDAPAL with multiple construction works, although the programme only included modest funds for infrastructure maintenance (the obvious explanation was the much easier and quicker deviation of money from large constructions, especially when carried out simultaneously and with very limited

supervision). In New Pachacútec, a large settlement in the north of Lima, major projects were initiated with only superficial technical plans and without even sorting out the ownership of the terrain (El Comercio, 2013a). Several of those interviewed during this research mentioned that there is a tacit agreement that at least 10% of the total cost of an engineering project was diverted to politicians and to the administrators of the public utility. As typically happens in similar circumstances, after leaving office Alan García started to make conferences, at the cost of US\$ 60,000 each, often paid by the same companies that own profitable contracts with his government (El Comercio, 2013b). In that context, the Attorney General's office ordered the lifting of banking secrecy of Alan García's accounts to facilitate the investigation of wrongdoings. García had publicly acknowledged the purchase of a US\$ 830,000 new house but explained, with a great dose of sarcasm, that the money was obtained from the selling of books and conferences. While shocking revelations coming from the megacommission, the ex-president took a surprisingly aggressive approach and constantly tried to underplay the significance and the validity of their work. The megacommission was attracted fierce reaction from García and his closest allies, who repeatedly argued that its main purpose was to prevent the next candidacy of the former president in 2016 (El Comercio, 2013c). In May 2013, the megacommission decided to formally accuse García for numerous the irregularities, but the ex-president immediately replied that it was a 'Chavist manoeuvring' [reference to the late Hugo Chavez of Venezuela] and that his efforts to expand the water services of Lima were merely the operationalization of a decision made by the former president Toledo. As it is widely recognized, García continued to maintain strong personal connections with judges and supreme court members appointed during his two administrations, which helps to explain why the former president acts as if had some sort of immunity from prosecution.

The material consequences of the investigation by the megacommission were far from certain. Nonetheless, the controversy around corruption in the water industry of Lima served as justification for reducing public subsidies and even the privatization of SEDAPAL (which was intended in the 1990s and then dropped due to operational difficulties and political resistance, see Ioris, 2012). Utility privatization never really disappeared from the agenda of multilateral agencies working in Peru, but this argument returned more strongly once the mismanagement of the Water for All programme and misconduct in SEDAPAL. That was clearly the position taken by the most influential newspaper of Peru, El Comercio, in its editorial page during the coverage of the megacommission's work. In January 2013, the newspaper editors identified as the main problem of water services in Lima the fact that these remain in the hands of the state. Different than other sectors, SEDAPAL is state-owned, that is, "has no owner and, therefore, nobody there is interested in doing the right thing in order to make it more profitable". Instead of focusing on social demands for better services and the criminal activities of utility managers, the newspaper attacks the government itself for the failures. In their view, "the government forgets that problem of SEDAPAL is not the lack of resources, but the lack of incentives to do its job" (El Comercio, 2013d). It is evident here the employment of the same anti-state

discourse – disguised as anti-corruption appeals – advanced by mainstream organizations with neoliberalizing inclinations.

A clear evidence of the insistence on the same model of water services, highly vulnerable to corruption, was the announcement in 2013 of new investments (8.443 billion soles or around US\$ 3.27 billion) in 148 water projects by the new administration of Ollanta Humala to expand the coverage of potable water and improve the pipeline network. Once again the promise is to reach 100% of service coverage and benefit two million residents in 3,600 human settlements by mid-2016. It is highly significant that such investments were announced without any significant change in the rationale of water management and in the relation between SEDAPAL and its clients. One disturbing indication of how things remain practically unchanged is the career of senior authorities, as in the case of the Minister of Housing and Sanitation (Mr René Cornejo), who has played important roles in all administrations since 2000 and eventually – and quite controversially – became prime minister early in 2014. This suggests that also the personal trajectory of key political players moving from one senior position to another in different governments has in itself an element of synchronic and diachronic corruption.

#### Conclusion: Recognizing the Well-Known Unknown

This brief account of the experience of corruption in Peru illustrates well the mismatch between the narrow, technocratic comprehension of corruption by national and international hegemonic agencies and the deeper social and political repercussions of the same practices. Corruption is more than simply the mishandling of public assets, but it effectively represents a misappropriation of social opportunities and the systematic marginalization of most of the national population. Corruption has palpable consequences for the lives of the whole population, first of all because it helps to reinstate in power conservative elites and maintain class-based hegemony. The previous section demonstrated that corruption has been a key social institution since colonial times, but it re-emerges and becomes particularly widespread in specific historical circumstances or specially associated with certain public sectors or public utilities. That was the case in Peru under the neoliberal reform of the state in the 1990s, which provided favourable opportunities for the manipulation of the political system and the capture of the revenues of privatization, and in relation to the investments in the water industry of Lima in the 2000s. Rather than a purely criminal or ethical issue, the activity of those promoting or benefiting from corruption represented a creative force for neoliberal interests and the organization of new accumulation strategies. Corruption is a social relation at the interface between different scales of interaction (the sectoral, local, national and international scales) and between long-term tendencies and contemporary developments. It means that the metabolism of corruption involves spatial and temporal synergies that operate in synchronic and diachronic directions. Every new scandal involving public authorities in another ploy to make money and maintain political alliances (the synchronic element of corruption) is also nurtured by the long-lasting

organization of statecraft and socioeconomic exclusion (the diachronic element of corruption).

Corruption may never have been so much in evidence in Peru since the fall of Fujimori in 2000 as it is now with the investigation about mishandling of water investments by the García administration. At the same time, it doesn't seem to matter much, given that higher income groups benefit greatly from the export of primary commodities to global markets hungry for Peruvian minerals (especially in Asia). The majority of the population maintain a daily struggle for survival and have developed significant cynicism about national politics (largely because almost nobody is ever punished for practicing or soliciting corrupted practices). Most of the attention paid to corruption is driven by the initiatives of multilateral agencies and international NGOs, which campaign to improve the business context, preserve the flows of money and reinforce the model of development. This anti-corruption discourse narrowly focuses on the immediate threats to the integration of Peru into globalized markets, but it is an effort aimed to please foreign constituencies. Corruption is apparently a problem of the better-off, while the poor continue to suffer hunger, inflation and violence (Torres Guzmán, 2011). For the Peruvian society there is nothing really new in the fact that public authorities abuse their positions for private advantage and 90% of the population answered in a survey that do not report graft cases (The Economist, 2013). Every government since independence has promised the moralization of the state just to repeat the same practices and, at best, remove corrupt ministers and civil servants. The situation changed very little and almost all the names with some chance of running for presidency in 2016, as well as one quarter of the congress, were lately involved in obscure events or faced corruption charges.

Particularly the controversies about the water sector of Lima contain all the element of the wider debate the future of the public sector and the extent that corruption is a problem with different epistemological basis and conflicting repercussions. The conservative modernization of the water utility of Lima demonstrates the perverse synergy between diachronic and synchronic corruption. The sector has always been a favourite locus of populism and an easy justification of large projects (when public funds or loans are available), which represents the diachronic pattern of corruption. But in more recent years the water services of Lima became the locus of massive investments and spurious transactions that were not dissociated from other criminal activities and large-scales projects synchronically promoted by the national government. Multiple strategies were needed to justify and implement those projects, including the manipulation of public involvement. Public participation has been significantly weakened in recent years following the World Bank protocol of 'participation for results'. What has happened in Peru reflects the consideration of water corruption by agencies such as Transparency International (2008), which highlight the negative impacts of corruption on low-income groups and on the environment, but largely restrict is to a crisis of governance and as a threat to private sector participation. Corruption is not only a destructive phenomenon, but is can also be a productive process, at least from the perspective of those in power and directly or indirectly benefiting from corruption and those with other hidden

agendas. Overall, the effort to interpret and do something about corruption is only one chapter of the much wider struggle to democratize the state and produce a more inclusive and egalitarian society.

## References

- Bayly, J. (2010) *La columna de Bayly: La plata llega sola*. URL <http://peru21.pe/noticia/680187/columa-bayly-plata-llega-sola>
- BBC (2009) *Deadly Clashes in Peru's Amazon*. URL <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/8086595.stm>
- Bebbington, A. (ed.) (2011) *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. IEP: Lima.
- Burbach, R.; Fox, M.; Fuentes, F. (2013) *Latin America's Turbulent Transitions: The Future of Twenty-First-Century Socialism*. Zed Books: Halifax: Fernwood and London.
- Caistor, N., and Villarán, S. (2006) *Picking up the Pieces: Corruption and Democracy in Peru*. Latin American Bureau: London.
- Calderón Navarro, N. (2006) 'Fighting Corruption: The Peruvian Experience'. *Journal of International Criminal Justice* 4, 488-509.
- Carey, J. M. (2003) 'Transparency Versus Collective Action: Fujimori's Legacy and the Peruvian Congress'. *Comparative Political Studies* 36:9, 983-1006.
- Congreso de la República (2003) *Informe final de la comisión investigadora de casos de corrupción cometidos en la década 1990-2000*. URL <http://www.congreso.gob.pe/historico/ciccor/index1.html>
- Cotler, J. and Cuenca, R. (eds.) (2011) *Las desigualdades en el Perú: balances críticos*. IEP: Lima.
- De Echave, J. and Diez, A. (2013) *Más allá de Conga*. Red Peruana por una Globalización con Equidad: Lima.
- Defensoría del Pueblo (2009) *Reporte mensual N° 69: conflictos sociales*. Defensoría del Pueblo: Lima.
- Durand, F. (2003) *Riqueza económica y pobreza política: reflexiones sobre las elites del poder en un país inestable*. PUCP: Lima.
- Durand, F. (2011) 'Las nuevas élites del poder: sueños económicos y pesadillas políticas', in L. Pásara (ed.) *Perú: ante los desafíos del Siglo XXI*. PUCP: Lima, 139-172.
- El Comercio (2010) *El gobierno aceptó renuncia de viceministro y titular de SEDAPAL obligado por presuntas irregularidades*. URL <http://www.elcomercio.pe/noticia/413210/gobierno-acepto-renuncia-viceministro-al-cargo-sedapal-obligado-presuntas-irregularidades>
- El Comercio (2013a) *Megacomisión: hay indicios de "negligencias graves" en Agua para Todos*. URL <http://elcomercio.pe/actualidad/1539962/noticia-megacomision-hay-indicios-negligencias-graves-agua-todos>
- El Comercio (2013b) *Sin consenso: megacomisión no pedirá que se levante secreto bancario de Alan García*. URL <http://elcomercio.pe/actualidad/1536887/noticia-sin-consenso-megacomision-no-pedira-que-se-levante-secreto-bancario-alan-garcia>

- El Comercio (2013c) *Del Castillo: 'es posible que en 2.400 contratos de Agua para Todos pueda haber irregularidades'*. URL <http://elcomercio.pe/actualidad/1577629/noticia-castillo-posible-que-400-contratos-agua-todos-pueda-irregularidades>
- El Comercio (2013d) *Subsidiar a SEDAPAL no es la solución para sus problemas*. URL <http://elcomercio.pe/actualidad/1530592/noticia-editorial-mil-millonesal-agua>
- European Commission (2014) *Report from the Commission to the Council and the European Parliament: EU Anti-corruption Report*. COM(2014) 38 final. EC: Brussels.
- Figueroa, A. (2002) *Economic Elites and Social Capital*. International collaborative research project "Confronting the Legacy of Inequality. PUCP (Lima), University of Wisconsin-Madison, University of Natal (South Africa) and IFPRI (Washington DC).
- Gootenberg, P. (2006) 'Cocaine in Chains: The Rise and Demise of a Global Commodity, 1860-1950', in S. Topik; C. Marichal; Z. Frank (eds.) *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Duke University Press: Durham and London, 321-351.
- Grampone, R. and Barrenechea, R. (2010) 'Régimen político, improvisaciones institucionales y gobernabilidad democrática en Perú', In M. Tanaka, and F. Jácome (eds.) *Desafíos de la gobernabilidad democrática: reformas político-institucionales y movimientos sociales en la Región Andina*. IEP/IDRC/INVESP: Lima, 113-147.
- Guardado, J. (2013) Office-selling, Corruption and Long-term Development in Peru. Paper presented at the 10<sup>th</sup> Midwest International Economic Development Conference, Madison, WI, 06 Apr 2013.
- Guasch, J. L. and Straub, S. (2009) 'Corruption and Concession Renegotiations: Evidence from the Water and Transport Sectors in Latin America'. *Utilities Policy* 17:2, 185-190.
- Hildebrandt en Sus Trece (2013a) *Agua pa'l APRA*. Published on 05 Apr 2013.
- Hildebrandt en Sus Trece (2013b) *Patrón del mal*. Published on 12 Apr 2013.
- Hunt, J. (2006) 'Why are Some Public Officials more Corrupt than Others?', in S. Rose-Ackerman (ed.) *International Handbook of the Economics of Corruption*. Edward Elgar: Cheltenham, UK, 323-351.
- Ioris, A. A. R. (2012) 'The Neoliberalization of Water in Lima, Peru'. *Political Geography* 31:5, 266-278.
- Ioris, A. A. R. (2013) 'The Adaptive Nature of the Neoliberal State and the State-led Neoliberalisation of Nature: Unpacking the Political Economy of Water in Lima, Peru'. *New Political Economy* 18:6, 912-938.
- Ivanov, K. (2007) 'The Limits of a Global Campaign against Corruption', in S. Bracking (ed.) *Corruption and Development: The Anti-corruption Campaigns*. Palgrave Macmillan Basingstoke, 28-45.
- Johnston, M. (1998) 'Fighting Systemic Corruption: Social Foundations for Institutional Reform'. *European Journal of Development Research* 10:1:, 85-104.

- Klarén, P. F. (2000) *Perú: Society and Nationhood in the Andes*. Oxford University Press: Oxford and New York.
- La República (2011) *Licitaciones 'arregladas' en SEDAPAL*. Published on 14 Feb 2011.
- La República (2013) *Estalló el narco escándalo*. Published on 11 Apr 2013.
- Lazar, S. (2005) 'Citizens Despite the State: Everyday Corruption and Local Politics in El Alto, Bolivia', in D. Haller and C. Shore (eds.) *Corruption: Anthropological Perspectives*. Pluto Press London, 212-228.
- Mariátegui, J. C. (2011) *An Anthology*. Ed. and trans. H. E. Vanden and M. Becker. Monthly Review Press: New York.
- Matossian, F. B. (2010) La langue de bois dans la politique péruvienne. *Hermes* 58, 87-90.
- McClintock, C. (2006) 'An Unlikely Comeback in Peru'. *Journal of Democracy* 17:4, 95-109.
- Meléndez, C. and León, C. (2010) 'Perú 2009: los legados del autoritarismo'. *Revista de Ciencia Política* 30:2, 451-477.
- Miller, R. (1996) 'Foreign Capital, the State and Political Corruption in Latin America between Independence and the Depression', in W. Little and E. Posada-Carbó (eds.) *Political corruption in Europe and Latin America*. Macmillan Press: Houndmills, 65-95.
- Pariona Arana, R. (2012) 'La lucha contra la corrupción en el Perú: el proceso, la experiencia y las lecciones', in J-M. Simon and W. Ramírez (eds.) *La lucha contra la corrupción en el Perú: el modelo peruano de las procuradurías anticorrupción*. Ministerio de Justicia y Derechos Humano and Grijley: Lima, 65-166.
- Peña-Mancillas, V. S. (2011) 'Combatir la corrupción en el Perú: a diez años de Fujimori'. *Revista del CLAD Reforma y Democracia* 51, 1-17.
- Quiroz, A. W. (2008) *Corrupt Circles: A History of Unbound Graft in Peru*. John Hopkins University Press: Baltimore.
- RPP (2013) *Afin: el 48% de limeños no cuenta con agua potable de calidad*. URL [http://www.rpp.com.pe/2013-04-05-afin-el-48-de-limenos-no-cuenta-con-agua-potable-de-calidad-noticia\\_582819.html](http://www.rpp.com.pe/2013-04-05-afin-el-48-de-limenos-no-cuenta-con-agua-potable-de-calidad-noticia_582819.html)
- The Economist (2013) *Corruption in Peru: A Widening Web*. URL <http://www.economist.com/blogs/americasview/2013/05/corruption-peru/print>
- Torres Guzmán, A. (2011) 'Los Peruanos de 2010', in L. Pásara (ed.) *Perú: ante los desafíos del Siglo XXI*. PUCP: Lima, 23-47.
- Transparency International. (2008) *Global Corruption Report: Corruption in the Water Sector*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Vargas Llosa, M. (2010) *Conversación en la Catedral*. Santillana: Lima.
- Weyland, K. (1998) 'The Politics of Corruption in Latin America'. *Journal of Democracy* 9:2, 108-121.
- World Bank. (2007) *Strengthening World Bank Group Engagement on Governance and Anticorruption*. World Bank: Washington DC.

# *Del orgullo gay a la Diversidad Sexual:* organización de identidades sexuales disidentes en El Salvador

Amaral Palevi Gómez Arévalo

## **Abstract**

This paper aims to analyze the process of organization of gay, lesbian, bisexual transvestite, transsexual, transgender and intersex identities (LGBTI) in San Salvador between 1992 and 2015. We identified four moments of this process: 1) The “Gay Pride” represents the initial moment of organization in the post-war period; 2) The “LGBTI” as result of the consolidation of identities; 3) The emergence of “Sexual Diversity” as a political player; and 4) “Making a difference without being different” that represents restricted social recognition. We used the concepts of sexual politics and symbolic actions for the analysis of each proposed historic moment. In conclusion, the LGBTI movement has promoted social questioning the binary patterns of sexuality as well as the gender essentialism, through symbolic actions. The sexual politics has focused on promoting the human rights of the LGBT population.

**Keywords:** El Salvador. Social Movement. Sexual politics. Symbolic actions. Sexual Diversity. Human Rights.

## A manera de introducción

Las temáticas sobre sexualidad en el ámbito académico salvadoreño tienen una baja producción. Esto se debe en gran medida según el antropólogo lingüista Rafael Lara-Martínez (2012) que tanto el cuerpo y la sexualidad son sistemáticamente borrados de los discursos públicos y oficiales, y como resultado obtenemos que son remitidos al silencio y al tabú. Esta situación se ha reflejado al interior de los ámbitos académicos en la baja producción sobre temáticas de sexualidad. Este fenómeno puede ser relacionado a la heteronormatividad que fundamenta la jerarquía sexual en la sociedad salvadoreña que promueve los esencialismos sexuales binarios, con preponderancia de lo masculino sobre lo femenino (Martín-Baró, 2012).

En el caso que la sexualidad traspasé las fronteras del modelo heterosexual binario, como la homosexualidad por ejemplo, al interior del ámbito académico es considerada como una categoría sin una “respetabilidad” académica para ser abordada por las disciplinas universitarias, o en su defecto su tratamiento puede ser desde una visión patológica orientada muchas veces por discursos moralistas conservadores de la sociedad. La situación anterior se concretiza en la falta de promoción de estudios sobre diversidad sexual en el ámbito universitario, sumando a ello la falta de centros, núcleo y programas de postgrados que posean líneas de investigación en estas áreas. Generando con ello procesos de invisibilidad tanto de las orientaciones, prácticas e identidades sexuales diversas en El



Salvador; aunque su existencia es un fenómeno social que nadie puede negar.

El silencio, el tabú y la invisibilidad académica como formas simbólicas y ejercicio del poder desde la dominación masculina hegemónica, en la práctica social generan la homofobia, la exclusión, las violencias y la muerte de las identidades sexuales que traspasan o se encuentran en las fronteras del patrón masculino-femenino. No obstante, a pesar de este orden simbólico hegemónico, existe un movimiento social de lesbianas, gays, bisexuales, travestis, transexuales, transgéneros e intersexuales (LGBTI) que ha reivindicado Derechos al Estado y Deberes a la sociedad desde 1992, pero que su historia no es conocida. En tal sentido, este artículo tiene como objetivo de analizar el proceso de estructuración y organización de identidades LGBTI en San Salvador entre 1992 hasta 2015.

La perspectiva metodológica es la exploratoria, utilizando las categorías de *acciones simbólicas* de Bourdieu (1999) y de *política sexual* que desarrolla Sérgio Carrara (2010), como ejes articuladores para organizar la información del periodo histórico propuesto para análisis. Entre las técnicas de investigación se destacan la consulta bibliográfica, la cual en más de algún momento se transformó en un *trabajo arqueológico* (Foucault, 1972). También se destacan las entrevistas realizadas a activistas LGBTI.

Por acciones simbólicas comprenderemos las actividades públicas de subversión simbólica que las colectivo LGBTI realizan contra el dominio simbólico heterosexista-normativo, manifestando orgullosamente su experiencia sexual (Bourdieu, 1999: 143-148). Respecto a la política sexual (Carrara, 2010: 133-136), se enfocará en conocer los momentos de construcción de un sujeto político LGBTI, que utiliza el estigma y la discriminación a sus deseos y prácticas sexuales, como medios de reivindicaciones políticas que divisa la construcción simbólica de una sociedad que respete los Derechos Humanos y abierta a las diferentes formas de expresión de la sexualidad y el género.

El artículo se encuentra dividido en cinco apartados que dan cuenta del proceso de organización de las identidades LGBTI en El Salvador. El primero es el *orgullo gay*, en donde encontramos los primeros momentos de organización travesti, gay ylésbico posterior a la conclusión de la guerra interna. El segundo es lo *LGBTI*, el cual se relaciona, por una parte a una división del movimiento, la construcción de identidades políticas y la utilización del enfoque de derechos humanos. El tercer apartado trata sobre el surgimiento del movimiento como actor político en la sociedad denominado *Diversidad Sexual*. El apartado cuarto trata sobre un reconocimiento social restringido de lo LGBTI. Para finalizar, se puede concluir que el movimiento social LGBTI ha promovido el cuestionamiento de los patrones binarios de la sexualidad y los esencialismos de género, por medio de acciones simbólicas. En cuanto a la política sexual se ha focalizado en la promoción de los Derechos Humanos de la población LGBTI.

### *Orgullo gay: los primeros pasos*

La organización de identidades LGBTI en El Salvador es un proceso que se origina en la postguerra. Antes y durante las

dictaduras militares y el conflicto armado, la condición de homosexualidad estaba fuera de los discursos públicos, de la vida social y de la academia.

En el periodo de la finalización del conflicto armado, un primer colectivo de cinco a diez travestis y hombres gays a consecuencia del VIH, comenzaron a reunirse a finales de 1991 en el Parque Cuscatlán de San Salvador. Este grupo inicial, dadas las condiciones del conflicto armado aún vigente, recibían amenazas de los cuerpos de seguridad por las reuniones que realizaban, ya que eran etiquetadas que su objetivo era promover la homosexualidad. El doce de agosto de 1992 ese grupo adquiere una formalización institucional, prácticamente siete meses posteriores a la finalización de la guerra - 16 de enero de 1992-, se crea la Fundación Nacional para la Prevención, Educación y Acompañamiento de la Persona VIH/SIDA (Fundasida).

La motivación principal de la institución era modificar la falta de respuesta gubernamental a la enfermedad, las condiciones de discriminación a la personas infectadas por VIH que incluían a hombres homosexuales y travestis. Esta discriminación se ejemplificaban en la expresión: “*Váyase a morir a su casa, porque no sabemos qué hacer*”, la cual se daba a las personas diagnosticadas con VIH en los centros de salud. Así Fundasida surge como una organización facilitadora de procesos, de incidencia política para que el Estado asumiera su responsabilidad ante la enfermedad y dar soporte a las personas viviendo y afectadas por el VIH.

Para desenvolver sus acciones de trabajo, se procura en Costa Rica inicialmente el apoyo técnico y de conocimiento para abordar la enfermedad, y en el ámbito financiero se recurre a la Cooperación Internacional de los Países Bajos, la cual su sede se encontraba en ese país. Uno de los primeros proyectos de trabajo fue la Línea confidencial con Voz, creada en 1992, siendo un medio de información sobre VIH, consejería y hasta atención en crisis de personas con diagnósticos positivos con ideaciones de suicidio. Otro foco de atención era la conformación y atención de grupos de apoyo con personas infectadas y afectadas por la enfermedad. Entre esos grupos de apoyo, se encuentra un colectivo de hombres homosexuales desde finales de 1993, los cuales participan en un proyecto de prevención y educación de VIH-Sida, con un enfoque específico en población que se prostituye (Ascencio; Calderón; Sevilla, 2008: 191).

En este grupo de atención surge el primer colectivo homosexual dirigido por Wilfredo Palacios. En 1994 transforman el estigma de la homosexualidad en emblema para una lucha política. En esta época, William Hernández y Joaquín Cáceres pasan a dirigir el grupo y asignarle un carácter más político a sus acciones, impulsando a la nueva organización gay que nace el 23 de marzo de 1994 con el nombre de Grupo Entre Amigos. El origen de su nombre puede referirse a un proyecto de revista denominada ‘Entre Amigos’ editada por Fundasida con el fin de informar a personas de la diversidad sexual sobre VIH. En 1995 sufren un ataque, en el cual son saqueadas sus instalaciones de Fundasida y es robada la base de datos de varones homosexuales que se reunían en el Grupo Entre Amigos (Amnistía Internacional, 1996: 13). En el año 1998 se abren las oficinas independientes del Grupo, aunque se mantienen las

relaciones institucionales con Fundasida, comenzaron a ser reconocidos socialmente como Asociación Entre Amigos.

La Asociación Entre Amigos, desde sus inicios le otorgó un carácter político a su proceso organizativo con el objetivo de promover y defender los Derechos Humanos '[...] y contribuir a mejorar la calidad de vida de los homosexuales, transexuales, bisexuales, transgénero, transvertís y las personas viviendo con VIH SIDA' (Ascencio; Calderón; Sevilla, 2008: 191). Sus acciones iniciales se pueden englobar bajo el eslogan del *Orgullo Gay*, tratando de dar un giro radical a la condición cultural estigmatizada y patológica de la homosexualidad.

Paralelamente, existió un esfuerzo organizativo de mujeres lesbianas. Después de finalizada la guerra interna, algunas integrantes del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), comienzan a reflexionar sobre nuevos caminos para construir un mejor El Salvador. Entre estos espacios de reflexión, por medio de la convocatoria de mujeres extranjeras, comenzó a reunirse un grupo de mujeres a discutir diversas temáticas del feminismo.

Este grupo inicia a finales de 1992 tiene una vida organizativa hasta 1996. Tuvo una participación entre 35 a 50 mujeres, que se convocaban por medio del boca a boca en una acción en cadena, caracterizándolo como 'clandestino' (Falquet, 2009: 201) ya que el grupo no era de conocimiento público y sus puntos de reunión eran apartamentos y casas particulares itinerantes de las propias integrantes-organizadoras. En estos encuentros se desarrollaban talleres sobre feminismo donde se incluían temáticas de identidad lésbica: la mujer lesbiana como sujeta política necesaria al interior del contexto salvadoreño (Ready, 2007); y fundamentalmente sobre discriminación. También fue un espacio para compartir experiencias personales de violencias sufridas, además se desarrollaban actividades de sociabilidad como fiestas y bailes. Por lo cual se puede considerar como un espacio de cuidado y al mismo tiempo de organización feminista. El nombre con el cual fueron conocidas fue *La Colectiva lésbica-feminista salvadoreña de la Media Luna*.

Al interior del movimiento de mujeres y feminista, se da la acción de política sexual de mayor relevancia efectuada en esta época: Mujeres 94. En 1994 se realizaron las primeras elecciones luego de la firma de los Acuerdos de Paz. Este hecho marcó un momento histórico que las mujeres organizadas no dejaron pasar por alto. Así surge Mujeres 94, como 'una iniciativa pluralista e independiente que busca hacer oír por primera vez en el campo político las reivindicaciones impostergables de las mujeres' (Mujeres 94, 1993: 3). Entre una de sus reivindicaciones plasmada en la plataforma en el ámbito Jurídico fue la número 53: 'Que el principio de igualdad se amplíe a sectores no mencionados en la Constitución, cómo personas discapacitadas, personas con opción sexual diferente y grupos étnicos' (Mujeres 94, 1993: 11-12). La noción de 'opción sexual diferente', para ser incorporada no estuvo exenta de discusiones acaloradas que se dieron al interior de la propia plataforma, por el propio sistema heteronormativo que se llega a reproducir incluso al interior del feminismo. No obstante, en 1997 en la Plataforma de las Mujeres Salvadoreñas 1997-2000 vuelve a retomar íntegramente la reivindicación 53 ahora en el ámbito Legislativo en el punto 76 (Las Dignas, 1996: 13).

La colectiva, su disolución estuvo marcada por 1) las discrepancias con el movimiento de mujeres y el feminista que no deseaban ser identificadas como lesbianas (marimachas) debido al estigma de los patrones heteronormativos patriarcales dominantes; 2) la retirada de las mujeres extranjeras que convocaban en mayor medida las acciones de la colectiva y 3) los vínculos afectivos-políticos que en determinados momentos dadas sus disputas y rupturas, no permitieron la continuidad institucional de la colectiva (Ready, 2007).

La acción simbólica de mayor relevancia de esta época fue la realización de la primera Marcha del Orgullo Gay, nombre designado bajo los preceptos internacionales de aquel entonces, en junio de 1997. Por medio de invitaciones fotocopiadas y pegadas en los postes del tendido eléctrico y telefónico del centro histórico de San Salvador, se realizó un llamado a participar en la *Gran Marcha del Orgullo Gay*. La Marcha tuvo un carácter de protesta en recuerdo de la masacre de 12 travestis por parte del ejército salvadoreño en el año 1984<sup>1</sup>, teniendo una participación de unas 250 personas aproximadamente, lo cual sorprendió a los propios organizadores que esperaban una participación de 20 a 50 personas. Constituyéndose en la acción simbólica de las disidencias sexuales LGBTI de mayor vida en El Salvador.

Entre el año 1996 y 1998 se conoció la existencia de un colectivo que agrupaba a travestis. Según Cabrera y Parada (2009: 11), este colectivo se originó al interior de uno de los programas educativos de prevención VIH-Sida de Fundasida, integrado por homosexuales y travestis. Su nombre *Asociación para la Libertad Sexual el Nombre de la Rosa* era un homenaje para Rosa, una travestí de quince años de edad muerta por un acto homofóbico. En el año 1999 realizan procesos para su legalización por medio de la obtención de su personería jurídica, como un colectivo integrado exclusivamente de travestis.

### *LGBTI*: una sopa de letras que aumenta

El cambio de siglo también promovió modificaciones, avances y disputas al interior del movimiento gay-lésbico como se autodenominaba en este momento. En la década del 2000 se hacen presentes nuevas identidades, colectivos y organizaciones LGBTI, destacando que el movimiento de travestis adquiere la identidad política de *mujeres trans*, el cual agrupa a transexuales, transgéneros y travestis. Respecto a las mujeres lesbianas surge una diversidad de expresiones organizativas durante toda la década de 2000. También surgen otras organizaciones integradas por hombres gays. La Asociación Entre Amigos desempeño un papel importante, ya que fue el semillero donde se forjaron la mayoría de los nuevos dirigentes y activista en esta pluralización de organizaciones e identidades.

---

<sup>1</sup> Fecha histórica que la Asociación Entre Amigos maneja sobre este evento. No obstante, Lester y Chávez (2016), cuestionan esta fecha, ya que en primer lugar no se tiene una forma para comprobarla, y luego de realizar indagaciones con un sobreviviente de ese evento, se recuerda una redada policial en las proximidades del monumento de El Salvador del Mundo donde desaparecieron como mínimo 12 mujeres trans. Después de procurar información en noticias de periódicos, proponen octubre de 1980 como fecha probable de ejecución de este acto de masacre de mujeres trans en El Salvador.

En el caso de las mujeres lesbianas, luego que la colectiva de la Media Luna se desintegrara, una de sus integrantes inicia procesos organizativos con mujeres lesbianas al interior de la Asociación Entre Amigos entre 1999 al 2004, denominándose *Grupo renacer de la Luna*. Para el año 2002 se conoce la participación de al menos veinte mujeres entre 21 a 35 años, todas con escolaridad de Educación Media completa, y la mayoría tuvo que ocultar su orientación por el temor al rechazo y por los procesos de discriminación que podían padecer (Garay y otras, 2002). La desarticulación del grupo estuvo marcado por las diferencias metodológicas al interior de Entre Amigos (Matus, 2011).

En el año 2000, al interior de Fundasida se organiza la Colectiva Lésbica Salvadoreña, la cual fue un espacio exclusivo para mujeres lesbianas para desarrollar procesos formativos que incidieran en el empoderamiento de las mujeres participantes. Se lograron reunir hasta 30 mujeres que participaban los días sábado en actividades de capacitación en temas como convivencia en parejas, organización, VIH, infecciones de transmisión sexual (ITS), acciones de formación laboral como cursos de serigrafía y actividades recreativas. Se contaba con un 20% de mujeres profesionales y el 80% restante eran personas de bajos ingresos económicos que laboraban en maquilas textiles o ejercían el empleo informal. La mayoría de sus integrantes eran del área metropolitana de San Salvador. Un 10% de sus integrantes fueron mujeres lesbianas más “masculinizadas” más próximos a ser hombres trans como categoría de identidad. No se concluyó el proceso de obtención de la personería jurídica de la colectiva. Su disolución aconteció en el año 2009. Estuvo condicionada a que su organizadora dejó de trabajar en Fundasida, lo cual la obligó a tener que desempeñar nuevas funciones laborales en el fin de semana, tiempo que era destinado a los procesos organizativo de la colectiva. Se trató de encontrar alternativas, pero estas no funcionaron.

A partir de 2007, por colocar una fecha, se vuelve a retomar las propuestas lésbica-feminista organizativa desde diversas ópticas. Así se puede mencionar a la colectiva de las *Peperechas: Mujeres públicas*. *Peperecha* en El Salvador, es un concepto que no se conoce su origen y el cual se comenzó a utilizar en la ciudad de Santa Ana al occidente del país en la década de 1930, y se utilizaba ‘para designar a las prostitutas de más baja categoría’ (Rivas, 1975: 42). En tal sentido, Las Peperechas, retoman ese concepto denigrante y lo resignifican desde un posicionamiento político feminista de tomar el espacio público (la calle) utilizando sus cuerpos desnudos en performances diversos como una herramienta política que cuestione el patriarcado, el sexismo, la heteronormatividad y la homonormatividad de la sociedad salvadoreña e incluso en el propio movimiento de diversidad sexual (Red Nosotras El Salvador, 2012). Este colectivo se originó como un grupo de amigas que en 2007 que deseaban un espacio para hacer activismo desde un posicionamiento feminista.

Otro ejemplo organizativo lésbico-feminista son las *Lesbianas en Acción* después conocidas como *Las Desclosetadas*. Este colectivo surge en 2008 por medio de una acción de visibilidad de la violencia que son objeto las mujeres lesbianas. En ese momento se autodenominaron como *Mujeres Luna*. Su propuesta de intervención está enfocada en conjuntar la expresión artística y la diversidad

sexual; con el objetivo de hacer incidencia política y visibilización de las lesbianas en todos los espacios a través del arte y la comunicación. Se constituyen como un grupo cerrado que se reserva el derecho de admisión, que no tiene interés en trabajar con otros colectivos de la diversidad sexual en especial con hombres gay por considerarlos que reproducen los dividendos de la posición dominante de los hombres (Colectiva Feminista para el desarrollo local de El Salvador, 2011). Para el 2010 se conoce que la colectiva ubicada en San Salvador, participaban regularmente 15 mujeres jóvenes en su mayoría estudiantes y algunas profesionales (Ríos, 2011: 51).

Ahora continuando con la organización de las mujeres trans, en el año 2001, la petición de personería jurídica presentada por la Asociación para la Libertad Sexual el Nombre de la Rosa fue denegada por la Dirección General del Registro de Asociaciones y Fundaciones Sin Fines de Lucro, afirmando:

[...] dicha petición, [...], a su criterio, se violentaban normas de derecho natural, los fines que persigue la familia, la constitución del matrimonio, las buenas costumbres, la moral y el orden público; como también porque lo pretendido por la entidad en formación iba en contra de los principios establecidos en el art. 3 inc. 2° de la Ley de Asociaciones y Fundaciones Sin Fines de Lucro (LAFSFL), el cual establece que los fines de las asociaciones y/o fundaciones no deben contrariar "el orden público, la moral, la ley y las buenas costumbres" (Corte Suprema de Justicia, 2009: 1).

Ante esta negativa se presenta un amparo ante la Corte Suprema de Justicia el 13 de enero de 2004, aduciendo que el razonamiento que justificaba la negación de la personería jurídica violentaba los derechos constitucionales de igualdad y libre asociación (Corte Suprema de Justicia, 2009: 1). En ese mismo año la entonces Asociación El Nombre de la Rosa, transforma su estrategia ante la Dirección General de Registros y presenta una solicitud de personería jurídica bajo el nombre de Asociación Salvadoreña para Impulsar el Desarrollo Humano (ASPIDH), eliminando toda indicación formal como colectivo de mujeres trans. Logran obtener su reconocimiento institucional en el año 2009.

Otra expresión organizativa de mujeres trans es la Asociación Comunicando y Capacitando a Mujeres Trans con VIH en El Salvador, (COMCAVIS-TRANS) que inicia su trabajo desde el año 2008. Esta organización nace dada las condiciones de discriminación que las mujeres trans padecen y en específico las mujeres trans viviendo con VIH. Por su parte la Asociación Salvadoreña de Transgéneras, Transexuales y Travestís, ASTRANS (Movimiento Trans) nace en 2008. Su trabajo se enfoca en dar atención a mujeres trans y de la diversidad sexual con énfasis en áreas postergadas y del área rural del país. También existe la Asociación Colectivo Alejandría El Salvador que centra sus esfuerzos en desarrollar procesos de incidencia política, sensibilización y capacitación para mejorar el acceso a la educación y formación profesional de gays, bisexuales, trans e intersexuales, así como fortalecer la respuesta nacional al VIH.

Respecto a los colectivos gay en esta década se puede mencionar el trabajo realizado por la Asociación Fraternidad Gay sin Fronteras

de El Salvador. Esta asociación inicia sus actividades en el año 2000, colocando especial foco de atención en la prevención del VIH en hombres jóvenes. Ahora sus actividades están orientadas para prestar atención a personas trans. Para 2003 se conoce la existencia del Movimiento Fraternidad por la Dignidad y Formación Técnica de HBTTYL de El Salvador (MOVIFRA SAL). Entre los programas que desarrollarían se encontraba *Violencia Cero*, que se encargaría de documentar y buscar justicia en casos de abuso de todo tipo contra la comunidad de diversidad sexual (Comisión Internacional de Derechos Humanos para Gays y Lesbianas, 2004). No se tiene mayor información de este colectivo.

Desde el surgimiento del primer caso registrado de VIH-SIDA en El Salvador en el año 1984, dicho virus y enfermedad se ha asociado con personas homosexuales. En el año 2000, ante la expansión de la epidemia en gay y trans prioritariamente, y dada la poca anuencia en ese momento de las autoridades de proporcionar una atención integral a las personas que conviven con la enfermedad; organizaciones, colectivos y asociaciones gay y trans, personas viviendo con VIH, y otras organizaciones de la sociedad civil conforman una red que demandó al Estado protección y acceso a los medicamentos. Logrando obtener la distribución gratuita de los antiretrovirales por parte del sistema público de salud, por medio de la Ley de Prevención y Control de la Infección provocada por el Virus de Inmunodeficiencia Humana (2001).

En el año 2003 se realiza la primera votación de reforma constitucional para impedir las uniones y la adopción por parte de personas del mismo sexo. La propuesta fue sorpresiva y dada la poca fuerza política de las organizaciones LGBTI esta reforma fue aprobada en esta oportunidad. Esta propuesta tendrá una respuesta completamente contraria en el año 2009.

El Concejo Municipal de San Salvador (2006) se manifiesta por los derechos humanos de las diversas identidades sexuales de la ciudad de San Salvador. En esta declaración se hace un llamado por el derecho de ciudadanía, el aporte de las personas LGBTI en diferentes ámbitos de la capital, la no discriminación por cualquier tipo de marcador social diferenciador incluyendo la condición sexual o identidad de género de los habitantes de la ciudad. En el año 2007, retomando la declaración de San Salvador se elabora un diagnóstico municipal para la construcción de políticas públicas inclusivas, diversas y respetuosas de los derechos humanos de las personas con orientación e identidad sexual diversa (Olivo, 2007). En esta oportunidad se menciona una primera tentativa de organización política en red entre diversas organizaciones LGBTI, su nombre fue *Coordinadora LGBT*.

En 2007 Nicolás Rodríguez crea el portal virtual [www.elsalvadorg.com](http://www.elsalvadorg.com). Este portal pretende ser un tanque de información sobre diversidad sexual cuenta con 23 secciones y su sostenimiento se logra por medio de la publicidad de espacios de sociabilidad LGBT que existen principalmente en el AMSS. Este proyecto fue una evolución del trabajo por vía de correos electrónicos que se realizaba desde el año 2003 en la promoción de fiestas electrónicas (Red Nosotras El Salvador, 2013). El surgimiento de este portal se debió a un ataque homofóbico hecho hacia Nicolás, lo cual le colocó en un punto de decisión entre continuar como trabajador autónomo de publicidad o dedicarse al activismo en pro de

los derechos humanos de personas de la diversidad sexual, y optó por la segunda opción (Cuéllar, 2014).

Igualmente en el año 2007, impulsada por la posible apertura institucional mostrada por la Declaración San Salvador, la Asociación Entre Amigos, por medio de los auspicios políticos del partido FMLN presentó una petición ante la Asamblea Legislativa para declarar el 17 de mayo, como Día Nacional contra la Homofobia (El Diario de Hoy, 2007). El pensamiento conservador tergiversa esa propuesta y mediáticamente se expone que ella intenta promover un día del homosexualismo.

### 2009: Diversidad Sexual ¿surge un actor político?

Sí a lo largo de la década del 2000, el movimiento LGBTI se caracterizó por el surgimiento de nuevas organizaciones y visibilidad de identidades que estaban aprendiendo a ser sociedad civil organizada, pero aparentemente desperdigados y sin un objetivo que los unificara alrededor de una agenda política común. Con el nuevo intento conservador para prohibir constitucionalmente la unión civil y adopción por personas del mismo sexo desarrollada en abril de 2009, promueve la unificación del movimiento LGBTI y su surgimiento en la palestra pública nacional como un actor político llamado la *Alianza para la Diversidad Sexual* (Ayala, 2009). Las acciones simbólicas se multiplican exponencialmente. En abril/2009 es aceptada una versión modificada a la propuesta inicialmente. En junio/2009 se realiza una nueva votación para ratificar la anterior, pero en esta oportunidad el FMLN -partido de izquierda mayoritario- retira su apoyo, y la propuesta no es ratificada.

El cinco de Marzo de 2009, el Ministerio de Salud Pública emite el Acuerdo No. 202, para evitar cualquier tipo de discriminación por orientación sexual en la red pública de servicios de salud, oficinas administrativas, casas de salud, unidades de salud y hospitales del ministerio de salud (Ministerio de Salud, 2009).

En medio de esta lucha política contra la reforma constitucional, el aumento desproporcionado de crímenes de odio y las amenazas de bomba en la realización de la marcha del año 2009 (Asociación Entre Amigos, 2010); la otrora *Marcha del Orgullo Gay* sale a las calles de San Salvador con su nuevo nombre: *Marcha por la Diversidad Sexual*, para manifestarse en contra de las pretendidas reformas. En esta oportunidad se da un traspaso simbólico de la organización de la marcha para el *comité 28 de junio*, ya que hasta esa fecha la Asociación Entre Amigos era la encargada de organizar la marcha.

Un hecho relevante respecto a la política sexual ocurrió a finales del año 2009, la Corte Suprema de Justicia declara ha lugar el amparo solicitado contra la negación de obtención de la personería jurídica de la Asociación El Nombre de la Rosa, reconociendo la violación a los derechos de igualdad y libre asociación (Corte Suprema de Justicia, 2009). Esto produjo, para ejemplificar con la Asociación Entre Amigos que por más de 14 años y tres negativas institucionales para su registro legal, después de esta resolución en tres meses concluyera el proceso de registro como asociación, sin modificar su naturaleza y misión de promover los derechos humanos en personas de la diversidad sexual.



## 2010-2015: ¿haciendo la diferencia sin ser diferentes?

Luego de 18 años de procesos organizativos al interior de San Salvador, en este quinquenio se da paso a un reconocimiento social restringido de la diversidad sexual y algunas conquistas políticas.

Este periodo inicia con la creación de la Dirección de Diversidad Sexual, al interior de la Secretaría de Inclusión Social, en mayo de 2010. Su fundación es una respuesta a las demandas de las organizaciones LGBTI ante el Ejecutivo. Su trabajo básicamente ha consistido en la asistencia, capacitación y sensibilización en Derechos Humanos, Género y Diversidad Sexual a empleados públicos, como un proceso incipiente de políticas públicas inclusivas.

Para el año 2010 se conoce la existencia de una red llamada *Alianza por la Libertad Sexual LGBT El Salvador*, esta red buscaba ‘fortalecer el espíritu democrática de nuestra Constitución y reafirmar los compromisos en materia de derechos humanos de El Salvador con la comunidad internacional, ampliando las condiciones de igualdad ante la ley e introducir el principio de no discriminación’ (Universidad Centroamericana, 2010: 299).

En febrero del año 2010, al interior de la congregación San Juan Bautista de la Iglesia Anglicana de El Salvador surge el Ministerio de Diversidad Sexual. Desde septiembre/2007 comenzaron a integrarse personas de la diversidad sexual, en su mayoría hombres gay. Estos realizaban actividades al interior del Ministerio de Jóvenes. Este grupo toma la iniciativa para formar un Ministerio de personas LGBTI. En 2009 y bajo la acción de las pretendidas reformas y todos sus efectos al interior del movimiento de diversidad sexual, también repercutió al interior de la congregación, en la cual los temores del grupo para crear este Ministerio fueron derribados y transformados en fortaleza para institucionalizar el Ministerio (Torres, 2013: 244).

En el cuatro de mayo de 2010, la Presidencia de la República de El Salvador (2010) adoptó el Decreto No. 56, el cual establece disposiciones para evitar toda forma de discriminación en la Administración Pública, por razones de identidad de género y/o de orientación sexual. Diferentes organizaciones y activistas LGBTI elaboran y presentan la *Plataforma Mínima sobre Diversidad Sexual 2010-2014 El Salvador*, para que sea aplicada por el ejecutivo. Como parte de la política sexual y como nueva acción simbólica, el diecisiete de mayo de 2010 surge la primera marcha contra la translesbo-homofobia, adquiriendo una constancia anual desde esa fecha y su organización es rotada anualmente entre las cuatro organizaciones trans radicadas en San Salvador.

En 2011 surge el Espacio de Mujeres Lesbianas (Esmules). Según Andrea Ayala su propuesta política es posicionar en la agenda pública a las mujeres lesbianas y apoyar a la visibilidad de las mujeres bisexuales y hombres trans, desvinculándose del tema hegemónico VIH y su relación con hombres gay-mujeres trans que domina al interior del movimiento de diversidad sexual (Red Nosotras en el Mundo, 2013).

Entre noviembre 2011 a febrero 2012 se desarrolló la campaña publicitaria de sensibilización a escala nacional *No me etiquetes*<sup>2</sup>. Esta buscaba informar a los diferentes sectores de la población sobre

---

<sup>2</sup> Para ver uno de los spots publicitarios: <https://www.youtube.com/watch?v=hhD0z3zbEXM> [Acceso 20 de enero de 2016].

la relación que existe entre la concentración de la epidemia del VIH en las poblaciones de la diversidad sexual y la discriminación sociocultural que vive este sector. A nivel social, el heterosexismo reconvirtió el slogan de la campaña y su mensaje de forma negativa; ya que en vez de nombrar a la persona de gay, lesbiana o trans, se empezó a hablar del 'etiquetado' (Flores y otros, 2012). Una suerte parecida conllevó el anuncio publicitario ubicado en una zona de clase alta en San Salvador, promovido por Las Dignas una organización feminista. El anuncio en cuestión manifestaba: *Viviendo el FEMINISMO. Soy lesbiana porque me gusta y me da la gana*; el cual tuvo que ser retirado por orden del Consejo Nacional de la Publicidad, que declaró que su mensaje era retador y ofensivo (Diario La Página, 2013).

En el mes de junio de 2012, se realiza la primera *Plegaria Rosa LGBTI* en el monumento de El Salvador del Mundo como un acto político-ecuménico-espiritual-familiar para recordar a las personas LGBTI víctimas de los crímenes de odio por orientación sexual e identidad de género.

En 2012 surge la *Fundación de familiares y amigos por la Diversidad Sexual de El Salvador "De la Mano Contigo"*. Su propuesta política radica en brindar soporte legal, asesoría en derechos humanos y acompañamiento a las familias y amigos de personas de la diversidad sexual y de género. Su misión es buscar una reforma profunda de la legislación salvadoreña, para evitar que sigan atacando y dañando a nuestros amigos/as, hijos/as, hermanos/as y demás familiares de la diversidad sexual y de género.

El diecisiete de mayo de 2012, se conforma al interior de la Procuraduría para la Defensa de Derechos Humanos (PDDH), la Mesa Permanente sobre Derechos Humanos de la población LGBTI (Davenport, 2012: 22). El objetivo general de la Mesa es incidir para que la población LGBTI, tenga acceso al pleno goce de sus derechos humanos, además de llevar a cabo otras acciones tales como; analizar la situación de la población LGBTI en El Salvador, establecer e implementar los procesos de sensibilización para los funcionarios encargados de la administración de justicia hacia dicha población, sentar las bases para la elaboración de una ley para la erradicación de cualquier forma de discriminación a la población LGBTI, entre sus apuestas más importantes (Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos, 2012).

Dado los diferentes actos de violencias registrados contra personas LGBTI, en especial a mujeres trans, y el no acceso a la justicia por estas, Karla Avelar de COMCAVIS-Trans solicita una audiencia ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) para presentar la violencia contra personas trans en El Salvador. La audiencia es concedida para ser realizada el 29 de octubre de 2013 al interior del 149 periodo de sesiones. Como resultado se obtiene que la CIDH « [...] insta a El Salvador a adoptar medidas para respetar y garantizar el derecho de defensores/as LGBTI, especialmente defensoras trans, de defensa de los derechos humanos sin discriminación ni violencia de ningún tipo» (Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2013).

Al interior de la Universidad de El Salvador en el año 2013 surge un primer colectivo denominado Diversidad UES, promovido por estudiantes de la Facultad de Medicina. Su trabajo inicial al interior de la Alma Mater es extremadamente simbólico. Por ejemplo, en

mayo de 2014 realizaron el primer conversatorio sobre Diversidad Sexual en el auditorio de la Facultad de Derecho, el mismo recinto que vio nacer al FMLN en octubre de 1980. En noviembre de 2014 izaron la bandera del arcoíris en la Plaza Minerva y se realizó el primer conversatorio de Diversidad Sexual con representantes estudiantiles de otras universidades del área metropolitana. También es de mencionar los dos ciclos de cines sobre diversidad sexual desarrollados.

En 2013 surge la Oficina de Asistencia Legal para la Diversidad Sexual en El Salvador (Aldes). Su planteamiento político es el de promover la salud, seguridad, dignidad y derechos humanos de la diversidad sexual en El Salvador a través de su empoderamiento legal. Ellos promovieron la Conferencia Felicidad y Diversidad Sexual como Derechos Humanos en marzo de 2013 al interior de la Universidad Centroamericana. Han promovido un curso de capacitación sobre crímenes de odio para los administradores de justicia y asistencia legal para tratar casos de discriminación a población LGBTI.

A finales del 2013 emerge la Acción por la Memoria y Apoyo al Trabajo por la Equidad en El Salvador, mejor conocidos como AMATE. Su propuesta política es académica, orientada en este momento a la organización y resguardo de un archivo histórico de la diversidad sexual en El Salvador. En 2014 realizaron la exposición *La Diversidad Sexual en El Salvador: Una mirada a través de los años*.

El once de enero de 2014, se conforma un primer colectivo de Hombres Trans de El Salvador o conocidos popularmente como HT503. El colectivo surge por la necesidad de visibilizar la expresión de género diferenciado al movimiento de mujeres lesbianas, y al mismo tiempo como un paso para visibilizar una expresión de género más en la palestra nacional. El colectivo está articulándose con otras organizaciones de hombres trans a nivel de Centro América.

Tras el trabajo realizado por las organizaciones LGBT, logran un éxito en el año 2014 ante el Tribunal Supremo Electoral, para que este gire la orden del reconocimiento del derecho al voto por parte de las personas trans, aunque su imagen y nombre del Documento Único de Identidad (DUI) reflejara una identidad de género diferente a la actual. Al mismo tiempo, las organizaciones LGBTI se organizan para ejercer la función de observadores nacionales en el proceso electoral. Los observadores registraron que la burla, la risa y las miradas de crítica son las que se hacen presentes al momento de que personas LGBTI ejercen su derecho al voto (Cisneros, 2014; Aspidh Arcoíris Trans, 2014).

En diciembre/2014 se lanzó la más reciente tentativa publicitaria para promover los derechos humanos de las personas LGBTI, por medio del video: *¡Penaliza la violencia, no las diferencias!*<sup>3</sup>, en el marco de la campaña Libre e Iguales. En este, una serie de activistas LGBTI y representantes institucionales de diferentes organizaciones que se dedican a la defensa de los derechos humanos, hacen un llamado a la sociedad para no discriminar a las personas LGBTI por su orientación sexual o identidad de género.

---

<sup>3</sup> Para ver el spot publicitario: <https://www.youtube.com/watch?v=ZECbZ2rmQp8> [Acceso 20 de enero de 2016].

En marzo/2015 se celebraron las elecciones para alcaldes y diputados. En esta oportunidad aparece una primera candidatura para diputado suplente de un hombre trans. Un partido conservador en busca de nuevos cotos de votos presenta como diputado suplente a un hombre trans que concurría al curul por medio del eslogan *Hagamos la diferencia sin ser diferentes*. Esa candidatura no fructificó, ya que nunca logró su objetivo: ser una candidatura representativa de la comunidad LGBTI, al ubicarse en un segundo plano a la persona de diversidad sexual no logrando movilizar al electorado LGBTI.

Después de esa elección parlamentaria, el quince de abril de 2015, los partidos conservadores en la Asamblea Legislativa vuelven a aprobar la reforma constitucional de los Arts. 32, 33 y 34. Ahora esta reforma se encuentra a la espera de su ratificación por mayoría calificada en el periodo legislativo 2015-2018 que inició en mayo 2015. Como respuesta por parte del movimiento LGBTI, el catorce de mayo en el marco de la 5ª Marcha contra la trans-lesbo-homofobia, se presenta ante la Corte Suprema de Justicia un recurso de amparo de inconstitucionalidad, asumiendo que la reforma aprobada, lacera el principio de Igualdad de las personas salvadoreñas LGBTI establecido en el Art. 3 de la Constitución. Posterior a esta acción fue asesinada la activista Francela Méndez, siendo un impacto al movimiento, pero al mismo tiempo promovió una publicidad mediática no vista en años anteriores. Sobre todo el performance realizado por activistas trans mayoritariamente exigiendo que ese nuevo homicidio no quede en la impunidad ante la Fiscalía General de la República y la condena de este nuevo acto de violencia por parte de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2015).

En el marco de la realización de acciones simbólicas del mes de junio, se crea el slogan de *Junio Diverso*, el cual engloba a las seis semanas de activismo de visibilidad LGBTI que inicia con la marcha del diecisiete de mayo y finaliza con la marcha del 28 de junio. En el año 2015 realizaron las siguientes acciones: la carta abierta donde se reprueba el primer año de gestión gubernamental del Presidente Salvador Sánchez Cerén por la poca atención a las poblaciones LGBTI (Colectivo Alejandría, 2015); conferencias, debates y seminarios realizados por diferentes activistas en universidades; la conferencia de prensa para demandar una vida libre de violencia hacia la diversidad sexual; y por primera vez un programa televisivo de debate matutino invita a diferentes activistas para exponer las condiciones de vida de la población LGBT en El Salvador<sup>4</sup>.

Pese a toda esta dinámica de avances, aún las agresiones físicas son parte del cotidiano entre las personas de diversidad sexual, como se muestra en el caso paradigmático de Aldo Peña -hombre trans activista de HT503- que sufrió agresiones físicas y detención policial cuando él regresaba para su casa después de participar en la marcha de la diversidad sexual 2015, y luego fue acusado por agresión física a los policías que lo detuvieron. Diferentes representantes de organizaciones LGBTI se hicieron presentes a la delegación policial donde este fue recluido, en ese momento se activa una red de apoyo para demandar atención médica adecuada para curar el politraumatismo que experimentaba su cuerpo, se le proporcionara un

---

<sup>4</sup> Para ver la entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=zGRB3AxvKE&feature=youtu.be> [Acceso 20 de enero de 2016].

trato humano y se realizaran las respectivas denuncias por la violación a los derechos humanos. El tres de diciembre 2015 después sortear algunas irregulares en el proceso judicial, Aldo fue declarado inocente de todos los cargos. Ahora se está a la espera del juicio contra los policías que lo agredieron y detuvieron. Toda la saga acontecida con Aldo pudo ser acompañada por medio de las redes sociales que informaron cada uno de los detalles del proceso.

Cerrando el año 2015 por medio del apoyo del FMLN, las organizaciones LGBTI solicitaron una reforma al Código Penal para incorporar como agravante el homicidio promovido por distintos marcadores sociales; incluyendo la orientación sexual, identidad y expresión de género. Dadas las condiciones negativas hacia la diversidad sexual en El Salvador, esta solicitud de reforma podría haber terminado en una desilusión total como la solicitud de 2007 para declarar el diecisiete de mayo Día contra la Homofobia. No obstante, dado al trabajo político desarrollado por las organizaciones, la posible incorporación de personas con menos prejuicios en la bancada de Derecha, posibles cambios en la percepción hacia la diversidad sexual en la sociedad, la repercusión mediática e institucional de la muerte de Francela Méndez, o simplemente como una activista con lágrimas en la cara mencionó en pleno proceso de votación: *¡los planetas están alineados!*; ya que por mayoría la propuesta fue aprobada en la Asamblea Legislativa.

### Palabras de cierre

A manera de conclusión, existe un movimiento social LGBTI en El Salvador. Este inicia en el periodo de la posguerra, existiendo dos ejes de articulación separados: por una parte el VIH para hombres homosexuales y travestis; por otra parte el Feminismo para las mujeres lesbianas. El segundo momento se caracteriza por un proceso diferenciador *transsexual-gay* en la década del 2000 y los procesos de consolidación de la identidad lésbica feminista. En el año 2009 emerge como un actor político unificado por medio del emblema de *Diversidad Sexual*. En el quinquenio 2010-2015 se presenta un proceso de reconocimiento social restringido. Los procesos organizativos se concentran en el área metropolitana de San Salvador.

En poco más de 20 años de estructuración propiamente dichos, se ha logra tener a la vista pública organizaciones de hombres gay, mujeres trans, lesbianas y hasta hace pocos años hombres trans y jóvenes LGBTI a nivel de San Salvador. Esta visibilidad, ha promovido el cuestionamiento de los patrones binarios de la sexualidad y los esencialismos de género por medio de acciones simbólicas que se han amplificado desde el año 2009.

Respecto a la política sexual promovida desde el movimiento de diversidad sexual se ha enfocado en la promoción de los Derechos Humanos para las personas LGBTI. Este proceso es incipiente, aunque se han logrado tener algunos éxitos como la emisión del Decreto Presidencial N° 56, el Acuerdo N° 202 del Ministerio de Salud, la mesa permanente al interior de la Procuraduría de Derechos Humanos, garantizar el derecho al voto en personas con identidades trans hasta la reforma del Código Penal entre los más significativos. No obstante, se tiene un largo camino para transformar las políticas y

discursos públicos impregnados por el heterosexismo normativo que naturalizan la homofobia, y con ello se promueven colateralmente los crímenes de odio contra personas LGBTI.

Antes de concluir deseo dejar constancia de nuevos retos de investigaciones que han surgido con la redacción de este texto: un análisis por cada una de las identidades LGBTI, sus procesos de estructuración, sus tensiones y sus perspectivas al interior de la diversidad sexual; las intersecciones entre diversidad sexual y feminismos; el análisis de la construcción de la identidad trans desde el feminismo; la organización de colectivos de la diversidad sexual fuera del área metropolitana, la invisibilidad de los hombres y mujeres bisexuales e intersexuales en el movimiento organizado; la vivencia de la diversidad sexual en las clases altas de la sociedad; entre otros.

Para finalizar, este artículo pretendió un proceso de análisis de los procesos de organización de las identidades sexuales disidentes, pero al finalizar, dado que es una temática no explorada anteriormente, se observa que el resultado ha sido más una cronología descriptiva que un análisis profundo de la estructuración del movimiento. También se debe de mencionar que faltan muchas voces que han contribuido a los procesos de organización LGBTI. Esta ausencia, más que una debilidad es un reto y una invitación para que aquellos/as que vivieron y viven estos procesos de organización escriban, sistematicen o simplemente relaten sus recuerdos, ya que con ellos se construye nuestra memoria histórica de la diversidad sexual que hasta el momento tiene más vacíos que certezas.

## Bibliografía

- Ascencio, E.; Calderón, L. y Sevilla, M. (2008). *El Matrimonio homosexual*. Trabajo de grado no publicado, Universidad de El Salvador, San Miguel.
- Asamblea Legislativa (2001) *Ley de Prevención y Control de la Infección provocada por el Virus de Inmunodeficiencia Humana*. Diario oficial: San Salvador.
- Asociación Salvadoreña de Derechos Humanos “Entre Amigos” (2010) *La situación de los Derechos Humanos de las personas lesbianas, Gays, Bisexuales y Transgenero en El Salvador. Informe Alterno sometido al Comité de Derechos Humanos de las Naciones Unidas*. Asociación Entre Amigos: San Salvador.
- Asociación Solidaria para Impulsar el Desarrollo Humano (Aspidh) (2014) *Informe de observación electoral presidencial -2 de febrero 2014-*. Aspidh: San Salvador.
- Ayala, A. (2009) *Sistematización de hechos de agresión a la comunidad de lesbianas, gays, bisexuales y trans de El Salvador*. Alianza por la Diversidad Sexual LGBT: San Salvador.
- Bourdieu, P. (1999) *A dominação masculina*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro
- Cabrera, Juan y Parada, Luz (2009): *Prácticas de feminización y sus manifestaciones en la salud en transgeneros de la zona metropolitana de San Salvador, Noviembre 2008-Febrero 2009*.

- Tesis de maestría no publicada, Universidad de El Salvador, San Salvador.
- Carrara, S. (2010) 'Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo'. *Bagoas* N° 5: 131-147.
- Cisneros, A. (2014) *Informe de Observación electoral LGBTI*. S/E: San Salvador.
- Colectivo Alejandría (2015) *Carta abierta al presidente de la República, Profesor Salvador Sánchez Cerén*. URL <http://pt.slideshare.net/anaacisneros/carta-abiertapressanchezcerenv3> [Fecha de consulta 25 junio 2015].
- Colectiva Feminista para el desarrollo local de El Salvador (2011) *Fátima Polanco nos comparte sobre las Desclosetadas en El Salvador* [Archivo de audio]. *Red Nosotras en el Mundo*. URL <http://www.rednosotrasenelmundo.org/Fatima-Polanco-nos-comparte-sobre> [Fecha de consulta 31 octubre 2015].
- Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2013) *Anexo al Comunicado de Prensa CIDH culmina el 149 Período de Sesiones*. URL <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2013/083A.asp> [Fecha de consulta 25 junio 2015].
- \_\_\_\_\_ (2015) *CIDH condena asesinato de defensora de derechos humanos de las personas trans en El Salvador*. URL <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2015/063.asp> [Fecha de consulta 09 julio 2015].
- Comisión Internacional de Derechos Humanos para Gays y Lesbianas (IGLHRC) (2004) *Resumen GLTBI América Latina y el Caribe 2003*. IGLHRC: New York.
- Consejo Municipal de San Salvador (2006) *Declaración*. Alcaldía Municipal: San Salvador.
- Corte Suprema de Justicia (2009) *Sala de lo Constitucional 18-2004*. CSJ: San Salvador.
- Cuéllar, L. (2014) "Me refiero al orgullo de que, aun habiendo personas que quisieran vernos empalados, seguimos existiendo". *El Faro*. URL <http://www.elfaro.net/es/201407/noticias/15656/%E2%80%99CMe-refiero-al-orgullo-de-que-aun-habiendo-personas-que-quisieran-vern-empalados-seguimos-existiendo.htm> [Fecha de consulta 22 enero de 2016].
- Davenport, A. (2012) *Diversidad Sexual en El Salvador. Un informe sobre la situación de los Derechos Humanos de la comunidad LGBT*. BerkeleyLaw: San Francisco.
- Diario La Página (2013) *Prohíben valla publicitaria de lesbianas en San Salvador*. URL <http://www.lapagina.com.sv/nacionales/88057/2013/10/11/Prohib-en-valla-publicitaria-de-lesbianas-en-San-Salvador> [Fecha de consulta 25 junio 2015].
- El Diario de Hoy (2007) *FMLN pide día especial para gays*. URL [http://www.elsalvador.com/mwedh/nota/nota\\_completa.asp?idCat=2919&idArt=1380622](http://www.elsalvador.com/mwedh/nota/nota_completa.asp?idCat=2919&idArt=1380622) [Fecha de consulta 25 junio 2015].
- Falquet, J. (2009) 'El movimiento de mujeres en la "democratización" de posguerra en El Salvador'. *Revista del CESLA* N° 4: 194-209.
- Flores, A.; Carrillo, F. y Granados, R. (2012) *Evaluación sobre los niveles de interpretación de la campaña publicitaria de sensibilización: No me etiquetes*, USAID/PASCA: San Salvador.

- Foucault, M. (1972) *A arqueología do saber*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Garay, A.; Salguero, F. y Segovia, S. (2002) *Caracterización psicológica de las mujeres lesbianas del grupo Renacer de la Luna que se reúne en la Asociación Entre Amigos de El Salvador*. Trabajo de grado no publicado, Universidad de El Salvador, San Salvador.
- Lara-Martínez, R. (2012) *Indígena, cuerpo y sexualidad en la literatura salvadoreña*. Editorial UDB: Soyapango.
- Las Dignas (1996) *Plataforma de las mujeres salvadoreñas 1997-2000*. Las Dignas: San Salvador.
- Lester, J. y Chávez, N. (2016) 'Lo que les pasó a las mujeres trans que desaparecieron en El Salvador'. *BuzzFeed News World*. URL <http://www.buzzfeed.com/lesterfeder/lo-que-les-paso-a-las-mujeres-trans-que-desaparecieron-en-el#.lo411eV7n> [Fecha de consulta 20 enero 2016].
- Martín-Baró, I. (2012) *Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica*. UCA Editores: San Salvador.
- Matus, S. (2011) 'Rebeldía, transgresión, persistencia y resistencia. La lucha por los Derechos Humanos de Las Lesbianas en El Salvador'. *La Otredad*. URL <http://mujeresycambio.blogspot.com.br/2011/11/rebeldia-transgresion-persistencia-y.html> [Fecha de consulta 25 junio 2015].
- Ministerio de Salud Pública y Asistencia Social (2009) *Acuerdo No. 202*. MINSAL: San Salvador.
- Mujeres 94 (1993) *Plataforma de las mujeres salvadoreñas*. S/E: San Salvador.
- Presidencia de la República de El Salvador (2010) *Decreto No. 56*. Casa Presidencial: San Salvador.
- Olivo, M. (2007) *Diagnóstico para la construcción de políticas públicas inclusivas, diversas y respetuosas de los derechos humanos de las personas con orientación e identidad sexual diversa*. Coordinadora LGBT: San Salvador.
- Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos (PDDH) (2012) *PDDH lanza Mesa Permanente sobre Derechos Humanos de la Población LGBTI*. URL <http://www.pddh.gob.sv/menupress/menunoti/316-pddh-lanza-mesa-permanente-sobre-derechos-humanos-de-la-poblacion-lgbti> [Fecha de consulta 25 junio 2015].
- Ready, K. (2007) 'The Uneasy "Informal Consensual Union" of Lesbianism with Feminism in El Salvador'. *Culture, Health & Sexuality* 9(Suplemento 1): S7.
- Red Nosotras El Salvador (2012) 'Peperechas mujeres públicas' [Archivo de audio]. *Red Nosotras en el Mundo*. URL <http://www.rednosotrasenelmundo.org/Peperechas-mujeres-publicas> [Fecha de consulta 25 junio 2015].
- \_\_\_\_\_ (2013) 'Conferencia "Felicidad y Diversidad sexual como derechos humanos" 14 y 15 de marzo' [Archivo de audio]. *Red Nosotras en el Mundo*. URL <http://www.rednosotrasenelmundo.org/Conferencia-Felicidad-y-Diversidad> [Fecha de consulta 30 octubre 2015].
- Ríos, M. (2011) *La identidad personal de las mujeres lesbianas del Colectivo Las Desclosetadas, Municipio de San Salvador 2010*



- (*Estudio de caso*). Trabajo de grado no publicado, Universidad Pedagógica de El Salvador, San Salvador.
- Rivas, P. (1975) *El español que hablamos en El Salvador*. Dirección de publicaciones: San Salvador.
- Universidad Centroamericana (2010): *Estudio de mapeo de agentes no estatales en El Salvador*. UCA: Antiguo Cuscatlan.
- Torre, C. (2013) 'Iglesia Anglicana de El Salvador Pastoral Especializada de Inclusión Ministerio de Diversidad Sexual/Grupo San Juan Evangelista', in Lars, G. y Silva, S. (ed.) *Teorías Queer y teologías: estar... en otro lugar*. Editorial DEI: San José, 243-248.

# De muñecas a dueñas. Una mirada sobre la aparente inversión de roles de género en las narcoseries de Telemundo<sup>1</sup>

Ainhoa Vásquez Mejías

## Abstract

In the pioneers narcoseries –*Sin tetas no hay paraíso* and *Las muñecas de la mafia*, inter alia– the feminine characters were featured as victims: naive young women seduced by drug dealers who were turning them into trophy. Telemundo (a broadcast television network), in turn, it has changed this image including leading protagonists of the drug dealing. Seemingly, it provokes investment reversal in the traditional gender roles, because the women turn into an active agent in a patriarchal world. Nevertheless, these protagonists are defined by means of stereotypically feminine elements, such as the kindness, the sacrifice and especially, the maternity that is concreted, in a literal and metaphorical way in two analyzed narcoseries: *La Reina del Sur* and *Camelia la texana*. Notwithstanding, the real subversive act of these characters –in order to depart from gender prototypes– is her ability to analyze and decide. They, rather than consider themselves as victims of her circumstances, assume her responsibility for the life that they have chosen and for the violence with which they act.

**Keywords:** Drug dealing; *Narcoseries*; Gender Roles; Victims; Violence.

## Introducción. De muñecas a dueñas

Las *narcoseries* son un producto televisivo que ha surgido en la última década, como corolario cultural del interés suscitado respecto a la industria del narcotráfico en Latinoamérica. Personalidades reales como Pablo Escobar y Amado Carrillo han servido de inspiración para crear mitologías en torno a sus hazañas en el negocio de la droga y se han convertido en ficciones televisivas. Colombia fue el país pionero, con producciones de Caracol TV que comenzaron a emitirse en el año 2006, sin embargo, televisoras estadounidenses, como Telemundo y Univisión, descubrieron un mercado latino afecto a este tipo de narraciones y, junto con guionistas y actores mexicanos y colombianos, crearon un corpus más amplio que dio el nombre de *narcoseries*<sup>2</sup>. Para el investigador Alfredo Cid, las narcoseries son un subgénero situado entre la telenovela y la serie anglosajona, para otros como Lozano y Ordoñez, un subgénero de la telenovela clásica que sólo diverge de esta en relación a su contexto dramático que es el narcotráfico. De esta forma, pareciera que todos coinciden en su definición: una producción televisiva que mantiene los patrones de un melodrama tradicional, principalmente en relación a los

---

<sup>1</sup> Este artículo forma parte de la investigación “EE.UU. mira a México/ México se mira a sí mismo: el narcotráfico como problema comparativo en las ficciones culturales estadounidenses y mexicanas”, la cual realizo como becaria posdoctoral UNAM, del Centro de Investigaciones sobre América del Norte.

<sup>2</sup> Con una audiencia que supera la de cualquier otro programa. El primer capítulo de la tercera temporada de *El Señor de los Cielos*, una narcoserie basada en la vida de Amado Carrillo, logró el mayor rating en la historia de Telemundo.

personajes estereotipados: mujeres heroínas-víctimas, y hombres que se dividen entre héroes y villanos.

Víctimas inocentes, ambiciosas, simples adornos... esa es la imagen que las primeras narcoserias colombianas impulsaron respecto a las mujeres que se involucran en el mundo de las drogas. Víctimas de los villanos, hombres inescrupulosos y sanguinarios, envueltas en la violencia, obligadas a transportar sustancias ilícitas en sus cuerpos que sirven de recipientes, objetos de lujo que permiten a los capos ostentar un poder de adquisición. Un prototipo de mujer subordinada a un macho dominante, una visión que responde a una tradición cultural de una sociedad eminentemente patriarcal: “En ese pensamiento histórico-cultural, lo femenino se asocia e identifica con lo pasivo, lo inmanente, lo natural y lo negativo, versus lo masculino, que se considera activo, trascendente, creativo y positivo” (Lagunes y González, 13). La misma idea con que ciertos investigadores (Ovalle y Giacomello; Denton) analizan la figura de mujeres que pertenecen a organizaciones delictivas: víctimas inocentes, víctimas del amor o de su condición humilde, de su precariedad; al contrario de lo que ocurre con los hombres del narco, siempre victimarios despiadados, pero que se mueven inspirados por un deseo de superación.

No obstante, en estos últimos cinco años, las narcoserias han dado un vuelco respecto a estos estereotipos de género. *Sin tetas no hay paraíso* (2006) y *Las muñecas de la mafia* (2009) fueron dos producciones colombianas que contaban la historia del narcotráfico desde sus protagonistas femeninas: subalternas de grandes mafiosos que las utilizaban como trofeos, expuestas a la violencia pero, a la vez, ambiciosas. La cadena de televisión Telemundo, sin embargo, ha resquebrajado esta imagen, dando real protagonismo a las mujeres, convirtiéndolas de muñecas en dueñas. *La Reina del Sur* (2011) y *Camelia la texana* (2014), al contrario de las protagonistas del melodrama clásico son agentes activas, fuertes y violentas: son las dueñas del narcotráfico y los hombres que las circundan se subordinan a su poder.

Se ha escogido trabajar con las narcoserias producidas por Telemundo, dejando de lado las de Univisión –que también han tenido gran éxito de rating y presentan a mujeres como capos de la droga: *La Viuda Negra*, por ejemplo– por cuanto sus protagonistas mueren. El peso del melodrama castiga su maldad, al contrario de lo que ocurre en las series de Telemundo en que sus mujeres no sólo triunfan sino que se constituyen en salvadoras de sus familias, de su pueblo e, incluso –en su extremo–, salvadoras de su país, como el caso de Teresa en *La Reina del Sur*. Con ello, nos sumamos a lo expresado por Rafael Molina quien asegura que las series colombianas: “no apologizan el narco pero sí captan y recrean visualmente sus códigos, sus reglas, sus lenguajes –y sus ajustes de cuentas–, así como sus formas de seducción desde el poder del dinero con todas sus consecuencias: la traición y la muerte” (en Santamaría, 13). Una muerte inminente, que diverge de las series que han producido en conjunto Telemundo y la productora mexicana Argos, que privilegian una visión idílica de las mujeres narco con un final feliz.

## Las mujeres en el narcotráfico

Desde que la industria del narcotráfico se transformó en un negocio lucrativo a nivel internacional son los hombres quienes han ostentado los más altos puestos, convirtiéndose en grandes capos, amados y temidos por sus pueblos, millonarios y perseguidos por la Drug Enforcement Administration<sup>3</sup>. Pablo Escobar y Amado Carrillo Fuentes, por ejemplo, son los narcotraficantes que han influido en la creación del mayor número de narcocorridos que relatan sus proezas desafiando a la ley<sup>4</sup>. A la vez, fueron los primeros en transformarse en protagonistas de las pioneras narcoserias producidas en Miami: *El patrón del mal* (2012) y *El señor de los cielos* (2013). En torno a ellos se ha construido una épica con una visión casi mítica, como si no se tratara de hombres de carne y hueso sino de superhombres valientes y sanguinarios que se enriquecen ilícitamente pero que también, contribuyen al bienestar de su gente que ha sido desamparada por estados fallidos (Ovalle y Giacomello; Rincón; Jiménez Valdez).

En la narcocultura, la construcción masculina hegemónica es la del jefe o capo; hombres involucrados en el narco cuyas cualidades son la valentía, arrojo y poder, a quienes les agrada imponerse, sentirse respetados, y se exhiben magnánimos, eufóricos y briagos. Una característica en ellos es el repudio a la vida, que se constata en narcocorridos sanguinarios, el gusto por matar, la venganza. Ellos estarían acostumbrados a mandar, someter y controlar, imponer su voluntad a costa de dinero, influencias y armas (Jiménez Valdez, 108).

En un mundo eminentemente masculino, resulta difícil encontrar narcocorridos o escuchar historias en que sean ellas las narcotraficantes poderosas, dueñas del negocio. El narcomundo, como indican los críticos Ovalle y Giacomello es “un sistema esencialmente machista, donde se reproduce en forma caricaturesca el “orden” social instaurado artificialmente sobre la base del supuesto de la superioridad masculina. Por lo tanto, es común que en el mundo del narcotráfico se construyan las relaciones de género a partir de un conjunto de actitudes y comportamientos que discriminan y marginan a la mujer por su sexo” (300 y 301). Discriminadas, a ellas les corresponde fungir como ornamento, como símbolo de status cuando su atributo principal es la belleza. Amantes, esposas o madres o, si logran ingresar de una manera más activa en el crimen organizado, lo hacen como “mulas” que arriesgan su vida y su libertad para transportar una droga que no les pertenece (Cisneros Guzmán). Así, lo común dentro del negocio es que las mujeres ocupen siempre las últimas posiciones en la división del trabajo: realizan las actividades más riesgosas, puesto que –como portadoras– son la cara visible y, por lo mismo, son mucho más fáciles de apresar. Sin embargo, son también quienes menos dinero reciben por el trabajo realizado (Ovalle y Giacomello; Denton) y muchas mueren antes de lograr

---

<sup>3</sup> En lo sucesivo abreviado como DEA

<sup>4</sup> “Se llamó Pablo Escobar”, “El rey de los capos”, “Corrido de don Pablo Escobar Gaviria” son algunos narcocorridos dedicados al capo colombiano. “El corrido de Amado Carrillo”, “El señor de los cielos”, “Cayó el señor de los cielos”, “Carrillo en la sangre” describen las aventuras del narcotraficante mexicano.

siquiera ganar unos centavos con ello (por ejemplo, Renata en *Las muñecas de la mafia*).

Así lo plasmaron las primeras narcoseries, consecuentes también con el rol tradicional que la mujer ha tenido en los melodramas televisivos: víctima, encarnación de la inocencia y la virtud, incluso hasta los límites de la estupidez (José Enrique Monterde). La primera aparición de un personaje femenino clave y protagónico, según Rafael Molina, fue Catalina en *Sin tetas no hay paraíso*, escrita como novela en el año 2005 por Gustavo Bolívar Moreno y transformada en narcoserie por Caracol TV. Catalina, representaba el anhelo de muchas mujeres de escapar de la pobreza: “siliconar los pezones de manera *fast track* –pero no certera– en la esperanza de alcanzar los beneficios del poder monetario a cambio de satisfacer los delirios tetónicos de los narcos colombianos, en medio de sobredosis de bala y silicona” (en Santamaría, 11)<sup>5</sup>. Pronto vino *Muñecas de la mafia*, serie que también presentaba a estas mujeres como trofeo (Valenzuela Arce), artículos decorativos (Jiménez Valdez) y cuya mayor aspiración era llegar a ser amantes o esposas de narcos que las llenaran de lujo.

Si bien, estos personajes femeninos protagónicos sí presentaban iniciativa y eran mujeres activas que buscaban una meta específica (llegar a ser esposas de narcos), no rompieron con el prototipo de la víctima, ya que eran objetos de villanos inescrupulosos y víctimas de sus propios deseos. Mujeres hermosas, afanadas por salir de la pobreza y que, gracias a sus atributos físicos conquistaban el amparo de narcotraficantes que las utilizaban como bienes de lujo: “un bien más al que pueden acceder para manifestar en el espacio público su poder adquisitivo y social. En este sentido, al interior del narcomundo presentarse en sociedad con el reloj más costoso y lujoso, con la ropa más prestigiosa, con el auto más costoso y llamativo es tanto o más importante que presentarse con la mujer más hermosa y voluptuosa” (Ovalle y Giacomello, 304). Mujeres víctimas, por cuanto eran un objeto mediante el cual un narco demostraba su poder y riqueza. Mujeres víctimas, por cuanto su final era la cárcel o la muerte, jamás el matrimonio con un héroe.

De una u otra manera, estas mujeres víctimas, protagonistas de las narcoseries pioneras, se involucraban en el narcotráfico siempre por acción masculina: buscando el lujo se casaban con capos; en un intento por escapar de la pobreza moldeaban sus cuerpos para acercarse a ellos. Incluso, aquellas que no buscaban ser objetos de adorno, sino agentes activas en la industria, ingresaban mediante sus familiares masculinos, miembros de algún cártel. La mayoría como víctimas de las circunstancias y no por decisión personal, ya que se veían en la necesidad de implicarse cuando sus esposos o padres eran asesinados o encarcelados; así, recaía en ellas la responsabilidad de continuar con el negocio, muchas veces, para mantener a sus familias.

Pero ello no sólo se dio en las primeras narcoseries colombianas, sino que muchos autores han llegado a esta misma conclusión luego de establecer contacto con mujeres reales que se han visto envueltas en las redes del narcotráfico (Cisneros Guzmán; Denton). Según

---

<sup>5</sup> Para un análisis detallado de la mujer vista como trofeo en la telenovela *Sin tetas no hay paraíso*, cfr. Aguirre, Lina. “*Sin tetas no hay paraíso*: normalización del cuerpo femenino en el mundo del narcotráfico”.

Edith Carrillo, son tres las razones que las llevan a ingresar en el narcomundo: el consumo de drogas (ya que necesitan el dinero para seguir consumiendo), la necesidad de un empleo (y la urgencia por aportar dinero o, muchas veces, mantener a sus hijos<sup>6</sup>) y la dependencia afectiva (víctimas del amor), es decir, siempre víctimas: de sus adicciones, de sus condiciones sociales y de su corazón. Lagunes y González agregan sobre esta misma hipótesis: “La necesidad económica y las relaciones sentimentales han contribuido a que más mujeres sean parte de las filas de la delincuencia, pero el papel que desempeñan es el mismo: en condiciones que sólo son parte y reflejo de una cultura y una estructura social machista, patriarcal y misógina” (9).

Involucradas pero subalternas, involucradas pero victimizadas, la misma imagen que comparte el periodista Javier Valdez Cárdenas al circunscribir a la mujer vinculada con el narcotráfico en el terreno de la pasividad, víctimas de otros hombres o del destino. En su libro *Miss Narco*, realiza un recorrido por historias reales. En el apartado titulado “Las Reinas”, aunque podría pensarse que son relatos de aquellas que llegaron a ser dueñas del negocio o líderes de ciertos grupos, nos encontramos con más víctimas: de hombres que las secuestraron, violaron, encerraron, pero que accedieron a un mundo de lujos donde otros las trataron como “reinas”. Reinas sin corona, ni sueños, ni dinero propio. A lo sumo princesas donde los reyes siempre fueron otros, hombres fuertes y poderosos y ellas simples amantes, enamoradas, burreras intermediarias entre señores del narco: “Algunas de ellas obligadas por el esposo o amante, quien generalmente forma parte de una red de distribución de drogas y armas al servicio de cárteles locales otras veces la mujer llega a estar al mismo nivel que hombres que las cooptaron. Incluso los superan en seguridad, aptitud y perseverancia” (Valdez Cárdenas, 214)... nunca en poder<sup>7</sup>.

Este es el patrón clásico del melodrama y de las narcoseries que están modificando las nuevas producciones de Telemundo. Ya no son hombres quienes influyen en el hecho de que las mujeres ingresen en el mundo del narcotráfico, ellos ya no son los personajes principales; son ellas quienes entran en este mundo por voluntad propia y terminan ostentando el máximo poder, con un séquito de hombres a su cargo. Si bien, constantemente se cuestionan su papel de víctimas –puesto que muchas sufren por amor– asumen su responsabilidad en el negocio. Teresa, la Reina del Sur, a pesar del asesinato de su novio, el Güero Dávila, agente encubierto de la DEA, no ingresa en la industria hasta que ella misma decide traficar hachís junto a Santiago Fisterra y, posteriormente, se transforma en la capo más

---

<sup>6</sup> “Las razones que motivan a estas mujeres a realizar un acto delictivo obedecen a la imposibilidad de cumplir con su papel de proveedoras para sus hijos, los que justifica moralmente su decisión de involucrarse en este delito” (Carrillo, 68)

<sup>7</sup> Se pueden encontrar, sin embargo, algunas excepciones dentro de esta historia patriarcal. Mujeres que han pasado de ser las esposas, hermanas, madres e hijas de capos a ser ellas las operadoras, líderes de cárteles, entre ellas: Dolores Estévez “Lola la Chata” e Ignacia Jasso “La Nacha” (Cfr. Fernández Velázquez) o Sandra Ávila Beltrán (Cfr. Cisneros Guzmán; Lagunes y González; Santamaría). Si bien, Rafal Molina asegura que en Colombia sería inverosímil imaginar “jefas de narco”, Griselda Blanco fue una narcotraficante real, que dio forma a la serie *La Viuda Negra*. Aunque murió asesinada a los setenta años, en la telenovela se suicida al ser atrapada por la DEA, consecuente con la visión moral que pretenden dar las narcoseries colombianas, en contraposición a las mexicanas.

importante gracias a que su amiga Patricia O'Farrel la hace partícipe de su tonelada de cocaína. Camelia, asimismo, se envuelve en el tráfico de marihuana porque su amiga Mireya la insta a lograr dinero con la venta de la hierba que le ha robado a su padre. Lejos de ser víctimas del destino son ellas quienes, en determinado momento, optan por entrar en el narcomundo y empoderarse en él.

### Victimarias victimizadas

En el mundo del narcotráfico, dicen Ovalle y Giacomello, es común que los hombres utilicen la violencia para solucionar sus conflictos, ya sea respecto a sus enemigos, negocios, así como en sus relaciones familiares o afectivas. Amenazas, golpes, violaciones son comunes. El poder que ostentan involucra también un dominio sobre el cuerpo de los otros: torturan a quienes se les oponen y abusan físicamente de las mujeres que los rodean: “La violencia física puede llegar incluso al homicidio. En el mundo del narcotráfico la muerte es el castigo natural a la traición y si el valor de la vida se relativiza ante la presencia de una traición, en muchas ocasiones menos valor se le otorga a la vida de una mujer” (Ovalle y Giacomello, 313). El feminicidio es una constante: Pablo Escobar, Buñuelo –personaje de *El cártel de los sapos*–, el Chema Venegas –personaje de *El Señor de los Cielos*– mandan a asesinar a las mujeres con quienes sostienen relaciones sexuales, para que sus esposas no lo descubran o cuando ya dejan de interesarles<sup>8</sup>.

En el análisis de las narcoserias de Telemundo, en cambio, si bien, es cierto que las protagonistas efectivamente son definidas desde la victimización, pronto invierten este rol, transformándose ellas en victimarias. *La Reina del Sur* fue la primera, así como se constituye también en “el despegue de la narcoliteratura de género en México con un personaje principal que inauguró un discurso literario inexplorado, reveló una realidad palpitante y un universo que comienza a desbordarse en todos los órdenes del negocio bajo la mano femenina: la organización financiera, el desenfundamiento de las armas, la distribución de la droga” (Molina en Santamaría, 16)<sup>9</sup>. A esta le siguió la serie *Camelia la texana*, personaje de un narcocorrido popularizado por Los tigres del Norte en el año 1974 y que “inauguró el primer narcocorrido de género dentro de la industria” (Molina en Santamaría, 18).

Como anticipábamos, efectivamente, Teresa y Camelia comienzan la serie representando el papel de víctimas, susceptibles de ser ellas las asesinadas. Teresa se ve envuelta en el narcomundo porque su novio –quien ella cree era narco– es asesinado. Su vida corre peligro y debe huir, no obstante, en esta fuga que emprende,

---

<sup>8</sup> Un ejemplo concreto de este final de muerte se da constantemente en las narcoserias colombianas (*Sin tetas no hay paraíso*, *Las muñecas de la mafia*, *Rosario Tijeras*), ya que gran parte de los personajes femeninos mueren “Con las muñecas fantásticas (ingenuas y provincianas) se echan a volar los sueños por alcanzar el paraíso, pero también se diluyen las falsas expectativas, porque se descifran los signos del poder económico pero también los de la muerte” (Rafael Molina en Santamaría, 13). Una muerte dolorosa e inminente para todas aquellas que se atrevieron a soñar con una vida mejor.

<sup>9</sup> La Reina del Sur: “se masificó –y universalizó– a través de la serie que alcanzó ratings insospechados en las comunidades latinas de Estados Unidos” (Molina en Santamaría, 18).

primero es testigo de la muerte violenta de sus amigos y es violada. Ramiro, el Rata, antagonista que busca por todos los medios acabar con ella, la amenaza en el segundo capítulo: “Te voy a cortar en pedacitos, chiquititos para que nadie los encuentre, los voy a esconder en todos lados” (cap.2). Teresa, no obstante, no se deja amedrentar y ya desde los primeros capítulos se defiende de las agresiones, dejando atrás la pasividad: cuando el Gato la viola ella le dispara en la cara, una ofensa que los machos del narco no pueden asentir, tal como le recrimina su padrino, Epifanio Vargas: “esa gente no puede permitir que una hembra le quiebre a alguno de sus hombres y tú te echaste al Gato Fierros. Con una sola bala los convertiste en el hazmerreír de todo Sinaloa” (cap.2).

Camelia, entretanto, comienza su travesía al creerse perseguida por el narcotraficante Antonio Treviño (su padre). Su madre la ha convencido de que ese hombre asesinó a su padre y ahora va en su búsqueda para asesinarla también a ella. Camelia es víctima de las mentiras de su madre, de la omisión de Antonio y del falso amor que le promete Emilio Varela quien, secretamente, busca entregarla con su patrón para obtener la recompensa. De ser una niña ingenua, soñando con ser dentista, se convierte en una fugitiva de la justicia luego de vender kilos de marihuana (agenciados por su amiga Mireya) y asesinar a Emilio, por haberla traicionado.

Emilio: Yo me voy a ir solo [...]. Camelia, hoy te das por despedida, no va a haber boda. [...] ¿Quieres saber la verdad? Tengo una esposa y un hijo, una vida antes de ti. Lo nuestro llegó demasiado tarde [...] Necesitaba dar un gran golpe. Este dinero me va a ayudar. Con la parte que te toca tú puedes rehacer tu vida. Yo me voy para San Francisco [...] con la dueña de mi vida (cap.20).

Frente a esta declaración Camelia, cual macho narco herido en su orgullo por la traición de quien amaba, le dispara sin piedad siete veces. Luego deja su cuerpo tirado en una calle abandonada. Al poco tiempo se arrepiente de haber apretado el gatillo, sin embargo, es este hito el que determina el vuelco de víctima a victimaria, el acto que la hace transformarse en una mujer dispuesta a todo.

El primer asesinato de Camelia es porque Emilio la ha traicionado, el primer intento de Teresa (puesto que el Gato sobrevive) es en defensa propia. En otra narcoserie de Telemundo, a su vez, también somos testigos del primer muerto de una poderosa narcotraficante. Anastasia, en *Dueños del paraíso*, luego de ser abandonada por su esposo, Nataniel Cardona, de descubrir que él tenía una amante con quien esperaba un hijo y de ser violada por los enemigos de su marido, conscientemente decide eliminarlo y apropiarse de su negocio: “Mira lo que hiciste conmigo, Cardona. Me humillaste, me traicionaste y me abandonaste, pero no pudiste conmigo. Soy tan torpe que me convertí en una asesina. Pero una asesina que va a construir un imperio en tu nombre. Vas a estar bien orgulloso de mí, cabrón, te lo juro” (cap.3). Al contrario de Camelia, Anastasia no se arrepiente, tal como se lo explica a un sacerdote: “Yo privé de la vida al único hombre al que he amado. Padre, yo maté a mi esposo. Yo lo maté [...]. Que Dios me perdone, pero es que no me arrepiento” (cap.8). Un primer acto de sangre que se constituye en la fuerza para convertirse en líderes: el poder de decisión sobre la vida y la muerte de otro ser humano.



Valenzuela Arce asegura que las mujeres involucradas en el narcotráfico generalmente son mujeres que se sacrifican a sí mismas en pos de sus hombres, las que se niegan para ofrecerse a otros: “la que acepta en silencio su invisibilidad y se conforma con el pago gratificante de saber que su destino en la vida es servir a otros [...]. La mujer sacrificada es también la mujer sacrificable; condición límite del autoabandono, la mujer sacrificable se juega la vida por su hombre” (171). Nada más contrario a estas protagonistas femeninas de las narcoseries, quienes no dudan a la hora de hacer pagar con sangre la traición. El tema romántico pierde preponderancia. El amor, motivo melodramático por excelencia, se desvanece. Las protagonistas no son las mujeres pasivas de las telenovelas clásicas, sino heroínas independientes, dispuestas a todo.

Si bien, no podríamos asegurar que se transforman en mujeres realmente sanguinarias, por cuanto, no matan por el gusto de matar, sino siempre por razones ligadas a la venganza y, en algunos casos, ni siquiera son ellas quienes aprietan el gatillo, puesto que tienen hombres a su cargo que se hacen responsables de ello, el primer asesinato resulta fundamental. Principalmente nos referimos a Camelia y Anastasia, ya que la muerte de sus parejas las hacen fuertes y les cambia la vida. Ellas mismas reconocen que es este acto fundacional el que las transforma, el que las hace perder el miedo a pecar, el miedo a los otros, asumiendo que tienen en sus manos el destino de quienes las rodean<sup>10</sup>.

De las mujeres como víctimas pasamos en las narcoseries de Telemundo a mujeres victimarias. Son ellas las que toman las riendas del negocio, ellas quienes dirigen y constituyen un grupo de subalternos que las obedecen, ellas las que utilizan las armas. Teresa se convierte en la Reina del sur y Camelia crea una leyenda en torno a su nombre. En un narcomundo eminentemente machista ellas deben actuar como hombres, apropiarse de la violencia para ser respetadas. Esto es lo que le cuenta La Nacha al policía Facundo García (personajes de *Camelia...*), que ella es una mujer entre hombres “una vieja entre puro criminal. Pero a punta de fregadazos los puse a todos en cintura, no le iba a dejar el negocio a nadie. El que no se cuadraba fuego. Y uno por uno fueron entendiendo quién mandaba y ahora hasta los políticos se cuadrán [...] Los hombres no se acostumbran a que las mujeres manden pero ahora con la liberación femenina se van a acostumbrar” (cap.18).

Los hombres les temen. Camelia le quema el rostro a Arnulfo Navarro, un líder del narcotráfico y Emilio le hace ver que esa actitud lo aterra: “Cuando te posesionas de Camelia la texana, das miedo [...] Aunque no lo quieras ya te estás transformando en una leyenda” (cap.18). Teresa se pone al nivel de Oleg Yasikov, capo de la mafia rusa, a riesgo de ser ejecutada. La vacilación podría costarle la vida, por ello siempre se muestra firme, aunque en ocasiones reconozca dudar de sus agallas. ¡Qué huevos tiene! es una expresión común para referirse a Teresa y Driss, en una oportunidad, le dice al Coronel Abdelkader: “Es muy dura con los hombres, yo no te recomiendo que

---

<sup>10</sup> El asesinato más importante de Teresa también le cambia la vida, sin embargo, no es el primero. Teresa asesina a Teo, su pareja y padre del hijo que espera, en el capítulo 61. Este asesinato puede funcionar como metáfora del asesinato de su vida pasada ligada al narcotráfico. Al contrario de Camelia y Anastasia, que forman su leyenda con la muerte de sus parejas, Teresa, después de asesinar a Teo, se retira del negocio a criar a su hijo en paz.

te acerques mucho porque te va a arañar” (cap.7). Una actitud masculina de arrojo, valentía y violencia que se minimiza con una feminización. Como si la única arma que pudieran portar las mujeres fueran sus uñas y sus tacones.

Acostumbrados a tratar entre hombres, el narcomundo machista y patriarcal debe ceder ante las nuevas dueñas, dispuestas a utilizar la fuerza, a asesinar y a responder con violencia cuando la situación lo requiere. No obstante, la victimización que hemos constatado en diversos autores que analizan historias reales de mujeres que se involucran en el narcotráfico, parece repetirse como patrón también en las narcoseries. El policía Facundo García, al enterarse de que fue Camelia quien asesinó a Emilio se niega a creerlo, para él Camelia es la víctima: “Eres una mujer admirable, eres fuerte y que tienes tu carácter pero al mismo tiempo eres dulce. El problema es que te cruzaste con un estafador profesional que te desvió del camino” (cap.28). Entretanto, Oleg, líder de la mafia rusa, apadrina y cuida a Teresa, evitado constantemente que ella se ensucie las manos asesinando. Consecuente con esta victimización e infantilización que realizan de ellas los hombres que las rodean –aunque las respetan y obedecen– no dejan de ceñirlas en el terreno de los afectos, ámbito tradicionalmente femenino: “Tesa actúa como nosotros. Es práctica, no le tiembla el pulso, es una gran estratega, pero su corazón es femenino. Necesita amar para sentirse viva. No lo puede evitar” (cap.52), asegura Oleg.

Frente al terror que producen estas mujeres que se apropian de la violencia y la sangre, como si fueran hombres; ellos se defienden minimizando su poder: las victimizan, las infantilizan, las feminizan. Así, estas protagonistas se debaten entre una imagen masculina y un prototipo femenino del que parece imposible desligarse. Teresa, a pesar de ser temida, audaz, valiente, a pesar de ser el cerebro de la organización y negociar de igual a igual con mafias rusas, italianas y españolas es definida por sus características femeninas más allá de ser reconocida por su inteligencia y sus dotes de estratega. Cucho, el periodista, busca la primicia y la bautiza como la Reina del Sur, no obstante, no destaca su poder sino su belleza: “¿Has visto la piel que tiene? ¡Qué cosa! Yo no sé, ella es tan rara y tan diva a la vez. Ha pasado por un atentado, por un interrogatorio y sigue igual de divina. Es que ella es como una reina azteca” (cap.38). Todos adoptan el pseudónimo de Reina del Sur para referirse a Teresa, todos menos ella que se seguirá definiendo, orgullosamente, como “la mexicana”.

Este comportamiento de feminizar a las mujeres, es propio de una violencia epistémica<sup>11</sup>, es decir, una violencia que no es física sino simbólica, en la que, quienes consideran poseer un poder hegemónico se sienten con el derecho de hablar por el Otro. Al hablar por el Otro se les niega el derecho a la subjetividad y, con ello, se las transforma en esencia, en representaciones sociales, en estereotipos: reinas o víctimas. Lucía Guerra expone esta situación en otros términos: “Adscribir significados a lo femenino es, en esencia, una modalidad de la territorialización, un acto de posesión a través del lenguaje realizado por un Sujeto masculino que intenta perpetuar la subyugación de Otro” (14). Al catalogar a las mujeres en ciertos signos predeterminados no sólo se intenta hablar por ellas, arrebatándoles la voz, sino que se transforma en un mecanismo para

---

<sup>11</sup> Concepto acuñado por la crítica Gayatri Spivak.

continuar con la subyugación, impidiendo que el Otro se desprenda de los márgenes en los que ha sido sepultado. Como si con este acto mágico de nombrar pudiera borrarse también el temor que la actitud agresiva de estas mujeres provoca.

### Mujer con pensamiento de hombre pero sentimiento de mujer

A pesar de la feminización y victimización con que pretenden caracterizarlas, ellas hacen alarde de su poder, ejercen la violencia y dominan un mundo manejado tradicionalmente por hombres, sin embargo, sus códigos morales las alejan de los cánones que rigen el narcomundo. Aurelio Casillas de *El Señor de los Cielos*, Pablo Escobar, en *El patrón del mal*, los personajes de *El cártel de los sapos* son machos que buscan el lujo, infieles y seductores que viven rodeados de prostitutas; traicioneros con los amigos, han perdido el respeto a las familias. Muchos de ellos son también drogadictos, sanguinarios por placer. Hombres egoístas que no tienen sentido de comunidad y buscan la riqueza y el poder a costa de su propia gente.

Esta pérdida de valores parece ser algo reciente en el mundo del narcotráfico. Hasta hace algún tiempo existían todavía ciertas normas de conducta a las que ceñirse, líderes a quienes seguir, códigos que parecían inquebrantables, tales como el respeto a las familias, la contribución a las comunidades de las que surgían:

Los códigos de honor de los grupos delictivos en la región cambiaron de manera radical hacia los años ochenta y noventa, producto de una marcada pérdida de valores entre los protagonistas de la industria del narcotráfico [...]. Lo que antes eran acuerdos se transformó en una guerra entre los llamados cárteles, que trajo como consecuencia una mutación de las prácticas y las relaciones internas de los grupos delictivos –una vez que se hubo extendido el consumo de drogas hacia lugares donde este fenómeno no tenía presencia anteriormente–, cuestión que a su vez desencadenó la violencia generalizada. En suma, los preceptos que en otro tiempo involucraron el respeto a la familia, los niños, las mujeres y los ancianos dejaron de tener sentido, pues se generó un círculo vicioso de venganza y muerte (Fernández Velázquez, en línea).

Las líderes de estas series, en cambio, parecen regresar a este tiempo primigenio y derribar estos estereotipos. “El derroche, la opulencia, la transgresión, el incumplimiento de la norma y el machismo son, entre otras, prácticas sociales continuamente asociadas al narcomundo” (Ovalle y Giacomello, 299). Teresa y Camelia, por el contrario, invierten estos parámetros transformando las reglas vinculadas al tráfico de drogas. Se convierten en jefas a quienes todos respetan de la misma forma en que ellas respetan a los otros. Teresa, lejos de propiciar una guerra con los otros cárteles, realiza alianzas. Camelia y la Nacha son benefactoras y buscan el bien común más que el personal.

Las protagonistas de estas narcoserias, a pesar de utilizar la violencia, presentan un código moral diferente. Al contrario de los capos que son infieles y traicioneros, incluso, con sus propias familias, estas mujeres son fieles y buscan un amor definitivo<sup>12</sup>:

---

<sup>12</sup> El tema de la fidelidad/infidelidad por género, en relación a la narcoserie *Muñecas de la mafia*, ha sido analizado por el académico Jorge Lozano, concluyendo que ello

“Siempre pensé que mi vida iba a ser una aventura. Siempre soñé con un amor de esos que solamente pasan una vez en la vida. De conocer a un hombre y que de verlo me quite el aliento y que cuando nos veamos a los ojos sepamos que estamos hechos el uno para el otro” (cap.1), le dice Camelia a su madre y, consecuente con este anhelo, decide dejarlo todo para irse con Emilio. Teresa, a su vez, le dice a Patricia: “Tengo mucho tiempo ya sumergida en esta vida ocupándome de cosas que me enseñaron otros, que yo no pedí aprender y me estoy secando por dentro. Yo también soy una mujer y necesito sentirme deseada”. (cap.39). A pesar de que el amor no es el centro e, incluso, ha sido relativamente desplazado por las drogas y la sangre, son mujeres que desean amar y ser amadas, por esto, son capaces de asesinar a los hombres que las traicionan y enamorarse de quienes las cuidan: Teresa asesina a Teo mientras Camelia se enamora del policía García<sup>13</sup>.

Otra característica diferente es que la familia del enemigo vuelve a ser intocable: “Bien sabes que la familia del enemigo es sagrada” (cap.12), le recuerda la Nacha a Arnulfo. Teresa siente culpa por amenazar a Flores, el policía, enviando las fotos de sus hijas: “Lo hice nada más para que mordiera el anzuelo, pero nunca me voy a meter con gente inocente, Oleg. No se vale, con las familias no” (cap.29), le asegura Teresa al ruso. Una moral que se condice con el actuar de las narcotraficantes líderes de cárteles mexicanos o, al menos, la misma conclusión a la que llega Cisneros Guzmán luego de entrevistarse con ellas, sea la propia o la del enemigo: “para todas, la familia es mucho más importante que para los hombres [...]. La familia es el punto modal para ellas” (en Santamaría, 138).

De la misma manera, separan claramente lo que venden y no están dispuestas a traficar con drogas de calidad dudosa<sup>14</sup>. Existe en ellas, además, una actitud reprobatoria hacia los consumidores y toman la industria como un trabajo, distinguiendo que jamás deben transformarse en adictas. Hay una suerte de lástima hacia quienes la prueban. Camelia le dice a Mireya: “¡Pobre gente! Son adictos. Se mueren por culpa de esa porquería” (cap.11), mientras Teresa constantemente insta a Patty a que deje la cocaína, argumentando el daño que le provoca.

Tradicionalmente, como ya hemos analizado, tanto los capos como las mujeres vinculadas al narcotráfico se caracterizan por una estética del lujo, la opulencia y la ostentación (Salazar, Fonseca, Villatoro, Rincón)<sup>15</sup>. Al contrario, las mujeres de las narcoserias son

---

es coherente con la misma sociedad: “La fidelidad femenina es no sólo una virtud sino incluso una exigencia; en la sociedad patriarcal la mujer infiel no sólo resulta poco virtuosa sino incluso condenable. La infidelidad masculina, en cambio, es permitida, tolerada o al menos explicable por lo que se acepta como naturaleza masculina” (en línea).

<sup>13</sup> En varias narcoserias ocurre que las líderes del narcotráfico se enamoran de sus subalternos, sus guardaespaldas o gatilleros, puesto que ellos son quienes las protegen. Cfr. *Dueños del paraíso* y *La Viuda Negra*.

<sup>14</sup> Este mismo principio se repite en la narcoserie *Dueños del paraíso*, puesto que, cuando Esparza le ofrece a Anastasia cortar la cocaína con laxante para que rinda, ella se niega: “Esparza no has entendido nada. Si vamos a vender coca, vamos a vender la mejor coca” (cap.9).

<sup>15</sup> El crítico colombiano Omar Rincón ha sugerido, incluso, que el narcomundo impone en la sociedad una narcoestética caracterizada por la vistosidad, el abigarramiento y la estridencia, materializada en el uso estrafalario de la vestimenta, el oro, viviendas y vehículos (Rincón, Lozano).

relativamente austeras. No es posible negar que Teresa, por ejemplo, viste ropa de moda, sin embargo, no es ella quien invierte en esto sino su amiga Patricia. Es ella a quien le preocupa el lujo y las joyas y esta fascinación no se deriva del narcotráfico sino de su ascendencia aristocrática.

Teresa: No hay manera de que yo me gaste en eso en una bolsa. Además ni uso bolsas

Patricia: Nos llevamos todo. El traje también

Teresa: ¿Cómo todo? No, eso es mucho dinero

Patricia: Por algo odio que seas tan rápida con los números. Nos llevamos todo. Y no pongas esa carita. Pago yo, es un regalo (cap.27)

El fin de Teresa no es el dinero sino demostrar sus capacidades como analista y matemática, como contadora, en un mundo masculino. Camelia, por su parte, nunca gasta el dinero que le llega por la venta de marihuana, su preocupación principal es salvar su vida y cuidar a su familia y a los trabajadores. Su poder no se ostenta a través del lujo desmedido<sup>16</sup>.

Criticán el producto que trafican, no buscan riquezas, respetan a las familias de los enemigos y, sobre todo, ayudan a su gente. Teresa, apenas consigue el negocio con Oleg, busca a Fátima y a Mohammed para que vivan con ella y disfruten de las comodidades económicas que ella posee. Es compasiva y sabe perdonar, tal como lo hace con el Pote, quien trató de asesinarla enviado por Epifanio, sin embargo, ella le agradece que no la haya violado y lo contrata como su guardaespaldas. La Nacha es la líder de su pueblo, amada y respetada por todos, puesto que con su dinero ha construido escuelas, orfanatos, iglesias y le ha dado comida a quienes lo requieren, tal como indica Facundo García: “Esa mujer es una reina. Toda la gente la quiere y la cuida. Tiene comprada a toda la policía. Ella es la que se encarga de tapar todos los hoyos que el gobierno deja. Ella apoya a las escuelas, apoya orfanatorios, a la iglesia... ella le da a la gente todo lo que el gobierno no les da” (cap.19). Camelia, por su parte, ayuda a los migrantes, a los jimadores y a la gente del rancho de su padre.

De alguna manera, estas líderes del narcotráfico, no sólo recuperan los valores de los antiguos narcos, en cuanto a la protección de las familias y del pueblo, sino que incluso van un paso más allá convirtiéndose en justicieras. Ya que los gobiernos no otorgan las garantías de bienestar necesarias son ellas las que los proveen. Así, el miedo a sus acciones sanguinarias se va desvaneciendo en admiración, gratitud y cariño por estas mujeres que ayudan a su gente. Y así como les temen las respetan y las siguen, puesto que ellas y el pueblo son iguales y buscan los mismos derechos: “Que no les quiten lo único que tienen: su trabajo, su libertad y su dignidad” (cap.60), insta Camelia a los trabajadores de su padre, pidiéndoles, además, que peleen con ella en contra de Arnulfo Navarro. La lucha por el poder va acompañada de un sentimiento de colectividad. Los trabajadores se identifican con ellas, por eso están dispuestos a dar su vida. Todas estas características se

---

<sup>16</sup> Cisneros Guzmán ha entrevistado a mujeres reales líderes de cárteles, quienes parecen actuar de la misma manera que los personajes de ficción, es decir, sin ostentar. Una de sus entrevistadas asegura: “no somos vistosas las mujeres [...]. El hombre es más macho, según más poderoso, y quieren que todos lo miren” (en Santamaría, 129).

ciñen a los estereotipos de género tradicionales en que las mujeres sólo pueden recurrir a la violencia cuando es en pos de un bien mayor, una imagen de género idealizada que no parece muy ajena a la propagada por el melodrama clásico.

### Conclusiones. Yo escogí mi vida y voy a escoger mi muerte

A simple vista pareciera que estas producciones televisivas ponen en jaque al modelo melodramático, puesto que las protagonistas no son mujeres pasivas en espera de que un héroe las lleve al altar en el último capítulo. Sin embargo, es innegable que ciertos estereotipos de género se mantienen y que los mismos personajes masculinos son responsables de ello. Aunque, efectivamente, estas mujeres ya han dejado atrás el papel de muñecas y se empoderan como dueñas de un negocio de hombres, utilizan la violencia y pueden ser tan sanguinarias como cualquier macho, ciertas cualidades asociadas, tradicionalmente, a lo femenino, se perpetúan.

Más allá de la muerte ellas dan vida. Dan vida literal y metafóricamente. Dan vida a su pueblo, lo inspiran a luchar por un mayor bienestar, entregan orfanatos, clínicas, albergues, comida. Cuidan de sus amigos, de sus familias, de las familias de sus enemigos. El rol maternal no se ha perdido, sólo se ha trasladado a una colectividad. El sacrificio, rasgo tradicionalmente femenino, se expande a una multitud abstracta: “La mayoría de las mujeres se han definido como seres para los demás, y proyectan la construcción de su identidad en función de las necesidades, gustos e intereses de otras personas y en específico de los hombres a su alrededor; la figura de la madre-esposa abnegada, dócil, sufrida, la que protege, que se sacrifica por el bienestar de los demás” (Jiménez Valdez, 113). Ellas no son Dóciles y abnegadas, no obstante, sí se sacrifican por su gente. Camelia, por ejemplo, es capaz de quedarse sin comer frente a la arbitrariedad del capataz que ha dejado sin alimento a todos porque ella lo ha humillado. Asimismo, gasta su dinero en enmendar esa injusticia dando almuerzo a los trabajadores temporeros (cap.24).

En mayor o menor medida estas mujeres protagónicas de las narcoserias de Telemundo corren riesgos y se sacrifican por otros. Quien mayor cumple este papel es Teresa Mendoza, puesto que lleva también a la literalidad la maternidad. Casi al final de la serie queda embarazada y es por ello que decide retirarse del negocio para criar a su hijo en tranquilidad. Junto con ello, la Reina de Sur no sólo salva a su futuro hijo de un negocio lleno de sobresaltos y violencia, sino que, da a luz una nueva patria. Teresa salva a México –en conjunto con la DEA– de convertirse en un narcoestado bajo la presidencia de Epifanio Vargas, senador y líder del cártel de Sinaloa: “No podemos permitir que Epifanio Vargas sea el próximo presidente de México. Su destino está en tus manos” (cap.58), le dice Willy a Teresa. Y ella se sacrifica por su nación, aun sabiendo el riesgo que corre al regresar a México.

Tal como asegura el crítico colombiano Omar Rincón “La telenovela es una esfera pública para pensarnos como sociedad y es el modelo narrativo para comprender la política en América Latina: el hombre puro (supongamos que hablamos de Chávez, Uribe, Correa, Evo...) salva a la mujer equivocada (el pueblo engañado y vilipendiado) (159). Teresa, la líder pura, activa y violenta pero de corazón bondadoso salva al pueblo que ha sido engañado por el

narcotraficante con aspiraciones presidenciales, mientras Camelia salva a los trabajadores de ser vilipendiados por el narcotraficante Arnulfo Navarro. Consecuente con el final melodramático de las heroínas existe la salvación y final feliz para las protagonistas y para su gente.

Mujeres con pensamiento de hombre pero sentimientos de mujer, tal como le recrimina Oleg a la Reina del Sur, de villanas devienen en justicieras. El espíritu de sacrificio se expande hacia los trabajadores, el pueblo, la patria. La maternidad sigue siendo un punto central en el melodrama y lo que, finalmente, determina la vida de estas mujeres. Teresa decide retirarse del negocio por su hijo, decide ayudar a salvar al Estado por su hijo. Camelia, aunque queda estéril, toma el liderazgo que su padre Antonio dejó al morir y se transforma en guía. Asimismo, decide asumir la maternidad de Emilito, el hijo de Emilio y Alison.

Las narcoseries, no dejan así, de ser melodramas con una función moralizante. Las narcotraficantes líderes sobreviven y triunfan porque en el fondo son víctimas y, a pesar, de ejercer la violencia tienen un alma pura, caritativa y bondadosa. La dinámica de premio y castigo, propia de toda telenovela también en estas producciones – aunque llenas de violencia– funciona.

Durante la trama narrativa, los personajes, sobre todo los protagónicos, sufren transformaciones de varios tipos. Una transformación de valores (que va de la ignorancia a la sabiduría, de la indecencia a la decencia, de la injusticia a la justicia), de clase (de la riqueza a la pobreza), de estética (de la fealdad a la belleza). Esto puede remitirnos a un ideal de nación donde los buenos son compensados y los malos son castigados, la honestidad, la decencia y la justicia son vistas como las mismas cualidades que la nación desea. (Ana Uribe, 183)

Estas mujeres que, a lo largo de la telenovela, han debido ejercer la violencia, a la vez, han portado estandartes de valor como la justicia, la sabiduría, la inteligencia, la bondad y el sacrificio. Ideales que no pueden ser castigados con el final de los villanos, sino con la redención. A esta idea se suma el hecho de que las protagonistas de estas narcoseries, en el último capítulo dejan el narcotráfico, ambas apostando a un proyecto de familia, Teresa con su hijo que viene en camino y Camelia al cuidado de Emilito.

La maternidad es la caracterización más importante que se hace de estas líderes del narco. Los críticos Lagunes y González han analizado la imagen de mujeres narcotraficantes en los medios de comunicación masiva, concluyendo que siempre son construidas desde una perspectiva machista. Construcciones patriarcales, por cuanto, ven a las mujeres como objetos incorporadas a la vida social desde su corporalidad o su función reproductiva, nunca desde su verdadera interioridad. Y al parecer, así también han caracterizado al sujeto femenino los investigadores que trabajan en relación al narcotráfico. Javier Valdez Cárdenas, tal como indicábamos en un comienzo, insiste en presentarlas como débiles, víctimas de su destino, víctimas del amor, víctima de otros hombres. En su libro *Miss Narco*, utiliza estereotipos puntuales para referirse a ellas: seductoras seducidas, víctimas inocentes que sufren la violencia del narco, esposas, madres, hermanas, miss de belleza compradas por capos. Incluso en el apartado en que podría invertirse este rol –o al

menos cuestionarse— como “Heroínas”, la victimización permanece, puesto que su rol activo, su valentía y poder, se pierde en la descripción de sus cualidades físicas<sup>17</sup>.

El mismo estereotipo que se mantiene en estas narcoseries que, a primera vista, parecía romper con ellos. Violentas, sanguinarias y vengativas, pero en el fondo bondadosas, con un código moral inquebrantable, bellas y de corazón puro. No obstante, es importante rescatar que así como los personajes masculinos las victimizan e infantilizan, en varias ocasiones son ellas mismas quienes revocan esta comprensión y justifican su derecho a la violencia, asumen las consecuencias de sus actos y reconocen que el destino se lo han construido ellas. Mientras su padre victimiza a Camelia por haberse enamorado de Emilio ella reconoce: “Emilio me engañó, me llenó la cabeza de mariposas, no me dijo que estaba casado y mucho menos que tenía un hijo, me prometió amor eterno para después venderme, pero la vida me la arruiné yo. Si yo hubiera bajado la pistola ese día nada de esto hubiera pasado, así que si hay un culpable soy yo, por haber matado a Emilio Varela” (cap.57). Teresa, a pesar de que en momentos se victimiza también es clara al momento de culpabilidades: “Yo me equivoqué, yo los elegí mal” (cap.51), le dice a Conejo respecto a sus parejas narcotraficantes.

Victimizadas por otros, estereotipadas por los medios de comunicación, las narcoseries de Telemundo no rompen pero, al menos, resquebrajan un poco los roles de género tradicionales en este subversivo acto de hacer hablar y empoderar a las protagonistas. Con este gesto pierde relevancia el hecho de que otros las llamen reinas, que intenten por todos los medios paliar el miedo a la violencia feminizándolas, circunscribiéndolas a terrenos reconocibles como la bondad, el sacrificio y la maternidad. Ellas son las que, finalmente, aseguran que el destino no es escrito por hombres ni es producto de un azar sino de decisiones conscientes<sup>18</sup>. *Las muñecas de la mafia*, como contraejemplo, son mujeres ingenuas, que jamás deciden, simplemente se dejan llevar por las circunstancias, aceptan las humillaciones de los narcos que las rodean, y como castigo terminan dañadas, encarceladas, asesinadas, violadas, embarazadas pero solas, como un efecto moralizante dirigido a las mujeres que pueden transformarse en víctimas del narcotráfico (Lozano). Camelia y Teresa, en cambio, son las que escogen su vida, por eso en el melodrama triunfan y sobreviven, se ganan el derecho a ser ellas quienes escojan su muerte.

---

<sup>17</sup> Al referirse a la Agente Ministerial Alma Chávez, indica: “Alma tiene el cabello negro y lacio, y cuerpo de heroína de serie televisiva, llamativa y voluptuosa (177). “Encandila ella, ese andar de pasarela, esa coquetería macabra” (178). Más importantes que sus triunfos como policía, más importante que el hecho de que se juegue la vida día a día en Chihuahua, uno de los estados con más alta tasa de homicidios ligados al narcotráfico, Valdez resalta su figura, sus jeans ajustados, su pelo suelto, sus lentes marca Chanel.

<sup>18</sup> Christian Moreno Lizárraga entrevistó a mujeres ligadas al narcotráfico en Sinaloa y ellas mismas asumieron dedicarse a ello por decisión propia, sin embargo, consecuente con nuestra sociedad patriarcal, Moreno insiste en situarlas en el rol de víctimas: “La vida, el destino, la familia, el amor y la distribución injusta de la riqueza las obligó a estar aquí, en el narcotráfico. Dicen que eso no tiene nada que ver, que es cosa de cada quien elegir la vida misma. En realidad sucede lo contrario, los factores son muchos y más cuando se vive en constante rechazo, maltrato y sumisión” (en Santamaría, 140).



## Bibliografía

- Aguirre, Lina (2011). “Sin tetas no hay paraíso: normalización del cuerpo femenino en el mundo del narcotráfico”. *Revista Taller de Letras*. 48:1, 121-128.
- Carrillo, Edith (2012). “¿Vinculadas al narco? Mujeres presas por delitos contra la salud”. *Revista Desacatos*. 38:1, 61-72.
- Cid Jurado, Alfredo (2012). “Violencia y ficción televisiva en las *narcoseries* colombianas: el caso del sicario”. *Revista Versión. Estudios de Comunicación y Política*, 2-18.
- Cisneros Guzmán, José Carlos (2012). “La participación de la mujer en el narcotráfico. ¿A la sombra del hombre o empoderamiento femenino?” En: Montoya Zavala, Erika (coord.). *Migrantes, empresarias, políticas, profesionistas y traficantes de drogas. Mujeres en la esfera pública y privada*. México: Universidad Autónoma de Sinaloa/ Juan Pablos Editor, S.A.
- Denton, Barbara (2001). *Dealing. Women in the Drug Economy*. Australia: University of New South Wales Press Ltd.
- Fernández Vázquez, Juan Antonio. “Las mujeres en el narcotráfico”. *Revista Clivajes*. 1:1, 2014, web 13 de mayo. <http://revistas.uv.mx/index.php/Clivajes/article/view/697/1518>
- Fonseca, Alberto (2009). *Cuando llovió dinero en Macondo: literatura y narcotráfico en Colombia y México*. Tesis Doctoral de la Universidad de Kansas, Estados Unidos.
- Guerra, Lucía (2006). *La mujer fragmentada: Historias de un signo*. Santiago de Chile: Cuarto Propio.
- Jiménez Valdés, Elsa (2014). “Mujeres, narco y violencia: resultados de una guerra fallida”. *Revista Región y Sociedad*. 4:1, 101-128.
- Lagunes, Lucía y González, Inés (2009). *Las mujeres en el crimen organizado: narcotráfico y secuestro. ¿Tema de información y disertación periodística?* México: CIMAC.
- Lozano, Jorge. “Presencia del narcotráfico en las teleseries colombianas. Caso *Las muñecas de la mafia*”. ALAIC, PUCP, 2014, web 13 de mayo. <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/12/Jorge-Botache-PRESENCIA-DEL-NARCOTR%C3%81FICO-EN-LA-TELENOVELA-COLOMBIANA.pdf>
- Monteverde, José Enrique (1994). “Dossier: El Melodrama”. *Revista Dirigido*. 223:1, 50-73.
- Ordóñez, María Dolores (2012). *Las narcotelenovelas colombianas y su papel en la construcción discursiva sobre el narcotráfico en América Latina*. Tesis de Maestría en Estudios Latinoamericanos. Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar.
- Ovalle, Paola y Giacomello, Corina (2009). “La mujer en el narcomundo. Construcciones tradicionales y alternativas del sujeto femenino”. *Revista de Estudios de Género. La Ventana*. 24:1, 2006, 297-318.
- Rincón, Omar. “Narco.estética y narco.cultura en Narco.lombia”. *Revista Nueva Sociedad*. 222:1, 147-163.

- Salazar, Alonso (1993). *Mujeres de fuego*. Medellín: Editorial Región.
- Santamaría, Arturo (coord.) (2012).. *Las jefas del narco. El ascenso de las mujeres en el crimen organizado*. México: Grijalbo.
- Spivak, Gayatri (1998). “¿Puede hablar el sujeto subalterno?” *Selección de Estudios de Subalternidad*. Nueva York: Oxford University Press.
- Uribe, Ana (2009). *Mi México imaginado. Telenovelas, televisión, migrantes*, Miguel Ángel Porrúa, México.
- Valdez Cárdenas, Javier (2012). *Miss Narco. Belleza, poder y violencia. Historias reales de mujeres en el narcotráfico*. México, D.F.: Punto de lectura.
- Valenzuela Arce, José Manuel (2010). *Jefe de jefes. Corridos y narcocultura en México*. Tijuana: COLEF.
- Villatoro, Carolina (2012). “Aspectos socioculturales e imágenes del narcotráfico”. *Revista Imagonautas*. 3:1, 56-75.

# Modernidades americanas: Una mirada al campo intelectual

Gabriel Alemán Rodríguez

## **Abstract**

This article addressed, in a general way, the figure of the intellectual in the Latin-American modernity and the role that they played from the independence revolutions, through the formation of the national States, until the first decades of the twentieth century. I am interested in explaining about their formations, discussions, concerns and vicissitudes, and how these were shared by their Western counterparts, but with some particularities that distinguish them from the latter. From that perspective, I propose to link the intellectual trends in Latin-America with which dominated in the Caribbean to leave established their common places and their differences. Emphasis is placed on the widespread concern that lettered has in matters such as the nation, identity and the crisis, especially at the beginning of the twentieth century.

**Key Words:** Intellectuals, Latin-America, Caribbean, Modernity, Nation, Identity and Crisis

En América Latina el tema de los intelectuales se ha abordado desde diferentes perspectivas. Algunos prefieren atender el asunto desde las corrientes de pensamiento y los contenidos temáticos predominantes en la escena cultural de cada época. Otros se concentran en la función que dichos intelectuales asumieron frente a una sociedad que se entendía atrasada y bárbara. Creo que estas perspectivas son válidas para el estudio de la historia intelectual latinoamericana; por eso he preferido conectar estas lecturas a través del rastreo de las pistas que va dejando el intelectual a su paso.

Estos letrados son figuras claves en la historia de nuestro continente, desde el periodo colonial, pasando por las revoluciones de independencia y la construcción de los estados-nacionales, hasta nuestros días. Es posible plantear que durante el siglo XIX las elites cultas se dividieron ideológicamente en liberales y conservadores y que estos dos bandos, dotados de concepciones eurocéntricas, positivistas o religiosas, asumieron la obligación de dirigir los destinos de las nuevas repúblicas en su marcha hacia el progreso asumiendo valores universales (liberales) o defendiendo una identidad basada en los rasgos de la sociedad tradicional heredados del periodo colonial (conservadores).

En el siglo XX, nuevas corrientes de pensamiento, el avance de las luchas populares y la reestructuración del orden internacional a partir del acenso del poderío norteamericano y la revolución soviética, van a provocar nuevas luchas políticas que estuvieron enmarcadas en las ideologías, liberal, anarquista, socialista, comunista, indigenista y nacionalista, y sus posibles combinaciones. Las transformaciones económico-sociales provocaron una mutación del mundo cultural acrecentando el espacio público, la aparición de nuevos tipo de intelectuales ligados al auge de los periódicos, las revistas y la industria del libro y a una profesionalización académica.

## Los intelectuales republicanos

La crisis definitiva del orden colonial llega finalmente con la invasión napoleónica a España en 1808, factor determinante de las sucesivas guerras de independencia. Con la agitación político-militar irrumpe una nueva especie de intelectual que Myers ha llamado “el letrado patriota” (Myers, 2008: 121-144). Las ideologías y posicionamientos políticos dividieron a los letrados y mientras un sector conservador permaneció fiel a la monarquía y al discurso teológico, otros hicieron suyas, ideas provenientes de las revoluciones francesas y norteamericana, y adoptaron una postura ilustrado-liberal muy recelosa del peligro de una democratización que convirtiera a las masas en actores dentro del emergente espacio público.

Dentro del nuevo orden posimperial, grupos tales como los antiguos funcionarios de la corona, sabios científicos, clérigos y exjesuitas, abogados y juristas comenzaron a competir por ocupar la posición de intelectuales de los nuevos Estados. Son ellos quienes sirvieron de cantera para la producción de intelectuales que tendrían en sus manos el futuro de las nuevas repúblicas. Pero fueron los expertos en derecho los que dominaron las funciones eruditas durante todo el siglo XIX. Como juristas y escritores, pusieron sus conocimientos y competencias literarias al servicio de los combates políticos. Redactaron proclamas y concibieron constituciones, actuaron como consejeros de quienes ejercían el poder o lo ejercieron por sí mismos. Además, produjeron discursos de legitimación, narrativas de la patria y discursos sobre la identidad nacional. Ningún otro título profesional habilitaba más al ingreso de esta selecta minoría letrada que el de abogado. Junto a ellos, los antiguos burócratas coloniales y miembros del clero ocuparon un papel importante en los debates políticos surgidos tras la ruptura con la metrópoli y a lo largo del siglo XIX. Desde los inicios del periodo republicano hasta mediados del siglo XX, el hombre culto ha estado estrechamente vinculado a las funciones del poder, particularmente como funcionario político o burócrata (Altamirano, 2008: 9).

Su papel allí, entre otras cosas, era producir discursos de legitimación del orden social, incluida la definición de la cultura legítima que, en última instancia, no era otra que la de los mismos letrados (Altamirano, 2008: 18, 19). A esa función política se le unía la labor pedagógica. Dirigir era también un compromiso con “liberar” a las masas incultas de ese velo de ignorancia que los sumía en la “barbarie”. Era imprescindible forjar al ciudadano a través de la educación pues sólo así sería posible el orden y el progreso. Con el cumplimiento de su papel social, el intelectual se hizo una figura respetada por los demás miembros de la comunidad y, en ocasiones, algunos de los más renombrados pasaron a considerarse como apóstoles seculares y maestros del pueblo nación. De esta forma, a los héroes militares se les sumaron la pléyade letrada hasta el punto que, como expresó Pedro Henríquez Ureña, en muchas ocasiones se entabló una tensión entre los propietarios de la palabra y los hombres de acción:

La barbarie tuvo consigo largo tiempo la fuerza de la espada; pero el espíritu la venció, en empañó como de milagro. Por eso hombres

magistrales como Sarmiento, como Alberdi, como Bello, como Hostos, son verdaderos creadores y salvadores de pueblos, a veces más que los libertadores de la independencia. (Henríquez Ureña, 1978: 6)

Tras las primeras décadas posindependencia el panorama social y cultural comienza a transformarse, sobre todo gracias al surgimiento de nuevos actores sociales. El proyecto educativo encaminado por las elites durante la primera mitad del siglo XIX rinde los frutos necesarios para alentar la circulación y recepción del discurso escrito, esencial para el debate y la prensa política floreciente. Lentamente y con faces de auge y retroceso fue formándose para finales de siglo una esfera pública. La expansión de una prensa periódica que intentaba escapar de la censura, la consolidación de un pequeño grupo de lectores no necesariamente vinculados a la élite política, la transformación de los espacios intelectuales fuera de la iglesia y del Estado, la organización de pequeñas asociaciones literarias, científicas y de discusión, así como la intensa actividad parlamentaria que producían las nuevas repúblicas fueron los cimientos que permitieron este fenómeno político cultural moderno.<sup>1</sup>

Las circunstancias antes mencionadas fomentaron que el ensayo político dominara la producción literaria durante la decimonónica centuria. Si cualquiera deseaba inmiscuirse en el debate público, no existía un medio más efectivo que este género literario. Muchas veces los escritos comenzaban a circularlos en los periódicos y posteriormente llegaban a publicarse en forma de pequeños folletos. No importa a que sector profesional se perteneciera (poetas, abogados, médicos, sacerdotes), si se deseaba participar en el debate público era imprescindible el ensayo político. No es hasta las últimas décadas del XIX que este tipo de escrito comienza a encontrar competidores en otros estilos de escrituras emergentes. Myers apunta que:

(...) el renovado prestigio de las ciencias naturales y exactas, movilizado por los distintos positivismos que surgieron en el continente, llevó a que las obras de 'ciencias sociales' compitieran por esa centralidad con aquéllas de índole más tradicionalmente política; mientras que la creciente complejización de los universos de lectura impulsados por la emergencia de un mercado editorial más sólido que antes abría espacios a una nutrida literatura de ficción dirigida a un público lector popular y a otro tipo de intervención en el debate

---

<sup>1</sup> No quisiera dejar de lado la relevancia que tuvo la labor periodística. Desde los años de las independencias hubo una tendencia marcada hacia la configuración de una prensa autónoma y semiautónoma. Por medio del periodismo, algunos personajes por medio del periodismo comenzaron a construirse una figura pública cuya principal fuente de legitimidad provenía de sus trabajos en los periódicos políticos. Estos periódicos estaban al servicio del orden establecido pero, poco a poco, empezaron a incorporar la crítica y oposición a los regímenes imperantes. De esta forma surge un discurso de oposición a la oficialidad que derivó en medidas de regulación de la prensa por parte del Estado que tomó dos vías diametralmente opuestas: por un lado, la censura oficial y, por otro, la relajación de los controles editoriales. Los periódicos comenzaron a florecer con fuerza lo que implicó un público más amplio. El periodismo político nacido durante las revoluciones de independencia y su expansión sucesiva confirma la existencia de una masa de lectores cuya opinión había comenzado a ser considerada políticamente importante. Véase, Myers, Jorge: "Introducción al volumen I. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el siglo XX", en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 36-39.

político, aquellos impulsados por las nuevas militancias revolucionarias. (Myers, 2008: 45, 46)

En el siglo XX los ensayistas se adjudicaron la función de “moralistas públicos”, diagnosticando los problemas de sus sociedades y haciendo predicciones para el futuro. Intervinieron en la esfera pública para conducir y encuadrar la sociedad en conformidad con los parámetros de una determinada idea de perfección. La razón principal para esta intervención la proporcionó la temática de la identidad nacional. El ensayista se convirtió en el “exégeta” de la nación. Incluso, entraron en debate con quienes creían que la modernización era compulsoria sin considerar los efectos desnacionalizantes que podían producirse en cada país (Saitto, 2004: 130-146). Los ensayistas buscaban reafirmar su legitimidad frente a este grupo de tecnócratas y para ello la discusión de la nación y las dificultades del progreso se volvieron temas obligados. Estos escritores entendían que, por ejemplo, el problema de los adeptos a la visión positivista era su obstinación en implementar modelos que no correspondían a la realidad local, que racionalizaban a partir de unas verdades demostradas en otros lugares y otros momentos (Seda, 2010: 108, 109).

#### Cuatro tipos de intelectuales

En el periodo bisagra que representa el modernismo, entre 1890 y 1910, coexisten lo que Jorge Myers ha definido como cuatro tipos de intelectuales latinoamericanos: “el científico”, “el militante de la revolución social”, “el intelectual modernista” y “el escritor populista” (Myers, 2008: 47-50). Estos perfiles podían distanciarse de un pensador a otro, pero también coincidir en la misma persona. Los científicos, apoyados por la filosofía positivista de Spencer y Comte, y sus distintas variaciones, anteponían el pensamiento científico racional sobre cualquier otra forma de conocimiento. Puede decirse que estos pensadores fueron los precursores de unas “ciencias sociales” que todavía no alcanzaba su profesionalización académica. Estas “ciencias” de la sociedad (sociología, psiquiatría, criminología, medicina laboral, etc.), comenzaron a ocupar un lugar importante en el debate público como formas de atender los problemas que las sociedades latinoamericanas experimentaban. Este espíritu racionalista y práctico de los positivistas los llevó a involucrarse en los grupos que para entonces ocupaban el poder, convirtiéndose así en miembros de la elite política. Los gobiernos echaron mano de estos profesionales para impulsar sus proyectos modernizadores. Muchos de ellos pusieron sus conocimientos al servicio del Estado y pueden ser considerados parte del sector conservador de la elite intelectual.

El intelectual militante de la revolución social, a diferencia de los científicos, estaba más ligado a la clase obrera. Desde los pequeños grupos sindicalistas, anarquistas y marxistas, comenzaron a intervenir en el debate público a través de periódicos y panfletos. Como suele suceder en muchas ocasiones, los líderes de estos primeros grupos socialistas no necesariamente tenían un origen proletario. Tampoco podemos dejar de comentar que las mujeres ocuparon un lugar prominente dentro de este grupo y que, contrario al intelectual científico conservador, resulta fácil ubicarlos en los sectores

progresistas que proponían cambios radicales en las formas de vida social.

Respectivamente, el intelectual modernista que se puede considerar un tipo ubicado en medio del científico y del revolucionario, resaltó el valor hedonista de la literatura e invocó el placer de la escritura como un fin en sí. Defendiendo la autonomía del hombre creativo como hombre superior, este intelectual exaltaba su decisión de escribir simplemente por los méritos y el placer de la escritura. Esto no significa que se tratara de un grupo desvinculado totalmente de la realidad socio-política en la que vivían. Por su particular abolengo estos escritores dirigían sus trabajos más hacia la elite letrada que a las masas populares, y puede decirse que el escritor de literatura popular apareció en escena para llenar ese espacio.

En esa línea, los intelectuales o escritores populistas son los que anuncian la transición hacia una industria cultural y de medios de comunicación masivos en América Latina. Con el crecimiento de la alfabetización fue posible pensar en la masificación de la producción literaria para un público diverso. Es importante subrayar que todos estos tipos de pensadores que Myers ha señalado guardaban una estrecha relación con el universo intelectual europeo y norteamericano, adaptando esas influencias a sus propios contextos y produciendo un discurso que aunque partía de tales modelos terminaba por ser un producto totalmente original.

## El Siglo XX

El siglo XIX sirvió de cimiento para las transformaciones que irán presentándose en el XX. A medida que nos adentramos en los novecientos podemos observar cómo los intelectuales, tanto hombres como mujeres, se involucraron con más fuerza en el debate público adquiriendo el rol cívico de ser “conciencia” de su tiempo. Con un papel más activo en los procesos políticos, la *intelilientzia* latinoamericana participó como fundadora, dirigente, militante, crítica o simpatizante, de los nuevos movimientos político-sociales y culturales (Altamirano, 2010: 9).

Las particularidades regionales hacen difícil identificar un autor o una obra que recogiera los temas centrales que dominaban los escritos de los intelectuales latinoamericanos. Probablemente el único capaz de tal hazaña fue el uruguayo José Enrique Rodó con la publicación en 1900 de su obra *Ariel*. Las tesis de este breve texto anegaron el ambiente cultural latinoamericano por las próximas tres décadas (Graf, 2000: 144, 145). Pero además de Rodó, es posible identificar otros autores o escritos de trascendencia continental que como Rubén Darío, José Ingenieros, Pedro Henríquez Ureña, José Vasconcelos, Leopoldo Lugones, José Carlos Mariátegui y los europeos, José Ortega y Gasset, y Oswald Spengler. Por otro lado, no hubo una ciudad o país que se convirtiese en capital cultural. Más bien fueron los contextos nacionales los que definieron el rumbo que tomaría la producción intelectual. Aunque podríamos identificar ciertos núcleos importantes como México, Rio de Janeiro y Buenos Aires, Europa seguía siendo el mayor exportador de ideas y tendencias para América Latina. Esto a pesar de que ya en las primeras décadas del siglo XX, distintas tradiciones filosóficas y vanguardias literarias proclamaban el desgaste de la cultura occidental burguesa y creían que el futuro pertenecía al vigor exótico

de los pueblos rezagados. Desde distintas posiciones ideológicas, figuras relevantes como el dominicano Pedro Henríquez Ureña, el mexicano José Vasconcelos y el peruano José Carlos Mariátegui llegaron a plantear la posibilidad de que el eje espiritual del mundo español o de la civilización europea cruzara a esta parte del Atlántico.<sup>2</sup>

A inicios de siglo, en la mayoría de las sociedades latinoamericanas se experimentó un rápido crecimiento económico que permitió una transformación en la estructura social aumentando el número de trabajadores asalariados y la formación de una clase media, sobre todo urbana, que años más tarde serviría de reserva para el reclutamiento de nuevos intelectuales. Las funciones de las elites cultas se complejizaban y la actividad política y gubernamental requerían una mayor profesionalización. La carrera académica más conveniente para involucrarse en estas actividades seguía siendo la de abogado. La creciente necesidad de profesionales hace posible que las universidades recobraran una vitalidad única. Junto a estas, las revistas, los ateneos, los cafés y otros espacios culturales proveyeron lugares para el intercambio de ideas. De entre todos estos espacios, las revistas tenían una significación especial pues servían de arenas para el debate entre distintas posturas ideológicas. En ellas se desplegaban los caminos que tomaban el pensamiento, las sensibilidades culturales y las preocupaciones de los intelectuales y de la sociedad (Terán, 2010: 169-190).

Durante este periodo, la situación y el papel de las elites culturales en América Latina varió de un país a otro, según las vicisitudes de la vida política nacional, la complejidad progresiva de la estructura social y la ampliación en la gama de los productores y los productos culturales. Poco a poco, la diferencia entre espacio político y espacio cultural se fue haciendo más evidente alejando al letrado de la vida política y moviéndolo hacia disciplinas como el periodismo, la diplomacia y la enseñanza. Con todo, el aumento poblacional, el desarrollo de las ciudades, la extensión del sistema de enseñanza y el afianzamiento de la educación superior ampliaron y diversificaron las funciones y las profesiones del saber. Altamirano comenta que:

A medida se ingresaba en el siglo XX y a lo largo del resto de la centuria se puede registrar a hombres y mujeres, sean escritores o artistas, creadores o difusores, eruditos, expertos o ideólogos, en el papel que los hace socialmente más visibles: actores del debate público, el intelectual como ser cívico –‘conciencia’ de su tiempo, intérprete de la nación o voz de su pueblo, tareas acorde con la definición de los intelectuales como grupo ético... el espacio característico de los intelectuales es la ciudad, aunque su ambiente no sean únicamente las capitales o las grandes ciudades. (Altamirano, 2010: 9, 11)

No obstante, seguía siendo complicado para los escritores dedicar sus vidas por entero a las letras. Muchos individuos que carecían de un patrimonio familiar podían encontrar en la burocracia

---

<sup>2</sup> Creo pertinente incluir aquí las referencias de las obras de los autores antes mencionados: Mariátegui, José C.: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Gorla, Buenos Aires, 2005. Vasconcelo, José: *La raza cósmica*. Editorial Porrúa, México DF, 2005. Henríquez Ureña, Pedro: *Siete ensayos en busca de nuestra expresión*. Editorial Babel, Buenos Aires, 1928 y *La Utopía de América. La América española y su originalidad*. Latinoamérica, Cuadernos de cultura latinoamericana 25, Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.



estatal y sus puestos públicos la oportunidad de adelantar una carrera literaria. Otros hallaron en el periodismo un medio de ejercitar la pluma y obtener algún beneficio económico, aunque restaba tiempo para el estudio y otras actividades literarias. También el crecimiento de las universidades permitió que algunos intelectuales se acomodaran y ejercieran su vocación pedagógica recibiendo a cambio alguna remuneración.

Pero el encuentro entre los intelectuales y el Estado no siempre fue ni ha sido exactamente armonioso. Como sabemos, a lo largo de nuestra historia las relaciones entre las elites cultas y el poder político han estado plagados de tensiones y muchas veces los intelectuales se visualizaban como críticos de un Estado que consideraban irracional o sordo a sus recomendaciones. Las posturas de los letrados con relación al gobierno, por lo general, han variado y han tenido como fundamento el posible nexo de sus intereses ideológicos con el régimen político de turno. De la misma manera, las dictaduras serán una experiencia recurrente a través del siglo, lo que siempre hace reaparecer la censura, la represión política y los exilios. Mariano Picón Salas entiende que “casi lo mejor y más viviente de nuestras letras nacionales de entonces se escribirá en las cárceles o en el exilio” (Picón, 1983: 16, 17). Lo paradójico fue que estas migraciones, unas forzadas y otras voluntarias, provocaron interacciones entre pensadores y artistas de todas partes del continente, permitiendo que se tejiese una red de ideas sobre la región que hizo posible la articulación de una tradición conocida como “hispanoamericanismo” o “americanismo”.<sup>3</sup>

### Modernización, identidad y crisis

Para inicios del siglo XX los progresos económico-sociales, políticos y culturales que se habían alcanzado en muchas las sociedades latinoamericanas no implicaban la superación del atraso material y espiritual. Por eso los intelectuales seguían figurándose cómo conducir a sus países en la ruta del progreso y la modernización. En *La ciudad letrada*, Ángel Rama aborda el tema del intelectual latinoamericano desde la tarea y responsabilidad que estos asumieron frente a una sociedad en crisis y atrasada. Ellos se encargaron de diseñar un ciudadano compatible con el proyecto moderno de gobernabilidad por medio de adaptaciones hechas a las doctrinas occidentales más influyentes del momento. Esta fue la misión principal que la intelectualidad latinoamericana se propuso a

---

<sup>3</sup> Sobre el americanismo debemos señalar que es la empresa intelectual de estudio y erudición destinada a indagar, valorizar y promover la originalidad de América Latina, tal como se podía descubrir en su literatura y en los legados de su historia cultural. Entre los exponentes más destacados del americanismo encontramos a Andrés Bello, José María Torres, José María Gutiérrez, José María Vargas Vila y José Enrique Rodó. Más adelante en el siglo XX continuaron su labor, Pedro Henríquez Ureña, Mariano Picón Salas y Alfonso Reyes. El *Ariel* de Rodó fue la obra americanista por excelencia y la fuente de la cual bebieron muchos de los autores que escribieron después de su publicación. Véase, Melgar Bao, Ricardo: “Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile” en Altamirano, Carlos (Director): *Historia de los intelectuales en América Latina*, Tomo II, pp. 146-168; Altamirano, Carlos: “Introducción al volumen II. Elites cultas en el siglo XX latinoamericano”, p. 18. Véase también, Díaz Quiñones, Arcadio: “Hispanismo y guerra” en Díaz Quiñones, Arcadio: *Sobre los principios: Los intelectuales caribeños y la tradición*, pp. 65-165.

principios del siglo XX y como parte de esa responsabilidad se generó una producción discursiva que tenía como objetivo organizar al conjunto, homogeneizar el entorno y establecer normas que abarcaran a la totalidad de los ciudadanos. Así, las constituciones, las ideas nacionalistas, los programas educativos y los proyectos de modernización respondían al deseo de los intelectuales de dirigir la dimensión espiritual de los ciudadanos (Rama, 1984: 71-101).

El intelectual latinoamericano de inicios del novecientos estaba atrapado en su misión de conductor espiritual del pueblo. Rama divide dicha tarea en dos momentos claves. El primero, entre 1870-1911, es un periodo nacionalista y prerrevolucionario. Este se caracterizó por los vínculos entre los intelectuales y el poder, y un recelo generalizado hacia las masas. Entendidos como atrasados y bárbaros, los sectores populares eran vistos como la principal piedra de tropiezo para realizar la modernización de América Latina; se concebían el enemigo íntimo de la nación. Por su parte el intelectual se autodefinía como conciencia social y política del pueblo; propietarios de un saber amparado en el discurso epistemológico occidental que el poder político necesitaba y no poseía; eran los salvadores espirituales de una sociedad que exigía de una política educativa que la rescatara (Rama, 1984: 105-133).

El segundo momento, que va de 1911-1973, es la época de las revoluciones que habrán de moldear la América Latina hasta la crisis económica y política de los años setenta. En ese período se transforma el papel históricossocial de las masas en la formación de la nacionalidad y su aportación a los cambios económico-sociales y políticos. Los sectores populares dejaron de ser los enemigos íntimos para convertirse en colaboradores imprescindibles en los proyectos de modernización. En este contexto los subalternos se incorporarían a bloque político que se encargaría de llevar la modernidad a su cumplimiento (Rama, 1984: 137-171).

Como siempre, la tensión imperante entre una sociedad en crisis y los afanes de modernización dominaba gran parte de la discusión dentro los círculos letrados del continente. Sin embargo, el debate se veía marcado por otro elemento fundamental: la identidad. Según Eduardo Devés Valdés la modernización y la identidad son los dos polos temáticos en los que gira el pensamiento latinoamericano del siglo XX (Devés, 2000: 106, 131). La cuestión identitaria se fundamentó en la reivindicación de modos de vida propios que harían posible desarrollar proyectos originales de economía, política y organización social. La cuestión de las identidades nacionales, a las que se sumaba una identidad hispanoamericana continental, dominó el ambiente intelectual durante la primera mitad de la centuria y encontró su expresión en tres corrientes ideológicas: el arielismo, la mestizofilia y el nacionalismo económico. El arielismo y la mestizofilia fueron formas de pensar la nación y la autenticidad de la cultura latinoamericana; es decir, partes de un proyecto político-cultural para superar el atraso y enfrentar el peligro del imperialismo económico estadounidense. El objetivo de estas corrientes era descifrar el ser nacional, corregir sus debilidades, articular un sentido de comunidad más democrático y participativo que reconociera un lugar a los sectores populares asegurando la posibilidad de un futuro distinto y superior al presente (Granados y Marichal, 2004).

En las primeras décadas del siglo, la defensa de lo propio se asoció a la cultura latina. El arielismo vinculaba la identidad

americana con la cultura hispánica. Para los arielistas, América Latina era una entidad cultural amedrentada por enemigos externos e internos. Desde el exterior, el pragmatismo cultural de Estados Unidos, que había conquistado a muchos políticos locales, amenazaba los valores tradicionales de la cultura hispana que formaban los pilares de las culturas nacionales. Al mismo tiempo, desde el interior, estaba el peligro de unas masas a las que le faltaba educación y las virtudes cívicas del ciudadano patriota (Seda, 2010: 92).

Por otro lado, la mestizofilia indigenista o africanista, según la región donde se desarrollara, se enlazaba más a los sectores populares de esa comunidad imaginada como pueblo-nación y fue la perspectiva que adquirió significativa importancia durante las décadas de 1920-1930. En contraste con el elitismo arielista, esta enfatizó la defensa y reivindicación de las clases populares, tanto indígenas, como campesinos y afros. Su hegemonía en el campo intelectual de su época se debió especialmente al triunfo de la Revolución mexicana y la Revolución rusa, así como a los efectos políticos-sociales de la Primera Guerra Mundial. Particularmente en el Caribe y Brasil se desarrolló un clima de afroamericanismo que ya no veía en lo hispanolatino la base étnica de la nacionalidad, sino que consideraba lo popular y mulato la raíz de la comunidad.<sup>4</sup>

En la década de los 30, encontramos lo que Devés Valdés considera un nuevo momento indetitario. Este se caracterizó por afrontar la “Gran depresión” del 29 con la propuesta de reorientar la económica latinoamericana diversificando la producción y orientándola hacia el mercado interno. La defensa de lo propio trascendía lo racial y lo cultural, y se enmarcaba en los asuntos económicos. El nacionalismo era ahora una defensa de la economía continental ante los embates del imperialismo. Los autores nacionalistas buscaban proteger su economía de la competencia de los países más poderosos y de sus empresas. Frente al atraso imperante, y el asedio de los Estados Unidos, el nacionalismo caló hondo en el pensamiento latinoamericano. El desarrollo socio-económico se impuso sobre el de la identidad (Devés, 2000: 197, 198).

Hasta aquí puede planearse que el intelectual latinoamericano de siglo XX fue un pensador moderno que desde diversas posturas ideológicas (conservadoras, liberales o radicales) y formaciones profesionales (periodistas, abogados y escritores, entre otras), asumió las temáticas de la modernización, la identidad y la organización del Estado (Devés, 2000: 64). No obstante, el predominio de alguno de esos ejes temáticos no significó la eliminación de los restantes y en muchos letrados se trató de una cuestión de énfasis. Había tras las diferencias una visión compartida de las funciones del intelectual: elaborar diagnósticos, proponer soluciones, ocupar un lugar en el

---

<sup>4</sup> Dentro de estas lógicas se pensaba que afirmar el ser nacional era certificar el futuro del continente, por eso los intelectuales de las primeras tres décadas del siglo quedaron atrapados en la tarea de definir la identidad nacional. De una forma u otra sus acciones redundaban en la modificación de los habitantes con los que se contaba, para emprender el camino hacia el progreso. Todos ellos buscaron establecer los rasgos fundamentales de lo latinoamericano y de sus nacionalidades. Véase, Devés Valdés, Eduardo: *Del Ariel de Rodo a la CEPAL (1900-1950)*, pp. 106, 131, 199-201; Seda Prado, Jorge: *Al recate de la Patria*, pp. 92, 98. Hobsbawm, Erick J. (2001): *Historia del siglo XX, 1914-1991*. Crítica.

espacio público y en las luchas políticas, pensarse como representantes obligados de sus pueblos. Se trataba de saber y de hacer, de ejercer la palabra y la escritura para enjuiciar y llevar esperanza, de decir verdades y asumir entusiasmado la acción (Seda, 2010: 95, 96).

Es interesante notar que a pesar de que Rama y Devés Valdés estudian el tema desde perspectivas distintas (Rama se concentra en el rol que cumplen los intelectuales, mientras que Devés Valdés se centra en los temas preponderantes del momento), pueden establecerse correlaciones precisas entre ambas lecturas, como la común idea de una sociedad en crisis, la necesidad de modernización y los potenciales enemigos internos y externos para sus proyectos. Por tal motivo, en ambos investigadores encontramos la idea de que los intelectuales latinoamericanos del siglo XX se adjudicaron la triple función de sabios, asesores políticos y “curas del alma”. Además, todos estuvieron en contacto con las corrientes de pensamiento promovidas por la modernidad, tales como el liberalismo, el romanticismo, el positivismo, el modernismo, el nacionalismo y el marxismo entre otras. A partir de tales corrientes el intelectual latinoamericano del siglo XX ha sido un ecléctico que manejando distintos registros teóricos en su discurso actúa en la sociedad que lo ciñe. Probablemente esa sea su originalidad y el punto esencial en nuestra investigación (Terán, 2004).

## El intelectual y la nación

José J. Rodríguez Vázquez ha señalado que la nación y el nacionalismo han estado relacionados con muchos de los procesos de movilización, resistencia y legitimación de la acción política, específicamente con la organización del orden estatal conocido como el estado-nación (Rodríguez, 2004: 19). Todo movimiento político debe contar con intelectuales y profesionales que promuevan y contribuyan a organizarlo y no se pueden concebir los unos sin los otros. En palabras de Smith:

(...) de alguna manera, los intelectuales, especialmente los educadores, resultan cruciales para los nacionalismos. A menudo son los que elaboran la categoría de nación dotándola de significado simbólico. Es su imaginación y capacidad de comprensión la que da a la nación su contorno y gran parte de su contenido emocional. (Smith, 2000: 174)

Conceptos como, pueblo, nación, patria, libertad y soberanía dan al nacionalismo su potencia discursiva y atractivo político y movilizador. La intelectualidad busca forjar una identidad cultural colectiva, elemento esencial para definir un poder constituyente que establece su propio orden político. Ciertamente, hay actividades técnicas que pueden ayudar a definir un Estado, pero se necesita el imaginario erudito para darle vida y hacer que la gente se sienta vinculada a él como su nación. Así, un simple territorio viene a convertirse en una patria y una población en el pueblo-nación (Smith, 2000: 173-176).

En Latinoamérica, el nacionalismo, como otras corrientes de pensamiento, albergó en su interior tendencias de izquierda y derecha, laicas y católicas, moderadas y radicales. Empero, todas esas tendencias coincidían en defender lo propio contra lo invasor. A

lo que se aspiraba en la mayoría de las versiones nacionalistas era a la consolidación de un Estado que defendiese lo autóctono. Existía una creencia generalizada de que la nación, el continente, la raza, la cultura y la economía estaban en peligro debido a las amenazas constantes de los enemigos externos. Como ya hemos planteado, el nacionalismo latinoamericano ha sido un discurso plural que se constituyó teóricamente de un conjunto de elementos procedentes del arielismo, la mestisofilia y de adaptaciones hechas a las tradiciones del pensamiento occidental como el liberalismo, marxismo y las teorías conservadoras de la decadencia europea (Devés, 2000: 231). Por eso, dentro de esta diversidad de versiones es posible encontrar propuestas autoritarias pero también democráticas; imaginarios excluyentes, e igualmente abiertos e inclusivos; jerarquías sociales inmutables pero también apuestas igualitarias; y esa extraña doble valoración, entre exaltación y crítica a la tradición y a la modernidad.

### Los intelectuales caribeños, también latinoamericanos

Es un punto compartido por muchos historiadores definir la historia contemporánea como ese tiempo en el que han predominado la industrialización y sus efectos y, más aun, la formación del Estado moderno a partir de una teoría del pueblo-nación como poder constituyente. Arcadio Díaz Quiñones cree que estos factores explican la escasa atención que los estudiosos latinoamericanos le han prestado al Caribe. Atentos a la emergencia de la “nación” y a la creación de los Estados independientes han relegado a un segundo plano los múltiples y complejos intercambios culturales en esta región heterogénea y fragmentada territorialmente. Y es que se hace complicado pensar la zona caribeña utilizando los modelos tradicionales de estado-nación y la tesis de la nación como comunidad homogénea, lo que ha llevado a muchos a creer que las sociedades caribeñas son incompletas o fallidas (Díaz, 2006: 20-23).

Es innegable que el Caribe tiene sus complejidades. Se trata de una región histórica y geográfica de la que nunca se sabe exactamente cuáles son sus límites. Fraccionada entre sus múltiples orígenes coloniales, hispanos, franceses, ingleses, holandeses y daneses las islas, que ya supone una definición problemática del Caribe, tomaron, a pesar de su historia compartida, rutas diversas. Haití fue en 1804, la primera república negra de América. República Dominicana proclamó su independencia en más de una ocasión, la primera vez de Haití y luego de España paradójicamente. Cuba realizó una segunda guerra de independencia entre 1895-1898 y luego de una comprometedor intervención norteamericana se independizó en 1902. Puerto Rico pasó a ser colonia de los Estados Unidos desde 1898 y en 1952 adoptó una forma de gobierno conocido como el Estado Libre Asociado que en la actualidad es puesto en entredicho por una junta administrativa impuesta por el gobierno invasor. Martinica se convierte en un departamento francés en 1946, y así podríamos continuar mencionando las peculiaridades de Jamaica, la Federación de las Antillas Holandesas, y de otros pueblos-islas en ese mar tropical que llamamos Caribe.

Siguiendo esta misma línea, el propio nombre plantea una inestabilidad conceptual. “Caribe”, “West Indies” y las “Antillas” son denominaciones que provienen de registros ideológicos distintos y que particularmente expresan lo que muchas veces Mary Louise Pratt

ha denominado como “ojos imperiales” (Pratt, 2010). Pero también su conceptualización ha sido un debate que preocupó a los intelectuales caribeños en cuanto a su autoconcepción. Por ejemplo, desde la literatura se ha desarrollado una épica mítica de conquistadores, piratas y caníbales. Para otros, Caribe fue una zona en la que se materializó la superioridad del mundo hispanoeuropeo. Reaccionando contra esta lectura algunos han afirmado el mestizaje como sustrato fundacional de los pueblos que allí habitan, mientras otros resaltan allí lo afro (Díaz, 2006: 20). En esta misma dirección, Pedro San Miguel cree que la invención del Caribe ha contado con cuatro miradas que han dominado la producción de saberes sobre la región: la geopolítica, la económica, la identitaria y la de resistencia de los subalternos (San Miguel, 2004: 22-64). Estas constituyen el caleidoscopio a través del cual los intelectuales han analizado las dinámicas constitutivas de esta parte del globo. De esta manera el Caribe sigue siendo objeto de discusión en la historiografía contemporánea y no son pocos los que exigen que sea utilizado, más allá de las Antillas, para tocar también la zona continental costera que funciona como límite y parte de la vida económica, política y cultural de esa región.

Por otro lado, desde mediados de siglo XVIII hasta finales del XIX, el Caribe hispano especialmente, estuvo más cerca de la economía estadounidense que la de su propia metrópoli. Así mismo, las primeras décadas del siglo XX se caracterizaron por una ocupación militar norteamericana, prácticamente simultánea en Puerto Rico, Haití, Cuba y República Dominicana, promoviendo en cada territorio movimientos autonomistas, nacionalistas o anexionistas. En ese contexto, los intelectuales caribeños, muchos de ellos procedentes de Estados poscoloniales débiles, y otros de sociedades sometidos a un poder colonial, concentraron sus esfuerzos en pensar asuntos como la nación, la identidad, la ciudadanía, la modernización y el subdesarrollo para tratar de entender la crisis que enfrentaban sus pueblos.

El desencanto producido por el atraso material y la falta de poder político provocó, en un primer momento y asumiendo la representación formada por “los ojos imperiales”, que la élite pensante antillana adjudicase sus problemas a la numerosa población negra, mulata y campesina, entendidas como principal obstáculo para el progreso y la civilización. Sus posiciones, abiertamente racistas, eran ampliamente aceptadas prácticamente en todos los ámbitos de la sociedad caribeña (lo mismo que en resto de América Latina). Pero los retos económicos, políticos y sociales que trajo consigo el siglo XX con la nueva hegemonía de los Estados Unidos, obligaron a muchos intelectuales a ampararse en registros más democráticos e integradores combatiendo el racismo con unas teorías del mestizaje que todavía poseen un papel relevante en la forma de imaginar muchos pueblos-naciones caribeños. Poblar y educar, mesclar y transformar el mundo real y espiritual serán propuestas letradas para hacer posible la civilización y la modernización de las frágiles naciones y de alguna manera hacer frente a las pretensiones norteamericanas en la zona.

## A manera de conclusión

Se puede decir que el pensamiento latinoamericano y caribeño constituye la expresión de un esfuerzo por defender los pueblos-naciones americanos como sujetos de una Historia que es también su historia, una Historia universal que se realiza como historias plurales de unas naciones que adquieren un nombre y un papel como actores históricos (Seda, 2010: 102). Para combatir la doble amenaza del subdesarrollo y el imperialismo estadounidense a principios del siglo pasado, los intelectuales caribeños como pensadores latinoamericanos y modernos, adoptaron y combinaron una multiplicidad de visiones de mundo y de valores éticos y políticos: críticas, ideológicas y políticas; cambios de paradigmas y definición de nuevos sujetos sociales; apuestas, riesgos, exilios y muerte arrogando así su misión. Misión que por estar inevitablemente imbuidas en subjetividades culturales, formativas y coyunturales pueden ser cuestionables e incluso criticables. Entonces este campo intelectual consigue entenderse, usando las palabras de Antonio Benítez Rojo, como el espiral caótico de una galaxia, siempre abierto y fluido, hecho de “objetos que se hacen visible mientras otros desaparecen en el vientre de la oscuridad” (Benítez, 1989: v).

## Referencias

- Altamirano Carlos (Director) y Jorge Myers (Editor) (2008): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, *La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Editorial Katz.
- \_\_\_\_\_ (Director) (2010): *Historia de los intelectuales en América Latina*, Tomo II, *Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Editorial Katz.
- \_\_\_\_\_ “Introducción al volumen II. Elites cultas en el siglo XX latinoamericano”, Carlos Altamirano (Director): *Historia de los intelectuales en américa latina*. Tomo II, pp. 9-30.
- Annick Lemprière: “Los hombres de letras hispanoamericanos y el proceso de secularización (1800-1850)” en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 242-266.
- Benítez Rojo, Antonio (1989): *La isla que se repite: el Caribe y la perspectiva posmoderna*. Ediciones del Norte.
- Caetano, Gerardo y Adolfo Garce: “Ideas, política y nación en Uruguay el siglo XX”, en Oscar Terán (Coord.): *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericanos*. Siglo XXI, Argentina, 2004, pp. 309-389.
- Correa Sutil, Sofía: “El pensamiento en Chile en el siglo XX bajo la sombra de portales”, en Oscar Terán (Coord.): *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericanos*, pp. 211-274.
- De Sousa Neves, Margarida y María Helena Rolim Capelato: “Retos del Brasil: Ideas, sociedad y política”, en Oscar Terán (Coord.): *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericanos*, pp. 99-161.

- Devés Valdés, Eduardo (2000): *Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). El pensamiento latinoamericano en el siglo XX, entre la modernización y la identidad*. Biblos.
- Díaz Quiñones, Arcadio (2006): *Sobre los principios; Los intelectuales caribeños y la tradición*. Universidad Nacional de Quilmes.
- \_\_\_\_\_. “Pedro Henríquez Ureña y la tradición intelectual caribeña”, en Carlos Altamirano (Director): *Historia de los intelectuales en América Latina*, Tomo II, pp. 65-81.
- Graf, Marga: “La Marcha a la sociedad moderna latinoamericana. Los cuatro aspectos del americanismo de Rodó”, en Ottmar Ette y Titus Heydenreich (Editores) (2000): *José Enrique Rodó y su tiempo, cien años del Ariel*. Universität Erlangen-Nürnberg, Frankfurt.
- Gramuglio, María T.: “Sur. Una minoría cosmopolita en la periferia occidental”, en Carlos Altamirano (Director): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo II, pp. 192-210.
- Granados, Aimer y Carlos Marichal (Comp.) (2004): *Construcción de las identidades latinoamericanas. Ensayos de historia intelectual (Siglo XIX y XX)*. Colegio de México, Centro de Estudios Históricos.
- Henríquez Ureña, Pedro (1978): *La Utopía de América. La América española y su originalidad*. Latinoamérica, Cuadernos de cultura latinoamericana 25, Universidad Nacional Autónoma de México.
- \_\_\_\_\_. (1928): *Siete ensayos en busca de nuestra expresión*. Editorial Babel.
- Hobsbawm, Erick J (2001): *Historia del siglo XX, 1914-1991*. Crítica, Barcelona.
- Hoetink, Harry: “race and the Caribbean”, en Mintz, Sidney and Sally Price (eds.) (1992): *Caribbean Contours*. John Hopkins University Press, Baltimore, pp. 55-84.
- Knight, Franklin W. (1990): *The Caribbean: The Genesis of a Fragmented Nationalism*. Oxford University Press.
- Lomnitz, Claudio: “Los intelectuales y el poder político, la representación de los científicos en México del porfiriato a la revolución”, en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 441-464.
- Mariátegui, José C. (2005): *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Gorla.
- Melgar Bao, Ricardo: “Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile” en Carlos Altamirano (Director): *Historia de los intelectuales en América Latina*, Tomo II, pp. 146-168.
- Myers Jorge: “Introducción al volumen I. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el siglo XX”, en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 29-50.
- Myers, Jorge: “el letrado patriota: los hombres de letras hispanoamericanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América”, en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 121-144.
- Palti, Elías J.: “Tres etapas de la prensa política mexicana: el publicista y los orígenes del intelectual moderno”, en Carlos



- Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 227-241.
- Paulette Silva Beauregard: “Redactres, lectores y opinión pública en Venezuela a fines del periodo colonial e inicios de la independencia (1808-1812)” en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 145-167.
- Pérez Perdomo, Rogelio: “Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina”, en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp. 168-183.
- Picón Salas, Mariano: *Viejos y nuevos mundos*. Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1983.
- Pratt, Mary Louise (2010): *Ojos imperiales. Literatura de viaje y transculturación*. Fondo de Cultura Económica.
- Rama, Ángel (1984): *La ciudad letrada*. Ediciones del Norte.
- Rodríguez Vázquez, José J.: *El sueño que no cesa: la nación deseada en el debate intelectual puertorriqueño*. Ediciones Callejón, San Juan, 2004.
- Rojas, Rafael: “Traductores de la libertad: el americanismo de los primeros republicanos”, en Carlos Altamirano (Director) y Jorge Myers (Editor): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I, pp.205-226.
- San Miguel, Pedro (2004): *Los desvaríos de Ti Noel. Ensayos sobre la producción del saber en el Caribe*. Vértigo.
- Seda Prado, Jorge (2010): *Al rescate de la Patria, Los intelectuales y el discurso político-cultural en la República Dominicana en la época posttrujillista (1960-1970)*. Centro de Estudios Iberoamericanos, Universidad de Puerto Rico.
- Silvia Saitto: “Modos de pensar lo social: Ensayo y Sociedad en La Argentina”, en Federico Neiburg y Mariano Plotkin (Comps) *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en Argentina*. Paidós, Buenos Aires, 2004, pp. 130-146.
- Smith, Anthony D. (2000): *Nacionalismo y modernidad: Un estudio crítico de las teorías recientes sobre naciones y nacionalismo*. Istmo, Madrid.
- Terán, Oscar (Coord.) (2004): *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericanos*. Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_: “Ideas e intelectuales en Argentina, 1880-1980”, en Oscar Terán (Coord.): *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericanos*, pp. 13-62
- \_\_\_\_\_: “Amauta: Vanguardia y Revolución”, en Carlos Altamirano (Director): *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo II pp. 169-190.
- Torres-Saillant, Silvio (2006): *An Intellectual History of the Caribbean*, Palgrave Macmillan.
- Vasconcelos, José (2005): *La raza cósmica*. Editorial Porrúa.
- Williamson, Edwin (2013): “Intelectualidad y modernidad” en *Historia de América Latina*. Fondo de Cultura Económica.

# La construcción de un currículo transdisciplinar para la educación superior

Maria de Fátima Viegas Josgrilbert  
João Henrique Suano

## Abstract

The objective of this article is to narrate a pedagogical, didactical undertaking in reconstructing a curriculum structure in the context of undergraduate school, and under a transdisciplinary perspective. What would come first: changing the project or changing the professor's attitude? In order to answer to this question in the pedagogical process we developed a focal group research project. Other questions shall be considered too, such as the importance for the region and the customer related to a given academic degree; the teachers, the physical space, the focus of the discipline, in the horizon of the mission of the institution. An inter/transdisciplinarity curriculum favors the connection between scientific and daily life elements, promoting an institutional social engagement through the formation of students that seek to promote citizenship in a more just society. The task of rethinking the disciplines slowly transformed the professor's minds.

**Key words:** Transdisciplinarity; interdisciplinarity, curriculum.

## Introducción

Todo siempre comienza con una iniciativa, una innovación, un nuevo mensaje de carácter desviante, marginal, con frecuencia invisible a los contemporáneos. (MORIN, 2013, p. 39,40)

Conectados al pensamiento de Morin (2013) y con el objetivo de narrar una iniciativa didáctico pedagógica, describiremos los caminos recorridos y las acciones desarrolladas en los cursos superiores de las Universidades de Magsul, en Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, para reconstruir los proyectos pedagógicos de sus carreras, bajo el enfoque transdisciplinar, un trabajo pedagógico de planeamiento curricular, fundamentado en los estudios de post-doctorado de la Rectora de la institución, en la Universidad Estadual de Goiás (UEG). Un convenio fundamental para llevar a cabo la investigación, ya que la UEG posee un grupo de investigación en el área de la transdisciplinaria.

El proyecto pedagógico de carrera es lo que define su currículo y, consecuentemente, traza las acciones pedagógicas para que los objetivos educacionales sean alcanzados. Antes de comenzar su construcción es necesario pensar: ¿Es la enseñanza superior que tenemos lo que queremos? ¿Está de acuerdo con las legislaciones que la orientan? ¿Es posible transformarla para atender los deseos y las necesidades de lo académico, de la región y de la sociedad de su

tiempo? Tales cuestionamientos están enfocando lo que sucede en el mundo, en la sociedad y en el ámbito de la universidad, y de esa forma, intentan comprender las influencias del aprender sobre el saber, sobre el hacer y sobre las consecuencias para la vida humana. Estos cuestionamientos nos llevan a reflexionar de manera más amplia sobre la realidad educacional y sobre la forma como ella se presenta, “un gran desafío para la grande mayoría de los educadores acostumbrada a trabajar con certezas y verdades, con estabilidad y previsibilidad, pensando que la linealidad es regla y no excepción” (MORAES, 2010, p. 22).

Para pensar en un nuevo currículo, tenemos que acabar con esas certezas y verdades y buscar soluciones para los grandes problemas de naturaleza compleja. Morin (2013, p. 201) nos alerta sobre la necesidad de que reformemos el pensamiento para lograr los cambios deseados. “Solamente las mentes reformadas podrían reformar el sistema educacional, pero solamente un sistema educacional reformado podría formar espíritus reformados”. Esta paradoja condujo nuestro trabajo.

El primer cuestionamiento, “¿es la enseñanza superior que tenemos lo que queremos?”, nos lleva a reflexionar sobre la búsqueda por una Educación Superior que ha venido creciendo en relación con la cantidad de lugares ofertados.

El total de alumnos matriculados en educación superior brasileña sobrepasó la marca de los 7 millones en 2012. Es a lo que apuntan los resultados del Censo de Educación Superior divulgados por el Ministerio de Educación (...). Este número representa un aumento de 4,4% en el período 2011-2012. Mientras el número de matrículas en las instituciones públicas creció &%, el aumento en la red particular, responsable por el 73% del total fue de 3,5%. (INEP, 2013)

Como puede verse, el número de matrículas en Educación Superior ha venido aumentando, pero los teóricos apuntan hacia la necesidad de cambios cualitativos. Los números muchas veces esconden los fracasos de una educación pautada en la especialización y en la fragmentación del saber. Una educación de calidad necesita estar focalizada en el individuo y en la vida, en la realización individual y grupal.

Para que estos cambios sean eficientes es necesaria una reflexión sobre el momento en el que vivimos y sobre la evolución de la sociedad actual, de modo que podamos definir los sentidos de la educación de nuestro tiempo, el papel de los sujetos y los valores éticos, morales y culturales que necesitan ser preservados. Podemos afirmar que vivimos momentos de grandes progresos en las diferentes áreas del conocimiento, pero también de inestabilidades, de incertidumbre, de deconstrucciones, de fragmentaciones, de intercambios de valores, de desvalorización del ser humano, de violencia, entre tantos problemas civilizatorios que surgen con la globalización y la postmodernidad, que desestabilizan a los individuos, a las familias y a las demás estructuras sociales. Dentro de este panorama, resaltamos la importancia de una educación de calidad que atienda a las necesidades del siglo XXI, teniendo como foco la eficiencia del proceso de enseñanza/aprendizaje. La segunda cuestión propuesta: ¿Está el currículo de acuerdo con las legislaciones que lo orientan?

Los cursos de pregrado son evaluados, periódicamente, por el MEC (Ministerio de Educación) y necesitan estar en consonancia con la legislación educacional para adquirir su autorización de funcionamiento. Por tanto, para elaborar cualquier proyecto de carrera universitaria dentro del contexto de la Educación Superior, es evidente que la legislación necesita ser observada. Sin embargo, partiendo del Art. 207 de la Constitución Brasileña, encontramos: “Las universidades gozan de autonomía didáctico-científica, administrativa y de gestión financiera y patrimonial, y obedecerán al principio de inseparabilidad entre enseñanza, investigación y extensión”. De esta afirmación podemos cuestionar: ¿Si existe autonomía didáctico-científica, puede el proyecto pedagógico ser construido de acuerdo con los ideales de la institución? No percibimos que esta autonomía es relativa, pues las Directrices Curriculares Nacionales (DCNs) poseen un carácter obligatorio.

Al consultar las Directrices Curriculares Nacionales para las carreras de pregrado en Derecho, podemos observar que este documento cuestiona en el Art. 1º, inciso IV, cómo serán las formas de realización de la interdisciplinariedad y presenta, en el Art. 3º, el perfil del alumno; en el Art. 4º, las competencias y habilidades que deben ser construidas; en el Art. 5º, las disciplinas esenciales. Por lo tanto, cuestionamos de nuevo: ¿existe autonomía?

Las instituciones pueden construir sus proyectos pedagógicos innovadores, desde que estos contengan los elementos estructurales enumerados en el Art. 1º de las DCNs. Así, la construcción de los proyectos pedagógicos queda restringida a una autonomía parcial para escoger los objetivos, el perfil profesional, la metodología. Consecuentemente, la universidad goza de “autonomía”, siempre y cuando ella cumpla con la legislación educacional vigente. No obstante, incluso con las imposiciones legales, la construcción de un proyecto puede ser creativa y llevar un currículo más actualizado, coherente con la realidad y con su tiempo, que promueva una formación integral.

De esta forma, llegamos al tercer cuestionamiento: ¿Qué será posible transformar para mejorar la enseñanza superior, dentro de esta autonomía relativa? Esta pregunta apunta hacia la responsabilidad que las instituciones de enseñanza poseen en la construcción de sus currículos, una de las condiciones fundamentales para que se realice una reforma educacional que mejore la calidad de la educación. Con este compromiso de búsqueda por la calidad, creemos que la primera acción pedagógica debe ser la elaboración de un proyecto de carrera, con características propias, adecuación a los deseos de los estudiantes y de la realidad de la región en la cual la universidad está inmersa. Esta es la base que puede estructurar la mejoría del proceso de enseñanza/aprendizaje y que puede atender a las expectativas de la sociedad, siempre y cuando las mentes de los responsables por la reforma estén reformadas o reformándose.

Creemos en un proyecto flexible, siempre repensado, actualizado y adecuado a la realidad, que lleve a la formación de un profesional con capacidad cognitiva de resolución de problemas, que sea adaptable a los cambios y a los nuevos procesos tecnológicos, con creatividad y raciocinio. Las palabras y expresiones oriundas de los cuestionamientos: calidad de la educación, reforma, legislación nuevo currículo, agregadas al sueño de construir carreras universitarias cada vez mejores, nortearon la reconstrucción de los

proyectos de los cursos de las Universidades Magsul, con una mirada orientada hacia la vida.

## 1. Presupuestos para la construcción del proyecto de carreras universitarias.

No se pretende presentar una guía de elaboración de un proyecto pedagógico para una carrera universitaria pues cada institución, o cada curso, posee sus especificidades. Lo que se pretende es relatar las reflexiones y las experiencias vividas por el equipo docente y por el Núcleo Docente Estructurador (NDE), grupo responsable por la construcción de los proyectos de las carreras de las Universidades Magsul. Con el equipo de profesores definido, comenzamos tres trabajos paralelos: la capacitación de los profesores en las cuestiones relativas a la Didáctica y a las metodologías de Enseñanza; el desarrollo de una investigación de tipo grupo focal centrada en las reuniones de profesores; y un estudio con el NDE para definir la construcción del nuevo proyecto. Un proyecto que atienda a la legislación de la enseñanza, a las necesidades regionales, a la educación inclusiva y a la misión de la institución. Partimos siempre de los proyectos que ya existían, pero que necesitaban de actualización.

Por lo tanto, el primer paso de este trabajo fue un diagnóstico de las propuestas existentes, de donde surgieron preguntas que necesitarían ser repensadas, como: la importancia de la carrera para el desarrollo de la región, la clientela, el equipo de profesores, el espacio físico, el enfoque de la carrera, los materiales necesarios; teniendo como base la misión de la institución:

Actuar en la producción y la diseminación de los saberes y prácticas, de forma filosófica, científica, cultural, técnica y profesional, contribuyendo así para el **desarrollo sustentable** de la región y, consecuentemente, de la **calidad de vida**, procurando la promoción del desarrollo de la región Cono-Sur del Estado de Mato Grosso do Sul, ofreciendo una enseñanza superior consciente y eficaz para que sus discentes puedan concretizar sus **proyectos de vida**<sup>1</sup>. (UNIVERSIDADES MAGSUL, 2012, p. 6)

Al observar las expresiones: desarrollo sustentable, calidad y proyectos de vida, los debates sobre la base metodológica de la carrera fueron orientándose hacia un enfoque transdisciplinar. Pues para alcanzar estos objetivos, los programas necesitan estar organizados de tal forma que construyan una actitud consciente para ver el mundo y concebir el conocimiento, priorizando la vida y el medio ambiente, presentando en su matriz curricular las disciplinas organizadas de forma que promuevan un trabajo interdisciplinar, pero con objetivos que las trasciendan. La transdisciplinariedad tiene como objetivo, de acuerdo con Nicolescu (2000, p.15) “la comprensión del mundo presente para el cual uno de los imperativos es la unidad del conocimiento”.

¿Interdisciplinariedad o transdisciplinariedad? ¿Cuál sería la propuesta metodológica más adecuada para las carreras? Inicialmente, los estudios se fundamentaron en la interdisciplinariedad, propuesta por Fazenda (2008) y, en la

---

<sup>1</sup> Destaque nuestro.

transdisciplinariedad, de acuerdo con los estudios de Morin (2000), Nicolescu (2000), Moraes e Torre (2008), entre otros, y se concluyó que las dos son teorías que se complementan. Conforme Moraes (2008, p. 63): “[...] ambos conceptos están asociados a algo mucho más amplio y profundo relacionado con la comprensión del funcionamiento de lo real, además del proceso de construcción de conocimiento”. Esta autora complementa que: “Con la interdisciplinariedad integramos, y con la transdisciplinariedad transcendemos la subjetividad objetiva del sujeto que conoce.” (p. 65). Por lo tanto, son conceptos armónicos que se completan. Se considera aquí la interdisciplinariedad no como un saber único y organizado, o como una simple reunión o abandono de disciplinas, sino como una nueva actitud, una forma de ver el mundo y de concebirse el conocimiento que las disciplinas, aisladamente, no logran alcanzar, y que surge de la comunicación entre los saberes (JOSGRILBERT, 2004).

## 2. Conformación de un grupo de investigación.

Para verificar las posibilidades de construcción de un nuevo currículo, y reflexionando sobre la paradoja propuesta por Morin (2013) al decir que apenas las mentes reformadas podrían reformar la enseñanza, y sin embargo, que solamente la reforma de la enseñanza podría reformar las mentes, resolvimos crear un grupo focal de investigación para verificar cómo podríamos preparar nuestros docentes para la reforma deseada. Esta investigación fue realizada en el Pregrado en Derecho, en el primer semestre de 2015 y definida por los siguientes pasos: (i) estudio documental de las DCNs y del Proyecto de carrera existente; (ii) revisión bibliográfica sobre la inter y la transdisciplinariedad; (iii) estudio minucioso de la matriz y de los sílabos del curso por el equipo de profesores, verificando las posibilidades de conexión entre los saberes; (iv) acompañamiento observación y análisis de las capacitaciones continuadas y de las reuniones de profesores y de académicos del último año. Todo para la construcción de una nueva matriz curricular, con base en la transdisciplinariedad, representada en forma de diseño. Con la investigación procurábamos encontrar elementos que justificaran la forma como podría darse la reforma del pensamiento de los docentes del programa y la reforma del propio programa.

El grupo focal (GF) fue escogido como modelo de investigación pues “permite comprender procesos de construcción de la realidad por determinados grupos sociales, comprender prácticas cotidianas, acciones y reacciones a hechos y eventos, comportamiento y actitudes [...] por personas que comparten algunos rasgos en común” (GATTI, 2012, p. 11). El GF fue priorizado dentro de los enfoques cualitativos: (i) como una técnica de investigación que contribuye con nuevas ideas oriundas de diferentes vertientes que experimentan el proceso, en este caso, docentes y dicentes; (ii) por poder optimizar la interpretación de valores, conceptos, conflictos, puntos de vista; (iii) por posibilitar el entendimiento del tema en el cotidiano; (iv) por ser una técnica rica para captar conocimientos e informaciones que puedan ser útiles para la complementación del trabajo y de los estudios subsecuentes.

Reunimos dos grupos focales que podrían contribuir de forma relevante en la construcción de un nuevo modelo curricular: el grupo

de docentes y el grupo de académicos concluyentes (subdividido en 4 grupos). Estos grupos poseían características comunes: habían experimentado la carrera bajo dos ópticas diferentes y podrían traer elementos con base en sus vivencias cotidianas. Estos grupos estaban integrados al objeto de la investigación y por lo tanto fueron utilizados para la recolección de datos. El grupo de estudiantes fue menos utilizado, pero sus contribuciones no fueron desconsideradas. El grupo de docentes fue el foco principal de los estudios, pues tenía más para contribuir. Ambos, sin embargo, trajeron ideas relevantes y originales. Los docentes fueron escogidos como grupo principal de la investigación en función de la delimitación del propio objeto y porque creíamos que participando como un grupo efectivo de la investigación iríamos, paralelamente, a modificar las actitudes frente al modelo de currículo que teníamos y queríamos. Dos profesoras fueron escogidas para coordinar los grupos: una como moderadora y responsable por la conducción de los trabajos y otra como relatora, con el compromiso de grabar o anotar el desarrollo de los trabajos. Ambas podían alternar sus funciones.

Los datos escogidos para el análisis fueron recogidos en las reuniones de docentes y discentes, en el período de abril a junio de 2015, por medio de grabaciones, fotos y anotaciones escritas, junto con las contribuciones de las reuniones con el NDE. En este período solamente reunimos datos referentes al primer año del curso de pregrado. Caminamos despacio porque necesitábamos que los profesores tuvieran tiempo de conocer la teoría transdisciplinar, por medio de las lecturas sugeridas y de las capacitaciones.

El GF de docentes fue observado durante el trabajo de análisis de sílabos de todas las materias del programa y de la reconstrucción de la nueva matriz curricular. Los profesores, al conocer el contenido de cada materia, también reflexionaron en conjunto sobre sus relaciones y puntos de contacto.

Quedó establecido que para no comprometer el estudio minucioso realizado por el GF, no actuaríamos de prisa. Los profesores percibieron las dificultades que se enfrentan para la construcción de un buen proyecto: delante de las legislaciones que deben ser cumplidas, como las exigencias de las DCNs, que determinan los ejes de las disciplinas, las competencias, la carga horaria; delante del ENADE; y delante de las evaluaciones del MEC. El GF concluyó que trazar una red transdisciplinar para la Enseñanza Superior es mucho más complicado que para la educación básica, pues no se puede huir de algunas prerrogativas legales que priorizan los contenidos disciplinares presentados de forma fragmentada. En función de las ideas que surgieron y de los objetivos que iban siendo alcanzados, íbamos reconstruyendo, con el NDE, el diseño del curso. De esa forma, los profesores iban contribuyendo con el nuevo currículo.

En medio de ese proceso, los profesores discutían los sílabos de las disciplinas y buscaban sus puntos de conexión para la reconstrucción de un currículo transdisciplinar. Conversamos también con los cuatro grupos de estudiantes, observando las repeticiones en sus discursos. Las sugerencias de los estudiantes, con relación a las materias, coincidieron con la propuesta de los profesores. Fue posible percibir que valorizaban el curso, presentando más puntos positivos que negativos. Sin embargo, plantearon que a pesar de verificar un esfuerzo de los profesores, la

materia Proyecto de Investigación Interdisciplinar aún no lograba integrar debidamente todas las disciplinas; observaron también que al inicio del curso no entendieron su función y, por ese motivo, la materia no había tenido un buen rendimiento. Hacia el final del curso ya se entendía su finalidad y se consideraba importante, pero creían que algo tenía que cambiar, aunque no supieran exactamente qué. Los profesores concordaron con las sugerencias de los académicos.

El desarrollo del trabajo de investigación, caminando junto a la capacitación continuada, fue dando condiciones de comprender la importancia de un currículo transdisciplinar, que además de integrar las disciplinas para la construcción del conocimiento, proporciona una dimensión mayor de articulación entre los contenidos científicos y los contenidos de la vida humana. Así, el académico tiene la posibilidad de construir un compromiso individual y social: del ser humano que procura una efectiva y concreta ciudadanía, así como la construcción de una sociedad más justa, humana, solidaria e igualitaria.

Construyendo el nuevo currículo, nuestra visión y concepción sobre el curso iba modificándose. El ejercicio de repensar el curso de pregrado también fue modificando el pensamiento de los docentes. El grupo de profesores comprendió y visualizó el todo (el currículo) y las partes (las materias), percibiendo sus encajes y múltiples relaciones. Estábamos modificando el currículo del curso y al mismo tiempo preparando al profesor.

### 3. Construcción del proyecto de carrera (curso de pregrado).

Con los estudios documentales y con el análisis de las reuniones de los grupos focales, comenzamos a esbozar la nueva propuesta curricular. Partimos de la misión institucional, para delinear el perfil del egresado que se pretendía y el objetivo general del programa: tres metas ligadas entre sí, demostrando que la misión, los objetivos del programa y el perfil deseado se entrelazan en un movimiento que permea toda la carrera en la construcción de un profesional competente que atienda a las necesidades de su medio, de su tiempo y de su realización personal.

Con la definición de esta tríade continuamos con dos ejes interrelacionados: los objetivos específicos contenidos en las disciplinas formadoras de la matriz curricular, y trazadas por los profesores, y las competencias/habilidades a ser construidas por los alumnos. Para la organización de una carrera necesitamos tener claro el conjunto de habilidades y competencias necesarias para la profesión, para utilizarlas como orientadoras de la propuesta pedagógica, de la organización de la institución y de su gestión. De esta forma, los cursos superiores deben definir con precisión, en sus proyectos, las competencias y habilidades a ser desarrolladas, teniendo como parámetro las necesidades reales de la comunidad, de la profesión y la legislación vigente. Es importante que esto sea presentado a los estudiantes, para que sepan lo que se espera de ellos al final de la carrera y, al mismo tiempo, para que verifiquen si esas ideas son compatibles con sus proyectos de vida.

La inter/transdisciplinariedad fue considerada como el eje que sustenta el caminar metodológico, teniéndose como meta las habilidades y las competencias que se pretenden construir,



considerando que quien aprende debe construir su pensamiento con base en tres modalidades temporales: pasado (conocimiento acumulado por la humanidad), presente (reflexión de la realidad) y futuro (posibilidades transformadoras). La noción de temporalidad es importante para que se perciba la evolución del pensamiento y del conocimiento. A partir de los estudios desarrollados en la institución percibimos que el conocimiento debería estar construido por parte del académico en un caminar en espiral creciente, conforme presentamos en el dibujo a la derecha, que evoluciona adoptando un trayecto que permite la construcción del conocimiento, obedeciendo a la siguiente secuencia: primero es necesario conocer el asunto que se va a aprender para después comprenderlo; comprendiendo es que se hace posible reflexionar sobre el tema (análisis y síntesis); para tener condición de evaluarlo (haciendo un juicio de valor sobre su importancia); para, finalmente, poder aplicarlo transformando/mejorando una nueva situación y la propia vida de forma consciente y segura.

#### 4. Estructura organizacional curricular y la metodología.

Para continuar el trabajo de organización de la carrera (curso de pregrado), pensamos en la selección de las materias, sus objetivos, sus programas de clase (sílabos) y la indicación de bibliografía, sin que esto dejara por fuera: la misión de la institución de cuño transdisciplinar, el objetivo general y el perfil profesional pretendido, respetándose las características regionales.

El ordenamiento y la selección de las materias formadoras de la matriz curricular es uno de los primeros pasos para la construcción del currículo, recordando que las DCNs traen un elenco de las esenciales; sin embargo, la institución debe pensar cómo van a ser establecidas las relaciones entre ellas. Son estas relaciones que van a determinar las características del currículo. La transdisciplinariedad no abandona la enseñanza disciplinar, sino que “procura religar saberes y, en este proceso, valoriza el saber disciplinar y especializado como parte, no obstante trascendiéndolo por invertir en la formación humana” (SUANNO, 2014, p.14). En un currículo disciplinar, las disciplinas se encuentran encerradas en sí mismas, y no existe la preocupación de relacionarlas con las otras, solamente con aquellas consideradas como “prerrequisitos”. En un currículo que se dice inter o transdisciplinar es necesario que se piense en múltiples relaciones horizontales y verticales, con una mirada precisa, no en las materias, sino en la formación del individuo, ¡con saberes tejidos con conjunto!

Para la organización del currículo de las Universidades Magsul, pensamos en múltiples relaciones, como las temporales: pasado/presente/futuro. Considerando como pasado, las disciplinas que contienen el conocimiento acumulado por la humanidad; como presente, las que conducen a la reflexión sobre estos conocimientos y las influencias en la profesión y en la sociedad en el momento actual; y como futuro, las innúmeras posibilidades de transformaciones con base en ese conocimiento, tanto en el ámbito individual como en el profesional.

Otra relación tiene como base la clasificación de las disciplinas. En el caso del Programa de Derecho, las DCNs dividen las disciplinas en tres ejes: eje de formación fundamental, eje de

formación profesional y eje de formación práctica. En la matriz curricular, usamos colores para representar esa clasificación; así como usamos colores para la representación de cada semestre. Estas relaciones pueden ser observadas en el diseño curricular creado y presentado al lado. Observando el diseño, podemos verificar que del lado derecho se encuentran las modalidades temporales en las que el proyecto se desarrolla; y al lado izquierdo, la evolución de los objetivos. Acompañando la línea de conocimiento aparecen pequeños círculos que son las disciplinas en los colores de sus ejes.

Así, mostramos las innúmeras relaciones que necesitan ser establecidas en la construcción de un currículo, considerando que la importancia de la disciplina no se encuentra en ella misma, sino en las muchas posibilidades que ella puede ofrecer al relacionarse a las otras para la construcción del conocimiento. “Porque es necesario ir más allá de lo que estamos acostumbrados a trabajar en educación pues sabemos que los contenidos ya no son suficientes, aunque sean necesarios para la realización de nuestra práctica pedagógica” (Moraes y Navas, 2010, p.16).

Comprendido que las relaciones son múltiples, el paso siguiente fue escoger el procedimiento metodológico enfocado en la formación del profesional, con una sólida fundamentación teórico-metodológica, pero también con una práctica consolidada que mantenga un vínculo constante teoría/práctica, saber/hacer, conocer/vivir, desde el inicio del programa.

La misión y los objetivos propuestos, que definen el perfil y el camino cíclico a ser recorrido, en este caso están sustentados por el proyecto inter/transdisciplinar. En este modelo curricular, procuramos interconectar la construcción del conocimiento de forma horizontal y vertical. El centro de estas relaciones, o el elemento integrador, es pautado por una pregunta conductora (eje que sustenta el diseño). Esa pregunta está dividida en sub-preguntas que son los elementos integradores de cada semestre, y que van siendo respondidas de forma acumulativa, ampliando el conocimiento. Para que las sub-preguntas sean respondidas, la matriz curricular cuenta, cada semestre, con una materia denominada “Proyecto de Investigación Interdisciplinar”, la cual funciona como aglutinadora y organizadora del proyecto de trabajo del semestre que procura la realización de la inter/transdisciplinariedad.

La línea que representa el conocimiento sugiere que el aprendizaje ocurre en forma de un espiral, un fenómeno creciente y continuo resultante del aprendizaje y del pensamiento recursivo. Este modelo metodológico propone una práctica académica no fragmentada y no mecánica, considerando que, actualmente, la interdisciplinariedad ha sido muy debatida, en el campo de investigación y de enseñanza, pero su práctica todavía encuentra barreras para una efectiva implantación.

La construcción del diseño curricular tiene la finalidad de presentar una síntesis del proyecto del programa de pregrado, permitiendo visualizarlo como un todo, dando la dimensión de su verticalidad, comenzando en la misión y objetivos, y terminando en el perfil que se pretende construir.

Para presentar la relación horizontal, pensamos en la construcción del conocimiento en cada semestre. Para que la comprensión de esta fase quede más clara, hicimos un corte transversal en el diseño curricular. Por lo tanto, el diseño del semestre, colocado al lado, es

un corte del espiral del conocimiento. ¿Qué es lo que representa? El hombre y el mundo, las disciplinas y sus conexiones (sintetizadas en palabras-clave y propiciadas por la disciplina PII [Proyecto de Investigación Interdisciplinar]), y la metodología centrada en el autoconocimiento.

Cada semestre fue representado por una imagen circular simbólica, teniendo un elemento central, alrededor del cual se congregan las materias. El elemento central de los proyectos es la figura humana (utilizamos el hombre vitruviano), representativa del ser que se adentra en el Programa, que es el objeto de estudio y de las investigaciones de todas las disciplinas, conforme la imagen ilustra. Alrededor del elemento central, el ser humano, giran las disciplinas, con una palabra que representa su síntesis, que se conecta con las demás en un dinámico movimiento de integración, representando la actividad interdisciplinar. Para esto, existe en la matriz curricular una interdisciplina, denominada Proyecto de Investigación Interdisciplinar (PII), que atraviesa toda(s) la(s) carrera(s).

En la elaboración de esta metodología hubo la preocupación, tanto con la particularidad, como con la complejidad, tanto con la disciplina como con el currículo, incluyendo las relaciones individuo, medio y sociedad. Consideramos que la educación debe priorizar todas las dimensiones del ser humano, procurando un equilibrio interior y exterior. En este punto, percibimos que utilizábamos un caminar pautado en la transdisciplinariedad. Segundo Moraes,

El conocimiento no pertenece al cerebro, sino a las relaciones, a las coherencias establecidas entre el sistema vivo y sus circunstancias [...] el aprendizaje surge a partir del acoplamiento estructural del sujeto con el mundo. Es un proceso que se establece en el vivir/convivir y depende de las estructuras internas del sujeto y de lo que sucede en sus relaciones con el medio (2010, p. 298).

Como puede concluirse, el diseño curricular principal fue desplegado en otros, configurando la totalidad de la matriz curricular. Por lo tanto, la articulación no ocurre apenas entre los semestres (verticalidad), sino que también entre las disciplinas del mismo semestre (horizontalidad). Este movimiento integrador, como ya ha sido dicho, es direccionado por una pregunta orientadora en cada carrera.

Como ejemplo, presentamos algunas de estas preguntas:

- Programa de Pedagogía: ¿Cuál es el papel del profesor en la región de frontera, frente a la multiculturalidad reinante?
- Programa de Derecho: ¿Cuál es el papel socioambiental del operador del derecho en la región de frontera frente a los diferentes segmentos de su campo de actuación?

La búsqueda por respuestas a las preguntados orientadoras de los carreras parten siempre del autoconocimiento del académico, evolucionando hacia la vida de ese ser orientada hacia la profesión, la realización, los grupos sociales, el ambiente y las relaciones que se establecen, en un movimiento recursivo y creciente de aprendizaje, que busca transformaciones individuales y colectivas.

A partir de la construcción del currículo, nuestra visión y concepción sobre el curso fue, poco a poco, modificándose. El ejercicio de repensar el curso también fue modificando el

pensamiento de los docentes. El grupo de profesores comprendió y visualizó el todo y las partes, percibiendo los encajes de las disciplinas. En este momento visualizamos la belleza del rompecabezas montado y su red de relaciones. No teníamos esta visión anteriormente, y sin ella la transdisciplinariedad no podía suceder, pues no era percibida. El proceso de autoconocimiento era vacío y sin sentido para los estudiantes, pues el proceso no tenía relación con las disciplinas que estudiaban.

Al iniciar el estudio del proyecto de trabajo de la disciplina Proyecto de Investigación Interdisciplinar del primer semestre, fijamos como tema: el autoconocimiento. Enfocamos la mirada en cada materia del semestre, revisando sus objetivos, para que atendieran en conjunto al proyecto de trabajo, auxiliando en el proceso de autoconocimiento.

Reflexionando sobre el objetivo de las materias, visualizamos que cada una podría tener una palabra-clave, su esencia. Por ejemplo, la disciplina Ciencia Política, del programa de Derecho, podría enfocarse en el sujeto político. Los estudiantes podrían visitar la Cámara Municipal para verificar cómo acontecen las sesiones, como son planeadas, qué es priorizado, para que sientan como es posible ejercer la ciudadanía. Fue así que surgió la palabra-clave: ciudadanía, y los contenidos disciplinares se orientaron hacia la concretización de esta actitud. La disciplina Nociones socio-antropológicas podría enfocarse en el sujeto que es miembro de una sociedad con determinadas características, y el sujeto fruto de una cultura, que se mezcla en el espacio social con otras culturas. Podrían visitar una aldea indígena, o el Centro de Tradiciones Gaúchas para que verificasen las características de cada grupo social. Aquí la palabra-clave podría ser: alteridad. Diferentes palabras-clave fueron surgiendo y las disciplinas desviaron el foco centrado en el contenido, pasando a tener como centro el ser que aprende y que cuestiona: ¿quién soy dentro de esta sociedad y de esta cultura, cuáles son las marcas presentes en mí? Y así sucesivamente... Una reflexión sobre cada disciplina y sobre el currículo como un todo, y el programa comenzó a cobrar vida.

El proceso de autoconocimiento desarrollado anteriormente pareció vacío y, con seguridad, por este motivo, los estudiantes no lo comprendían. De esta forma, las materias contribuyen para el autoconocimiento y para la vida del académico, demostrando sus múltiples relaciones. Con la definición de palabras-clave para cada materia, una red fue siendo construida cada semestre y conectándose a las demás, teniendo como hilo conductor e integrador de ese caminar la parte de la pregunta referente al semestre. La disciplina PII fue costurando los saberes disciplinares y los semestres. En este momento visualizamos el diseño del programa todo interconectado.

Para responder a la amplia pregunta conductora del curso, cada semestre, los profesores se reúnen, observan las palabras integradoras y buscan conectar sus materias por medio de un proyecto de trabajo coordinado por la disciplina PII. La investigación es introducida desde el primer semestre pues es a partir de esta que se orienta la búsqueda por respuestas. De esta manera, también se conduce al alumno a una madurez, para el desarrollo futuro de su Trabajo de Conclusión de Curso (Trabajo de Grado). Esa forma de trabajar queda definida en el plan de enseñanza de cada materia. Hacia el final del semestre, los académicos presentan en forma de seminario la

forma como definieron la respuesta y explican cuál fue la contribución de cada disciplina para su comprensión. De esta forma, se entendió la interdisciplinariedad como la unión de personas y disciplinas/materias en busca de la solución de un problema, construyendo el conocimiento. La cuestión central presentada surge como una duda que, además de orientar el proceso investigativo en la carrera, puede auxiliar en la orientación de la propia vida humana, alcanzando objetivos transdisciplinares.

Por lo tanto, la interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad complementan el alcance metodológico de esta propuesta curricular, pues segundo Nicolescu (2000), ambas teorías “son flechas del mismo arco, que es el arco del conocimiento”. Los estudios que estructuran esta propuesta metodológica tuvieron como referencia: la interdisciplinariedad, contenida en la obra de Fazenda; el pensamiento complejo de Morin; los tres pilares metodológicos propuestos por Nicolescu (la teoría de la complejidad, la lógica del tercero incluido y los diferentes niveles de realidad); y las tres dimensiones de formación apuntadas por Pineau (autoformación, heteroformación y ecoformación).

Moraes (2010, p. 298) explica que todo el aprendizaje genera cambios y transformaciones estructurales en nuestra organización viva, y que “todo proceso de formación presupone autoformación, en coexistencia con el otro (heteroformación) y con las circunstancias vividas (ecoformación)”. Como propone Moraes (2010), integrando las dimensiones propuestas por Nicolescu y por Pineau, surge una imagen: el hexagrama que presenta el análisis de los enfoques metodológicos y, por este motivo, se encuentra en el centro del diseño representativo de cada semestre.

#### 4. Profesores y la capacitación continuada

Los cambios curriculares que fueron siendo pensados y aplicados trazaron un camino que procuró una participación mayor del académico en las cuestiones relativas a la vida, reflexionando sobre asuntos que van más allá de los límites de las disciplinas. De la misma forma, el foco del profesor también fue desplazado del contenido disciplinar para los problemas de la vida que afectan el planeta y el propio académico.

¡Estamos subiendo escalones! Salimos del nivel disciplinar hacia el interdisciplinar, buscando la implantación de un proyecto transdisciplinar. Con este propósito comenzamos a reflexionar sobre los problemas que aún estábamos enfrentando en relación con la figura del profesor. Habíamos clasificado nuestros profesores en tres tipos: los que querían cumplir el proyecto del programa pero no sabían cómo; los que batallaban y estudiaban para cumplirlo; y los que continuaban disciplinares y no querían cambiar, inclusive con los programas de capacitación continuada.

Sin embargo, al comenzar a estudiar a los teóricos de la interdisciplinariedad y de la transdisciplinariedad para trazar los principales cambios curriculares, empezamos a reflexionar, en primer lugar, sobre cómo sería posible modificar esta actitud del profesor, ya que somos conscientes de que un profesor solo hace inter o transdisciplinar cuando cambia su actitud frente al proceso enseñanza aprendizaje, en la concretización de su práctica docente y esto sucede

progresivamente y de acuerdo con la evolución de cada uno. Sabemos también que los profesores traen para su práctica los modelos de su propia formación en pregrado, los cuales son modelos disciplinares.

La investigación con el grupo focal demostró que el cambio curricular propuesto resultó en un cambio paradigmático que, según Morin (2013, p.191) refleja una paradoja: “no se puede reformar la institución sin antes reformar las mentes, pero no se pueden reformar las mentes sin antes reformar a las instituciones”. Nuestro trabajo fue concomitante: remodelábamos el proyecto del programa; la matriz con las respectivas materias, y al mismo tiempo, ofrecíamos la capacitación a los profesores. Sin embargo, no podíamos atropellar y apurar al profesor, pues él necesita de un tiempo para reflexionar sobre la propuesta, sobre el curso, y sobre su actitud. Pero fue posible constatar que una nueva actitud está siendo construida junto con las reflexiones para la construcción del proyecto del programa de pregrado.

Para el inicio de cada período lectivo, es hecha una capacitación más intensa que revisa las líneas generales del proyecto y acepta sugerencias de los profesores para implementarlo, integrando los nuevos profesores. Todos los semestres, el proyecto de investigación interdisciplinar del curso es planeado y discutido por todos los profesores y cada disciplina ofrece su contribución para la comprensión de la duda, ayudando a responderla. A lo largo del semestre las capacitaciones son mensuales y el NDE le hace seguimiento a todo el proceso, para que el proyecto pueda cumplirse, planeándolo, evaluándolo, y replaneándolo. Un proceso cíclico y continuo con la participación de los docentes.

Estos estudios suceden de dos formas: presenciales y *on-line*, por el ambiente *moodle*. Las reuniones *on-line* preparan para la reunión presencial y tienen como base la lectura de teóricos que fundamentan la metodología del curso. Los profesores reciben un texto con preguntas, reflexionan sobre él y en la reunión presencial lo discuten y presentan sus conclusiones a los demás profesores, relacionándolo con el proyecto de carrera y la metodología aplicada.

El objetivo de la capacitación continuada es el de mejorar el proceso de enseñanza/aprendizaje para que ayude al académico en la construcción de su conocimiento, de forma no fragmentada, percibiendo la función de cada disciplina en su formación y las relaciones que se establecen, utilizándose, principalmente, la investigación como conductora del proceso.

Con los estudios realizados, con los diálogos y las opciones en conjunto, los profesores se sienten partícipes del proyecto y se motivan para ponerlo en práctica. Sabemos que no todos proceden con la misma motivación, pero tenemos que comprender que las personas no son iguales, debemos respetar las diferencias y practicar la espera. La propuesta ha sido exitosa, los profesores se sienten confiados, pues participan de la construcción del currículo, verificando por medio de las evaluaciones el crecimiento del curso y del propio conocimiento.

## 5. Consideraciones finales.

El trabajo inter/transdisciplinar favorece la articulación entre los contenidos científicos y los contenidos de la vida humana, resultando

en un compromiso social de la institución en la formación de un egresado que procura la concretización de la ciudadanía, así como la construcción de una sociedad más justa, humana, solidaria e igualitaria. Un currículo construido con base en estos valores debe ofrecer al alumno conocimientos teóricos y prácticos; una de las formas de conectar esas experiencias es la Práctica Supervisada, con las actividades internas y externas. Otra forma de conexión de saberes son las actividades de extensión, que permiten al académico participar de actividades en el seno de la comunidad.

De esta forma, la institución no necesita esperar hasta el final de la carrera para que los académicos mejoren su calidad de vida y la de aquellos que están a su alrededor. El cambio de actitud y de los compromisos con la ciudadanía es fomentada poco a poco por todas las disciplinas de la matriz curricular, esperando su aplicabilidad inmediata. Sin embargo, es en las actividades prácticas que este cambio de paradigma aflora, por medio de la experiencia de solidaridad y empatía, movida por el espíritu crítico y humanista, potencializado por todas las disciplinas curriculares.

Para que los académicos lleguen a esa comprensión, el curso necesita estar dirigido por una metodología inter/transdisciplinar. Así, lo que denominamos como partes de la matriz curricular, o materias, serán realmente comprendidas si estuvieren enfocadas como elemento de un todo en constante relación. Por este motivo no se utiliza la expresión “cuadrícula o tabla curricular”, pues tales términos remiten al sentido de algo encerrado en sí mismo.

Capra (2012, p.47), al explicar la visión sistémica del mundo, oriunda de la física cuántica, afirma: “lo que denominamos parte es apenas un patrón en una red inseparable de relaciones”. Por lo tanto, la metodología adoptada para los cursos de las Universidades Magsul se preocupa con la comprensión de las relaciones existentes entre las disciplinas (interdisciplinariedad), que trascienden el campo disciplinar para alcanzar la mejoría de la calidad de vida en el planeta (transdisciplinariedad).

La matriz curricular formada por: (i) las disciplinas (teórico-prácticas); (ii) la práctica supervisada; (iii) las actividades complementares; (iv) las actividades de enseñanza/investigación y extensión, planeadas en un proyecto de curso de pregrado inter/transdisciplinar, pretende la construcción del perfil académico deseado y la construcción de un currículo más actual, que atienda a las necesidades de la sociedad contemporánea.

Nuestros estudios aún no terminaron, y pensamos que nunca lo harán pues siempre estaremos buscando teóricos que estudien la misma temática para ampliar nuestros conocimientos. El equipo pedagógico de los programas universitarios, por medio del Núcleo Docente Estructurador (NDE), viene estudiando prácticas metodológicas que atiendan a la misma temática dentro de las necesidades regionales. Se busca alcanzar una práctica pedagógica más dinámica y eficiente, que integre alumnos, profesores, disciplinas, cursos, posibilitando soluciones a los desafíos de la contemporaneidad.

Si los objetivos planeados están siendo alcanzados, aún no lo podemos confirmar; esperamos que sí, y trabajamos para eso. Podemos percibir que los cursos de las Universidades Magsul están cambiando su historia con base en: (i) estudios e investigaciones que proponen un currículo más actual; (ii) una legislación educacional;

(iii) una demanda social regional; y (iv) en la mejoría de la calidad de vida. Esperemos que el profesional egresado de estos cursos alcance una formación más completa pues de esta forma: aprende a reflexionar sobre su propia práctica y sobre su vida; recibe una enseñanza de calidad, pautada en la investigación de la realidad; y comprende las relaciones entre su formación y la vida.

Finalizando, queremos puntualizar nuestro actual deseo de corregir y mejorar la realidad educativa, construyendo proyectos de carreras y pregrados más creativos e innovadores. Ciertamente que surgirán obstáculos, como ya han surgido, pero nuestro deseo de corrección es más grande, y no permitirá que el desánimo inhiba nuevos estudios, nuevas reflexiones y promueva la constante evaluación del proceso de enseñanza/aprendizaje en la búsqueda incesante por la mejoría del enseñar y el aprender, con objetivos que sobrepasen los muros de la universidad, para la construcción de una vida mejor.

Todo lo que ha sido narrado ya vislumbra una nueva realidad: la alegría de crear algo nuevo, la cohesión de un grupo, el éxito en las evaluaciones externas del MEC y en los ENADEs, y la presentación de esta propuesta en varios congresos, dentro y fuera del país. Sin embargo, un proyecto nunca estará listo, pues está siempre en construcción, buscando siempre su mejor versión.

Un proyecto es un sueño a realizar, una guía, ¡una forma de caminar! Pero sabemos que trabajamos en un mar de incertidumbre, procurando la concretización de un currículo para el curso superior con posibilidades de transformarse en una educación más coherente, más afectiva, más justa, que pueda contribuir para una vida mejor.

## Referencias bibliográficas

- Capra, F. (2012). *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 13. ed. São Paulo, Cultrix
- FACULDADES MAGSUL (2012). *Plano de Desenvolvimento Intitucional*. Ponta Porã
- Fazenda, I. (2008). *Didática e interdisciplinaridade*. 13. Ed. Campinas, SP, Papirus.
- Gatti, B. A. (2012). *Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília, Liber Livro Editora
- Josgrilbert, M. F. V. (2004). *O sentido do projeto em educação: uma abordagem interdisciplinar*. Tese de doutoramento. PUC/SP
- Moraes, M. C. (2010). *Complexidade e currículo: por uma nova reflexão*. POLIS: Revista de la Universidad Bolivariana, Chile, v. 9, , n. 25, p. 289-311
- Moraes, M. C. (2008). *Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*. 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes
- Moraes, M. C. & Navas, J. M. B. (2010). *Complexidade e Transdisciplinaridade: teoria e prática docente*. Rio de Janeiro, Wak editora
- Moraes, M. C. & Suanno, J. H. (2014). *O pensar complexo na educação*. Rio de Janeiro, Wak editora
- Morín, E. (2013). *A Via: para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil



- Morín, E. (2000). *Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal, RN, EDUFRRN
- Nicolescu, B. (2000). *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília, DF, UNESCO
- Torre, S., Pujol, M. A. & Moraes, M. C. (2008). *Transdisciplinaridade e Ecoformação: um novo olhar sobre a educação*. São Paulo, Triom.

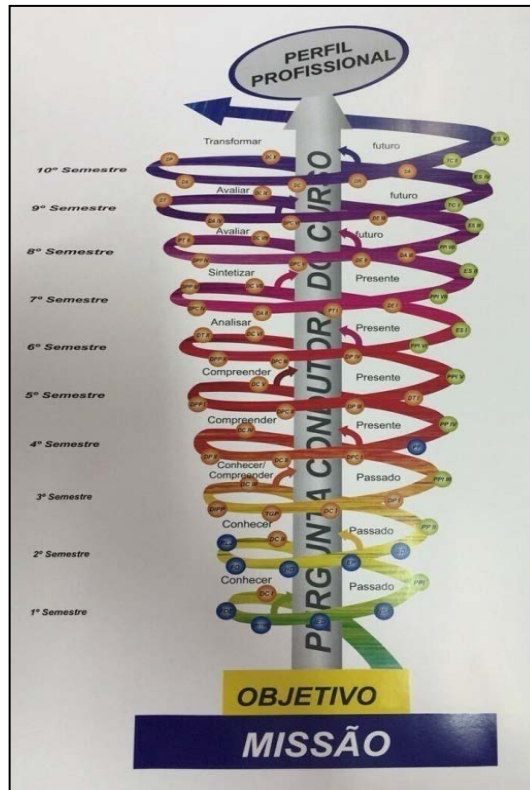
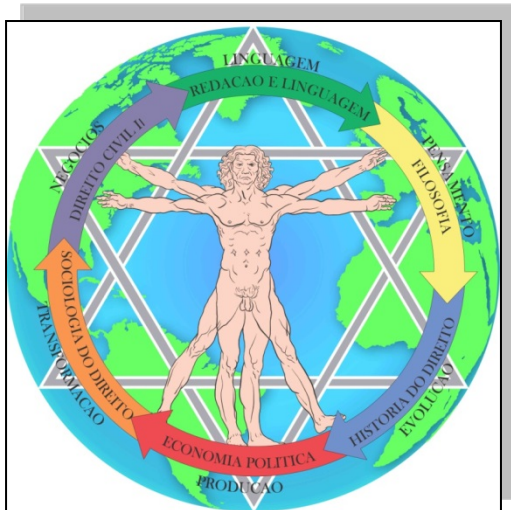


Figura 1 - Design curricular do curso



**Figura 2 - Design do semestre**



**Figura 3 -Metodologia do curso.**

# What is left of the protests? Social movements and youth empowerment in Brazil

Magda Pischetola

## Abstract

Over the past few years, new forms of socialization of politics through social media have found expression in collective mobilizations. The paper examines the case of the recent uprisings in Brazil. It presents the results of a qualitative research carried out between June 2013 and June 2015, with focus on the actors involved, their reasons to participate, as well as the continuity of their action. Three research tools were used in the study: social media mapping, an online survey and interviews with activists. The findings give credit to the existence of a *connective logic* on the social networks, as they illustrate that what attracted the masses in June 2013 was mainly the 'event of a protest'. Nevertheless, political engagement was found to increase in smaller circles, among groups of youth who got involved during the uprisings, and are motivated by the idea of a political resistance up to present days.

**Keywords:** Social movements, Youth participation, Communication networks, Social media, Political leadership, Self government

## 1. Introduction

Over the last decade, it has been pointed out that forms of social interaction and reproduction, which characterise social networks such as Facebook and Twitter, offer numerous opportunities for pluralism in public debates and enhance so-called *participatory democracy* (Reedy & Wells, 2009; Van Dijk, 2012). This view emphasises the socialization of politics and encouragement of active citizenship through digital media, which have found expression through mass protests in different countries in the last few years.

In a review of the literature we find considerable evidence that civil society has increased its opportunities of resistance with the emergence of digital networks. As scholars have paid more attention to the issue, the complexity of the phenomenon has become more visible, and has raised further questions: what are the factors of success in the communication for social change? And how does communication on social media work, giving the non-linear, plural, and transversal nature of youth participation to the protests?

Castells (2012: 9) has theorised the existence of a 'mass self-communication', which describes the autonomous and very personal way of processing messages allowed by digital platforms: 'By engaging in the production of mass media messages, and by developing autonomous networks of horizontal communication, citizens of the Information Age become able to invent new programs for their lives with the materials of their suffering, fears, dreams and hopes. They build their projects by sharing their experience. They subvert the practice of communication as usual by occupying the medium and creating the message'. Following the analysis of Castells, Gutierrez (2013) suggests that, rather than ideological

components or concrete reason, what made the recent protests so massive is a 'new architecture of calling', built around causes that are easy to agree with and, therefore, are able to bring together even antagonist ideologies. Along the same line of thought, Bennett and Segerberg (2013) examine the organizational dynamics that emerge when communication becomes a prominent part of social movements. And to do so, they distinguish between two macro categories of patterns that characterise the digitally enabled networks of action: one that follows the familiar logic of *collective action*, based on organizational resources and the configuration of collective identities; and a second less familiar logic of *connective action*, made possible by personalised content sharing on social media. The first pattern of action gets a benefit from the digital media, but it is not drastically changed by it. Established organizations such as NGOs, political parties, press and unions keep their active role behind collective actions, even though they step back from assuming the leadership publicly and, in doing so, give space to new and non conventional actions. They achieve broad public engagement by spreading easy-to-personalise issues through social media. On the other hand, the pattern of *connective action* is absolutely dependent on media networks and the possibilities ICT offers to the users. In this network mode, according to the authors, technology itself takes the role of established political organizations, with broader results: 'compared to many conventional social movement protests with identifiable membership organizations leading the way under common banners and collective identity frames, these more personalised, digitally mediated collective action formations have frequently been larger; have scaled up more quickly; and have been flexible in tracking moving political targets and bridging different issues' (Bennett & Segerberg, 2013: 6). In Bennett and Segerberg's considerations, connective action might weaken collective action and not enhance deeper forms of engagement; or they may be even more effective than traditional ones, as far as, they give visibility to a cause, and catch the attention of the media.

According to Gerbaudo (2012: 4), social media is not to be seen as 'automatically suitable or unsuitable as means of mobilization'. The crucial question to be asked, the author says, is how do they interact and mediate with the new forms of public gatherings. Which means that we should also try to understand what is the imbrication between media and local contexts of political action.

These insights pose more questions than they answer. How do the leadership and the online organization of protests work? What is the social, economical and political profile of the leaders? Do the political parties have a role in the mobilization? What is the relationship between online visibility/popularity and political engagement? Starting from these inquiries, this paper analyzes the changing face of massive popular protests from a critical perspective, exploring what the role of social media is in the organizational dynamics of the mass uprisings. It will present the results of a qualitative study on the most active pages of social media in the popular movements of Brazil in 2013, as well as the continuity of their political influence up to present days.

## 2. Material and methods

This study investigates the recent social movements in Brazil, which has appeared to be a phenomenon that fell outside the left-right dual division of society, and was largely leaderless.

Sparked by a 20-cent increase in the ticket price of public transport in June 2013, uprisings in Brazil have grown into mobilizations against corruption in the government, the high costs of hosting the World Cup in 2014, the lack of investments in public services, as well as specific demands from professional groups and minorities. The first ‘call to action’ (Castells, 2012) was spread through social media and gathered over one million people on the streets of São Paulo on the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> of June, with similar results in Rio de Janeiro on the 20<sup>th</sup> of June. In spite of the massive participation online and offline, as well as the presence of different causes and ideologies, no official leaders appeared and no public speeches were given. Information would circulate on Facebook pages and through Twitter accounts, displaying sometimes a very high number of followers and comments, as well as shared images and videos about the ongoing events.

In order to get a picture of the actors involved, the reasons of their participation in the uprisings of June 2013, as well as the continuity of their action, a qualitative research study was carried out between June 2013 and June 2015, with the use of three different research tools: (1) Social media mapping and longitudinal discourse analysis; (2) Online survey published on the most active Facebook pages; (3) In-depth interviews with four activists.

During the protests, digital tweets and posts of the ‘authorities’ (Kleinberg, 1999) were followed by users who apparently considered the source trustable or recognizable, before the message could become ‘viral’ and attract the mass. In other words, the individual’s participation was guaranteed when a large number of people in their network were also participating in the event. The first objective of the research was analyzing if there were any leaders or organisers of the protests ‘events’. Social media functioned a call for action, but who was responsible for the first initiative? Was there a political agenda? And was it declared or hidden?

By using software capable of mapping the spread of messages on social networks, the responsibility of some specific groups in mass mobilization became evident, specifically: a) Profiles of the press; b) Opponents to the government; c) Groups representing minorities; and d) Supporters of the government (Interagentes, 2013). Considering this, the ‘authorities’ were filtered, by excluding those pages that were created by political parties or by the press. This way, it was possible to compare the activity of the 25 most recognised pages/accounts in June 2013 with their activity one and two years later. An additional follow-up study took place to gain a broader picture of this phenomenon, in the form of a survey on the 25 Facebook and Twitter accounts that were most active during the protests under analysis. Given the relatively small sample we managed to access (N=52), we have to be cautious about building generalizations. Nonetheless, the results show some interesting findings. Finally, some of the respondents were contacted for an in-depth interview, and more interesting and unexpected findings

emerged in the research. They will be presented and discussed in the following chapter.

### 3. Analysis and results

The design of the research proposal was correlational and descriptive, with information collected over two years. In this section, we explore the results obtained transversally in all the phases of the research, following the description of the main objective under scrutiny.

- *Who were the leaders of the protests?*

The results showed that after one year, 48% of the 25 most active pages/accounts did not have a meaningful participation anymore, but 13 of the initial 25 authorities continued to exhibit a high level of activity, which we have measured by the 'People talking about this' function of the social network (number of users that interacted with the page in a seven-day period). At the top of the list are the most general and broad causes for indignation, like corruption and the lack of representativeness of political parties. In 2015 only five out of these 13 are still considerably active: three pages with 50-80% of previous activity and two with higher activity. It can be seen from the data in Table 1 that the 'Mobilização Patriota' (Patriot mobilization) and 'Revoltados Online' (Angry online) pages reported significantly more 'People talking about it' than all the other pages. Interestingly enough, the contents of these pages are extremely right-sided, nationalist and very critical to the government and the party represented by president Dilma, who has largely lost her popularity in spite of being re-elected in 2014.

Table 1 - Authoritative pages still active on Facebook one year after the first protests

One of the interviewed activists confirmed and explained this political phenomenon, defining the differences between protests occurred in 2013 and the more recent protests against the government:

In the protests of 2013 there were all kind of people, left-sided, right-sided, people who were there just for curiosity or for fun, there was all this. Nowadays, in this new phenomenon, you see a group of people that don't know exactly what they want, but they're against corruption, and right-sided people and of the extreme right too...people who are calling for dictatorship, or who want that Aécio [right-wing candidate to presidency at the last elections, *editor's note*] wins, calling for Dilma's impeachment. I mean, the agenda is very different than in 2013, and I do not recognise myself in it anymore. These guys to me come from a different world, especially when they say that during dictatorship it was all better than it is now. They don't have any historical awareness and they don't mind about it, they don't even look for it. They take as a reference something they don't know [...] and they use it to protest against a bunch of things that they connect with the government, which is mainly the social agenda

of the government. In reality, it's a social movement that's anti-social!

When asked about their perception of some kind of leadership present during the manifestations in 2013, the activists rejected strongly the idea of the mass being maneuvered by political leaders. It appears clear that new forms of political dialogue were discussed within the uprisings: a dialogue that excludes the figure of the leader as 'someone that represents me', and eventually accepts the presence of leaders for logistic, organizational reasons. For example, one interviewee said:

It is complicated to talk about a leadership..there was no leadership there. I'd say there were some *protagonists*, who emerged among the people. Now, when the police repression started, they were looking for leaders, and they just chose some people to become the scapegoat, and they managed to scare people this way, especially the poorest ones, who are always the weakest in terms of rights and possibility to defend themselves. [...] I am not against *leaders*, but I think that the protagonists who were acting during protests, even myself, had the role of going against leadership. I mean, the anarchist ideals support the existence of horizontal relationship. I identify with this much more. Leadership gives me the idea of verticality of processes. It doesn't interest me. [...] A leader comes here and says: you do this, you do that. A protagonist says: look, I am doing this, if you want to join it's fine, if not I'll do it anyway. It's self-management, you know? You take the responsibility for your action. Leadership is different...leadership is when you take the responsibility of *everybody's* action. [...] The other one might even mirror himself in you, identify with you, and appreciate your initiative...even your courage, let's say. But if they want you as a leader, you might not want it...you don't want to represent another one. Because these movements started with this idea: they do not represent me! In other words, if someone said that I represent them, well...this sentence does not represent me!

Another interviewee alluded to the notion of leadership as logistics and organization:

I think that it was a horizontal movement, but there were leaderships, organised group who would plan the actions on the streets. It's a leadership that does not depend on a formal title, but depends on personalities. Some groups had more hegemony than others, and would decide the priorities in the agenda...but these leaderships were not crystallised. They didn't control the movements, they organised them.

In conclusion, the image that Gerbaudo (2012) creates, the one of *choreographers* – rather than leaders – sounds perfectly appropriate to the model here exposed. In the words of the author: 'The introduction of social media in social movements does not simply result in a situation of absolute spontaneity and unrestrained participation. On the contrary, influential Facebook admins and activist tweets become 'soft leaders' or choreographers, involved in setting the scene, and constructing an emotional space within which collective action can unfold' (Gerbaudo, 2012, Introduction).

- *What were the reasons to protest?*

Respondents to the online survey (N=52) were asked to indicate the most important causes that in their opinion mobilised people to protest in 2013 and which of those causes would be still important for them at the time of the survey (one year later). From the chart, it can be seen that by far the greatest demand is for public Education and Health services and against political corruption.

Table 2 – Causes indicated as most important for the respondents in 2013 and 2014

- *Is political engagement the main core of action?*

The initial objective of this study was to identify the connection between political activism and social media. It sought to determine the relationship between online visibility/popularity and political engagement. The findings point out that a key factor of success in the communication for social change is the individual's wish to be part of a globally visible event, which will be attended by most of the people in their social network.

Using the digital research tool *Google Trends*, Moraes e Santos (2013) tested the frequency of certain terms related to the protests, and discovered that during the June 2013 uprisings in Brazil the frequency was greater for the keyword 'protests' than other terms connected to the causes. Crossing Moraes e Santos' proposal with the semantic areas that have most emerged in the data provided by Interagentes agency, we have confirmed that 'protests' was by far the keyword that was mostly searched on Google in that period.

This demonstrates that what attracted the masses was also the 'event of a protest', besides its political roots or its consequences. Werneck (2015) calls this phenomenon 'manifestism', stressing how fashionable the protests became in that moment, as an event that could not be missed. In his study on protestors' posters, the author analyzes a category of messages that refer to the protest itself, to the uncountable reasons that brought people to the streets, and their right to protest. Some examples are: 'The people united is this huge amount of us', 'It's too many reasons, they don't fit in a poster', 'I want a bag of Louis Vitton' or 'Only Goku will save us'. At this respect, Castells (2012) points out that rather than requiring organizational control or a unified 'we', these networks are based on a personal interpretation of the topics, and comprise of all the different individual views under the same claim. This model of action mirrors the need of the protesters to find a community beyond their differences, a space of flows and *conviviality*.

- *Is social media perceived as a space for political action?*

The results indicate that digital networks are considered a space of communication and a very powerful mean to call people to join an event, but they are not themselves a political space for debate.

In the Brazilian uprisings of June 2013, social media had the crucial role of giving visibility to the events on the streets. For the first time, mobile phones were massively used as a tool for



information, this way also becoming a self-defense weapon. In the words of two interviewed activists:

When one of the guys of Mídia Ninja [alternative media source active during protests, *editor's note*] was taken by the police, I saw many people taking out their phones and starting to record and taking pictures, lots of people. And I suddenly realised there was something new happening at that moment. People wanted to be poles of information. And it's this way that it started. Many collectives were born with the idea of making independent information through the social media.

In those days, big actions on the streets were tagged as 'events' on Facebook, and this way it was easy to know how many said they'll participate. But other events were organised through chats online also. Social media have a great potential to mobilise people, for sure, but they're much more than that. During the events, people would have their cell phone in the hand, and they'd tell post online where the protest was moving, where the police was, what was happening in real time. So, not only people were moving thanks to social networks, but even political acts were moving constantly.

The awareness of participating in a global event was clear also in the intention of gaining visibility on digital networks: many banners were written in English, while the most popular Twitter hashtag *#VemPraRua* (come to the street) echoed the one that was created by the Spanish *Indignados* movement in 2011, *#TomaLaCalle* (take the street). And provocatively enough, it turned into a viral video clip borrowing the music from a TV commercial for the World Cup. Furthermore, the personalization of a message or the simple action of sharing it on a personal page/account would help the movement to constantly grow stronger. Institutional events would lose importance, while informal events would take priority in people's agendas. When the (online) network of friends would be involved, the individual did not want to feel excluded and would participate. As an event that could not be missed.

However, no evidence of an increase in political engagement was detected among the participants of the most active pages/account during protests. When asked about reasons for massive participation, all of them mentioned – among other reasons – the wish to party and celebrate the event itself. The comment below illustrates the disappointment that this caused in some of the activists who strongly believed in the uprisings as a chance for political change:

The majority of people were there for a party. Some of them even participated to the local meetings of the neighborhood, I saw them several time. They had lots of energy to fight against the system, but after a while they wouldn't come anymore. They wouldn't even answer to a message on Facebook. [...] It's a pity; it could have been a real opportunity for a change.

- *What is left of the protests in present days?*

Seen sometimes with nostalgia, sometimes as a necessary step towards the unknown, the protests of June 2013 are surely remembered as a historical event by the Brazilian youth.

June 2013 was a very interesting moment...one million people protesting on the streets. But it was also kind of 'pyrotechnics' [...] some people say they miss that and they try to repeat it. I don't think that's this way, history does not have to repeat itself, now we've got to build something else, different springs and new 'Junes', movements that will use different 'weapons' than the ones the police is using...not violence, but art, performance, playfulness, communication channels. Sometimes a performance can be a space for greater peoples' identification and recruitment rather than a Molotov. I think we should look now for clever and powerful actions, and not just reproduce what happened in 2013.

Activists mentioned some interesting actions and happenings that took place in Rio de Janeiro after the first protests, and which could enter in the category of art and playfulness: a black gay man dressed as Spiderman dancing in front of the Riot Police, the Poor Batman character who was acting in defense of the homeless with many performances during the protests, and a whole movement named 'Carnavandalirization' which was created by a group of artists in July 2013 and aimed at answering violence with glitter and original Carnival costumes.

When we started to prepare for the World Cup we had the idea to oppose to the image of violence in protests that was built by the media...police on one side and black block on the other. We used language, choreography and aesthetics typical of Carnival as a form to protest and manifest. We didn't want to have an aggressive attitude towards football, giving the fact that Brazilians love it so much...we wouldn't have conquered anybody. Besides, people were scared about protesting. So, our purpose was to soften violence itself, and minimise the critiques of who was judging us because we were manifesting our ideas. When you bring creativity and the effort to prepare all the costumes and the parade – we did it as if it was really Carnival! In front there were the pink block and every sector had its own specific topic – well, this way it's easier to conquer people.

Gutierrez (2013) argues that global protests have had no aim at destroying the power structure. Rather, they used tactics that were meant to provoke, like throwing glitter at the police or hula hooping in front of the Town Hall, as happened during protests in Rio de Janeiro. These actions might be subversive and effective enough to challenge the institutional authorities, without constituting real danger.

Interestingly enough, even though they recognise the importance of the uprisings of June 2013, all the activists interviewed for this research did not find that the energy collected and expressed by people at that time was dispersed when the wave of protests ended. On the contrary, they saw in that specific event the chance to meet people who felt the same way towards the crises of political representativeness, and new forms of action were forged at that moment, which most of them called 'resistance'.

The street was a stage of class mixture, ideologies and strategies. The centre of the city met the suburbs, and people who would have never had the chance to meet, are interacting for the first

time. [...] Collectives were born in these meetings, and they started to produce information during the protests already, with the goal of documenting in real time what was happening on the street.

There were very few people from the favelas, I know because I live in a favela myself and I can recognise them...especially by their way of talking. I went to the streets by myself, and there I met 5 or 6 guys from other favelas. None of them was militant before, but they all got involved in some political action after the protests, including myself. [...] That was a very special moment, I didn't know anybody from middle class who'd be interested in doing something together, now I know lots of people and we're always organizing meetings, speeches, every time somewhere else. The purpose is to awake the people who live in the favelas, shake them from the alienation...make them conscious about political problems, things they can have a word about.

Many things are already happening, in the favelas, there's a new movement, a new interest in independent information and activism. Pedagogical work has started in 2013. It's just small seeds, but they can bring about some more solid change in the future.

Surprisingly, political engagement was found to increase in smaller circles, among groups of youth who got involved during the uprisings, and continue to be motivated by the idea of a political change up to present days. This unexpected finding suggests that massive movements are not as important as local and more continuous actions. In fact, since June 2013 digital networks have turned into concrete social networks, which have increased the opportunities of political resistance for the Brazilian civil society.

#### 4. Conclusions

In conclusion, two key factors of success in the communication dynamics appeared crucial in the presented case study: (1) the presence of influential authorities or *choreographers* (Gerbaudo, 2012) involved in logistics and organization and (2) the wish of the youth to be part of a globally visible event, which will be attended by most of the people in their social network.

The unexpected finding is that political actions have continued at a local level, after 2013 protests. The uprisings might not repeat, or at least not with the same format and/or amount of participants. Nevertheless, they represented a historical event because they gathered not only a massive amount of people, but also people who were united in their difference. Small but continuous work of resistance has been done through these networks, groups, and collectives since then. Thanks to that special event, they were able to build relationships which overcome social distance and inequalities, create new spaces for creativity every day, empower the powerless and give them hope for the future.

## References

- Bennett, L. & Segerberg, A. (2013). *The Logic of Connective Action: Digital media and the Personalization of Contentious Politics*. New York: Cambridge University Press
- Carpentier, N. (2012). The Concept of Participation. If They Have Access and Interact, Do They Really Participate? *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, 14 (2): 164-177
- Castells, M. (2012). *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Cambridge, UK: Polity Press
- Coleman, S., & Blumler, J. G. (2009). *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*. Cambridge; New York: Cambridge University Press
- Gee, J. P. (2007). “Affinity Spaces: From Age of Mythology to Today’s Schools”. In: *Good Video Games + Good Learning: Collected Essays on Video Games, Learning, and Literacy*, 87-103. New York, NY, United States: Peter Lang
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the Streets. Social Media and Contemporary Activism*. London: Pluto Press
- Gutierrez, B. (2013). As revoltas em rede como uma nova arquitetura do protesto. *Revista Alegrar*, No. 12
- Interagentes (2013). Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. Available at <http://portal.interagentes.cc/?p=62>. Last Access: July 18<sup>th</sup> 2014
- Janowski, N. & van Selm, M. (2000). “The Promise and Practice of Public Debate in Cyberspace”. In: Hacker, K. & Van Dijk, J. (eds). *Digital Democracy, Issues of Theory and Practice*: 149-165. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage
- Jenkins, H. (2006). *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York and London: New York University Press.
- Kleinberg, J. M. (1999). Authoritative Sources in a Hyperlinked Environment. *Journal of the ACM*, Vol. 46 No. 5: 604-632
- Moraes, T. P. B. & Santos, R. M. (2013). Os protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na *web*, e o Caso da Primavera Brasileira. *Rev. Int. Inv. Cienc. Soc.*, Vol. 9. No. 2, diciembre 2013: 193-206.
- Mossberger, K., Tolbert, C. J., & McNeal, R. S. (2007). *Digital Citizenship: The Internet, Society, and Participation*. Cambridge, MA: The MIT Press
- Norris, P. (2001). *Digital Divide, Civic Engagement, Information Poverty and the Internet worldwide*. Cambridge, UK: Cambridge University Press
- Pischetola, M. (2014). Protests in Brazil: the Role of Social Media in Political Action. *Social Media and the Transformation of Public Space Congress*. University of Amsterdam, The Netherlands, June 18-20, 2014
- Porto, M. & Brant, J. (2014). Digital Platforms and the 2013 Protests in Brazil: the Contradictory Nature of Political Mobilization in the Digital Era. *Social Media and the Transformation of Public Space Congress*, University of Amsterdam, The Netherlands, June 18-20, 2014.

- Reedy, J. & Wells, C. (2009). "Information, the Internet and Direct Democracy". In: Chadwick, A. & Howard, P. H. (eds.). *Routledge Handbook of Internet Politics*: 157-172. London and New York: Routledge
- Santos, R. (2009). Mídia, democracia e participação efetiva: liberdade, igualdade e participação política. *Trabalho apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba/PR
- Van Dijk, J. (2012). "Digital Democracy: Vision and Reality". In: Snellen, I. & Van de Donk, W. *Public Administration in the Information Age: Revisited*. Amsterdam: IOS Press
- Van Dijk, J. & Poell, T. (2013). Understanding Social Media Logic. *Media and Communication*, Vol. 1, Issue 1: 2-14
- Werneck, A. (coord) (2015). Violências moduladas: gramáticas e dispositivos da crítica e da negociação na conflitualidade urbana no Rio de Janeiro. *Relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Unpublished research report, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

# Triste Fim de Tenório d’Albuquerque: o Pensamento de um ex-Integralista no Estado Novo

Marcelo Alves de Paula Lima

## Abstract

This is the first paper aimed at analyzing the political thought of A. Tenório d’Albuquerque, an intellectual who was part of the anti-Semitic wing of the Brazilian Integralist Action (AIB). Our timeframe lies between 1937 and 1941, a time lapse during which anti-Semitism and anti-imperialism, elements that are our main concern, became explicit in his books. Writing in the eve and at the beginning of the Second World War, the author appeals to History in order to call for a pro-Axis position, since England would be historically bowed to Jewish interests. Brazil’s 1942 entry into the war on the Allied side brought problems to the author, who got arrested.

**Keywords:** A. Tenório d’Albuquerque, integralism, fascism, anti-imperialism, anti-Semitism, Estado Novo.

## Introdução

O professor carioca Acir Tenório d’Albuquerque (1899-1973)<sup>2</sup> foi membro da ala antisemita da Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação de inspiração fascista fundada por Plínio Salgado em 1932 e extinta em 1937 pelo presidente Getúlio Vargas após o golpe do Estado Novo. Apesar de sua proximidade com o fascismo, o integralismo também era tributário do pensamento conservador da Primeira República (1889-1930). Abordaremos as obras políticas de Tenório publicadas entre fins dos anos 1930 e princípios dos anos 1940. Escolhemos esse marco porque nosso interesse é compreender o teor antisemita e anti-imperialista de seu discurso, que se fez especialmente presente naquele período, em sintonia com o imaginário político da época.

Ressaltamos o ineditismo deste trabalho, pois trata de um intelectual integralista que não foi alvo de qualquer publicação. Seguindo os passos de Newton Colombo de Deus Vieira (2012), fomos além dos três intelectuais integralistas mais estudados: Plínio Salgado (chefe nacional), Gustavo Barroso e Miguel Reale. Com isso, esperamos ajudar a preencher as lacunas da história deste que foi um dos primeiros movimentos de massa brasileiros.

## Anti-imperialismo no Brasil

Em 1966, Caio Prado Jr. escreveu que a luta anti-imperialista não deveria ‘incidir no erro de considerar o imperialismo e seus agentes intrinsecamente “maus”, abusivos e responsáveis por atos ilícitos’ (Prado Jr., 1966: 319). É justamente esse o teor do discurso anti-

---

<sup>1</sup> No Arquivo Público Mineiro, o primeiro nome do autor aparece sob duas grafias:

Acir e Arcy.

imperialista antisemita: atacam-se pessoas, organizações e países com base na suposta perversidade dos seus atos. O problema do capitalismo é reduzido a uma questão racial, opondo-se o ‘capital criador’ ao ‘capital parasitário judeu’ (Carneiro, 1988: 370; Herf, 1993: 211, 212).

O autor ainda escreve: ‘Ao contrário de outros países dependentes (...) não temos uma tradição anti-imperialista com raízes em velhas desavenças e hostilidades, e muito menos atritos violentos resultantes de interferências estrangeiras em nossos assuntos’ (Prado Jr., 1966: 316-317). Pensamos que esse cenário começa a mudar já nos anos 1930, sob influxo da Grande Depressão. Analisando o imaginário político dos anos 1930, constatamos que os integralistas eram considerados, pela esquerda, agentes nazifascistas, enquanto os comunistas eram vistos como lacaios de Moscou. Assim, cada lado acusava seu rival de servir a interesses estrangeiros e ameaçar a soberania nacional (Dutra, 1997: 95, 152-153). Logo, o anti-imperialismo não era monopólio da esquerda, manifestando-se também no integralismo. Conforme mostraremos, a obra de Tenório d’Albuquerque é um exemplo de anti-imperialismo quando este ainda engatinhava no Brasil.

O cearense Gustavo Barroso foi um dos principais autores anti-imperialistas da AIB. Seu anti-imperialismo culminava em antissemitismo e suas obras integralistas denunciavam como, desde 1824, o Brasil teria sido escravizado por um suposto ‘banqueirismo judaico’, contraindo vultuosos empréstimos a juros extorsivos (Trindade, 1974: 223-224). Barroso estava à frente de uma corrente da AIB ‘mais preocupada com os valores tradicionais da história pátria, a que acrescentava um antissemitismo de frágil mas espalhafatosa fundamentação’ (Reale citado por Rago Filho, 1989: 8). Embora não tenha representado fator de atração para novos integralistas, quase dois terços dos dirigentes e militantes locais partilhavam do antissemitismo (Trindade, 1974: 161-162, 252). Tenório d’Albuquerque foi um dos autores ligados a essa corrente. Seus escritos foram, em grande parte, apropriações do pensamento de Gustavo Barroso, especialmente suas constantes referências ao mito do complô judaico.

A obra de Tenório se assemelha bastante ao ideário nazifascista, que abominava a luta entre classes, propondo, a seu modo, uma luta entre nações oprimidas e nações opressoras (Konder, 1977: 11, 12). O autor narra a história das relações entre brasileiros e ingleses, denunciando como os segundos teriam pilhado os primeiros. Assim como Gustavo Barroso (1936) em *Brasil, colônia de banqueiros*, o autor apresenta fartos números e tabelas para denunciar a espoliação que o país sofreria. A estratégia de bombardear o leitor com cifras à exaustão era comum aos integralistas que escreviam à luz de Barroso, como João Passos Cabral e Affonso de Carvalho, ambos antissemitas (Vieira, 2012: 73, 103).

#### A. Tenório d’Albuquerque e seu tempo

Lukács observa que, para Engels, os traços pessoais de um personagem ‘só podem ser cientificamente compreendidos quando (...) é delineado o espaço histórico no qual o que é especificamente pessoal (o singular) pode se tornar concretamente eficaz’ (Lukács, 1978: 108-109). Compreendamos primeiramente, portanto, o que

tornou possível a existência de uma figura como Tenório d'Albuquerque, bem como de sua obra de denúncia de um complô judaico-britânico, haja vista que 'nenhum dos mitos políticos se desenvolve (...) no exclusivo plano da fábula, em um universo de pura gratuidade, de transparente abstração, livre de todo contato com a presença das realidades da história' (Girardet, 1987: 51). Recuperemos o imaginário social, a cadeia de símbolos herdados e de representações que constituíam a subjetividade da época do autor, bem como suas motivações, seu público-alvo e o que ele estava fazendo ao proferir esse discurso (Skinner, 2002: 79-98, 102).

A imigração e o nacionalismo xenófobo que ela suscitava figuravam como alguns dos importantes temas dos grandes debates políticos e intelectuais do Brasil nos anos 1930 (Cytrynowicz, 1992: 161-162, 166). Esse afloramento do nacionalismo criou terreno fértil para o antissemitismo, contribuindo para a popularidade de obras desse gênero e gerando uma "epidemia biográfica" de caráter antissemita, e cujos temas repetiam-se de um autor para o outro' (Carneiro, 1988: 378-379). Some-se a isso o fato de que a crise de 1929, ao dificultar as importações, facilitou a circulação de livros nacionais (Levine, 2001: 19).

Essa mesma crise minara a crença no liberalismo econômico e político. No Brasil, esse fenômeno culminou na rejeição do legado da Primeira República, contribuindo para o fortalecimento de um imaginário antiliberal:

O ataque do corporativismo às ideias liberais durante os anos 30 ajudou os trabalhadores a internalizar valores autoritários. Cada vez mais os brasileiros passavam a confiar na burocracia, e não na ação legislativa ou no setor privado, como fonte de mudança e benefícios em troca de docilidade política. (Levine, 2001: 28)

Tenório era grande entusiasta do Estado Novo, tendo escrito livros preparatórios para concursos públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Apesar de ter militado no movimento integralista, proibido por Vargas, o autor seguiu publicando, mostrando que, até 1942, não fora molestado pela censura.

No campo intelectual (Bourdieu, 1992) brasileiro, Tenório era um homem bem relacionado. O prefácio de seu livro *Atentados contra o Brasil* foi redigido pelo General Meira de Vasconcelos, presidente do Clube Militar, e o prefácio de *A Alemanha grandiosa* foi redigido por Gustavo Barroso. Um dos livros que consultamos, que consta do Museu Paulista da USP, traz uma dedicatória assinada pelo próprio Tenório ao Dr. Afonso Taunay, intelectual catarinense. Já *Integralismo, nazismo e fascismo* foi dedicado, entre outros, a Muniz de Aragão, embaixador brasileiro na Alemanha nazista. Tenório também tinha contatos no exterior, sobretudo na Argentina, Chile e Uruguai, onde era membro de grupos de discussões acadêmicas.

Entre suas motivações estavam: denunciar um complô judaico-britânico para dominar as nações, impedir que o Brasil tomasse partido dos Aliados na guerra e lutar contra a ingerência estrangeira no Brasil nos planos político, econômico e cultural. Portanto, seu público-alvo era, além do governo, aqueles que nutriam simpatia pelos Aliados e os indecisos: 'queremos apresentar aos brasileiros indecisos e aos anglófilos, a política inglesa em relação ao Brasil tal



como tem sido' (Albuquerque, 1941B: 20). Atesta-o um documento denunciando que, em janeiro de 1942, em Belo Horizonte, cidade na qual Tenório residia,

no Bar Adolfo discutiam guerra os senhores: Capitão Teixeira e o professor Acir Tenório de Albuquerque juntamente com a família do proprietário do referido bar. Todos partidários do eixo. Em dado momento, o professor Acir T. de Albuquerque mostrou um artigo publicado no 'Estado de Minas', dizendo que os jornais democráticos estavam comprados pelos judeus, pois, só publicavam notícias favoráveis aos democráticos. (José Pereira Silva. 7 de fevereiro de 1942. APM)

## Desperta, Brasil!

A obra na qual encontramos a dedicatória a Taunay é *Escândalo no Morro Velho*, de 1940. Nela, Tenório denuncia a mina de Morro Velho, empreendimento inglês em Nova Lima – MG:

Não escrevemos apenas por anglofobia, sentimento que deve animar quantos prezam a liberdade. É o espírito de nacionalismo, de defesa do Brasil, que nos move. Antes do mais, somos brasileiros e nos orgulhamos de o ser. Como brasileiro, não posso admirar o país que mais espezinhou o Brasil. É uma questão de amor próprio, de patriotismo. (Albuquerque, 1940A: 5)

E sobre a mina em si, lemos:

Um flagelo para milhares de brasileiros – Dantescos são os horrores da Mina de Morro Velho! Torturas sem par sofrem milhares de trabalhadores para que a desmedida ganância judaica dos ingleses seja aplacada, para que alguns britânicos tenham uma existência de dissipação, vivam opulentamente, esbanjando em festins sardanapalescos, na famosa 'CASA GRANDE' de Nova Lima. É uma afronta intolerável à dor dos nossos patrícios! É um ultraje insuportável ao nosso Brasil, que exige uma pronta reação. (Albuquerque, 1940A: 47)

Não se trataria, porém, de um problema de classe, mas de nacionalidade, pois 'Não são apenas os operários, as vítimas dessa intoxicação lenta. Os engenheiros brasileiros que lá trabalham também sentem os seus efeitos. (...) a vida dos escravos brasileiros não merece a menor consideração por parte dos senhores britânicos' (Albuquerque, 1940B: 85). Sua proposta também passa longe da luta de classes, baseando-se em 'Apelar para o espírito patriótico do Presidente da República, para o seu devotado brasileirismo, certo de que o seu sentimento nacionalizador atingirá também a Mina de Morro Velho, talvez a mais importante colônia britânica na América do Sul!' (Albuquerque, 1940B: 87).

Tenório foi leitor dos *Protocolos dos Sábios de Sião* – cuja autenticidade ele dá como 'indiscutível' (Albuquerque, 1941A: 57-58) –, documento forjado na Rússia em fins do século XIX que denunciava uma conspiração mundial judaica, amplamente citado para sustentar seus argumentos. Também leu diversos autores antissemitas como Gustavo Barroso, Henry Ford, Leon de Poncins, Alfred Rosenberg e Werner Sombart. Este último contrapunha o espírito alemão guerreiro ao espírito judaico-britânico, impregnado de materialismo (Herf, 1993: 164). Não por acaso, o imperialismo

britânico figura, na obra de Tenório, como mero instrumento para a consecução dos planos judaicos de dominação.

Após narrar um incidente diplomático entre Inglaterra e Brasil no século XIX, no qual um ministro inglês teria enviado uma carta de teor arrogante a D. Pedro II, o autor comenta:

O nosso Imperador, lendo a carta, ficou muito aborrecido. O Brasil era ainda tão fraco, tão pobre, com tão poucos habitantes! Mas, de repente, erguendo-se, reanimado, como a contemplar o Futuro, exclamou: - 'UM DIA O BRASIL HÁ DE SER GRANDE E PODEROSO! CONFIO NOS BRASILEIROS E NOS SEUS DESCENDENTES'. Oxalá, dentro em breve, possamos contemplar o leopardo [Inglaterra] feito leão empalhado, grotescamente inofensivo! (Albuquerque, 1940A: 13)

Escrevendo quando a Segunda Guerra Mundial já havia estourado, mas antes do ingresso brasileiro, Tenório ironiza as notícias das agências internacionais quando o cenário ainda era favorável ao Eixo:

As agências foram de uma fertilidade prodigiosa em mentiras, sobretudo a Havas, puramente judaica, dirigida por H. Finaly. E o mais curioso é que houve quem lhe desse crédito, tendo como verdadeiras, as notícias referentes às espantosas derrotas dos alemães, que continuavam sempre recuando... para a frente, enquanto os aliados iam avançando... para trás. (Albuquerque, 1941A: 34)

Colecionando uma série de afrontas britânicas ao Brasil (ataques de corsários, tratados comerciais desvantajosos, perseguições aos navios negreiros, Questão Christie), Tenório legitima, se não o ingresso na guerra ao lado do Eixo, pelo menos o distanciamento frente aos ingleses:

Ah! Os ingleses! Os inexoráveis e mais tenazes inimigos do Brasil. Não fora a Inglaterra a oprimir-nos com uma pertinácia doentia, sempre a mostrar-se-nos prepotente e gananciosa, e outra, bem outra, seria a situação do nosso Brasil, teríamos progredido mais, muito mais, não estaríamos endividados, com a nossa economia comprometida. (Albuquerque, 1940A: 14)

E, desafiando os anglófilos, proclama: 'Vamos, anglófilos, ou sejam sinceros e reconheçam o erro lamentável em que incorreram em exaltar o maior inimigo do Brasil em todos os tempos, ou destruam, mas com documentos, sem tergiversações, o que afirmamos' (Albuquerque, 1941B: 21). Comentando a guerra em curso, lança um alerta: 'E dizer-se que, desgraçadamente, alguns brasileiros (?) desejavam a vitória da Inglaterra na atual guerra! Desejar a vitória de quem sempre procurou humilhar o Brasil!' (Albuquerque, 1940A: 12).

O contraste entre Inglaterra e Alemanha é uma constante. Narrando o episódio da Revolta da Armada no qual os ingleses teriam cogitado invadir o Brasil, Tenório escreve:

Vemos aí que, enquanto a Inglaterra trabalhava para ultrajar-nos, promovendo um desembarque de forças em nosso país, como veio a fazer na Trindade, a Alemanha fazia questão, intransigentemente, de respeitar a nossa soberania. (Albuquerque, 1940A: 19)

Desconstruindo a imagem da Inglaterra como paladino da liberdade, o autor desqualifica as pretensões inglesas a barrar o tráfico negreiro no século XIX: ‘É impressionante a confissão de Seeley, reconhecendo que a Inglaterra, alcunhada com injustiça de “defensora da liberdade”, emporcalhou as mãos, endoou-as, praticando horripilantes atrocidades no comércio de escravos’ (Albuquerque, 1941B: 101). Desse modo, ‘a bandeira inglesa serve de mortalha para a liberdade dos países. Basta que seja içada em uma região para que a independência seja um cadáver!’ (Albuquerque, 1941B: 147).

Em *O imperialismo britânico no Brasil* essa desconstrução vem novamente à tona: ‘E ainda há brasileiros que atribuam à Inglaterra o papel de defensora de liberdades!’ (Albuquerque, 1941C: 19). Abomina-se também a participação brasileira na Primeira Guerra, após cuja eclosão os ingleses teriam exigido que o Brasil, então neutro, fornecesse 500 mil fuzis, o que foi negado:

Exasperou-se o velho, velhíssimo leão albiônico, habituado a vencer com o sacrifício dos seus aliados. No auge do seu enfurecimento, a Grã-Bretanha determinou que os nossos agentes bancários em Londres exigissem o pagamento em espécie de ‘duas letras do Tesouro Federal, prestes a se vencerem, no valor de 2 000 000 de libras’. Além disso, vários brasileiros, então na Inglaterra, foram alvo de perseguições atroz. A ‘Gresham Publishing Company’, com autorização do Governo Britânico (!!!) publicou insultos contra a honra da nossa Marinha, etc. Fomos injuriados, e... a nossa Marinha, pouco depois, estava ao lado da inglesa, contra a Alemanha, que se negara a desembarcar forças em nosso país! (Albuquerque, 1941C: 27-28)

Note-se como o autor se refere à Inglaterra como o ‘velhíssimo leão albiônico’, ressaltando o anacronismo e a decrepitude do império inglês em um mundo agitado pela emergência dos movimentos nacionalistas que ele tanto admirava.

É particularmente interessante observar como o discurso do autor repercutiu na Argentina, país com longo histórico de rivalidades com a Inglaterra<sup>3</sup>. Uma correspondência do general argentino Juan Bautista Molina demonstra o apreço do militar pela obra *Opressão britânica*:

Los capítulos que usted dedica en ‘Opressão britânica’ a las Islas Malvinas y a las Invasiones Inglesas testimonian como un mismo sentimiento y una franca solidaridad nos debe unir a todos los sudamericanos para resistir cualquiera hegemonia extranjera. (Juan Bautista Molina. 10 de junho de 1942. APM)

Lamentando não ter tido tempo para ler os exemplares que Tenório enviara de *Opressão britânica* e *A Grã-Bretanha a serviço dos judeus*, o também general argentino Basílio B. Pertiné agradece Tenório pelo envio das obras com dedicatória. Pertiné, profundo admirador do exército prussiano e da Alemanha nazista, assegura que irá manter os volumes ‘em lugar preferente en su biblioteca particular’ (Basílio B. Pertiné. 8 de junho de 1942. APM).

---

<sup>3</sup> Além da questão das Malvinas, temos as fracassadas tentativas inglesas de tomar Buenos Aires em 1806-1807.

A obra que os militares comentaram em suas cartas – *Opressão britânica* – é de 1940. O autor começa listando todas as regiões do mundo sob domínio britânico. Em seguida, desconstrói o estigma do inglês de povo civilizado:

Quando se trata de servilizar os homens, de arrancar-lhes a liberdade, os britânicos, no mais das vezes, não escolhem processos. Todos os meios servem, ainda os mais ignominiosos, os mais bárbaros e mais em desacordo com a civilização. Falsearíamos a verdade e desmentiríamos o ‘bom humor’ inglês, se considerássemos os Senhores Britânicos capazes de selecionar processos de opressão. Nenhum lhes merece repulsa. (Albuquerque, 1940B: 9)

Subvertendo o imaginário latino-americano, que enxergava a Inglaterra como nação civilizada por excelência, Tenório apresenta os ingleses como os verdadeiros bárbaros, dada a violência com que tratavam outros povos. A ideia de que ‘O britânico não pega na enxada nem na vassoura’, limitando-se a ‘explorar o trabalho alheio’ (Albuquerque, 1940B: 16), em muito se assemelha ao estigma do judeu como um ser avesso ao trabalho. Em Tenório, as imagens do inglês e do judeu muitas vezes se confundem, tornando-se quase indissociáveis.

Uma análise sincrônica que investigue ‘a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, em outros ramos ou aspectos de uma cultura’ (Schorske, 1988: 17) nos mostra que essa empreitada de desconstruir a imagem positiva dos ingleses associando-os ao complô judaico não era solitária. Em *Pequena coleção de opiniões a respeito de John Bull*, de 1940, Raphael de Hollanda reúne várias opiniões acerca dos ingleses, todas extremamente negativas. Na epígrafe, o autor reproduz uma frase de Napoleão, que denuncia nos ingleses ‘seu desavergonhado maquiavelismo, sua profunda imoralidade, seu egoísmo frio, seu desprezo pelas relações humanas’ (Napoleão citado por Hollanda, 1940: 3). Em *A propósito dos ‘slums’ londrinos*, ele traça o triste retrato dos cortiços ingleses nos quais ‘fraternizam a miséria, a tuberculose e todos os vícios’. Aqueles que poderiam solucionar esses males seriam seus principais beneficiários: ‘São proprietários de quarteirões inteiros de “slums” altos dignitários da Corte, membros do Parlamento e, também – oh! Os sentimentos dos cristãos! – conspícuas figuras do clero anglicano’ (Hollanda, 1940: 7).

Já Vicente Paz Fontenla, conforme deixa claro no título de seu livro, via a Segunda Guerra como *A lucta entre o ouro e o sangue* – o ouro representado pelos Estados Unidos, Inglaterra e França, submetidos à ‘plutocracia judaica’; o sangue representado pela Alemanha, cujo regime nacional-socialista ‘inspirou e animou o gigantesco esforço com o qual a Alemanha tem provado aos olhos do mundo admirado que soube guardar o mais inestimável dos valores, a sua integridade moral’ (Fontenla, 1941: 11).

Igualmente relevantes para uma análise sincrônica são as obras de outros autores integralistas antisemitas. Affonso de Carvalho, em *O Brasil não é dos brasileiros*, de 1937, incorpora a tese central de Gustavo Barroso em *Brasil, colônia de banqueiros*, de que após 1822 o Brasil teria se submetido ao imperialismo liderado pelo judaísmo. Já Oswaldo Gouvêa denuncia, em *Os judeus do cinema*, de 1935, as

maquinações para difundir valores anticristãos por meio de filmes. A vida imoral dos artistas seria um dos mecanismos para a difusão dessas ideias (Vieira, 2012: 13, 88).

Dado o exposto até aqui, vemos que Tenório não considerava o imperialismo um fenômeno próprio da dinâmica do capitalismo, mas sim uma manifestação tipicamente inglesa. Tanto que ele sequer menciona o imperialismo alemão. Nem mesmo o fato, comentado pelo próprio autor, de os alemães terem assegurado os interesses belgas no Congo – tão imperialistas quanto os britânicos – fá-lo mudar de opinião (Albuquerque, 1940A: 24). Até os *boers*<sup>4</sup> são apresentados como vítimas dos ingleses:

A África Austral Inglesa do Sul foi reunida ao domínio britânico depois de uma terrível guerra de extermínio, de 1899 a 1902. Não foi uma simples guerra de conquista contra negros africanos, sob pretexto civilizador. Não. A região era dominada por brancos, pelos boeres e pelos holandeses, que foram desapiadadamente maltratados. (Albuquerque, 1940B: 19)

‘Não foi uma simples guerra de conquista contra negros’. Como se a guerra contra os negros fosse algo de pouca relevância, destituído da importância que a guerra contra outros europeus possuía. Em seguida, o autor ainda afirma que ‘Os boeres tratam de defender *suas* terras’ (Albuquerque, 1940B: 20 – grifo nosso), passando por cima do fato de que tais terras também foram usurpadas aos povos da região.

Enquanto intelectual ‘que articula os tempos, o passado com o presente e este com o futuro’ (Albuquerque Jr., s/d: s/p), o historiador atual não consegue ler os escritos de Tenório sem inquietações. O circo midiático armado em torno de tragédias na Europa e Estados Unidos, em contraste com o silêncio diante de tragédias na África ou Oriente Médio, nos mostra que a seletividade das denúncias de nosso autor é mais atual do que pensamos. Guerras contra negros sempre serão ‘simples guerras’, da mesma forma que massacres na Síria ou na Nigéria sempre serão notas de rodapé nos jornais.

Mais curiosa do que a ‘simples guerra’ é a passagem, de 1940, na qual o autor considera a Inglaterra ‘a garantidora da integridade da Tchecoslováquia, da Polônia, da Bélgica, da Holanda, da Noruega, da Romênia, etc.’ (Albuquerque, 1940A: 35). A passagem consta de *Escândalo no Morro Velho*, cuja edição por nós consultada foi autografada pelo autor em fevereiro de 1940. Logo, a obra foi publicada em janeiro ou fevereiro, antes de os exércitos nazistas invadirem Noruega, Bélgica, Holanda e Romênia, mas quando já ocupavam Tchecoslováquia e Polônia. Omite-se, mais uma vez, o expansionismo alemão.

Também em *Escândalo no Morro Velho*, lemos que:

Com a mania de considerarem-se seres superiores, os ingleses não respeitam as nossas leis. Confiam no poderio de sua esquadra, possuidora de alguns navios bem interessantes, esplêndidos alvos para os Messerschmits alemães. (Albuquerque, 1940A: 34)

E em mais uma provocação aos ingleses, o autor ironiza o destino das 3200 libras que o Brasil pagou à Inglaterra na Questão Christie:

---

<sup>4</sup> Descendentes de holandeses que se estabeleceram na África do Sul no século XVII.

‘Talvez com os juros das 3.200 libras [a Inglaterra] tenha agora construído abrigos onde, cautelosamente, se enfurnam os seus soldados, quando se aproximam os aviões alemães’ (Albuquerque, 1941B: 138). Não se advoga explicitamente a entrada do Brasil na guerra, mas alimenta-se a esperança de uma vitória do Eixo numa curiosa amálgama entre compensação trans-histórica e compensação transnacional: a Alemanha do século XX vingando o Brasil pelo mal perpetrado pela Inglaterra no século XIX.

Sabemos que o horizonte de expectativas consiste em prefigurar uma situação na qual a experiência do passado e a vivência do presente justificam a esperança positiva de que algo irá acontecer (Koselleck, 2006). O horizonte de expectativas de nosso autor mostrava que torcer pelo Eixo era o mais patriótico, pois era forte a lembrança da Inglaterra como nação opressora e da Alemanha como respeitadora de nossa soberania. Assim, Tenório se vale das relações do Brasil com a Inglaterra e a Alemanha no passado para legitimar uma tomada de posição no presente.

A obra *Desperta, Brasil!* demonstra uma preocupação especial com a situação interna do país. Contrasta-se o que o Brasil era com o seu potencial:

A nossa independência passou a ser um mito. Não temos emancipação econômica. Somos um país endividado, cujas atividades estão condicionadas ao capitalismo estrangeiro. Vivemos na dependência do estrangeiro e, em 7 de Setembro, festejamos a nossa... independência, envoltos nos sorrisos irônicos dos nossos credores... (Albuquerque, s/d: 9)

*Desperta, Brasil!* não possui data, mas foi escrita após a instauração do Estado Novo. O autor rasga elogios à Constituição de inspiração fascista de 10 de novembro de 1937 que fechou o Legislativo, cancelou as eleições e concentrou poderes nas mãos do Executivo. Expressando o imaginário político dos anos 1930, o autor afirma que o Congresso fechado reunia ‘um grupete de despejadores de discursseiras inócuas, Cíceros de fancaria, Demóstenes carnavalescos, Mirabeaux de batizados suburbanos’ (Albuquerque, s/d: 184-185). Ademais:

Sob o influxo do patriotismo do Dr. Getúlio Vargas e da ação notavelmente brasileira do Integralismo, surge um Brasil novo, grandioso, florescente, um Brasil em que o verde de nossas esperanças patrióticas há de confundir-se com o verde do esplendor de nossas florestas na exuberância do seu tropicalismo sem par. (Albuquerque, s/d: 12)

Apesar do fechamento da AIB, Tenório continuou acreditando em uma aliança entre integralistas e Vargas. A imprensa integralista também. Após o golpe, o *Acção*, importante periódico integralista, referia-se ao movimento como ‘ex-integralismo’, ao mesmo tempo em que apoiava Vargas (Barbosa, 2007: 183, 184). Mesmo em *Desperta, Brasil!*, Tenório só fala de integralismo nas páginas iniciais. Depois, fala apenas em um ‘movimento altamente patriótico’ (Albuquerque, s/d: 176).

Assim, nossa resposta à pergunta sobre as motivações do autor precisa ser complementada. No que tange à relação com o campo de poder (Bourdieu, 1992), Tenório estava tentando se acomodar diante

do rearranjo de forças no cenário político, não só porque era um integralista, mas também porque, antes do Estado Novo, havia tecido críticas ao processo que conduziu Vargas ao poder: ‘A Revolução de 30 não atingiu o seu objetivo. (...) O que vimos foi quase que apenas o escorraçamento de pessoas dos empregos para dar lugar a outras destituídas de tirocínio, cujo mérito foi ter posto um lenço vermelho no pescoço’<sup>5</sup> (Albuquerque, 1937: 130).

Outro exemplo de embate com o campo de poder diz respeito às dificuldades do autor em disponibilizar suas obras nas livrarias de Belo Horizonte, graças à resistência de muitos livreiros: ‘Livros patrióticos de brasileiros não são vendidos por livrarias do Brasil, para não desgostar os ingleses! Desde quando isto aqui é colônia britânica?’ (Albuquerque, 1941A: 28). Isso porque um dos livros que o autor não estaria conseguindo expor era *Escândalo no Morro Velho*, que denunciava o empreendimento inglês.

Em um dos panegíricos a Vargas, nosso autor demonstra como o integralismo também tinha um apelo racial, propugnando a ‘formação de uma homogeneidade racial e étnica da população, através do caldeamento racial e cultural, resultando no almejado predomínio da raça e cultura brancas’ (Cruz, 2004: 276). Após descrever as condições lastimáveis em que viviam os trabalhadores em Morro Velho, escreve: ‘É sobremodo estranhável que tal suceda justamente num período em que o espírito patriótico do Dr. Getúlio Vargas tanto se interessa pelo nosso aprimoramento racial, com tanto desvelo cuida da eugenia e do robustecimento do nosso povo’ (Albuquerque, 1940B: 78-79).

O discurso do autor estava em sintonia com o imaginário dos anos 1930, no qual ‘o debate sobre a constituição biológica do homem brasileiro ganhou espaço, colocando em pauta o conceito de degeneração racial’. Assim, intelectuais e cientistas ‘tentaram pensar numa identidade para o Brasil que simbolizasse a fusão entre o nacional, o cultural e o racial’, passando pela proibição dos imigrantes ‘indesejáveis’, notadamente negros, orientais e judeus. (Carneiro, 2012: 251-252).

‘Metáforas roubadas’ à medicina davam o tom aos debates. Vírus, contágio, epidemia, bactéria e contaminação foram alguns dos termos usados para referir-se aos inimigos (Carneiro, 2012: 251-252). Assim, para Tenório, ‘O Integralismo é o povo brasileiro incontaminado que marcha impávido para uma vitória certa, que será o maior triunfo do Brasil!’ (Albuquerque, 1937: 133).

Ao louvar o regime fascista italiano, o tema do aprimoramento racial vem novamente à tona:

Mussolini sabe que só são fortes os países de população forte e empenhou-se no robustecimento do seu povo, retirando os seus compatriotas dos lupanares, dos focos de perversão, dos meios corruptores em que os homens se animalizam, sob a ação aniquilante de vícios, para encaminhá-los em direitura aos centros esportivos, para vigorizá-los, dar-lhes um estado hygido compatível com as exigências do momento (...) (Albuquerque, 1937: 103-104)

O autor elenca justamente a questão racial para enfatizar a singularidade do integralismo:

---

<sup>5</sup> Referência à vestimenta dos tenentes, uma das bases de apoio de Vargas.

Ainda não temos o nosso tipo étnico definitivo, que será o amálgama de vários tipos assaz diversos, com a intercorrência de um fator quiçá preponderante: o ambiente. O tipo alemão, sujeito, é claro, a cambiantes mesológicos, já está formado, as suas tendências já estão caracterizadas. Como consequência, o Integralismo, em absoluto, não podia trazer à liça a questão racial, que é um dos pontos essenciais do Nazismo. (Albuquerque, 1937: 85)

Não obstante, ‘Assim como o Nazismo trouxe como consequência o ressurgimento esplendoroso da Alemanha, tornando-a forte e prestigiosa, o Integralismo fará a grandeza do Brasil’ (Albuquerque, 1937: 90).

Voltando a *Desperta, Brasil!*, vemos como o autor rompe com o discurso conservador da Primeira República, pautado pela defesa da vocação agrária do Brasil:

Precisamos cogitar da industrialização, da transformação da matéria prima em produção fabril. Limitar-nos a exportar a matéria prima é como que uma confissão tácita e vergonhosa da nossa incapacidade em modificar aquilo que arrancamos do solo.

(...)

Restringir-nos a incentivar a nossa exportação da matéria prima, somente semilibertar-nos-íamos do capitalismo estrangeiro. Os industriais estrangeiros comprar-nos-iam maior quantidade de matéria prima, mas continuariam a vender-nos a sua produção, prosseguiriam auferindo pingues proventos mercadejando com o Brasil. (Albuquerque, s/d: 41-42)

Note-se a constante associação do capitalismo ao estrangeiro, como se ambos se confundissem. Mas um estrangeiro em especial se salva dessas críticas: Henry Ford, o famoso empresário norte-americano declaradamente antissemita:

Foi preciso que Henry Ford nos estendesse a mão amparadora e se assenhoreasse de parte do território nacional para beneficiá-lo, soerguer a borracha, aumentar-lhe a produtividade e valorizá-la, impulsionando notavelmente o progresso em uma região até então inculta. A prosperar sem descontinuação, a Fordlandia apresenta-nos um convincente aspecto de progresso. (Albuquerque, s/d: 51)

É interessante observar como o autor coloca o Brasil no mesmo patamar das possessões inglesas:

Infelizmente, brasileiros há que, por inépcia ou por venalidade, aplaudem os senhores britânicos que vivem em Nova Lima como em qualquer outra colônia do vastíssimo império britânico, prestes a desagregar-se. E os há, também, que se acamarilham com os ingleses da Mina de Morro Velho, que, com eles, se mancomunam despudoradamente. (Albuquerque, 1940A: 34)

Também busca associar a luta afro-asiática pela independência à luta antissemita, endossando as denúncias de M. G. Batault de uma maciça presença judaica no comércio de ouro e diamantes, na metalurgia, na indústria cervejeira, na iluminação, nos setores de gás, petróleo e armamentos das colônias asiáticas e africanas (Albuquerque, 1941A: 14-16). Aqui está um dos grandes trunfos do



mito do complô: fazer com que ‘todos os fatos, qualquer que seja a ordem a que pertençam, [achem-se] reduzidos, por uma lógica aparentemente inflexível, a uma mesma e única causalidade, a uma só vez elementar e todo-poderosa’ (Girardet, 1987: 55).

Sabemos, porém, que, diferente da Ásia, no Brasil ‘os imperialistas europeus, logo em seguida também os norte-americanos, encontraram (...) uma civilização e uma cultura em essência análogas às deles, pois eram da mesma origem’ (Prado Jr., 1966: 183). Assim, Tenório precisou agarrar-se a elementos que nos singularizavam diante do estrangeiro, encontrando-os na erva-mate e no pirarucu:

Por que, impatrioticamente, se organizam tantos chás dançantes, fazendo-se propaganda de um produto estrangeiro, e põe-se à margem, inferiorizando-o, um dos principais produtos brasileiros [a erva-mate]?

É evidente a falta de brasilidade, de nacionalismo. Nas confeitarias elegantes do Rio e de São Paulo, vendem xícaras de chá, mas não fornecem xícaras de mate.

Um grande produto brasileiro, combatido nas duas maiores cidades do Brasil!!! (Albuquerque, s/d: 78)

Em todos os restaurantes da nossa capital, come-se bacalhau diariamente, mas o pirarucu, peixe brasileiro, é inexistente. No sul do Brasil, é totalmente desconhecido o pirarucu, ao passo que todos conhecem o bacalhau, produto advena.

(...)

Aí vemos, uma vez mais, um produto nacional indefesamente sacrificado por um produto estrangeiro e, o que é pior ainda, com impatriótica cumplicidade nossa, que não procuramos comer o peixe amazonense e ingerimos, não raro, uma bacalhoada à... portuguesa. (Albuquerque, s/d: 81, 82-83)

Essa busca pela singularidade do Brasil foi fruto de um mal-estar comum a muitos intelectuais. Cada um tentou superá-lo à sua maneira. Os românticos se agarraram a um índio idealizado. Gilberto Freyre exaltou a mestiçagem. Sérgio Buarque de Holanda destacou a cordialidade. Até Policarpo Quaresma, o irreverente personagem de Lima Barreto, foi vítima dele, chegando ao paroxismo de defender a oficialização do tupi-guarani como idioma nacional (Barreto, 1970). E foi esse mal-estar que levou Tenório a empunhar a erva-mate e o pirarucu...

A própria identificação do judeu com o imperialismo era, a nosso ver, uma maneira de curar esse mal-estar. Atribuir o imperialismo ao europeu de quem descendíamos era problemático. Atribuí-lo ao judeu, suficientemente estigmatizado como estranho e hostil, fazia muito mais sentido. Diante do fato de que ‘As origens e a formação histórica do Brasil (...) têm suas raízes e sua força motriz, e até mesmo sua constituição demográfica, naquele próprio continente onde se situariam os centros do imperialismo’ (Prado Jr., 1966: 100-101), o judeu foi uma figura fundamental para superar o mal-estar de um autor que, ao olhar-se no espelho e ver que o imperialismo estrangeiro tinha quase a mesma feição que a sua, precisou diferenciar dominadores de dominados. O judeu, por ser ‘um Outro que pode ser reinventado para dar conta das diferenças e contradições sociais, um Outro a partir de cuja exclusão se organiza um partido, uma ideologia, um Estado’ (Cytrynowicz, 1992: 35), cumpriu bem esse papel.

O imperialismo britânico, portanto, era atribuído, em última instância, ao judeu. A Inglaterra teria sido a única a não tomar providências contra esse mal. Tendo em vista que ‘manejam o público a seu bel prazer, fomentando ódios, arrastando os povos a guerras, das quais são os maiores beneficiários’, os judeus ‘vendem armas, provocam guerras mas... não combatem’ (Albuquerque, 1941A: 48, 17). Suas armas seriam as finanças e a imprensa:

Já afirmam, pois, os judeus que dispõem da imprensa, que ela lhes caiu nas mãos, que a dominam e a manejam, portanto. Em numerosos países já eles se assenhorearam da imprensa tanto assim que os jornais não os atacam, não discutem a questão judaica, silenciam quando aparece um livro que exponha sinceramente a ação da maioria dos hebreus, são contra a Alemanha porque o Nacional Socialismo restringiu o poder dos judeus, mas se esquecem do que os judeus fizeram com os cristãos na Rússia... etc. (Albuquerque, 1941A: 27-28)

Um dos periódicos nas mãos dos judeus seria o *The Times*, que ‘várias vezes investiu contra o Brasil. Em 1845, quando se debateu o ultrajante bill Aberdeen, chegou a negar-nos direitos de soberania, achando que a Inglaterra podia apresar navios brasileiros em nossos portos!’ (Albuquerque, 1941A: 63). Ademais, o embaixador britânico no Brasil nos anos 1860, William Douglas Christie,

em todas as suas atitudes hostis ao Brasil (...) foi apoiado por lorde John Russell, Ministro do Exterior da Inglaterra. Lorde Russell era manejado pelos judeus, basta dizer-se que, em 1858, ele propôs que fossem excluídas do juramento dos deputados, as palavras ‘on the true faith of a christian’, a fim de que os israelitas pudessem ingressar no Parlamento (Albuquerque, 1941C: 18-19)

A escrita do autor assume tom caricato ao criticar o ‘bacharel’, popularmente conhecido como aquele cidadão arrogante que exercia, de forma incompetente, funções para as quais não estava preparado (Dutra, 2005): ‘Quanto rapaz carrega inutilmente um anel quando poderia, utilmente, manejar uma enxada! Anualmente, a nossa produção de médicos, advogados e engenheiros é superior ao consumo. A praça já está abarrotada’ (Albuquerque, s/d: 134). E, apelando mais uma vez à sua fina ironia:

Para trabalhar em jornais e em repartições públicas, já superabundam os advogados que enxameiam por aí, os médicos existentes bastam para passar atestados de óbitos, com a nova ou com a velha grafia, caprichando bastante para que a letra saia pavorosa, o que é ridiculamente sinal de competência. Aqui só é bom médico quem tem letra horrível. (Albuquerque, s/d: 137)

Graças à multiplicação das instituições de ensino superior durante a Primeira República, nos anos 1930 o país assistiu a um fenômeno inédito: o diploma de nível superior deixava de ser elemento de distinção social. Essa saturação de ‘bacharéis’ desencadeou uma disputa acirrada entre os intelectuais (Miceli, 2001: 118, 119). Assim, ao mandar os bacharéis ‘manejarem uma enxada’, o autor certamente estava protagonizando as disputas no interior do campo intelectual (Bourdieu, 1992) na tentativa de assegurar seu lugar.

A classe política é elencada, junto com os bacharéis, como parte do legado maldito da Primeira República. Num assomo de ódio e preciosismo, Tenório proclama:

Esses politikeiros sem decoro nem patriotismo não podem prosseguir em sua ação dissolvente, caftinizando-nos! Cumpre esvurmá-los. Urge escorraçá-los, vapuleá-los, zurzi-los, vergalha-los, zupá-los, azorrage-los, vergastá-los, taganteá-los, chicoteá-los, relhá-los! (Albuquerque, s/d: 177-178)

Não demoraria muito para que as obras de Tenório atraíssem suspeitas das autoridades. Em julho de 1942, o delegado de ordem pública, escrevendo ao major chefe de polícia, relatou ter feito buscas na residência do autor, mas minimiza os resultados:

Apenas, colhi as cartas que seguem junto às suas declarações, telegramas e uma revista, que provam que as obras de sua autoria foram disseminadas em época anterior à atual situação do País em face do conflito internacional, sendo certo que suas obras foram recebidas sem oposição. (Domingos Henriques Carlos da Silva. 25 de julho de 1942. APM)

O Brasil declara guerra ao Eixo em 31 de agosto de 1942. No dia 18, Tenório foi enviado para a Casa de Correção, sendo transferido para a penitenciária de Neves três dias depois. O mesmo documento comunica que em maio de 1942 ele esteve ‘Envolvido nos movimentos de 12 e subsequentes’, referência a inquéritos realizados com ex-integralistas de Belo Horizonte naquele mês (25 de setembro de 1942. APM).

1942 representa, assim, um ponto de inflexão para o autor. O torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães deixou Tenório em situação difícil. Todo o patriotismo, o espírito de sacrifício e abnegação aos quais o autor exortava foram insuficientes para impedir que ele fosse investigado por ‘atividades antibrasileiras’, conforme consta de documento que o acusava de manter contatos com forças do Eixo na Argentina (Te. Cel. Juvêncio Corrêa de Araújo. 20 de julho de 1942. APM).

Em documento da Delegacia de Ordem Pública, lemos que Tenório d’Albuquerque, ao ser fichado como simpatizante do nazismo em 1942, ‘declarou ser nacionalista e que, em face da Guerra do Brasil com a Alemanha, estava disposto a lutar contra os inimigos de seu país, fossem alemães ou americanos’ (João Luís Alves Valladão. 29 de abril de 1946. APM). Diante da ‘guerra errada’ contra a Alemanha, renegava assim o professor carioca seus libelos germanófilos que com tanto ardor redigira – seja porque finalmente se dera conta de que o Terceiro Reich nunca fora comprometido em salvar ninguém das garras do ‘leão albiônico’, seja porque queria apenas se defender da repressão política.

A total falta de compromisso nazista com essa pauta não poderia ser melhor explicitada do que na seguinte passagem de Hitler: ‘Como um racista que julga a humanidade pelo critério da raça, não posso admitir que se acorremem os destinos de uma nação às chamadas “nacionalidades oprimidas”, desde que, racialmente, elas são de insignificante valor’ (Hitler, 2005: 487). Isso passou despercebido a Tenório, a despeito de sua visita à Alemanha nazista nos anos 1930 e

de seus dois livros sobre o país e o *Führer: A Alemanha grandiosa e Hitler: longo estudo da personalidade de Adolf Hitler*<sup>6</sup>.

Era esse o *triste fim de Tenório d'Albuquerque* enquanto intelectual pró-Eixo, tão triste quanto o de Policarpo Quaresma. Ambos agarraram-se a metonímias brasileiras: tupi-guarani, erva-mate, peixes amazonenses; ambos se viram na mira dos governos aos quais tanta lealdade demonstraram: Policarpo fuzilado a mando de Floriano Peixoto e Tenório preso pelo Estado Novo; ambos lamentaram seus destinos, haja vista o quanto haviam se batido pelos interesses da nação.

Tenório ainda viveria muito após o Estado Novo, publicando obras sobre a maçonaria, da qual se mostrou profundo admirador, apesar de seu passado integralista e de sua admiração por Gustavo Barroso, escritor antimacônico. Mas sua aventura patriótica acabaria de forma melancólica, com os navios de seu amado país afundados pela já não tão amada Alemanha.

### Considerações finais

Dado o exposto até aqui, pensamos que as obras de Acir Tenório d'Albuquerque analisadas constituíram-se em libelos anti-imperialistas quando o próprio combate ao imperialismo ainda não era uma ideia consolidada no imaginário nacional. Segundo Caio Prado Jr.:

As origens e a formação histórica do Brasil, em flagrante e profundo contraste com os países da Ásia, têm suas raízes e sua força motriz, e até mesmo sua constituição demográfica, naquele próprio continente onde se situariam os centros do imperialismo, a saber, a Europa. Evoluímos e nos desenvolvemos à sombra e ação da mesma civilização e cultura daqueles países que em nossos dias assumiriam a posição imperialista. Essas circunstâncias evidentemente nos colocam em situação bem distinta de países e povos, como os asiáticos, onde o imperialismo se propôs em frente a sociedades que se tinham constituído à parte inteiramente dos imperialistas. (Prado Jr., 1966: 100-101)

Sendo assim, a identificação do imperialismo com o judeu permitia a nosso autor, ainda que de forma inconsciente, resolver o dilema de discursar contra o imperialismo a partir da América Latina. Tendo em vista a íntima ligação do Brasil com seus opressores, identificar o inimigo imperialista no judeu era uma ótima forma de superar esse dilema. No momento em que Tenório escrevia, a noção de anti-imperialismo ainda dava seus primeiros passos no Brasil. Assim, a anglofobia e o antissemitismo ajudaram a guiar esse discurso anti-imperialista quando ele ainda tateava no escuro.

Por fim, constatamos que a obra de Tenório d'Albuquerque constitui um exemplo formidável de *historia magistra vitae*, já que ele se vale da história do Brasil, sobretudo no século XIX, para justificar o apoio ao Eixo na Segunda Guerra.

'Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude' (Koselleck, 2006: 310) são elementos que constituem o horizonte de expectativa. Em Tenório, essa esperança e esse desejo eram os de ver a Inglaterra

---

<sup>6</sup> Dada sua importância, a primeira obra mereceria um estudo à parte. Não localizamos a segunda obra.

derrotada na guerra pelos alemães, assegurando a libertação dos povos do jugo do imperialismo judaico-britânico.

## Referências bibliográficas

- Albuquerque Jr., D. M. de. O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: *Revista eletrônica tempo presente: rede de estudos do tempo presente*. [WWW document]. URL: [http://tempopresente.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4973:o-tecelao-dos-tempos-o-historiador-como-artesao-das-temporalidades&catid=36&Itemid=127](http://tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4973:o-tecelao-dos-tempos-o-historiador-como-artesao-das-temporalidades&catid=36&Itemid=127) [acesso em 06 de junho de 2015].
- Barbosa, J. R. (2007) *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)*. Dissertação de mestrado não publicada, Unesp, Marília.
- Barreto, L. (1970) *Triste fim de Policarpo Quaresma: romance*. 8. ed. Brasiliense: São Paulo (Obras de Lima Barreto, 2).
- Bourdieu, P. (1992) Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. Editora Perspectiva: São Paulo (Ciências Sociais).
- Carneiro, M. L. T. (2012) Metáforas roubadas à doença: particularidades do discurso racista. In: Carneiro, M. L. T.; Monteiro, Y. (orgs). *As doenças e os medos sociais*. Editora Fap-Unifest: São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1988). *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração - 1930-1945*. Brasiliense: São Paulo.
- Cruz, N. R. (2004). *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Cytrynowicz, R. (1992). *Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Dutra, E. de F. (2005). *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier – 1903-1914*. UFMG: Belo Horizonte.
- \_\_\_\_\_. (1997). *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Ed. da UFRJ: Rio de Janeiro; Ed. da UFMG: Belo Horizonte.
- Girardet, R. (1987). *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras: São Paulo.
- Konder, L. (1977). *Introdução ao fascismo*. Graal: Rio de Janeiro.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Contraponto, PUC-Rio: Rio de Janeiro.
- Levine, R. (2001). *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Lukács, G. (1959). O particular à luz do materialismo dialético. In: \_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Editora Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro.

- Miceli, S. (2001) Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. Companhia das Letras/Fundação Biblioteca Nacional, 2001: São Paulo.
- Prado Jr., C. (1966) *A revolução brasileira*. 2ª edição. Brasiliense: São Paulo.
- Rago Filho, A. (1989) *A crítica romântica da miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Schorske, C. E. (1988). *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. Tradução de Denise Bottmann. Companhia das Letras: São Paulo.
- Skinner, Q. (2002) *Visions of politics: regarding method*. Volume 1. Cambridge University Press: Cambridge, U.K.; New York.
- Trindade, H. (1974) *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Difusão Europeia do Livro: São Paulo.
- Vieira, N. C. D. (2012) *Além de Gustavo Barroso: o antisemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Fontes – Arquivo Público Mineiro (APM), Polícia Política (1927 a 1982)

25 de setembro de 1942. Documento datilografado em papel timbrado do Serviço Público do Estado de Minas Gerais. Título: Arcy Tenório de Albuquerque, pasta: 5417, rolo: 095, data: junho 1942 – agosto 1949, documento 15A. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2006](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2006) [Acesso: 20 de novembro de 2015].

Basílio B. Pertiné. Carta. 8 de junho de 1942. Título: Arcy Tenório de Albuquerque, pasta: 5417, rolo: 095, data: junho 1942 – agosto 1949, documento 16. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2007](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2007) [Acesso: 20 de novembro de 2015].

Domingos Henriques Carlos da Silva. Informação de diligência. 25 de julho de 1942. Título: Arcy Tenório de Albuquerque, pasta: 5417, rolo: 095, data: junho 1942 – agosto 1949, documento 26. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2017](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2017) [Acesso: 20 de novembro de 2015].

João Luís Alves Valladão. Carta datilografada da Delegacia de Ordem Pública. 29 de abril de 1946. Título: Arcy Tenório de Albuquerque, pasta: 5417, rolo: 095, data: junho 1942 – agosto 1949, documento 5. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=5417&imagem=1996](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5417&imagem=1996) [Acesso: 20 de novembro de 2015].

José Pereira Silva. Documento datilografado. 7 de fevereiro de 1942. Ordem de serviço [Serviço de Investigações da Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais]. Título: Capitão Antônio Teixeira dos

Santos, pasta: 2625, rolo: 037, data: janeiro 1938 – agosto 1942, documento 4. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=2625&imagem=1489](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=2625&imagem=1489) [Acesso: 20 de novembro de 2015].

Juan Bautista Molina. Carta. 10 de junho de 1942. Título: Arcy Tenório de Albuquerque, pasta: 5417, rolo: 095, data: junho 1942 – agosto 1949, documento 15B. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2006](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2006) [Acesso: 20 de novembro de 2015].

Te. Cel. Juvêncio Corrêa de Araújo. Ofício datilografado em papel timbrado do Ministério da Guerra solicitando verificação de atividades antibrasileiras. 20 de julho de 1942. Título: Arcy Tenório de Albuquerque, pasta: 5417, rolo: 095, data: junho 1942 – agosto 1949, documento 25. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2016](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5417&imagem=2016) [Acesso: 20 de novembro de 2015].

#### Fontes – Obras de Tenório d’Albuquerque

- (1941A) *A Grã-Bretanha a serviço dos judeus*. Gráfica Labor: Rio de Janeiro.
- (1941B) *Atentados contra o Brasil*. Gráfica Labor: Rio de Janeiro.
- (s/d) *Desperta, Brasil!* Schmidt: Rio de Janeiro.
- (1940A) *Escândalo no Morro Velho*. 2ª edição. Gráfica Labor: Rio de Janeiro.
- (1941C) *Imperialismo britânico no Brasil*. Gráfica Labor: Rio de Janeiro.
- (1937) *Integralismo, nazismo e fascismo: estudos comparativos*. Ed. Minerva: Rio de Janeiro.
- (1940B) *Opressão Britânica*. Rio de Janeiro.

#### Demais fontes

- Barroso, G. (1936) *Brasil, colônia de banqueiros: história dos empréstimos de 1824 a 1934*. 5ª edição. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Fontenla, V. Paz. (1941). *A lucta entre o ouro e o sangue: complemento à edição de janeiro de 1941*. Rio de Janeiro.
- Hitler, A. (2005). *Minha luta*. 5ª edição histórica. Tradução de Klaus Von Puchen. Centauro: São Paulo.
- Hollanda, R. de. (1940). *A propósito dos “slums” londrinos*. Casa Riedel: Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (1940) *Pequena collecção de opiniões a respeito de John Bull*. Casa Riedel: Rio de Janeiro.

# Operações de memória e identidade étnica: a musealização da imigração alemã no Rio Grande do Sul

Daniel Luciano Gevehr  
Marlise Regina Meyrer  
Rosane Marcia Neumann

## Abstract

The objective is to discuss the German immigration museums in Rio Grande do Sul as places of memory. As spatial area, working with a sample of institutions located in different state colonization zones. Museums are dynamic spaces for the formulation of cultural heritage of their communities and operating in the field of memory and taking these spaces as places of memory, where the community elects its symbols and their memories are materialized and begin to store representations of own social group that produced them. The study refers to three spaces: the Museum Visconde de São Leopoldo, located in São Leopoldo; the Municipal Museum Adolfo Evaldo Lindenmeyer in Sapiranga; and the Anthropological Museum Director Pestana, located in Ijuí. We alert especially for expography of museums, therefore, convey and disseminate representations of ethnic identity linked to the German immigration in Southern Brazil.

**Keywords:** Memory and Heritage. Museums. German immigration.

## Considerações iniciais

Entende-se o museu como um espaço de preservação – e difusão – *de narrativas visuais*, que se expressam através da sua expografia e das diferentes ambiências. Essas, por sua vez, revelam através de seus arquivos – constituídos de objetos, documentos, imagens e um vasto repertório de fontes – representações sobre a história do processo de imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, os museus de imigração merecem destaque em nossa investigação, uma vez que esses se apresentam como um importante espaço de diálogo permanente entre as diferentes formas de escrita sobre o passado – ou as narrativas produzidas sobre esse passado através da expografia museológica – nas comunidades nas quais a etnicidade, nesse caso germânica, e a valorização daquilo que se considera como *sendo do lugar*, aparecem de forma mais expressiva (cf. Paiva, 2014).

Seguindo esse propósito, estabeleceu-se como recorte espacial os museus de história da imigração alemã localizados em regiões coloniais do Vale do Sinos e Noroeste Colonial, que assim se configuram como parte da produção visual sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Nesse caso, interessa compreender em que medida as *narrativas visuais* (Burke, 2004) presentes nas exposições museológicas ligadas à imigração alemã – tendo clara a ideia de que cada narrativa procura difundir uma dada história a partir de seu contexto de produção – presentes nesses *espaços museológicos*



(Possamai, 2010), imprimem no meio social diferentes representações sobre a história da imigração alemã no sul do Brasil.

Os recortes e seleções, presentes nos seus acervos museológicos, materializam e externalizam o trabalho envolvido na afirmação de uma memória, perpassada pela subjetividade dos sujeitos envolvidos, determinando *a memória* a ser mostrada e reforçada, e *a memória* a ser invisibilizada, e no limite, esquecida. Nesse processo de manipulação da memória, prevalecem os interesses de diferentes grupos sociais, e essas representações e narrativas visuais muitas vezes são lidas como *verdades absolutas* pelos frequentadores desses espaços.

### Os museus e seus objetos: as operações no campo da *memória* e da *identidade*

Na perspectiva de interpretar os *museus* (Poulot, 2013) como elementos de legitimação de determinadas representações sobre a história dos alemães no sul do Brasil, procura-se realizar uma leitura crítica sobre a criação desses *espaços*, com o propósito de compreender os museus *como portadores e reprodutores de mecanismos de memória* (Pollack, 1989), que operam a partir da criação/seleção de *ambiências* (Meneses, 2013), bem como a difusão de *imagens e representações* (Jodelet, 2001) que expressam uma história sobre a imigração alemã.

Salienta-se que o presente estudo está ancorado nas discussões contemporâneas sobre os *elementos simbólicos* (Bourdieu, 2001), presentes nesses *lugares de memória* (Nora, 1993; Sutton, 2012) *da imigração alemã*. Na complexa engrenagem que opera a produção desse patrimônio, é preciso considerar as possíveis relações entre as categorias de *patrimônio cultural, de identidade étnica e do papel da educação patrimonial no fazer pedagógico*.

Logo, é perceptível nesses espaços de reprodução da memória, uma forte preocupação com a expressão e afirmação de representações associadas à identidade étnica. Essa perspectiva é fundamental em nossa análise, uma vez que os traços identitários se materializam nas *representações presentes nos museus* (Borges, 2011), através da produção de suas exposições permanentes e temporárias, que revelam objetos e coleções que evidenciam a identidade do grupo representado. Entende-se identidade, conforme Candau, como “uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro”, onde a memória – *elemento indispensável da construção da identidade de uma comunidade* – é “uma construção continuamente atualizada do passado, mais do que uma construção fiel do mesmo” (Candau, 2012: 9).

Nessa perspectiva, compreendemos os museus da imigração alemã como (re)produtores de *memória* (Le Goff, 2003) da imigração na região em que se encontram, uma vez que esses espaços desempenham uma tarefa de perpetuação e ressignificação dessa memória sobre os imigrantes. Essa memória, por sua vez, pode revelar *escolhas e enquadramentos da memória* (Pollack, 1989)

sobre os grupos que as produzem, definindo inclusive aquilo que deve – ou pode – ser mostrado na expografia dos museus.

Cabe ainda trazer à tona a discussão acerca das *produções simbólicas* (Bourdieu, 2001) que se fazem presentes nos museus, uma vez que as exposições nem sempre “falam” simplesmente através da materialidade de seus objetos, mas também de sua disposição na expografia e através do contexto ideológico e até mesmo iconográfico em que estão inseridos. Os museus podem, assim, ser compreendidos como manifestações simbólicas, que falam de forma direta ou indireta, carregados de subjetividade – podendo ser lidos como um texto, uma narrativa sobre o passado – sobre o lugar e sobre os grupos sociais responsáveis pela sua produção, num processo que envolve um campo de *lutas simbólicas* (Chartier, 2002), no qual a imposição de determinadas *representações sobre o passado* (Bourdieu, 2001) sofrem – necessariamente – *a seleção* daquilo que deve ser preservado e representado nos espaços sociais. Buscando aprofundar a leitura crítica sobre esses espaços, retomamos Chartier (2002), que aponta para as inúmeras possibilidades de *leitura de um símbolo*, nos fazendo refletir que este símbolo não é “lido” de uma única maneira. Segundo ele, existem diferentes formas de interpretação de um *símbolo*, sendo que sua leitura está diretamente vinculada ao contexto no qual o observador está inserido.

Os museus são também espaços de comunicação, sendo a narrativa fundamental na (re)elaboração da memória, na (re)construção e fixação das identidades. Para Ricoeur (2007), a relação entre a memória individual e coletiva se dá através da narrativa, construída sobre as experiências vividas. A memória funda-se na linguagem, que se torna a portadora da memória, fortalecida através das narrativas coletivas. Neste aspecto, a memória narrada nos museus históricos constitui-se numa forma específica de narrar o mundo, através de representações do real a partir da memória, sendo que o seu significado depende do tipo de relações que o museu estabelece com a comunidade e a sua memória.

A narrativa da memória realizada nos museus históricos a partir dos objetos é feita através das exposições, essência da linguagem museológica, cuja vantagem sobre o discurso historiográfico, fundamentalmente verbal, é a diversidade e pluralidade que os objetos materiais visuais possibilitam. Já Menezes (1994: 22) não concebe o museu como narrativa, mas atribui às exposições seu caráter fundamental, que define “como convenção visual, organização de objetos para produção de sentido”.

O museu, portanto, constrói e comunica sentidos a partir da exposição de seu acervo. A equipe de profissionais que atua no museu organiza as exposições pautada em seu acervo em determinado espaço, seguindo uma lógica e conceitos por eles elaborados, construindo representações e/ou interpretações sobre um determinado contexto histórico. Nesse sentido, consideramos que as exposições são a principal forma de mediar a relação entre o público e o patrimônio material ali exposto, o que nos leva a pensar sobre os processos de patrimonialização dos objetos, processo este ligado a identidade do grupo (comunidade, nação, classe...) que a Instituição (museu) pretende representar. Devemos considerar que as *representações sociais* (Jodelet, 2001) expressam parte dos sentimentos e das ideologias dos grupos que as forjam e definem

ainda os objetos eleitos para representá-los. Por sua vez, estas definições partilhadas – e que nesse caso se materializam nos espaços museológicos das comunidades teuto-rio-grandenses – constroem uma visão pretensamente consensual da realidade.

Vinculando as discussões sobre museu com seu campo de produção e apropriação por parte das comunidades locais, é importante lembrar que os museus de imigração exercem papel social como *lugares de memória*, na acepção de Nora (1993: 25), para quem a “*memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos*”. Nesse jogo de relações, trata-se de espaços socialmente construídos, constituindo-se por mecanismos daquilo que Halbwachs (2004) chamou de processo de *perpetuação da memória*, visto que os lugares de memória atuam na construção da *memória coletiva*, sendo que os lugares que percorremos nos lembram de fatos do passado, contribuindo para a construção da memória, na medida em que evocam o passado.

Já Pollack (1989) analisa os lugares de memória – como os museus e suas coleções – enquanto espaços de preservação de memória, que passam a ser reconhecidos por suas comunidades. Lembra-se que a criação dos museus de imigração, investigados nesse estudo, ocorreu num período em que essas comunidades passavam por profundas transformações, como a chegada de migrantes de outras regiões do Rio Grande do Sul – o que fez com que ocorresse uma divesificação significativa na composição étnica – e os fenômenos da industrialização e da urbanização, impulsionados principalmente a partir da década de 1970.

Dessa forma, esses museus passaram a ser vistos pelos grupos responsáveis pela sua criação como lugares de *salvaguarda de uma memória imigrante*, que não se queria “perder no tempo”. Sua expografia é uma tentativa de patrimonialização do passado, e que revela ainda uma visão sobre patrimônio associada à noção de “patrimônio de cal e pedra”. Enfim, devemos considerar que *o imaginário* (BACZKO: s/d) tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – *esses lugares de memória*.

A *lembrança* aponta para a necessidade de uma constante *atualização* (Le Goff, 2003). Os museus da imigração contribuem exatamente para isso, na medida em que suas exposições permitem a *manutenção e a atualização* de uma *memória projetada* sobre o próprio grupo que a produziu e a preserva – e que dessa forma, serve de suporte para a operacionalização dos processos que constituem a (re)produção da memória. Nesse contexto, cabe questionar como se operam esses processos de constituição da memória – *que envolvem também lembranças e esquecimentos* (Ricceour, 2012) – sobre a imigração alemã nessas comunidades elencadas, problematizando os mecanismos que envolvem *o direito à memória* (Leal, 2012) dos diferentes grupos, que muitas vezes, são silenciados ou excluídos pelos grupos detentores do poder, em especial nas esferas locais/regionais, onde ocorre a eleição/seleção das memórias materializadas nos arquivos e nas expografias museológicas.

Nessa perspectiva, a criação e a organização de um museu de história ligado a um grupo étnico, deve ser compreendida como um fenômeno social, no qual se dá a (re)definição sobre o passado, que considera a preservação dos traços identitários como forma de representação do passado a partir de um *regime de historicidade*

(Hartog, 2014) que elege o tempo presente como perspectiva de criação dessas *narrativas visuais*. O museu desempenha uma função de “aparelho ideológico da memória” (Candau, 2012: 158), o que se explica, uma vez que o patrimônio da comunidade pode ser compreendido como um verdadeiro *transmissor da memória* do grupo, agregando valores, ideologias e formas de pensar. Além disso, o museu passa a representar parte do passado dessa comunidade, que se encontra “patrimonializado” nesse espaço.

Para pensar a relação existente entre patrimônio e sua produção, Candau (2012: 159) afirma que “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e, mais particularmente, aquela dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais”. Seguindo essa lógica, a lembrança dos primeiros imigrantes serve de *suporte da memória*, para mostrar aos visitantes, o desenvolvimento de suas comunidades, ao mesmo tempo em que reafirma e legitima a representação almejada *sobre e para* o grupo étnico germânico.

Estas narrativas, por sua vez, revelam um processo de *produção dos valores de etnicidade* (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998), que se tornam evidentes nessas expografias, *carregadas de valores e sentimentos étnicos* (Seyferth, 2011) – que dessa forma, evidenciam a necessidade de expressar, através de objetos e de diferentes ambiências, sua relação direta com o grupo étnico do qual são descendentes. O estudo sobre os museus de imigração revelou um esforço por parte dos grupos que os produzem, em reafirmar sua íntima relação com a *germanidade*, que nos leva a pensar sobre a identidade étnica compartilhada pela própria comunidade, que lembra e perpetua o passado imigrante, através dos museus.

Partindo da ideia de que a produção das identidades parte de um processo que envolve a *marcação das diferenças* e que estas ocorrem através de *sistemas simbólicos de representação* (Woodward, 2014), entende-se os museus também enquanto um fenômeno do patrimônio cultural que busca construir uma identidade sobre o grupo responsável pela sua criação e manutenção. Daí ser possível considerar aquilo que Choay (2006: 11) afirma, quando procura inserir *o museu enquanto uma expressão desse patrimônio*, na medida em que esse pode ser interpretado como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”. Com isso, o patrimônio cultural pode ser visto como fruto da identidade de uma comunidade, que ao mesmo tempo nos revela a presença de diferentes interesses e opera diretamente no campo da manipulação da memória coletiva.

O *museu* – compreendido como essa expressão do patrimônio cultural da contemporaneidade – engloba ainda *saberes, lugares e modos de fazer*, que buscam “comunicar algo” sobre a identidade e que, conseqüentemente, são transmitidos através das gerações. Dessa relação, é possível afirmar que os hábitos e as tradições de uma comunidade nos dizem e revelam muito sobre parte da sua cultura, que no atual contexto da globalização passa a ser mais uma questão que preocupa historiadores e aqueles que ensinam história no contexto escolar.

## O patrimônio cultural da imigração alemã: as narrativas visuais no Rio Grande do Sul

Conforme Gonçalves (2009: 178-179), no complexo jogo de forças, “por meio do qual se dá o fluxo de trocas entre doadores e diretores de museus” é que se *define/seleciona* aquilo que será colocado na expografia do museu. A partir daí, é possível acompanhar o processo de “invenção do patrimônio”, que para o autor consiste na seleção e organização do museu, que por seu turno, “vem acompanhada de valores, como autonomia e liberdade, assumidos por sujeitos individuais ou coletivos” da comunidade, envolvida no processo.

Partindo destes pressupostos, o estudo pretende compreender como os museus que tem como tema a imigração alemã no sul do Brasil narram a história desse grupo de imigrantes e seus descendentes. Quais as escolhas, dentro de um universo de lembranças e objetos, que mereceram atenção para serem lembradas e quais os esquecimentos? Quais os elementos demarcadores do grupo em relação aos *outros* e que constituem a sua identidade?

O sul do Brasil é um polo de referência da imigração alemã, onde se concentra o maior número de indivíduos dessa ascendência, bem como de comunidades que ainda mantêm fortes características étnicas. Desde o início de sua instalação em território brasileiro, os grupos de imigrantes preocuparam-se com a preservação da memória, tanto familiar quanto coletiva. Esta preocupação esteve presente na fundação das diversas associações culturais e recreativas, bem como de igrejas e escolas de caráter étnico, criadas desde os primórdios de imigração no Estado, num processo de “institucionalização de identidades” (Weber, 2008: 236). Sendo os imigrantes, por definição, indivíduos desconectados espacialmente de seu passado, vivendo uma situação de duplicidade de identidade, ocupando um “lugar bastardo entre o ser e não ser social” (Bourdieu, 1998: 11), a construção de lembranças tornou-se fundamental na (re)elaboração de sua identidade no novo território, na medida em que a memória, na sua acepção mais básica, é a presença do passado. Porém, não o passado em si, mas a sua representação seletiva, sendo que esta seleção – o que esquecer e o que lembrar – é definida pelo grupo familiar, social, étnico, nacional. Essa preocupação com a preservação e reatualização da memória pode ser identificada pela quantidade de museus, arquivos e monumentos construídos, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, passada a chamada fase da *nacionalização*, período no qual as comunidades de imigrantes e seus descendentes foram proibidos de manifestar sua cultura.

Apresentados os pressupostos teóricos, é propósito desse estudo descrever e comparar a narrativa das exposições de longa duração ou permanente de três museus das chamadas zonas de colonização alemã, sendo os dois primeiros localizado na zona pioneira, considerada “berço” da colonização alemã no Rio Grande do Sul, o *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo* e o *Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer*, e o terceiro, na nova zona colonial do Planalto Rio-grandense, tratando-se do *Museu Antropológico Diretor Pestana*.

## Museu Visconde de São Leopoldo

O *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo* (MHVSL) foi criado em 1959, como Museu da Imigração Alemã. Sua sede fica no município de São Leopoldo, porém é fruto da colaboração de dez municípios originários da colonização alemã. Sua fundação ocorreu no final do período da nacionalização, quando houve um reavivamento das práticas culturais relativas a imigração alemã, buscando antigos símbolos e construindo novos que “remetessem à memória social relacionada aos imigrantes e descendentes de alemães” (Weber, 2012: 30).

No processo de fundação e consolidação do MHVSL, várias campanhas foram realizadas, através de palestras em locais públicos e imprensa, a fim de conscientizar a comunidade da necessidade da (re)construção da identidade do grupo. Campanhas também foram feitas para coleta de material para o museu num processo de patrimonialização dos objetos que passavam a integrar o acervo. Todo esse movimento tinha como objetivo “a constituição de uma memória coletiva e pública que contribuíram para a reconstrução da identidade de um grupo” (Weber, 2012: 31).

Atualmente, o MHVSL, nas palavras de seu presidente José Carlos Eggers, é “um museu, um arquivo histórico e uma biblioteca” (Eggers, 2012, p.163), pretendendo tornar-se um centro cultural com cursos de línguas, música, palestras, entre outros. Em discurso proferido em 2009, Eggers (2012) também salientou que o MHVSL não se atém mais exclusivamente a identidade étnica alemã, mas sim as diferentes etnias que formaram os municípios da região, numa atualização dos objetivos e dos discursos sobre o museu, em conformidade com as novas demandas sociais, cuja pauta norteia-se pelo discurso do multiculturalismo e pela diversidade. Embora haja um esforço no sentido de integrar todos os grupos na exposição do museu, a fala de Eggers, bem como a própria exposição, revela um discurso hierárquico sobre os papéis atribuídos aos diferentes grupos.

Ao observar a exposição de longa duração proposta no MHVSL, percebe-se que predomina o discurso étnico numa visão tradicional, na qual os objetos patrimonializados são aqueles referentes as camadas mais altas da sociedade, que, na medida em que constituem-se nos principais fornecedores dos objetos do acervo, elegem o que deve ser considerado como representativo da memória do grupo. Capovilla (2014) ao classificar as exposições nos museus alusivos a imigração alemã no Rio Grande do Sul, entre os quais insere o MHVSL, afirma que

os objetos que compõe as exposições de longa duração nesses museus (onde o forte não é a pesquisa) são escolhidos em geral pelo seu visual e pela sua procedência. Assim, o mais bonito, o mais rico está exposto. Neste caso, a mostra vai incidir sobre a riqueza e o sucesso de alguns poucos imigrantes detentores de capital econômico e estas representarão o todo. (Capovilla, 2014: 50)

Esses objetos, na sua maioria, estão expostos em vitrines, agrupados em temáticas, como: crianças (brinquedos); acessórios femininos (objetos para adorno e costura); acessórios masculinos (cachimbos, canecas de chopp, bengalas, jogos); imprensa (máquinas

impressoras, jornais em alemão, livros e material de escritório) ; música (instrumentos, como pianos, violinos, saxofone, gramofone) ; fotografias (álbuns e material fotográfico; escola (livros didáticos, lousa e demais materiais escolares; e armas (espingardas, espadas, entre outros utensílios bélicos).

O prédio do Museu possui dois andares, sendo que a exposição de longa duração concentra-se no andar térreo. No andar superior encontra-se o arquivo de documentos, fotografias, biblioteca, cinemateca e reserva técnica. Este andar é de visitação restrita a pesquisadores. O MHVSL sedia também o Instituto Histórico de São Leopoldo, criado em 1975, cujo principal enfoque é desenvolver a pesquisa sobre a imigração e colonização alemã.

Ao entrar no MHVSL três objetos de grande porte chamam a atenção: um automóvel ano 1928, doado por um colaborador do museu, um púlpito de madeira, oriundo da Igreja Matriz de 1912, e uma grande “estátua do colono”, que está em frente a porta de entrada, representando o imigrante a saudar os visitantes. A estátua fazia parte do Monumento ao Imigrante, situado na praça que integra o centro histórico da cidade, no qual está o prédio do Museu. Devido a atos de vandalismo, em 2004, decidiu-se que a estátua iria para o MHVSL. Não se pretende aqui estudar a estátua como monumento em si, mas sim sua representação no conjunto da exposição, portanto, enquanto um elemento simbólico na narrativa museográfica. Entende-se que a estátua possui elementos simbólicos de distinção ao lado de outros que representam o colono desbravador: o “colono” representado está bem vestido, usando um traje completo (colete, paletó, cajado e sobretudo). Sua expressão sóbria e um ar de satisfação, esboçando um meio sorriso remetem a representação do imigrante vencedor. Por outro lado, as botas são elementos simbólicos tradicionalmente associados ao elemento desbravador do colonizador/conquistador.

O carro entra no rol daqueles objetos selecionados por seu valor visual e de procedência, citados por Capovilla (2014). O automóvel no início do século, quando a imigração já tinha cem anos, era um objeto de luxo, símbolo da modernidade, mas já acessível àquela parcela do grupo que havia enriquecido e usufruía de um estilo de vida que poderíamos chamar de burguês. O outro objeto de grande porte, um púlpito de madeira, em cujo pedestal encontra-se uma bíblia em alemão. A presença da Igreja, tanto católica quanto luterana, foi um elemento fundamental na organização das antigas colônias, exercendo um forte poder de controle sobre a comunidade. Sua representação destacada no museu reforça a sua forte presença na construção da memória do grupo.

Na mesma sala, num canto, embaixo da escada, quase que invisível, há artefatos indígenas: uma urna funerária, um pilão de erva mate, objetos de artesanato indígena. Esses objetos estão reunidos em um espaço de pouca visibilidade, não sendo lugar de passagem, podendo passar despercebidos para o visitante menos atento.

O roteiro proposto prossegue para uma ampla sala ao lado, onde se encontra o núcleo central da exposição. Na entrada o visitante se depara com um imenso mural com diversas fotografias dos imigrantes e descendentes em diferentes atividades, especialmente aquelas ligadas à valorização da identidade étnica do grupo, como as sociedades de canto, tiro e ginástica. Estas sociedades eram

expressões da identidade étnica, num período em que, passadas as dificuldades iniciais de instalação, um grupo mais próspero poderia dedicar-se a horas de lazer e cultivo aos valores culturais germânicos. Uma única fotografia, no painel, retrata o trabalho braçal (lavadeiras no rio). Tem-se a impressão que foi dada uma “licença” para colocar, ali, ao menos uma imagem daqueles imigrantes que não fizeram parte da epopeia de sucesso descrita na historiografia tradicional.

Segue-se a exposição das vitrines. No primeiro ambiente<sup>7</sup> estão os objetos de valor mais elevado; pratarias, louças de porcelana, instrumentos musicais (piano, violino, gramofone, entre outros). Junto a esse acervo – no mesmo ambiente – está uma vitrine que remete aos afrodescendentes: uma série de utensílios utilizados para realização de tortura. Embora um texto em um cartaz na vitrine aponte para uma tentativa de desconstrução do discurso, no qual os alemães não conviveram com a escravidão, ou foram mais brandos. Chama atenção o fato de que, os únicos elementos dos afrodescendentes expostos, atribuem um papel social específico ao negro naquela sociedade, ou seja, a narrativa corrobora para a identificação do negro única e exclusivamente ao elemento servil.

O ambiente seguinte é composto por várias vitrines com os objetos organizados por temas, conforme já assinalado. Nas paredes retratos de pessoas distintas na comunidade e quadros de alvos ornamentados das sociedades de tiro. Dois conjuntos se destacam entre os demais: as armas, que estão nas vitrines ao centro e, ao fundo, um conjunto relativo ao material da imprensa alemã<sup>8</sup>.

As armas, em parte, eram utilizadas nas sociedades de tiro, que estão representadas na exposição dos alvos decorados nas paredes deste mesmo ambiente. Elas representam também a caça e mesmo a defesa dos primeiros imigrantes. Estes objetos parecem adequar-se aquela representação do colono na estátua de bronze na entrada, na medida em que representam tanto o imigrante vencedor, que já possui um determinado *status* social que permite a ele realizar atividades de lazer nas sociedades que surgiam, como as de tiro. Ao mesmo tempo, as armas apontam para o sua representação enquanto desbravador. Da mesma forma, a importância dada à produção do material impresso, representa o nível cultural do grupo, um elemento fundamental de distinção num país de grande maioria analfabeta à época. Esta distinção, entretanto, dá-se no interior do próprio grupo étnico, uma vez que um contingente de imigrantes e descendentes permaneceu sem acesso a essa cultura letrada.

Essa breve descrição da exposição possibilita identificá-la como uma narrativa histórica conservadora, que reforça os estereótipos construídos pela historiografia tradicional da imigração alemã que, de forma ufanista, narra o processo de imigração e colonização como uma epopeia, cujos heróis, os imigrantes, prosperaram e trouxeram o progresso à região. Nesse processo tiveram que se defender dos

---

<sup>7</sup> A sala da exposição é dividida pelos balcões das vitrines. Assim, têm-se dois ambientes de exposição.

<sup>8</sup> Os imigrantes alemães tiveram uma forte atuação na imprensa sul-rio-grandense, produzindo diversos jornais, almanaques e livros didáticos. Uma ativa intelectualidade germânica encarregou-se de difundir os valores culturais germânicos, conhecidos por "*Deutschtum*". Importante frisar que essa imprensa atingia, predominantemente, aqueles elementos do grupo que já haviam conquistado alguma distinção social e, inclusive espacial, distanciando-se daqueles que ficaram nas picadas.



índios e animais selvagens – com as armas. No movimento de adaptação acabaram adotando alguns elementos da cultura portuguesa, entre os quais a adoção de escravos. À medida que prosperavam, encarregavam-se de trazer da Alemanha uma série de utensílios – louças, instrumentos musicais, roupas, móveis. Objetos estes, expostos no MHVSL, como representativos do imigrante alemão. Cabe perguntar por aqueles – a maioria – que não saíram das “picadas”. Estes objetos os representam? Não são eles também integrantes deste mesmo grupo étnico?

Embora na exposição do MHVSL se perceba uma tímida tentativa de trazer outros discursos à tona, como inserir os afrodescendentes e os índios para dentro do Museu, esta ainda é feita dentro dos limites do discurso oficial no qual a integração destes outros é feita de acordo com os papéis que lhe foram historicamente atribuídos. Assim, acreditamos que a narrativa da exposição do MHVL reforça o discurso da supremacia do imigrante europeu, na medida em que coloca o índio literalmente embaixo da escada e os negros unicamente como escravos.

### Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer

O segundo espaço museal investigado é o *Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer* (MMAEL) – que presta homenagem ao ex-vereador da cidade e descendente de alemães –, situado na área central do município de Sapiranga, no prédio da antiga estação férrea, conhecida como *Estação Sapyranga*, desativada em 1964. O museu foi criado pela Prefeitura Municipal em 1996 e tem como tema principal de seu acervo a imigração e a colonização alemã.

Sapiranga está localizada no Vale dos Sinos e atualmente é conhecida nacionalmente como a “cidade das rosas e do voo livre.” A chegada dos primeiros colonizadores alemães se deu em 1845, com a compra dos primeiros lotes de terras, que foram comercializados pela Sociedade Schmidt e Kraemer. A história da localidade foi, ainda, marcada pelo episódio dos Mucker (1868-1874), liderado pelo casal Maurer, praticante de uma espécie de culto doméstico e de práticas curativas através de plantas e ervas medicinais, e que acabaram sendo exterminados pelas forças oficiais do governo.

A emancipação de Sapiranga do município de São Leopoldo ocorreu em 1955, motivada pelo desenvolvimento econômico experimentado pela indústria calçadista e pela crescente urbanização. Desde então o município é conhecido nacionalmente como grande produtor e exportador de calçados, atividade econômica que prevalece atualmente. A marca do passado abalizado pela imigração alemã se faz presente ainda hoje, especialmente por meio da denominação de logradouros públicos, monumentos e também pela caracterização de seus moradores, que em grande parte são de origem germânica.

A exposição permanente do museu apresenta um acervo distribuído em diferentes ambientes organizados por temas, referentes a história da cidade. As temáticas são: a emancipação política; a venda colonial; a casa do imigrante e o desenvolvimento econômico do município, nessa ordem. Além disso, o museu conta com uma pequena exposição de obras que retratam o episódio dos Mucker – único movimento messiânico ocorrido no Brasil em

ambiente protestante e que foi liderado por uma mulher, Jacobina Mentz Maurer.<sup>9</sup>

Assim, logo na entrada, o tema da emancipação, remete a municipalidade, criadora da Instituição. Objetos como a mesa do prefeito e diversos instrumentos do trabalho cotidiano do primeiro prefeito, apresentam um discurso político de constituição do município, certificando ou oficializando-o como uma unidade política administrativa do Estado brasileiro, para em seguida explicar o processo de sua origem.

No espaço expográfico seguinte, há a representação de uma *venda colonial*, que existiu na localidade desde o século XIX e funcionava em uma edificação em estilo enxaimel. Os diferentes objetos expostos visam narrar parte da história da comunidade, em especial a economia de trocas de produtos, (re)conhecida em toda região colonial alemã do Rio Grande do Sul, como elemento propulsor do desenvolvimento econômico.

Essas *vendas* podem ser consideradas patrimônio cultural da zona de colonização alemã do Rio Grande do Sul, pois constituem-se em espaços reconhecidos pela comunidade como parte de uma lembrança ligada aos antepassados imigrantes. Ao lado da Igreja e das muitas sociedades de lazer fundadas pelos imigrantes e seus descendentes, eram espaços de prestígio, sendo um dos principais locais, muitas vezes o único, onde se desenvolviam as relações econômicas, sociais e políticas das pequenas comunidades. Sua importância manteve-se na maioria das comunidades até meados do século XX, quando a intensificação do desenvolvimento urbano traz consigo novos espaços de sociabilidade. Cabe ainda enfatizar que a *venda* permanece no imaginário da região colonizada pelos imigrantes alemães como motor inicial da prosperidade econômica dos imigrantes.

Já a casa do imigrante é representada pela cozinha e pelo quarto do casal, que mostram parte do mobiliário e dos objetos de uso cotidiano, dispostos cronologicamente, criando uma narrativa linear, composta por um conjunto de artefatos de diferentes épocas e contextos da história de Sapiranga.

O quarto e a cozinha são representativos do modo de vida e valores das comunidades teutas no sul do Brasil, no que diz respeito ao seu universo doméstico. A cama do casal acompanhada do berço, os símbolos da religiosidade e retratos da família nas paredes evidenciam um modelo de família cultivado pelos colonos e seus descendentes. Os objetos dispostos valorizam a ideia de família e praticamente anulam a de casal. Essa valorização da família pode ser explicada pelas extensas famílias formadas pelas primeiras gerações de imigrantes, decorrente, em parte, da necessidade de braços para o trabalho.

A mesma ideia é expressa na representação da cozinha, em cujo centro há uma mesa com um banco onde a família se sentava para fazer as refeições coletivamente. Os utensílios domésticos, de

---

<sup>9</sup> A exposição sobre os Mucker conta apenas com uma vitrine, com obras bibliográficas produzidas sobre o tema. Nos meses de agosto, data em que se rememora o final do conflito, o museu apresenta uma exposição temporária que conta com diversos *banners* que contam os principais momentos que marcaram a história dos Mucker e, principalmente, sobre a atuação de Jacobina. O tema dos Mucker e a problemática dos lugares de memória produzidos sobre eles em Sapiranga é aprofundado por Gevehr (2007).

diferentes épocas, dispostos no ambiente, também representam outro elemento da identidade étnica: a gastronomia germânica, atualmente muito explorada pelo turismo na região de imigração, num processo de reelaboração e apropriação da identidade alemã. Essa culinária colonial está ligada a todo um ritual do preparo artesanal de diferentes produtos, reconhecido como característico do grupo, podendo ser considerado como parte de seu patrimônio cultural, representando saberes e fazeres. Assim, objetos como formas para confecção de bolachas, doces em compotas, moedor de café e outros vários utensílios são colocados em relevo na exposição. Os panos de parede com dizeres em alemão – e de grande apelo religioso – completam o significado étnico do ambiente.

O Museu apresenta também uma exposição cuja temática é o desenvolvimento da indústria calçadista, principal atividade econômica do município na atualidade. Embora não haja consenso, alguns autores afirmam que foi o capital acumulado pelos comerciantes da zona colonial que possibilitaram o posterior desenvolvimento da indústria (ROCHE, 1969). Essa parece ser a tônica da narrativa apresentada pelo museu, na medida em que inicia com a representação das primeiras casas comerciais. Da mesma forma estabelece a ligação da prosperidade econômica, oriunda do calçado, ao elemento germânico.

A ideia de progresso é representada ainda na área externa do Museu, onde encontra-se uma réplica da estrada de ferro, inaugurada em 1903 e que ligava Sapiranga a Porto Alegre. A presença da estrada de ferro é compreendida pela comunidade como representação do desenvolvimento econômico da localidade no final do século XIX, logo após o desfecho do conflito dos Mucker, que encerrou em 1868, com a vitória das forças imperiais sobre o grupo liderado por Jacobina nas imediações do morro Ferrabraz. Os trilhos do trem simbolizam, nesse contexto, o progresso alcançado pelos alemães e seus descendentes.

### Museu Antropológico Diretor Pestana

O processo de imigração e colonização no Brasil foi acompanhado por um movimento interno paralelo: a remigração, ocorrendo de uma colônia à outra, ou dentro da própria colônia – além do retorno dos (i)migrantes. No final do século XIX, esse movimento de pessoas tornou-se mais intenso ainda, e a distância entre o lugar de saída e de destino cada vez maior. No Rio Grande do Sul, houve a migração das *colônias velhas* para as *colônias novas*, entre as *colônias novas* e, principalmente a partir da década de 1920, das *colônias novas* para o oeste catarinense, e assim sucessivamente. Todo projeto de colonização ao se lançar, carregava consigo uma leva de migrantes, atraídos pela possibilidade de adquirirem (mais) terras para si e seus filhos, por preços reduzidos, na perspectiva de permanecer/tornarem-se proprietários, multiplicando seu capital (cf. ROCHE, 1969; NEUMANN, 2009).

Nesse contexto, em 1890 foi fundada a colônia pública de Ijuí, no então município de Cruz Alta, no Planalto Rio-grandense, dentro do projeto republicano positivista de colônia mista, tanto étnica quanto religiosamente. Na sua formação, recebeu significativo número de imigrantes, dentre eles, alemães, austríacos, letos, suecos, poloneses,

italianos, holandeses, árabes, todavia, predominaram os colonos provenientes da remigração interna.

A colônia de Ijuí foi contemplada com um ramal ferroviário já em 1891, fato que facilitou a circulação de pessoas e mercadorias, e seu rápido crescimento populacional e desenvolvimento socioeconômico culminou na sua emancipação já em 1912. Na lógica da colonização, tal qual São Leopoldo no século XIX, Ijuí representava o núcleo colonial central no Planalto na virada para o século XX. Partindo desse pressuposto, é pertinente perceber como os museus estabelecidos nesses dois espaços “pioneiros” elaboraram suas narrativas.

Ijuí construiu uma identidade pautada na ideia de etnias diversificadas, embora como um todo, prevaleça a identidade de colônia alemã. Dar visibilidade a essa diversidade étnica foi cogitado apenas na década de 1980, quando foi realizada uma feira, a Expo-Ijuí (1981). Visando incrementar a feira, e com apoio de um grupo de professores universitários da FIDENE/Unijuí, acrescentou-se à exposição uma festa, a Fenadi (Festa Nacional das Culturas Diversificadas), em 1987. A partir de então, reforça-se esse discurso, sintetizado, por exemplo, no slogan da exposição de 2014: “A origem nos define. A união nos fortalece”<sup>10</sup>.

O Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), foi fundado em 25 de maio de 1961, junto ao Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí – FAFI, atual Unijuí, e é mantido pela FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado).<sup>11</sup> No rol de seus objetivos, consta “resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, a educação e o lazer”, além de ser uma “síntese da evolução da região pela mão do nosso homem...”<sup>12</sup> Tal qual o MHVSL, pretende-se como guardião da história regional, formando o seu acervo a partir da coleta de peças e doações. Esse discurso está evidente também no site da instituição nos dizeres: “Memória de Ijuí e do noroeste do estado do Rio Grande do Sul”; “Conheça os aspectos da caminhada do homem que viveu e vive em Ijuí e região”. A mesma pretensão está expressa na sua visão: “constituir-se em Centro Museológico e Documental pela preservação da memória, promoção da cultura, da educação e do lazer na região Noroeste do RS”. Atribui-se como missão “constituir programas museológicos e documentais, com características antropológicas, que contribuam para a melhoria do processo educacional e cultural na Região”.<sup>13</sup> No painel de apresentação da exposição, consta que o museu iniciou suas

---

<sup>10</sup> Disponível em <http://expoijuifenadi.com.br/home-banner/>. Acesso em 19 out. 2014.

<sup>11</sup> A Ordem dos Frades Franciscanos (Capuchinhos) do Rio Grande do Sul, instalados em Ijuí e vinculados ao ensino, fundaram em 1956 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI). Posteriormente, em 1969, o patrimônio da FAFI passou à FIDENE, hoje mantenedora da UNIJUÍ, do MADP, do Centro de Educação Básica Francisco de Assis e Rádio Educativa UNIJUÍ. Em 1993, após a formalização do caráter regional e multi campi, transformou-se na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ (Disponível em <http://www.unijui.edu.br/institucional/sobre-a-unijui>. Acesso em 7 nov. 2014.)

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/museu>. Acesso em 22 out. 2014.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/museu>. Acesso em 22 out. 2014.

atividades com a doação do acervo do Dr. Martin Fischer, e o seu objetivo maior consiste “em contar e retratar a vida”.

Relativo à sua estrutura e acervo, conta com um amplo prédio com área de 1.618 m<sup>2</sup>, climatizado, o qual abriga a parte de arquivo e museu, além de auditório. O seu acervo está distribuído na exposição de longa duração, que está no andar superior, e em exposições temporárias, que ocupam uma sala na parte inferior do prédio. Tendo em vista a diversidade do acervo sob sua guarda, organiza-se nas Divisões de Museologia, Documentação e Imagem e Som.

A Divisão de Museologia tem por objetivo “acondicionar, conservar, documentar e expor os objetos doados ao MADP. Além de tais competências, possui o compromisso de preservar a memória dos acervos museológicos e o dever de resignificá-los, para que assumam sua função museal”. É responsável pela pesquisa, elaboração e montagem das exposições de longa duração e as exposições temporárias. Conta com aproximadamente 30.000 acervos, subdivididos em quatro seções: Antropologia, Arqueologia, Numismática e Filatelia e Artes Visuais, sendo que as duas últimas constam na reserva técnica, em fase de estudo e inventário.<sup>14</sup>

A narrativa construída pela exposição de longa duração do MADP segue inicialmente uma linha cronológica linear, orientada pela distribuição espacial das peças, e posteriormente, uma organização temática. O discurso da diversidade étnica, que se torna mais complicado de ser trabalhado em termos de linguagem museal, é substituído pela linguagem presente na historiografia clássica da imigração e colonização, ou seja, o trabalho e a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento da colônia, independente da origem étnica, embora na exposição predomine em larga escala o acervo doado/a contribuição da etnia alemã.

O acervo exposto, na maior parte, está acondicionado em vitrines, com as peças identificadas, e com painéis explicativos. A primeira sessão dedica-se a artefatos arqueológicos em pedra, cerâmica e ossos, que remetem à presença do índio pré-missionário na região. Parcela do acervo é oriundo de pesquisas arqueológicas realizadas entre os anos de 1967 e 1973 em cerca de 134 sítios, e o restante, de coleta avulsa, totalizando aproximadamente 24.217 peças arqueológicas. A maior parte desse acervo permanece na reserva técnica.

Seguindo essa narrativa e dividindo ainda o mesmo espaço na exposição, apresenta-se o índio missionário, acompanhado de um histórico sobre os Sete Povos das Missões. Posteriormente, o índio kaingang, representado através de seu artesanato, e o guarani. Adentra a partir de então na secção de antropologia, dividida em “Índio, Missões e Povoamento”. Essa divisão denota que anterior a chegada dos imigrantes europeus e colonos, não havia um efetivo povoamento.

O negro está presente em um painel na exposição, remetendo a um sujeito histórico específico, que teria vivido em Ijuí, e informações gerais sobre a presença dos negros escravos na região. Já o caboclo está representado vinculado ao extrativismo da erva-mate, encerrando a presença do *outro*, anterior ao processo de colonização.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/museu>. Acesso em 22 out. 2014.

O restante da exposição trata da formação histórica da colônia Ijuí e o seu desenvolvimento. A primeira sequência de painéis ocupa-se com a fundação da colônia, destacando o diretor Augusto Pestana como personagem central desse processo, e um mapa histórico da divisão da colônia, e imagens fotográficas de época. Os imigrantes são representados por um casal de imigrantes alemães e o seu baú de viagem, acompanhado de um painel, remetendo a presença de imigrantes de diferentes nacionalidades.

A partir de então, a expografia adota uma linguagem temática, onde predomina efetivamente a exposição do acervo de peças. O discurso apresenta em primeiro plano a agricultura, incluindo utensílios vinculados ao cotidiano do meio rural, como plantio, colheita, processamento de produtos e domésticos. Paralelo, peças e painéis relacionados aos meios de comunicação, especialmente jornais e rádios. Depois, as fábricas artesanais e a sua maquinaria, indústria e comércio, juntamente aos meios de transporte e a produção de energia elétrica.

Outro conjunto de objetos diversos versa sobre a prestação de serviços, incluindo hotel, farmácia, banco, barbearia, alfaiate, fotógrafo, dentista, hospital. Em seguida, inicia a exposição relacionada a cultura, lazer, educação e religiosidade, como música – corais e conjuntos musicais –, espaços de sociabilidade e práticas esportivas; brinquedos, instituições de ensino, incluindo o surgimento da universidade, espaços e artefatos religiosos vinculados ao catolicismo e protestantismo.

A última parte da exposição traz os costumes da colônia e artefatos do cotidiano das famílias. Representam festas, como casamentos, acessórios e vestimentas femininas, além de um espaço, com um andar superior em madeira, reproduzindo a casa de uma família alemã, demarcando todos os seus ambientes, incluindo sala, cozinha, quarto e banho, com seu respectivo mobiliário.

### Considerações finais

Constata-se que as três narrativas museográficas trazem como fio condutor a imigração alemã e os seus sujeitos históricos, imbricados na formação e desenvolvimento dos núcleos coloniais. Como lugares de memória, esses museus apresentam perfis e propostas distintas: o MHVSL, com um discurso mais difuso e claramente identificado como um espaço de memória da imigração alemã. Já o MMAEL, de formação mais recente, propõe-se a narrar a história do município, centralizada na figura do imigrante alemão como seu elemento fundador. O MADP tem por trás uma instituição universitária, com profissionais formados em diferentes áreas específicas, o que se reflete na estrutura e organização do acervo, todavia, a composição de seu acervo acentua a presença dos imigrantes e descendentes de alemães, embora o discurso se esforce para mostrar a multiplicidade étnica.

Os museus são lugares de memória onde se (re)produzem narrativas e discursos sobre os artefatos, em geral, mediados por agentes que possuem algum destaque na sociedade representada, seja econômico-social, cultural ou político. Desse entendimento, podemos inferir que as três instituições analisadas refletem, também, os interesses dos grupos que os idealizaram, criaram e os mantêm.

Assim, o MHVSL foi idealizado e construído por um grupo constituído essencialmente pela comunidade germânica, o que faz com que esse traço seja o principal condutor de sua narrativa. MADP, por conta da constituição acadêmica do grupo fundador, acaba por diluir a identidade étnica na narrativa, na medida em que enquadra o discurso no modelo científico consensual, explícito em seu próprio nome que remete a um campo científico, a antropologia. Já o MMAEL traz a marca da oficialidade, é ela quem conduz o discurso caracterizado, entretanto, pela preponderância do elemento imigrante.

Podemos inferir esta questão a partir da linguagem visual dos três museus. Se no MVSL o visitante é recebido pela figura do Imigrante na porta da entrada, que o conduz a exposição, no MADP, é o elemento indígena, legitimado por estudos científicos (arqueologia), quem recebe o visitante; já no MMAEL, há um rompimento simbólico, e o discurso se constrói a partir do processo político, nesse caso, a emancipação do município. Em todos eles, mesmo partindo de perspectivas distintas, possuem como elemento central o discurso da identidade étnica alemã e do papel do imigrante como agente fundador e promotor da prosperidade das referidas localidades.

Portanto, as narrativas visuais dos museus, entendidos como lugares de memória da imigração alemã no Rio Grande do Sul, perfazem o patrimônio histórico-cultural dessas comunidades, e ocupam um lugar de excelência, como guardiões da memória e na construção/reatualização da identidade étnica dos grupos envolvidos.

## Referências

- Baczko, B. Imaginação social. In: *Enciclopedia Einaudi* (Anthropos-Homem). Portugal: Imprensa nacional/Casa da Moeda, s/d. v.5. p. 309-310
- Borges, Maria Eliza Linhares (2011). *Inovações, coleções, museus*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Burke, P. (2000). *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC.
- Candau, Jöel (2012). *Memória e identidade*. São Paulo, Contexto.
- Capovilla, Eloisa Helena da Luz Ramos. (2014). O que guardam e o que mostram os museus de imigração? In.: Bertruy, Ramona I. Pérez. *Estudios sobre el patrimonio documental, digital y cultural de America Latina*, México, 2014. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/smgemexico/estudios-sobre-el-patrimonio-documental-digital-y-cultural-de-amrica-latina>. Acesso em 25 out.
- Chartier, Roger (2002). *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Choay, Françoise (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Eggers, José Carlos; LINCK, Márcio (org.) (2012). *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo: 50 anos de história*. Novo Hamburgo: Um Cultural.

- Gevehr, Daniel Luciano (2007). *Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados*. Tese (Doutorado em História). 287p. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Gonçalves, J. (2009). Os museus e a cidade. In: Abreu, R.; Chagas, M. (org). *Memória e Patrimônio*. Ensaios Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 171-186
- Halbwachs, Maurice (2004). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hartog, François (2014). *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, Denise (org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Leal, Rogério G. (org). *Verdade, memória e justiça: um debate necessário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/verdadememoriaejustica.pdf>> Acesso em: 18 set. 2015
- Le Goff, Jacques (2003). *História e Memória*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- Meneses, U. T. B. de. A Exposição museológica e o conhecimento histórico. In: Figureido, B. G.; Vidal, D. G. *Museus*. Dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.15-88
- Neumann, Rosane Marcia (2009). *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Porto Alegre, 2 v. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS
- Nora, P. (1993). Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*. São Paulo, n. 10, dez. [Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História PUCSP]
- Paiva, Odair da Cruz. Museus e memória da imigração: embates entre o passado e o presente. In: Leal, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz. *Patrimônio e história*. Londrina: Unifil, 2014. P.157-170
- Pollack, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n3, p. 3 – 15.
- Possamai, Zita Rosane (2010). As artimanhas do percurso museal: narrativas sobre objetos e peças de museu. *Revista Museion*, vol.4, n. 7, Jan – Jun, p. 64 – 72
- Poulot, D. (2013). *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Poutignat, P; Streiff-Fenart, J. (1998). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Ricoeur, Paul (2012). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012
- Seyferth, G. (2011). A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26, n. 77. p. 47-62.



- Sutton, John (2015). "Memory". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edição do Inverno de 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/memory/>>  
Acesso em: 25 jul.
- Woodward, K. (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, p. 07-72.

# O Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai: elementos da escravidão entre 1777 e 1851

Luiz Paulo Ferreira Nogueeról

## Abstract

This article states some comparisons between the histories of Rio Grande do Sul (Brazil) and of the Eastern Bank of River Plate/Uruguay in the 1777-1851 period, contextualizing slavery in each of the two spaces and demonstrating that the slaves' prices followed the same pattern in both, despite the different roles of the captives in each society, mainly in the first half of XIXth Century.

**Key Words:** Slavery, Slave Prices, Rio Grande do Sul and Eastern Bank of River Plate/Uruguay

## Introdução

Compartilhando um mesmo bioma e várias atividades produtivas em comum, o período colonial reservou para a Banda Oriental e para o Rio Grande do Sul papéis muito semelhantes, contrastando com a primeira metade do século XIX, quando se diferenciam mais.

Além do contrabando característico de regiões de fronteira, ambos os territórios desenvolveram a pecuária como a principal atividade econômica, na qual a contribuição dos escravos era modesta se comparada com a que faziam, no século XVII, nas áreas produtoras de açúcar para exportação, por exemplo.

No final do século XVIII, porém, algumas transformações qualitativas se notam: há o desenvolvimento das atividades charqueadoras no Rio Grande do Sul enquanto a criação do Vice-Reino do Rio da Prata parece ter produzido estímulos econômicos fortes, levando a um aumento da importação de escravos. O movimento comercial, em geral, se expandiu gerando efeitos amplos na Banda Oriental, em que o porto de Montevideú foi complementar ao de Buenos Aires.

A partir das guerras de Independência, por fim, as semelhanças econômicas e sociais entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental são atenuadas. A população formada pelos escravos gaúchos será a sétima maior do Império, segundo o censo de 1872, enquanto no Uruguai a escravidão será abolida em meio à Guerra Grande.

Neste artigo, enfoca-se a diferenciação das duas sociedades em razão do maior peso da escravidão no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XVIII, e se enfatizam as características comuns que os mercados de escravos possuíam quando avaliavam os escravos nas Américas.

Além desta introdução, este artigo se divide da seguinte forma: a segunda sessão enfatiza algumas das características comuns e das diferenças entre a Banda Oriental e o Rio Grande do Sul ao longo do período colonial; na terceira, faz-se uso dos conceitos de sociedade escravista e sociedade com escravos, de autoria de Moses Finley, para compreender as diferenças apresentadas pelos inventários *post-mortem* orientais/uruguayios e gaúchos quanto às avaliações que

faziam dos cativos; na quarta se apresentam algumas variáveis importantes para a atribuição de preços aos escravos, apontando-se para a existência de um padrão continental pautado pela lucratividade esperada da propriedade escrava e; por fim, ressalta-se o papel do capital escravista-mercantil como elemento importante para compreender a escravidão, com o que se conclui o artigo.

## Rio Grande do Sul e Banda Oriental/Uruguai - elementos de uma História Comparada

No início do período colonial, portugueses e espanhóis transitaram por ambos os locais (Canabrava, 1982, p. 136), fixando-se os espanhóis no Rio da Prata. Distintamente da prática lusitana nas Américas, que privilegiou a fundação de cidades ou próximas do litoral ou à beira mar, as primeiras cidades espanholas no Prata foram fundadas no interior: Assunção, Santa Fé, Córdoba e Santiago del Estero são mais antigas do que Buenos Aires (Fradkin e Garavaglia, 2009, capítulo 1).

Assunção, por exemplo, se apresentou inicialmente como um ponto de apoio promissor para, do Atlântico, atingir Potosi por via fluvial; Santiago del Estero, por outro lado, depois de mudar algumas vezes de localização, estabeleceu-se onde foi possível visando a submissão dos povos indígenas da região. Outras cidades não resistiram à pressão indígena e foram destruídas, tal como ocorreu com as primeiras fortificações espanholas às margens do Rio da Prata. A Buenos Aires que sobreviveu é resultante da última fundação, em 1580 (Areces, 2000).<sup>15</sup>

O Vice-Reino do Peru, quando Buenos Aires foi definitivamente fundada, contava com uma ampla atividade mineradora em que Potosi ocupava a primazia da produção de prata (Tandeter, 1992 - páginas 13 a 30), sendo complementada pela produção de mercúrio de Huancavelica, mineral empregado para a purificação do minério bruto extraído de minas localizadas a mais de 4 mil metros de altura segundo a tecnologia de pátio, recém desenvolvida (Salazar-Soler, 2009, p. 114.).

A localização das minas em regiões inóspitas onde, à exceção da prata, quase nada se produzia, levou à criação de um amplo mercado interno ao vice-reino do Peru no qual a especialização regional era facilmente perceptível (Sempat Assadourian, 1982 - página 19 e Salas Olivari, 2009 - página 522). Deste modo, por exemplo, Mizque (mel em quéchua), em Cochabamba, especializou-se na produção de açúcar; Assunção tornou-se grande produtora de erva-mate; Santa Fé foi exportadora de gado bovino e cavalariço; Mendoza e Cuyo especializaram-se na produção de vinhos; Santiago do Chile especializou-se na de trigo etc.

Se as mercadorias oriundas no mercado interno peruano encontravam o caminho de Potosi por estradas pré-colombianas, as de além-mar, por outro lado, além de seguirem as mesmas estradas após desembarcadas, deveriam ir para Potosi empregando, legalmente, um longo percurso: o do istmo do Panamá. Embora houvesse rotas ligando o Império Espanhol nas Américas ao Oriente, pelo galeão de Manila a Acapulco, e embora o vice-reino consumisse

---

<sup>15</sup> Sobre as múltiplas resistências indígenas no Rio da Prata, especialmente em Tucumán, ver LORANDI (2000).

mercadorias do que hoje são o Brasil, o México e a América Central, a pretensão da Coroa foi o regime de porto único em que as mercadorias deveriam ser embarcadas em Cádiz com rumo ao Caribe onde, ora em Porto Belo, ora em Nombre de Dios, deveriam atravessar o istmo do Panamá para serem reembarcadas na cidade de mesmo nome com destino aos portos do Pacífico, como Callao, Arica e Valparaíso (Suarez Espinoza, 2009).

O contrabando, obviamente, era uma tentação e tanto. Isto porque o sistema de porto único criado pela metrópole elevava os custos de fretes tanto pelo trânsito que toda mercadoria deveria fazer quanto, não menos importante, pelo controle dos comerciantes sevilhanos sobre os preços, criando todo tipo de dificuldades para os concorrentes.

Uma rota alternativa ao istmo do Panamá, para atingir diretamente os portos do Pacífico, foi criada a partir da circunavegação do globo, comandada por Magalhães, em 1521. Ela teria a vantagem de evitar o desembarque das mercadorias no Caribe e o reembarque no Pacífico, não fosse a enorme desvantagem de navegar pelo Estreito de Magalhães: um local excessivamente perigoso e comparável, quanto aos riscos, à navegação contornando o Cabo Horn, mais ao sul.

A última fundação de Buenos Aires, pois, foi uma solução possível para os elevados custos da passagem pelo Panamá e pelos riscos da navegação pelo sul do Continente. Além do mais, por ser um porto em que o contrabando foi comum, os comerciantes também evitavam o trânsito por Cádiz, na Espanha. Assim, a prata de Potosi atraía, pelo Rio da Prata, comerciantes que ofertavam mercadorias como escravos, açúcar, tecidos etc.

O comércio pelo porto de Buenos Aires deveria, pela legislação espanhola, ser feito em regime de exceção. Licenças especiais concedidas a particulares tornavam legal a internação de determinadas mercadorias. Ocorria, porém, que a movimentação, já no início do século XVII, era vultuosa e aparentemente maior do que a permitida pelas licenças (Canabrava, 1982 - página 88).<sup>16</sup>

Participavam do contrabando como intermediários tanto a elite local quanto funcionários militares, civis e eclesiásticos, entre os quais não havia separações claras como as que se espera haver entre agentes públicos e privados hoje em dia (Moutoukias, 2000, p. 377). Do lado dos ofertantes de mercadorias, por seu turno, encontravam-se comerciantes de diferentes procedências e, inclusive, luso-brasileiros especializados no tráfico de escravos.

A fundação de Colônia de Sacramento, como se sabe, obedeceu à lógica mencionada: estabelecida diante de Buenos Aires, era uma pequena povoação luso-brasileira onde fundeava uma grande quantidade de navios que desembarcava muito mais mercadorias do que a que poderia ser consumida localmente. Todos sabiam que se tratava de um entreposto para a realização do contrabando. Além disto foi, também, temido pelas autoridades espanholas como local de apoio a um possível projeto de invasão da região. Por esta razão,

---

<sup>16</sup> No século XVIII, o contrabando centenário feito por Buenos Aires foi aceito pela Coroa como um fato contra o qual era inútil lutar, assim: "El intenso contrabando realizado por dicho puerto dio lugar a que, durante el gobierno de los Borbones, se creara el virreinato del Río de La Plata en 1777, para obtener de manera legal algo de las ventajas que ese comercio reportaba de manera ilegal." (Mazzeo, 2010 - página 230).

foi tomado *manu militari* pelos espanhóis em diferentes ocasiões sendo a última em 1776, em meio às operações militares que resultaram na conquista de Rio Grande e de Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis), assim como na fundação do Vice-Reino do Rio da Prata posteriormente, no qual se incluiu Potosi.

Neste contexto, as atividades econômicas da Banda Oriental do Rio Uruguai tinham importância diminuta.<sup>17</sup> Montevideu é fundada tardiamente, no século XVIII, servindo, entre outros propósitos, à garantia da presença espanhola na região ante os perigos representados pelas incursões luso-brasileiras. O porto da cidade, além disto, revelava-se mais cômodo aos navios da época em razão da maior profundidade do rio no local, quando comparado ao porto de Buenos Aires. Além disto, o desembarque na futura capital uruguaia suprimia os riscos de navegação no Rio da Prata, onde os bancos de areia representavam considerável perigo, especialmente para os navios de maior calado. Assim, depois de fundada, Montevideu transformou-se em um dos portos atlânticos do Rio da Prata, complementando o de Buenos Aires (Prado, 2009, p. 165-194).

Paralelamente às atividades ilegais relacionadas com o contrabando marítimo, pelo porto de Colônia de Sacramento, e à ocupação do espaço, atentando para os riscos da presença luso-brasileira na região, desenvolveu-se na Banda Oriental considerável atividade pecuária. De fato, vários animais foram introduzidos na região pelos europeus no século XVI e passaram a se reproduzir intensamente, dadas as condições oferecidas pelo bioma: a vegetação originária serviu muito bem à alimentação de eqüinos, bovinos, asininos e muares, uma parte dos quais se tornou selvagem.<sup>18</sup>

O aproveitamento econômico de tais rebanhos não se fez esperar, sendo a exportação de couros feita desde o início do século XVII pelo porto de Buenos Aires. Apesar de haver também a exportação de charque,<sup>19</sup> aparentemente a produção em escala ampliada é característica do final do século XVIII, havendo a exportação de gado em pé para Potosi também a partir de Córdoba no século XVI.<sup>20</sup>

Enfatize-se, todavia, que embora as atividades pecuárias no Rio da Prata sejam anteriores à fundação de Buenos Aires, a economia local pareceu depender mais do comércio transatlântico.

Assim, deve-se compreender que o Rio da Prata foi inicialmente uma região periférica, em relação ao Vice-Reino do Peru, sofrendo constante oposição das elites mercantis limenhas que controlavam a passagem de mercadorias pelo istmo (Suárez Espinosa, 2009), que não queriam concorrência e, por tal motivo, lutavam contra a abertura do comércio marítimo pelo porto de Buenos Aires. A Banda Oriental, por seu turno, era uma espécie de periferia da periferia que desempenhou importante papel como rota de passagem de parte do

---

<sup>17</sup> Embora de diminuta importância em comparação com outros lugares do Rio da Prata, a região recebeu investimentos consideráveis da elite bonaerense. (Salvatore e Brown, 1987, Garavaglia, 1985 e Mayo, 1997).

<sup>18</sup> Ver: Carrión de la Vándera, A. (Concolorcorvo): *El Lazarillo de Ciegos Caminantes*, Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, 1985 - capítulos 1 e 2.

<sup>19</sup> Canabrava, A.P.: *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982 - página 144.

<sup>20</sup> Sempat Assadourian, C.: *El Sistema de la Economía Colonial - Mercado Interno, Regiones y Espacio Económico*, Lima, IEP, 1982 - página 29.

contrabando pela Colônia de Sacramento. Constituiu-se, também, como bastião contra as investidas luso-brasileiras e, ainda, como espaço favorável à produção pecuária em razão das condições naturais com que contava.

O Rio Grande do Sul representou, por seu turno, uma espécie de continuidade da Banda Oriental no que toca à pecuária. De fato, não há fronteiras naturais que separem claramente um território do outro: o rio Uruguai serve de contorno à Banda Oriental e ao Rio Grande do Sul, separando-os de Santa Catarina, Misiones, Corrientes e Entre-Rios. Forma o Rio da Prata ao se juntar ao rio Paraná, o qual separa a Banda Oriental de Buenos Aires. Neste sentido, ele mais unia do que separava as manadas da região, sendo correto entender o território em questão como uma região de fronteira, onde as populações espanholas e luso-brasileiras estavam em constante contato.<sup>21</sup>

O gado introduzido na região transitou livremente entre os atuais territórios e, embora na parte pertencente a Castela tenha sido a pecuária uma atividade secundária em comparação com o comércio atlântico, na porção luso-brasileira ela foi a atividade principal. De fato, não se pode descartar um certo contrabando passando do Rio Grande do Sul para a Banda Oriental, o qual se tornou crescente ao longo do período colonial, mas ele deveria ser pequeno se comparado com aquele feito pelos navios que cruzavam o Atlântico e com aquele que partia de portos como o do Rio de Janeiro, o de Salvador e o do Recife.

A lucratividade das atividades pecuárias nesta região de fronteira deve ter aumentado no início do século XVIII quando, paralelamente às demandas de Potosi, surgiu uma nova demanda por alimentos nas regiões de mineração no Brasil<sup>22</sup>. De fato, são conhecidos os argumentos a respeito da conformação de um certo mercado interno a partir da mineração aurífera de Minas Gerais, de Goiás e do Mato Grosso, no qual a pecuária sul-rio-grandense encontrou espaço para o que produzia, replicando parcialmente a experiência oriental, santafesina e buenairense em relação à produção de prata no Alto Peru.

Comparando-se o núcleo da região mineradora luso-brasileira com a do Vice-Reino do Peru, porém, notam-se diferenças de monta. As altitudes de Vila Rica, de Vila Boa e de Cuiabá jamais inviabilizaram a produção agro-pastoril local, sendo notável que, após a decadência da mineração de ouro, iniciada por volta de 1750, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais passaram de demandantes de gado do Rio Grande do Sul a concorrentes diretos. Por outro lado, a produção de prata em Potosi se fez por um período muito mais extenso: iniciando-se em 1545, atinge o auge por volta de 1595 e inicia um longo e suave processo de decadência econômica revertido

---

<sup>21</sup> Em tal região de fronteira formou-se uma cultura cujos reflexos ainda estão presentes na do Rio Grande do Sul. Inúmeras são as palavras de origem espanhola e muitas são a de origem quéchua incorporadas ao vocabulário local, as quais se usam também no Uruguai e em Buenos Aires. Por exemplo: mate (cabaça), charque, chasque (mensageiro), cancha (praça), pampa (chão) e chácara. De igual modo, a semelhança da cultura material é notável.

<sup>22</sup> Ver Furtado, C.: *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Publifolha, 2000 - pág 80.

na década de 1720, quando a produção volta a subir percebendo-se, no final do século XVIII, o início de uma nova estagnação econômica (TANDETER, 1992 - página 14). A partir das guerras de independência, a decadência se completa com a abolição da *mita*<sup>23</sup> pelos exércitos de Buenos Aires, pelos exércitos realistas e pela Constituição Espanhola de 1812 (Tandeter, 1992 - capítulo 5). Por fim, embora seja ingênuo supor a inexistência de contrabando para as regiões mineradoras brasileiras, a escolha do Rio de Janeiro como o porto de Minas Gerais não gerou a extravagância econômica que representou a escolha do istmo do Panamá como rota das mercadorias européias para Potosi até a criação do Vice-Reino do Rio da Prata em 1776: aparentemente não havia um porto concorrente ao carioca, como foi o de Buenos Aires em relação aos da costa do Pacífico.

Assim, no final do século XVIII, se Buenos Aires contava com aproximadamente 40 mil habitantes, o Rio de Janeiro chegava a 100 mil. Apesar das diferenças de tamanho, ambas as cidades desempenhavam funções semelhantes quanto ao mercado interno colonial e ao mercado externo: o porto carioca servia de entreposto para as trocas entre as diferentes regiões litorâneas e interioranas do Centro-Sul brasileiro (Fragoso, 1998 - capítulo 2), dando-se o mesmo com Buenos Aires entre o Paraguai, Santa Fé, Entre-Rios e Misiones, de um lado, e as demais, além do Alto-Peru e do Chile, de outro. Por fim, se Buenos Aires se abastecia diretamente do gado abundante nos arredores e na Banda Oriental, o Rio de Janeiro passou a importar charque do Rio Grande do Sul e gado em pé dos arredores da cidade e de Minas Gerais, não se excluindo também o longo trânsito de bovinos que ainda no início do século XIX unia o extremo-sul às feiras de Sorocaba, em São Paulo.

### Sociedades com Escravos e Sociedades Escravistas

Embora as semelhanças entre as capitais sejam muitas, há uma diferença fundamental: o Rio de Janeiro era parte de uma sociedade escravista enquanto Buenos Aires era de uma sociedade com escravos.

A tipologia é proposta por Moses Finley, para quem teria havido sociedades escravistas como a do Sul dos Estados Unidos, a romana e a grega na Antiguidade, e sociedades com escravos, como a do Norte dos Estados Unidos e as demais da bacia mediterrânica e do Crescente Fértil (Finley, 1974 - página 71).

O elemento a diferenciá-las seria também quantitativo mas, mais importante do que a proporção de escravos na população seria a relevância da escravidão para a reprodução da sociedade.

---

<sup>23</sup> *Mita* foi o regime de trabalho de origem pré-colombiano adaptado pelos espanhóis para a exploração da prata em Potosi e do mercúrio em Huancavelica. Legalmente, consistiu na imposição de uma espécie de trabalho compulsório sobre parte das comunidades indígenas andinas as quais deveriam enviar, cada uma, determinada quantidade de homens contando de 20 a 50 anos de idade pelo período de um ano, findo o qual deveriam ser substituídos por outros homens da mesma comunidade. Os *mitaios* deveriam ser pagos pelos que se beneficiavam do trabalho deles, sendo os valores fixados pelas autoridades coloniais abaixo dos salários negociados livremente (Tandeter, 1992 - capítulos 2 e 3)

Uma vez que as instituições sociais que conformaram sociedades escravistas e sociedades com escravos surgiram e desapareceram, é razoável considerar a possibilidade de que entre uma situação e outra tenha havido transições. Assim, por exemplo, o Sul dos EUA no século XIX, tomado por Finley como exemplo de sociedade escravista, talvez tenha sido, no século XVII, uma sociedade com escravos.

O emprego da tipologia proposta por Finley, apesar de não contar com dados quantitativos para diferenciar uma sociedade de outra, parece útil para compreender as diferenças e as semelhanças entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai entre o final do século XVIII e meados do século XIX.

Do século XVIII para o século XIX, por hipótese, o Rio Grande do Sul deixou de ser uma sociedade com escravos para tornar-se uma sociedade escravista. As charqueadas explicam parte de tal transformação. De fato, com a decadência da mineração, a partir de 1750, é razoável supor que as exportações de gado em pé, pelo Rio Grande do Sul, tenham caído. Isto porque as três capitânicas mineradoras, ao longo do auge da mineração, desenvolveram a pecuária como atividade econômica complementar, a qual ganhou relevância com o esgotamento da exploração dos veios auríferos superficiais. Com a decadência da mineração, as exportações mato-grossenses, goianas e mineiras de gado passaram a concorrer com as gaúchas, levando a regressão econômica também ao extremo sul da América Portuguesa.

Com a criação das charqueadas no Rio Grande do Sul, todavia, esta situação deve ter-se alterado profundamente. Isto porque, a partir do final do século XVIII, a economia sul-rio-grandense logrou ofertar uma nova mercadoria que encontrou uma forte demanda em meio à expansão da economia brasileira no final do período colonial, impulsionada pelo início das exportações de café, entre outros bens (Arruda, 2000).

Nas charqueadas, a mão-de-obra predominante foi a escrava. Deve-se atentar, porém, para o fato de que os escravos no Rio Grande do Sul, como em outros lugares, eram usados em uma grande quantidade de funções e não apenas nas atividades diretamente exportadoras, como era a charqueadora.

Com isto, houve uma grande importação de escravos pelo Rio Grande do Sul entre os últimos anos do século XVIII e 1850 (Berute, 2006), tornando-se cada vez mais frequente a propriedade escrava, o que se demonstra na tabela 1.

Tabela 1: Semelhanças e Diferenças entre os Inventários Brasileiros e os Orientais/uruguaios

Na tabela I, o período foi dividido em duas partes pelo ano de 1812, quando as guerras no Prata interromperam o tráfico transatlântico de escravos para a região. No Rio Grande do Sul, por outro lado, esta interrupção não se verificou, a não ser em 1850, quando a província passou de importadora a exportadora de escravos.

Considerando-se os inventários sul-rio-grandenses, verifica-se entre os dois períodos o reforço do caráter escravista da sociedade gaúcha: entre 1769 e 1812, dos 95 inventários analisados, apenas 26,14% não registraram a propriedade escrava, sendo que no período seguinte o percentual se reduziu para 21,99%. Contrastando tal



característica com o verificado nos inventários orientais/uruguayos, nota-se um movimento inverso: a maioria não registrou escravos nos dois períodos, sendo maior o percentual de inventários sem escravos no segundo do que no primeiro.

Considerando-se que os inventários eram feitos pela parte da população que ao falecer tinha algo a legar, deve-se tomar a documentação analisada como uma amostra das pessoas mais prósperas. Em outras palavras, no Rio Grande do Sul elas dependiam mais da propriedade escrava do que na Banda Oriental/Uruguai, o que é corroborado pela média de escravos por inventário em um e no outro território. No país vizinho, tal média se reduz de 1,95 para 0,92 escravos por inventário, enquanto no Rio Grande do Sul ela se eleva, entre os períodos, de 4,8 para 7,5 cativos.

Tem-se um aumento expressivo da omissão de informações dos preços dos escravos inventariados na Banda Oriental/Uruguai, de um período para o outro: é provável que a sucessão de conflitos bélicos a partir de 1812 tenha tornado impossível avaliar os cativos. Isto porque os preços dos escravos correlacionavam-se com as expectativas de ganhos que deles poderiam advir e os de sexo masculino, especialmente, passaram crescentemente a ser engajados nas fileiras dos exércitos em luta, sendo prometida a indenização, pelo Estado, aos senhores (Borucki, Chagas e Stalla, 2004 - capítulo 2). Como as guerras punham em dúvida precisamente a existência dos estados em luta, a ausência de preços pode ser parcialmente explicada pela incerteza quanto ao pagamento das indenizações. Acresça-se a isto, por fim, o fato de que a própria escravidão encontrava-se ameaçada, dado o caráter revolucionário dos movimentos de independência da América Hispânica, em contraste com o que ocorreu no Brasil (Novais e Mota, 1996 - capítulo 1). Assim, no primeiro período, a instabilidade política parcialmente decorrente dos processos de independência não estava presente como no segundo e a omissão de 2,99% dos preços dos escravos parece ser substancialmente menor do que posteriormente, quando as guerras se tornaram frequentes e 22,22% dos escravos da amostra não foram avaliados quando inventariados.

Por fim, a tabela I aponta também para uma diferença curiosa entre os critérios de avaliação dos cativos na Banda Oriental/Uruguai e os do Rio Grande do Sul: uma certa desatenção dos *tasadores*<sup>24</sup> quanto às idades dos escravos platinos.

### Preços de Escravos e Idades: uma constante americana

Como dito anteriormente, os preços dos escravos correlacionavam-se com as expectativas dos ganhos futuros que deles adviriam. Por tal motivo, a historiografia tem apontado para as

---

<sup>24</sup> Nos inventários orientais/uruguayos, são chamados de *tasadores* as pessoas encarregadas da avaliação dos bens inventariados. Normalmente eram duas pessoas escolhidas pelos herdeiros e nomeadas pelo *alcaide de segundo voto*, que se responsabilizava pela condução do processo. Artesãos qualificados, como *mestres albañiles* e *mestres carpinteros*, normalmente auxiliavam os *tasadores* avaliando e descrevendo paredes de alvenaria e estruturas de madeiras, como telhados, cercas de currais, janelas etc. No Brasil, todo este serviço era feito pelos avaliadores, escolhidos pelos herdeiros e nomeados ou pelo juiz de órfãos, ou pela autoridade presente.

diferenças entre os preços dos cativos em função do gênero, dos ofícios, das doenças e mesmo da conjuntura econômica. Uma outra variável fundamental para definir os preços dos escravos é dada pelas idades, como ilustrado pelo gráfico 1. Gráfico 1: Preços Relativos<sup>25</sup> em Função das Idades dos Homens Escravos no Rio Grande do Sul entre 1777 e 1851.

Fonte: Inventários *post-mortem* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

No gráfico 1, cada losango representa uma pessoa e ilustra como a idade influenciava os preços, os quais dependiam das expectativas de lucros que o mercado atribuía a cada um.

Uma criança recém-nascida é incapaz de trabalhar e, no curto-prazo, poderia ser vista como um peso-morto para o senhor (Weber, 1994 - páginas 132 e 133). No entanto, como se sabe, no século XIX, muitos dos cativos que viviam no Brasil haviam nascido no País e pela quantidade de crianças incluídas como propriedade nos documentos consultados, o fato de que fossem um peso-morto no curto-prazo não induzia os senhores a libertá-las. Aparentemente, pensava-se também no longo-prazo quando a parcela dos que sobrevivessem estaria apta a gerar rendimentos de modo a compensar não apenas os custos em que individualmente incorreram enquanto foram incapazes de gerar lucros, mas também os custos, totais ou parciais, das crianças que morreram antes.<sup>26</sup>

Uma vez que a idade não era a única variável considerada na definição dos preços dos escravos, a dispersão em torno das médias de preços tendia a se tornar maior com o tempo, sendo resultado da trajetória de vida de cada cativo, que podia adoecer perdendo parte da capacidade de trabalho e do valor pelo qual seria avaliado ou, pelo contrário, podia tornar-se mais caro, por ter-se especializado tornando-se, por exemplo, pedreiro, carpinteiro, graxeiro, tripeiro, salgador, sapateiro etc.

A relação entre preços e idades verificada no Rio Grande do Sul se repete na Banda Oriental/Uruguai, conforme pode ser visto pelo gráfico 2:

Gráfico 2 – Preços de Escravos (em pesos) em função das idades na Banda Oriental/Uruguai entre 1777 e 1851

Fonte: Tasaciones y Inventarios guardados no Archivo General de La Nación - Uruguay

---

<sup>25</sup> O preço relativo de um escravo se define como o quociente entre o preço do cativo, tal como registrado na documentação consultada, e o preço do escravo tomado como padrão, no presente caso, a média dos preços dos homens sadios contando de 20 a 29 anos de idade. O uso de preços relativos em vez dos preços nominais se justifica porque, no período estudado, estes subiram consideravelmente impedindo que se comparassem preços de décadas distintas para escravos de uma mesma idade. O uso dos preços relativos minimiza este problema.

<sup>26</sup> As crianças escravas nos Estados Unidos começavam a trabalhar aos 3 anos de idade, realizando tarefas simples e adequadas às capacidades que tinham. Apenas aos 8, porém, passavam a gerar rendimentos positivos, situação em que permaneciam ao longo da vida, a menos que ficassem impossibilitadas de trabalhar (Fogel e Engerman, 1989 - capítulo IV).

Tal como no Rio Grande do Sul, os preços dos cativos orientais/uruguayos variavam em função dos lucros que, se esperava, seriam gerados nos anos vindouros, motivo pelo qual os preços dos adultos caíam na medida em que a idade avançava, a partir dos 25 anos: o horizonte de ganhos com eles se reduzia na medida em que se tornavam mais velhose, portanto, se aproximavam da morte, ao mesmo tempo em que perdiam parte da força física. Como explicar, porém, a elevação dos preços entre o nascimento e o ápice? Neste caso, há que se levar em conta que a mortalidade infantil era muito alta (Engerman, 2000) e que os rendimentos esperados eram ponderados pela probabilidade de recebê-los. Ao tornarem-se um pouco mais velhas, a expectativa de vida das crianças se tornava maior, elevando a probabilidade de receber os lucros que gerariam e, assim, os preços das pessoas.

O fenômeno ilustrado pelos casos do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental/Uruguai, representados nos gráficos 1 e 2 é continental. Vários estudos a respeito dos preços dos escravos nas Américas, empregando diferentes fontes, lograram o mesmo tipo de curva de preços em função da idade<sup>27</sup>, o que se ilustra pelo gráfico 3 para o caso dos cativos sul-rio-grandenses:

Gráfico 3 – Preços estimados,<sup>28</sup> em função da idade, dos escravos homens sul-rio-grandenses entre 1800 e 1850

Como dito anteriormente, não era a idade a única dimensão considerada pelo mercado de escravos quando da avaliação de um cativo, sendo possível identificar também o peso negativo das doenças e o positivo das habilidades em determinados ofícios, tal como indicado pela equação apresentada na nota de pé-de-página de número 15. Tais fatores, entre outros, respondiam por parte da variação dos preços em torno das médias, o que explica a dispersão dos preços relativos do gráfico 1 em torno de uma curva com formato de “u” invertido e assimétrico, como a que consta no gráfico 3.

---

<sup>27</sup> Para Cuba, consultar: Engerman, S.L., R. Moreno Fraginals e H.S. Klein (1983), para São Paulo, ver: Mello, (1983); para o Rio de Janeiro, ver: MELLO (1978); para o Sul dos Estados Unidos, ver: Fogel e Engerman (1989); para a América Espanhola, ver: Newland e San Segundo (1994).

<sup>28</sup> Para estimá-los, fizemos uso do método dos mínimos quadrados ordinários adotando o polinômio que apresentava o mais elevado R<sup>2</sup>, o que atingiu 0,51, e que não rejeitava os termos da equação: Preço relativo = - 0,0055 + 0,114.idade - 0,00384.idade<sup>2</sup> + 4,52.10<sup>5</sup>.idade<sup>3</sup> - 1,82.10<sup>7</sup>.idade<sup>4</sup> - 0,245 dummydoença + 0,144 dummyofício. Note-se que as dummies são variáveis qualitativas que, na equação acima, indicam a desvalorização (de 24,5% do valor de um escravo são contando de 20 a 29 anos) em razão de doenças e a valorização (14,4% do valor de um escravo são contando de 20 a 29 anos de idade) em razão da existência de habilidades específicas para o trabalho. O mesmo procedimento para estimar as equações dos preços relativos foi adotado por Fogel, R. W e Engerman, S. L. *Time on the Cross – the economics of American Negro Slavery*, Nova York, W. W. Norton & Company, 1989 para os escravos do Sul dos Estados Unidos e por Mello, Pedro Carvalho de. “Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88”, *Revista Brasileira de Economia*, 32(1): 19-67, 1978 para os escravos do Rio de Janeiro.

## Conclusão: Capital Escravista-Mercantil no Rio Grande do Sul e na Banda Oriental/Uruguai

O que se encontra por trás da atribuição dos preços aos cativos é a expectativa de ganhos com o emprego dos escravos, o que foi explicitado por Fogel e Engerman (1989), para o caso do Sul dos Estados Unidos. Pires e Costa (2000) foram além: os preços dos escravos relacionavam-se também com o ciclo de reprodução do capital escravista-mercantil, o qual se distinguia de outras formas de circulação do capital, tal como as apresentadas por Marx.

A peculiaridade do capital escravista mercantil consistia no adiantamento de valores ao traficante para que o senhor contasse com a possibilidade do uso do escravo para fins produtivos<sup>29</sup>. Comparando tal situação com a do emprego do trabalhador livre, nota-se, do ponto de vista do capital, a vantagem do trabalho livre sobre o cativo: o proletário recebe salários na medida em que trabalha e, se não trabalha, não recebe, logo não há adiantamento de valores. Por isto, no caso dos senhores de escravos, a morte ou o adoecimento do cativo representava prejuízos porque, ao investimento com a aquisição, não correspondiam os lucros da utilização produtiva. Neste sentido, a chance de perder o capital investido seria maior do que no caso do emprego de trabalhadores livres.

Colocada nos termos acima, a escravidão se afigura irracional porque qualquer evento que atentasse contra a propriedade escrava representaria prejuízo ao senhor, isto é, um desfalque ao capital investido, no que se incluíam eventos como a morte, além de reformas políticas como a Abolição e os mais variados conflitos bélicos.

---

<sup>29</sup> Perceba-se as semelhanças e as diferenças entre o capital escravista-mercantil e o capital investido na propriedade fundiária: ambos supõem o pagamento pelo direito de propriedade para que se possa usá-lo. Os rendimentos que proporcionam, por outro lado, podem ser divididos em duas partes, de um ponto de vista analítico: a primeira, que Marx denominou de renda de tipo I, relaciona-se com a oferta e a demanda por terras; a segunda, por outro lado, relacionar-se-ia com a renda da terra tal como entendida por David Ricardo, derivada da localização e da fertilidade diferenciada do solo, o que Marx denominou de renda de tipo II. No caso da escravidão, há algo análogo: o pagamento efetuado pela compra do cativo liga-se ao simples exercício do direito de propriedade. Os rendimentos auferidos do trabalho escravo, por outro lado, seriam dados pelos diferentes tipos de escravos existentes, os quais teriam diferentes produtividades em razão das diferenças de força física e de habilidades de cada um. A Abolição corresponderia, assim, à supressão da renda de tipo I. Quanto à de tipo II, ela passaria do escravo ao trabalhador livre, que em um mercado de trabalho negocia com o capitalista o contrato por meio do qual trabalha. No caso da propriedade fundiária, uma reforma agrária tenderia a suprimir ou minimizar a renda de tipo I, mantendo-se a de tipo II. Por fim, uma diferença marcante entre as duas formas de investimento: a terra não perece, afigurando-se um investimento mais seguro do que o feito na propriedade escrava. Sobre a renda da terra em Ricardo, ver: Ricardo (1983) - capítulos I a VI. Sobre a renda da terra em Marx, ver: Marx (1986) - Livro III - capítulos XXXVII a XLVII.

Há que se considerar o julgamento acima, da superioridade do trabalho livre sobre o escravo do ponto de vista do capital, em termos abstratos e não históricos: quando a alternativa ao trabalho escravo seria hipoteticamente o trabalho livre. Ocorreu, porém, que nas Américas em diferentes momentos e lugares a opção à escravidão esteve ausente ou não era suficientemente grande para as demandas de então.<sup>30</sup>

No Rio Grande do Sul, no período abordado, tudo leva a crer que a alternativa à escravidão não se apresentou a contento para os senhores na primeira metade do século XIX. A lucratividade dos negócios, impulsionada aparentemente pela expansão das charqueadas, levou a que fossem adquiridos escravos em escala crescente até 1850. No Rio da Prata, por outro lado, a lucratividade dos negócios também deve ter demandado escravos de maneira crescente, especialmente entre a criação do Vice-Reino e o agravamento das guerras de Independência, em 1812. Elas contribuíram, porém, para obstar a formação de uma sociedade escravista tanto pelas ameaças de Abolição quanto pela queda da lucratividade esperada do capital, em geral, e do capital escravista-mercantil, em particular, em razão dos conflitos bélicos.

Deste modo, a prosperidade gaúcha da primeira metade do século XIX contrasta com o empobrecimento da Banda Oriental e do restante do Rio da Prata em que às guerras se somou a decadência de Potosí, tornando mais fraca a demanda por mercadorias em geral e, por consequência, o sentido mercantil das elites da cidade de Buenos Aires foi atenuado em favor de investimentos maiores na campanha, dada a insegurança dos investimentos comerciais em um território conflagrado (Halperín Donghi, 2007 - páginas 37 a 39). A invasão da Banda Oriental pelos exércitos luso-brasileiros, seguida pela incorporação ao território do Império, não conferiu a necessária estabilidade à região de modo a dar continuidade à vultuosa importação de escravos havida até 1812 (BORUCKI, 2011). Após a independência uruguaia em 1828, seguiu-se um longo conflito entre 1839 e 1850, conhecido como Guerra Grande, quando os exércitos em luta aboliram a escravidão na Banda Oriental<sup>31</sup>.

Assim, a relativa continuidade econômica e social existente entre a Banda Oriental e o Rio Grande do Sul, no período colonial, se perdeu, uma vez que a capitania/província se fortaleceu com a economia do café, para quem fornecia alimentos produzidos por meio de escravos, tornando-se crescentemente escravista. A Banda Oriental/Uruguai, entre 1812 e 1850, por outro lado, se empobreceu por ser território onde diferentes exércitos se enfrentaram, inviabilizando as atividades econômicas em geral e os investimentos em escravos, em particular. No período, portanto, ele tendeu a se transformar em uma sociedade sem escravos, quando fora uma sociedade com escravos no período colonial.

---

<sup>30</sup> Houve lugares em que a alternativa à escravidão não supôs nem eliminá-la, nem a disseminação do trabalho livre, como em Potosí, onde escravos, trabalhadores livres e índios *mitayos* habitavam uma mesma cidade (Tandeter, 1992 - capítulo 3).

<sup>31</sup> De fato, a escravidão no Uruguai será eliminada quando da Abolição no Brasil. Isto porque os estancieiros gaúchos, proprietários de escravos, transitavam com os cativos entre as propriedades que tinham de um lado e de outro de uma fronteira mal definida.

As origens semelhantes do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental/Uruguai, como sociedades pastoris vinculadas a centros econômicos para quem forneciam gado, no período colonial, e os diferentes destinos que tiveram no século XIX, devem ser entendidos também levando em consideração a racionalidade econômica do capital escravista-mercantil. Em diferentes lugares das Américas ele tinha uma mesma forma de avaliar os cativos, realizava investimentos quando as condições sociais e políticas eram propícias e fugia quando as adversidades se tornavam significativas.

## Referências

- Areces, Nidia (2000): Las Sociedades Urbanas Coloniales, In Tandeter, Enrique: *Nueva Historia Argentina - La Sociedad Colonial*, Buenos Aires, Sudamericana, p. 145-188.
- Arruda, José Jóbson de Andrade (2000): O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil, In: Tengarrinha, José: *História de Portugal*, Bauru: EDUSC.
- Berute, G.S. (2006): *Dos Escravos que Partem para os Portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande do São Pedro do Sul, c. 1790 - c. 1825*, Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Borucki, Alex., Chagas, Karla. e Stalla, Natalia (2004): *Esclavitud y Trabajo – un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya*, Montevideo: Pulmón.
- Borucki, Alex The Slave Trade to the Rio de La Plata, 1777 – 1812 (2011): Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare, *Colonial Latin-American Review*, vol 20, N. 1.
- Canabrava, Alice Piffer (1982): *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- Engerman, Stanley (2000): A Population History of the Caribbean, In: Haines, M.R.and Steckel, R.H. (Org.): *A Population History of North America*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Engerman, S.L , R. Moreno Fragnals e Klein H.S. (1983): The Level and Structure of Slave Prices on Cuban Plantation : Some Comparative Perspectives, *The American Historical Review*, 88(5), pp. 1201-1218.
- Finley, M.I. (1974) *The Ancient Economy*, Berkeley, University of California Press.
- Fogel, Robert W. e Engerman, Stanley (1989): *Time On the Cross - the economics of American Slavery*, Nova York, Northon.
- Fradkin, Raul e Garavaglia, Juan Carlos (2009): *La Argentina Colonial - el Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Fragoso, J.L. (1998): *Homens de Grossa Aventura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Garavaglia, Juan Carlos (1985): Economic Growth and Regional Differentiations: the River Plate Region at the End of XVIIIth Century", *The Hispanic American Historical Review*, vol. 65, n.1, p. 51-89.<sup>32</sup>
- Halperín Donghi, Tulio (2007): *La Formación de la Clase Terrateniente Bonaerense*, Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007.

---

32

- Lorandi, Ana María (2000): Las Rebeliones Indígenas, In Tandeter, Enrique: *Nueva Historia Argentina - La Sociedad Colonial*, Buenos Aires: Sudamericana, p. 285-330.
- Marx, Karl (1986): *El Capital* - crítica de la Economía Política - Livro III - capítulos XXXVII a XLVII, México: Siglo Veintiuno.
- Ricardo, David (1983): Princípios de Economia Política e de Tributação, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mayo, Carlos Alberto (1997): Patricio de Belén: nada menos que un capataz, *The Hispanic American Historical Review*, vol 77, n. 4, p. 597-167.
- Mazzeo, Cristina (2010): El Comercio Colonial en el Siglo XVIII, In CONTRERAS, Carlos: *Compendio de Historia Económica del Perú - Tomo III, Economía del Período Colonial Tardío*, Lima: BCRP - IEP, p 223 - 294.
- Mello, Pedro Carvalho de (1978): Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88, *Revista Brasileira de Economia*, 32(1): 19-67.
- Mello, Zélia Maria Cardoso de (1983): Os Escravos nos Inventários Paulistanos na Segunda Metade do Século XIX, *Ensaios Econômicos*, São Paulo, IPE-USP.
- Moutoukias, Zacharias (2000): "Gobierno y Sociedad en el Tucumán y el Río de La Plata, 1550-1800" em: Tandeter, Enrique (coord): *Nueva Historia Argentina - La Sociedad Colonial*, Buenos Aires, Sudamericana.
- Newland, C e San Segundo, M.J. (1994): Un Análisis de los Determinantes del Precio de los Esclavos Hispanoamericanos en el Siglo XVIII, *Revista de Historia Económica*, volume 12, número 3. pp. 694 – 701.
- Novais, F. A. e Mota, C. G. (1996): A Independência Política do Brasil – 2ª Edição, São Paulo, Hucitec.
- Pires, Júlio Manoel e Costa, Iracy Del Nero da (2000) O Capital Escravista-Mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação, *Estudos Avançados*, 14 (38).
- Prado, Fabrício (2009): *In The Shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Río de La Plata*, Dissertação (doutorado em História), Emory University, Atlanta.
- Salas Olivari, Miriam (2009): Manufacturas y Precios en el Perú Colonial, la Producción Textil y El Mercado Interno, Siglos XVI y XVII, In CONTRERAS, Carlos.: *Compendio de Historia Económica del Perú - Tomo II, Economía del Período Colonial Temprano*, Lima: BCRP - IEP, p. 447-538.
- Salazar-Soler, Carmen (2009): Minería y Moneda en la Época Colonial Temprana, In CONTRERAS, Carlos (Org.): *Compendio de Historia Económica del Perú - Tomo II: Economía del Período Colonial Temprano*, Lima: BCRP - IEP, p. 109-228.
- Salvatore, Ricardo e Brown, Jonathan C. (1987): Trade and Proletarianization in Late Colonial Banda Oriental: evidence from the Estancia de Las Vacas, 1791-1805, *The Hispanic American Historical Review*, 67 (3), p. 431-459.
- Sempat Assadourian, Carlos (1982): *EL Sistema de Economía Colonial*, Lima: IEP.
- Suárez Espinosa, Margarita (2009): El Perú en el Mundo Atlântico, In Contreras, Carlos (Org.): *Compendio de Historia Económica del Perú - Tomo II, Economía del Período Colonial Temprano*, Lima: BCRP - IEP, p. 229 - 312.

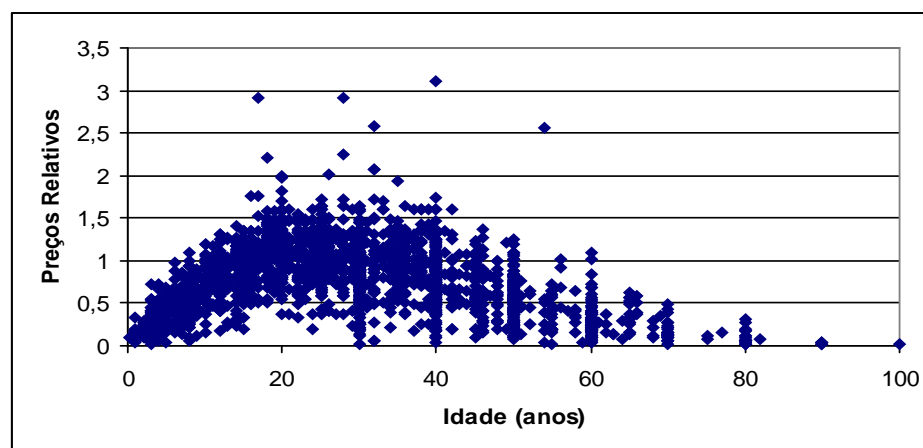
Tandeter, Enrique. (1992): *Coacción y Mercado - la minería de la plata en el Potosi colonial, 1692-1826*, Madri: Siglo Veintiuno.  
 Weber, Max (1994): *Economia y Sociedad: esbozo de una sociologia comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.

Tabela 1 – Semelhanças e Diferenças entre os Inventários Brasileiros e os Orientais/uruguaios

| Períodos                              | Banda Oriental/Uruguai |           | Rio Grande do Sul |           |
|---------------------------------------|------------------------|-----------|-------------------|-----------|
|                                       | 1777-1812              | 1813-1851 | 1769-1812         | 1813-1851 |
| Quantidades de Inventários Analisados | 44                     | 59        | 95                | 571       |
| Inventários sem Escravos              | 65,91%                 | 71,19%    | 26,14%            | 21,99%    |
| Média de Escravos por Inventário      | 1,52                   | 0,92      | 4,8               | 7,5       |
| Escravos sem Identificação de Idade   | 52,24%                 | 55,56%    | 9,00%             | 6,96%     |
| Escravos sem preços                   | 2,99%                  | 22,22%    | 0,00%             | 0,03%     |

Fontes: Inventários *post-mortem* guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Archivo General de La Nación – Uruguay.

Gráfico 1: Preços Relativos<sup>33</sup> em Função das Idades dos Homens Escravos no Rio Grande do Sul entre 1777 e 1851.



<sup>33</sup> O preço relativo de um escravo se define como o quociente entre o preço do cativo, tal como registrado na documentação consultada, e o preço do escravo tomado como padrão, no presente caso, a média dos preços dos homens sadios contando de 20 a 29 anos de idade. O uso de preços relativos em vez dos preços nominais se justifica porque, no período estudado, estes subiram consideravelmente impedindo que se comparassem preços de décadas distintas para escravos de uma mesma idade. O uso dos preços relativos minimiza este problema.



Gráfico 2 – Preços de Escravos (em pesos) em função das idades na Banda Oriental/Uruguai entre 1777 e 1851.

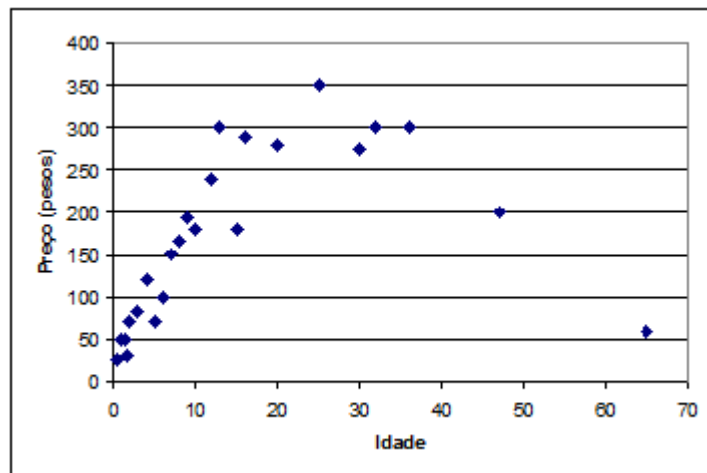
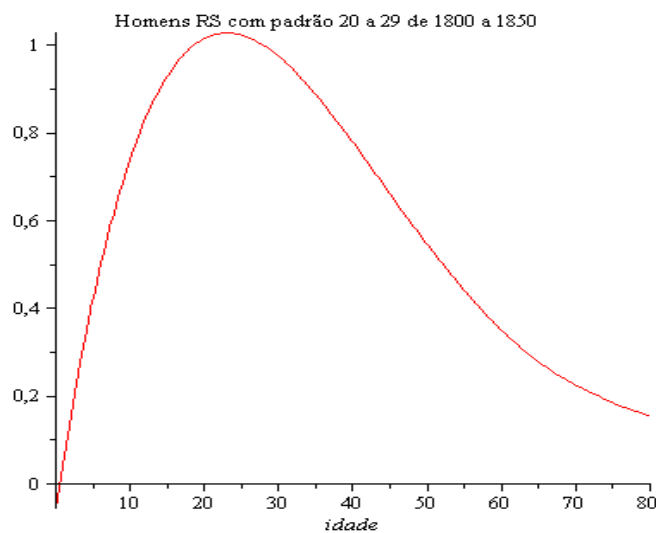


Gráfico 3 – Preços estimados,<sup>34</sup> em função da idade, dos escravos homens sul-rio-grandenses entre 1800 e 1850



<sup>34</sup> Para estimá-los, fizemos uso do método dos mínimos quadrados ordinários adotando o polinômio que apresentava o mais elevado  $R^2$ , o que atingiu 0,51, e que não rejeitava os termos da equação: Preço relativo =  $-0,0055 + 0,114 \cdot \text{idade} - 0,00384 \cdot \text{idade}^2 + 4,52 \cdot 10^{-5} \cdot \text{idade}^3 - 1,82 \cdot 10^{-7} \cdot \text{idade}^4 - 0,245 \cdot \text{dummydoença} + 0,144 \cdot \text{dummyofício}$ . Note-se que as dummies são variáveis qualitativas que, na equação acima, indicam a desvalorização (de 24,5% do valor de um escravo são contando de 20 a 29 anos) em razão de doenças e a valorização (14,4% do valor de um escravo são contando de 20 a 29 anos de idade) em razão da existência de habilidades específicas para o trabalho. O mesmo procedimento para estimar as equações dos preços relativos foi adotado por FOGEL, R. W e ENGERMAN, S. L. *Time on the Cross – the economics of American Negro Slavery*, Nova York, W. W. Norton & Company, 1989 para os escravos do Sul dos Estados Unidos e por MELLO, Pedro Carvalho de. “Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88”, *Revista Brasileira de Economia*, 32(1): 19-67, 1978 para os escravos do Rio de Janeiro.

## Teatro para discutir los movimientos sociales

Denise Marcos Bussoletti  
Krischna Silveira Duarte  
Hélcio Fernandes Júnior  
Gabriel Almeida Nogueira  
Vagner de Souza Vargas

### **Abstract**

The Nucleus of Arts, Languages and Subjectivities (NALS), located at Education Faculty, in the Federal University from Pelotas (UFPEL), Southern Brazil, develops many activities in education, extension, and research. The Project “Landless Daisies” consists in the production of a theatre play with students from post-graduation and graduation together with some artists in the city Pelotas/RS, Southern Brazil. The playwriting tells about life histories and reports from women who are from the Landless Movement, in Brazil. The main focus of interest of this play shows the importance of women in this Movement and gender discussions in general society. The NALS develops its activities based on principles of Border Pedagogy and Aesthetic of Ginga. By doing works based on these principles, the members of the NALS can put on a practical level what is indicated in the theoretical presuppositions.

**Keywords:** Education, Theatre, Aesthetic of Ginga, Border Pedagogy, Landless Movement, Arts.

### Sembrando

El lenguaje teatral permite el dialogo y la inserción de debates de diferentes conceptos, temáticas y problemáticas sociales. La apropiación y opciones estéticas que serán adoptadas deben estar de acuerdo con los objetivos del trabajo a ser desarrollado. Así, las posibilidades de enfoque proporcionados por el teatro son múltiples, pudiendo envolver aspectos relacionados al ensino de teatro y sus metodologías peculiares, el montaje de espectáculos de teatro, a la escrita de textos dramaturgicos envolviendo las especificidades inherentes a esa lenguaje, entre otras posibilidades que podemos utilizar (Bussoletti y Vargas, 2014a; Vargas y Bussoletti, 2012; 2014).

El Núcleo de Artes, Lenguajes y Subjetividades (NALS) y el PET Fronteras, de la Facultad de Educación (FAE), de la Universidad Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil, desarrollan diversas actividades de ensino, pesquisa y extensión con múltiples abordajes y proyectos en diálogo persistente entre la academia y la sociedad (Bussoletti y Vargas, 2013). En este contexto, surge el proyecto de extensión “Margaritas Sin Tierra” que consiste en el montaje de la pieza de teatro del mismo nombre por estudiantes de graduación, posgrado de la UFPEL y de artistas de la ciudad de Pelotas/RS, a sur de Brasil,

conjuntamente a profundizado de los debates e reflexiones a respecto de las temáticas enfocadas en el texto teatral (Bussoletti y Vargas, 2012).

El objetivo de este artículo es describir el proyecto “Margaritas Sin Tierra” y sus proposiciones aún en paso. Además, también serán presentados algunos principios ético-estéticos y pedagógicos adoptados por lo NALS para el desenvolvimiento de sus actividades.

### El Germinar de lo ético, estético y pedagógico

Las actividades desarrolladas por el NALS están cercioradas en preceptos teóricos que se proponen a buscar nuevas alternativas de pensamiento/posicionamiento ético, estético y pedagógico. En estas propuestas, san considerados y respetados los diversos agentes formadores de nuestra historia, sus historias y voces, además de haber la comprensión, valoro y respecto de que muchos grupos sociales desarrollan pedagogías propias que no se incluyen en las normativizaciones políticas oficiales, contenidas en los abordajes y metodologías caucásicas, europeas y elitistas. Para desarrollar estas actividades, el NALS propone que otras pedagogías sean creadas y/o reconocidas con la finalidad de revelar la pluralidad de acciones desarrolladas en la sociedad brasileña que ni siempre están visibles en los órganos mediáticos, políticos y gubernamentales como detentoras de una validez e sí misma, independizada de las normativizaciones de las propuestas pedagógicas tenidas como oficiales en nuestro país. A respecto de eso, resaltamos lo que Arroyo (2014) refiere a decir que:

Al legitimaren sé cómo sujetos políticos y sociales, exigen el recontar de esa historia pedagógica que los segregó como sujetos y los relegó a simples objetos, destinatarios de las pedagogías hegemónicas. Exigen que su historia sea reconocida, o mejor, que las narrativas de la historia oficial de las teorías pedagógicas sean otras. (Arroyo, 2014: 12)

El NALS trabaja con la perspectiva de proponer la interlocución de las artes como su sitio de discurso, con el objetivo de poner en práctica lo que defendemos como *Pedagogía de la Frontera* y como *Estética del la Ginga* (Bussoletti y Vargas, 2013). El origen de esos conceptos surge a partir de los embasamientos en las teorías de Pedagogía de Frontera, propuesta por Giroux (1992) así como de Identidad de Frontera, referida por McLaren (1999).

La *Estética del la Ginga* se desarrolla a partir del trabajo conceptual del artista brasileño Hélio Oiticica (1939-1980). Oiticica buscaba lo que está más allá del arte, a lo cual denominó “intervención”, tomando posesión de que todo participante de una obra maestra no sería un mero espectador, sumiso, pero sí que tendría la posibilidad de intervenir, actuar y crear la obra que estaba siendo propuesta (Bussoletti y Vargas, 2013). Oiticica transfigura lo espectador en “partícipe”, ese sujeto que baila por lo cosmos y transpone el tiempo, proveyendo plasticidad a la obra que, de ese modo, puede ser reconocida también como experiencia colectiva. Partícipe y obra cambian-se, por lo tanto, en algo de inseparable como productos y productores de otra premisa estética (Bussoletti y Vargas, 2013). Con esa experiencia artística de Hélio Oiticica podemos recoger puntos de vista que posibilitan reconocer la

potencialidad de todos los sujetos intervinieren en las actitudes sociales, proponiendo alternativas otras a lo que había sido previamente concebido.

Basado en estas cuestiones, el NALS defiende la posibilidad de experimentación artística por la educación, como una tejeduría que se realiza por entre fronteras. Esa propuesta desterritorializa comportamientos y posibilidades suprimidos y/o ocultos, haciendo espacio educativo en el sentido de la transgresión y de la resistencia de prácticas alternativas no sumisas a los conceptos tradicionales históricos y políticos mantenidos por la adoración de las seguridades consumibles como productos de una forma contestable (Bussoletti y Vargas, 2013). En relación a eso, destacamos lo que Arroyo (2014) refiere a decir que:

Reconocer que estos pueblos tienen Otras Pedagogías productoras de saberes, de modos de pensar, de liberar e humanizar a sí mismos, desestabilizaría la propia auto-identidad de la pedagogía hegemónica. Esa ha sido, a lo largo de la historia de resistencias a las pedagogías colonizadoras, una de las funciones de los movimientos sociales: desestabilizar la pedagogía hegemónica en las bases de su auto-identidad [...] Los movimientos de resistencia a toda forma de subalternidad, incluso la pedagógica, no se limitan a criticar y desestabilizar las bases de la pedagogía hegemónica, pero construyen y afirman Otras Pedagogías. (Arroyo, 2014: 30)

Para que acontezca la ruptura de los modelos de producción de los *silenciamientos* impuestos, es preciso enfocar en la búsqueda de las voces y conceptos silenciados, a partir de una zambullida en la identificación de sus distinciones y problemáticas de sus adversidades, con la mirada de que las posibles distancias no alejen más aún las alteridades. Así nosotros estaríamos minimizando las dificultades de establecer propuestas pedagógicas eficaces, capaces de generar identificación y significación en los más distintos grupos sociales.

De acuerdo con el principio de la *Estética del la Ginga*, referido por Jacques (2003), teniendo como base el trabajo de Hélio Oiticica, la mezcla y la interlocución de distintos aspectos son capaces de generar una nueva información que, por lo tránsito y movimiento, como en la cadencia del *samba*, permiten que las trocas posan ocurrir, manteniéndose activos y constantes en sociedad (Bussoletti y Vargas, 2013). Al asumir esas reglas, los integrantes del NALS reconocen que estarán proponiendo otras alternativas socioeducativas, lo que viene a cumplir con lo que Arroyo (2014) refiere a decir que:

Para que sea posible repensar-se, las teorías e pedagogías socioeducativas tendrán que repensar también, las formas como tienen sido pensados los distintos y los diferentes en clase, raza, etnia, género, hogar. Pero también, repensar el Nosotros como la pretensa sintiese de la humanidad, de la cultura, de la civilización. (Arroyo, 2014: 59)

El NALS defiende esas premisas en cuanto propuestas, con el objetivo de rescatar, reconocer, identificar y proponer otras alternativas éticas, estéticas e pedagógicas. El trabajo desarrollado en el proyecto “Margaritas Sin Tierra” camina en esa dirección, al proponer una multiplicidad de abordajes, reflexiones y discusiones a

respecto de la fruición artística y las temáticas arrolladas en el texto dramático que sirvió de base para el montaje teatral.

### Brotos que germinan escenas

El proyecto de extensión “Margaritas Sin Tierra” propone el montaje teatral del texto “Margaritas sin Tierra”, de Denise Bussoletti y Vagner Vargas, publicado en el libro “Lecturas en Dramaturgia Teatral para la Diversidad”, lanzado en el año del 2012. La pieza de teatro surge a partir del texto “Mujeres sin tierra: identidad en representación”, que surgió de una pesquisa de posgrado con mujeres que vivían en el campamento Sin Tierra llamado *Fazenda da Palma*, Pelotas/RS, a sur de Brasil, en el año 1996 (Bussoletti, 1997; 2010). Cuanto a la idea de la construcción dramática de la pieza de teatro, los autores refieren que:

[...] no pretendemos encerrar ninguno tipo de lectura y interpretación que el lector pueda hacer. Aquí, optamos por repartir la historia entre cinco Margaritas. Sin embargo, esa alternativa surgió apenas con la finalidad de facilitar la posibilidad de dinámica escénica, una vez que, a crear un texto para teatro, no lo imaginamos solamente en el contexto literario, necesitamos construirlo dentro de las perspectivas para escenificación. (Bussoletti y Vargas, 2012: 155)

A tomar como posesión la lenguaje teatral, este proyecto pretende proporcionar la experiencia del montaje de un espectáculo teatral a los miembros del NALS y PET Fronteras, además de promover reflexiones acerca de los temas transversales contenidos en la disertación de Bussoletti (1997), entre ellos: género, arte, derechos humanos, derecho a la tierra, trabajo y sistemas de opresión. Además de esos aspectos, el proyecto también objetiva la fruición artística por medio de presentaciones del espectáculo para distintos públicos y contextos sociales, llevando, por medio del teatro, debates acerca de cuestiones relacionadas al Movimiento Sin Tierra (MST), centrándose en el papel de la representatividad femenina en esos movimientos y los atravesamientos relacionados al papel de la mujer en la constitución de la sociedad brasileña.

El trabajo se realiza con actores y no-actores<sup>35</sup>. Los miembros del proyecto desarrollan citas semanales, desde mayo del 2014, con el objetivo de profundizar en los estudios acerca de las cuestiones teóricas que cruzan el contexto en el cual la trama del espectáculo fue construida y que, también, están relacionados a los movimientos sociales de lucha por el derecho a la tierra en Brasil. Además, los participantes también realizan ensayos y experimentaciones acerca de las posibilidades estéticas que desencadenan en el espectáculo. Por medio de las inquietaciones de los miembros del proyecto, el texto dramático permite numerosas otras discusiones de los envueltos, de acuerdo con el área relacionada a su curso de graduación o posgrado, como por ejemplo, antropología, letras, ciencias sociales y teatro.

Con el objetivo de aproximar los miembros del grupo de las temáticas relacionadas al derecho a la tierra y a sus significados, desde los primeros encuentros ha tenido una intensificación de los

---

<sup>1</sup>Termo utilizado por el dramaturgo brasileño Augusto Boal para designar aquellos que participan de acciones teatrales, no necesariamente actores amateurs y/o profesionales (Boal, 1998).

estudios acerca de esas cuestiones. En una entrevista realizada por Bernardo Mançano Fernandes con uno de los miembros fundadores del MST, João Pedro Stedile - participante activo desde el año del 1979, de la lucha por la reforma agraria – al exponer, de forma clara e objetiva, la formación del MST, comenta:

Hemos conseguido sistematizar un poco, durante la propia evolución del MST, acerca de la génesis de nuestra organización. Aún que no tengamos la comprensión de la amplitud de su significado en una teorización más bien elaborada, decimos que la génesis del MST fue determinada por varios factores. Lo principal fue el aspecto socioeconómico de las transformaciones que la agricultura brasileña sufrió en la década de 1970. En esta década, hubo un progreso de desarrollo que José Graziano da Silva designó de “modernización dolorosa”. Fue el periodo más rápido y más intenso de la mecanización de la labranza brasileña. (Stedile, 2005: 15)

Uno de los deseos de los envueltos en el proyecto es llevar el espectáculo para ser presentado en algunas ocupaciones del Movimiento Sin Tierra, con el objetivo de promover la discusión, junto a las personas que, de alguna manera, tienen una aproximación con la realidad de los personajes retratados en la pieza de teatro. Además de la fruición artística, el proyecto ofrece oportunidad a sus participantes de ampliación de los debates teóricos presentes en la academia, colectivamente con los sujetos sociales que basaran la creación de esos conceptos acerca de sus luchas y defensas. Además, por enfocar el papel de las mujeres, sus historias de vida, cotidianos y contextos a lo largo del desarrollo del MST, dialogando directamente con los sujetos reales de esa historia, los miembros del grupo pretenden tener una aproximación práctica entre lo que es discutido en la academia y lo día a día de esas personas. El sitio de este intercambio incesante de matrices, informaciones, reflexiones y conceptos va a ser el teatro. Sin embargo, el abordaje ético y estético del germinar de esas Margaritas confiere oportunidad a los envueltos de constitución de un espacio para el fomento del debate acerca de esas cuestiones de la sociedad.

### Regando semillas de Margaritas

El proceso de concepción del espectáculo empezó con una lectura antecedente de la disertación de Bussoletti (1997), con la finalidad de comprender lo universo en lo cual la historia estaba insertada. La pieza está siendo desarrollada a partir de la perspectiva del teatro épico de Bertolt Brecht, que, de acuerdo con Rosenfeld (2012: 29-31) “se distingue por su estructura más abierta, rellena de episodios que no se ligan en el enlace de una acción continúa, de tiempo reducido y sitio fijo (o sea, el teatro épico rompe con las llamadas unidades de acción, tiempo y espacio)”, y, aún, “El teatro debe ser épico, también, para corresponder al intuición didáctica de Brecht, para aclarar el público acerca de la sociedad y la necesidad de cambiarla”.

Esa manera de hacer teatro aproxima el público de la acción teatral, creando oportunidad de una relación más íntima entre los actores y la platea, deseando que, en esa relación de proximidad, el público pueda sentirse incluyedo en la acción teatral, con la posibilidad de distanciarse de los acontecimientos estéticos e

poéticos, para reflexionar críticamente acerca de las situaciones y conexiones sociales difundidas a partir de la historia presentada. Walter Benjamin (2012: 91-92) nos ayuda a reflexionar acerca de la opción metodológica que utilizamos, cuando refiere que “el teatro épico pone en cuestión el carácter de divertimento atribuido al teatro; ello agita su validez social al privarlo de su función en el orden capitalista; y al final, amenaza la crítica en sus privilegios”. Tratando de una temática delicada y de naturaleza indiscutiblemente política, el autor citado nos guía a mirar el texto “Margaritas Sin Tierra” de manera cuidadosa cuanto a las escojas de abordaje metodológica por tratar de cuestiones que generan tensionamientos políticos en nuestro país.

Durante los ensayos, se realizaron trabajos de expresión corporal y vocal, para que los envueltos en el proceso puedan experimentar posibilidades de las técnicas teatrales que les permitan la creación de personajes creíbles a la concepción presente en el texto de la pieza de teatro de Bussoletti y Vargas (2012). Los ejercicios, así como toda la preparación se realizaron por todos los miembros del grupo, o sea, no solamente por aquellos que tendrán personajes con charlas existentes en la dramaturgia original, pero también, con aquellos que crearán personajes y interacciones escénicas a partir de las informaciones contenidas en las rubricas del texto.

El proceso de desarrollo de los ensayos también posibilita que los participantes tengan una aproximación con el universo de lo hacer teatral. Renato Ferracini (2003: 136) refiere que “Antes de iniciar cualquiera trabajo, el actor debe calentar su cuerpo. Eso es una *praxis* comprobada y ejecutada, no solamente en el teatro por los actores, pero por cualquiera persona, en cualquiera actividad física”. Cuando el autor trabaja con el término “calentar”, él no está enfatizando una lectura elemental y superficial, pero resalta la capacidad de cesión y apertura de los envueltos en la actividad para que sean accedidas sus percepciones, sensaciones y reflexiones estéticas para el trabajo que va a ser desarrollado y las repercusiones sociales producidas a partir de esa experiencia.

### A la espera de las flores de primavera

El proceso de montaje del espectáculo “Margaritas Sin Tierra” viene al encuentro de las propuestas éticas, estéticas y pedagógicas defendidas por el NALS. En el desarrollo de sus trabajos en profunda sintonía con esas propuestas, los integrantes de ese proyecto vivencian en la práctica las posibilidades que los presupuestos teóricos nos indican. Sin embargo, más allá de eso, al llevar a ese trabajo para la apreciación de la comunidad en general, el grupo trasciende las paredes de la academia e ofrece el diálogo efectivo con la sociedad, buscando una *Otra Pedagogía*, conforme lo propuesto por Arroyo (2014), donde la constitución y la identificación de *Otros Sujetos* emerge a partir de otros sitios, otros hechos, otras teorías, *Otras Pedagogías*.

Por lo tanto, aún que el trabajo esté en proceso, podemos observar el movimiento del flujo contínuo e incesante de referencias, conceptos y contextos híbridos que están posibilitando a los participantes de ese montaje la percepción de otras perspectivas en el campo de la ética, de la estética, de la educación y de las artes. El diálogo de este trabajo con los sujetos reales de las historias

abordadas en el texto dramático, por medio de la presentación de lo espectáculo de teatro en campamentos del MST, propiciará o intercambio de discusiones teórico-prácticas directamente con los sujetos de esos movimientos sociales. Mas, para que eso acontezca, aún tenemos que *Aguardar las Flores de la Primavera* o que las *Margaritas Florezcan*.

## Bibliografía

- Arroyo, Miguel. (2014). *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Benjamin, Walter. (2012). *Obras Escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política, Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense
- Boal, Augusto. (1998). *Jogos para Atores e Não Atores*. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Bussoletti, Denise Marcos. (1997). *Mulheres sem terra: Identidade em representação*. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS
- Bussoletti, Denise Marcos. (2010). *Margaridas sem terra, identidade em representação*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel
- Bussoletti, Denise Marcos; Vargas, Vagner. (2012). *Leituras em dramaturgia teatral para a diversidade*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel
- Bussoletti, Denise Marcos; Vargas, Vagner de Souza. (2013). Art and Aesthetics of Ginga: Boundary for the Future in the In-Between Places of Diversity. *Global Journal of Human Social Science. Arts & Humanities*. 13(04): 01-09
- Bussoletti, Denise Marcos; Vargas, Vagner de Souza. (2014a). Por Entre Fronteiras de Uma Pedagogia que Pauta a Educação Pelas Artes Gingando Saberes e Práticas Populares. *Revista Extraprensa*, 1(14): 41-48
- Bussoletti, Denise Marcos; Vargas, Vagner de Souza; Krüger, Luana de Carvalho. (2014b). The Daily Masks and Socially Sensitive Identity: An Ethical and Aesthetical Proposal for Education in Brazil. *Journal of Art for Life*, 6(1): 1-8
- Ferracini, Renato. (2003). *A arte de não interpretar como poesia corpórea do ator*. Campinas/SP: Editora da Unicamp
- Giroux, Henry. *Border crossing*.(1992). Nova York e Londres, Routledge.
- Jacques, Paola. (2003). *Estética da Ginga: A Arquitetura das Favelas Através da Obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra
- McLaren, Peter. (1999). *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez
- Rosenfeld, Anatol. (2012). *Brecht e o teatro épico*. São Paulo: Perspectiva
- Stedile, João Pedro. FERNANDES Bernardo Maçano. (2005). *Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Vargas, Vagner; Bussoletti, Denise Marcos. (2012). Teatro Sem Fronteiras. *Expressa Extensão*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPEL. Edição especial, pp. 43-57.



Vargas, Vagner de Souza; Bussoletti, Denise Marcos. (2014). Texto e Contexto: Dramaturgia Teatral, Educação e Diversidade. *Revista Querubim*, ano 10, 2 (22): 115-121.

# Integração regional e governança: uma análise do acordo energético Perú-Brasil

Célio Bermann  
Jucilene Galvão  
Lilian da Silva

## Abstract

The article presents an analysis and discussion regarding the relations established by Peru and Brazil for the exploitation of hydrous resources of the Amazon Basin and which are presented in the 'Supply electricity to Peru and export surplus to Brazil agreement', which until then, was not ratified, creating the need for understanding shortcomings involving such agreement.

**Keywords:** Regional Integration, Governance, Hydraulic Resources, Hydropower

## Introdução

O uso dos recursos hídricos de grandes Bacias Hidrográficas, como a Bacia Amazônica, situada na América do Sul, é compartilhado por países vizinhos e este compartilhamento, por vezes, requer acordos baseados na ideia de integração e, portanto em acordos transfronteiriços estabelecidos entre os países que de forma múltipla utilizam-se destes recursos, sendo uma delas a produção de energia elétrica. Esses acordos de cunho integracionista, normalmente, passam por um longo processo de negociação e enfrentam diversos obstáculos institucionais, regulatórios e financeiros, além do receio dos países em relação a perda da soberania sobre a fonte energética.

Diante deste contexto, o presente trabalho, tem por objetivo central analisar e discutir as relações transfronteiriças estabelecidas por Peru-Brasil em relação aos recursos hídricos da Bacia citada e o 'Acordo de fornecimento de energia elétrica ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil' (Brasil, 2010), assinado em 2010, porém não ratificado, e que prevê o uso múltiplo e compartilhado das águas Amazônicas para a produção de hidroeletricidade em alguns rios situados em território peruano.

Pretende-se ainda de forma mais específica, identificar os reflexos positivos e negativos do Acordo Energético Peru-Brasil para a região transfronteiriça, entender as insuficiências de governança que envolvem o acordo e o possível aprofundamento da integração entre os países verificando como tais reflexos influenciaram a não ratificação do mesmo e a limitação, até os dias atuais, do andamento das obras previstas.

Um acordo transfronteiriço que prevê o uso de recursos naturais, podendo gerar impactos ambientais e socioculturais as localidades abrangidas, deve ser compreendido em suas dimensões políticas e de gestão, pois pode subsidiar novas ações integracionistas e desenhar caminhos possíveis para um processo de governança mais efetivo. Assim, parece de fundamental importância compreender quais

caminhos tem sido traçados para o estabelecimento da integração regional no âmbito da energia, entendendo de forma mais pontual como transcorreu as negociações para a assinatura do Acordo Peru-Brasil voltado para produção e negociação comercial de energia elétrica advinda de uma produção hidrelétrica, que em sua constituição geral requer a transformação do espaço e a ocupação e destinação dos recursos hídricos de determinada área de forma intensa.

A pesquisa fundamentou-se em uma revisão da literatura sobre o tema, na análise da documentação disponível no Itamarati para consulta pública referente ao acordo e em algumas entrevistas com pesquisadores da área.

O texto apresentado na sequência se divide em três subtítulos: Descrição e Delimitação da Área de Estudo, parte em que apresenta-se de forma detalhada a Bacia Amazônica e suas áreas em divisa Brasil-Peru, uma breve e sintética descrição da região peruana que apresenta alguns dos rios previstos para a construção das hidrelétricas; Integração Energética e Governança parte em que serão apresentados os conceitos que embasam a discussão referente aos caminhos traçados para as negociações bilaterais Peru-Brasil. Por fim, partir-se-á para a discussão efetiva, ou seja, O Acordo Energético Peru-Brasil e a Não-Ratificação analisando o processo de negociação e as dificuldades de ratificação do acordo.

#### Descrição e delimitação da área de estudo – Bacia Amazônica Perú-Brasil

Para a discussão referente ao uso dos recursos naturais e ocupação de determinado espaço é importante à delimitação e a descrição de sua constituição espacial, pois somente a partir da compreensão físico-geográfica destes recursos pode-se efetivamente discutir sua utilização e compreender os possíveis impactos, positivos ou negativos, advindos deste ou daquele uso efetivo. Levando em consideração esta questão apresentamos na sequência a Bacia Amazônica, seus limites territoriais, suas características em extensão e volume, dando ênfase as divisas entre a Bacia Amazônica Brasileira e a Bacia Amazônica Peruana. Apresentar-se-á também as sub-bacias peruanas que comportam os rios indicados para a construção das hidrelétricas negociadas nos projetos estabelecidos pelos países em questão, Peru-Brasil. E por fim, comentar-se-á a organização e ocupação sociocultural local para compreender, com amplitude, quais interesses conflitantes compõem tal cenário.

A Bacia hidrográfica do rio Amazonas é constituída pela mais extensa rede hidrográfica do globo terrestre, ocupando uma área total da ordem de 6.110.000 km<sup>2</sup>, desde suas nascentes nos Andes Peruanos até sua foz no Oceano Atlântico, estendendo-se sobre vários países da América do Sul: Brasil (63%), Peru (17%), Bolívia (11%), Colômbia (5,8%), Equador (2,2%), Venezuela (0,7%) e Guiana (0,2%). A contribuição, em recursos hídricos é em média para o território brasileiro, da ordem de 132.145 m<sup>3</sup>/s e para os territórios estrangeiros no total da ordem de 76.000 m<sup>3</sup>/s. (ANA, 2014). Ressaltando-se que como bacia hidrográfica ou bacia de drenagem considera-se:

(...) uma área da superfície terrestre que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum, num determinado ponto de um canal fluvial.(...) Uma determinada paisagem pode conter um certo número de bacias drenando para um reservatório terminal comum, como os oceanos ou mesmo um lago. (...) bacias de diferentes tamanhos articulam-se a partir dos divisores de drenagem principais e drenam em direção a um canal, tronco ou coletor principal, constituindo um sistema de drenagem hierarquicamente organizado. (Guerra e Cunha, 2009. p.98)

No caso da Bacia Amazônica o tronco ou coletor principal é o Oceano Atlântico e o Rio Amazonas que muda de nome ao longo de seu trajeto é o rio central da Bacia, distribuindo afluentes por toda a região, ou por que não dizer, por todo o Bioma Amazônico. As inúmeras sub-bacias, algumas destas distribuídas em áreas nacionais diferentes, drenam com intensidade e vazões diversas a região em questão. Para nossa pesquisa, os rios que irão comportar os projetos hidrelétricos em discussão estão distribuídos em sub-bacias peruanas, de volume e percurso variados, sendo eles: o rio Inambari, o rio Ene, o rio Tambo e o rio Urubamba. A bacia do Ucayali, na parte conhecida por Alto Ucayali abarca os rios Ene (180,6 km), Tambo (287 km) e Urubamba (862 km) que são seus principais afluentes. O rio Inambari (437 km), por sua vez, compõe a bacia do Madre de Dios.

O clima da região Amazônica é considerado clima Equatorial, apresenta temperatura média de 24° a 26°C sem grandes variações ao longo do ano e uma amplitude térmica anual de 1° a 3° C, a precipitação é bem distribuída pela região, porém apresenta dois picos de volume máximos localizados, um em torno da foz do Rio Amazonas e outro sobre a parte ocidental da bacia. Duas estações se definem ao longo do ano, sendo a estação chuvosa mais acentuada durante novembro e março, com pico em dezembro-fevereiro, e a estação seca ocorrendo de maio a setembro. Na porção norte da bacia há uma reversão dessa fase, e a estação chuvosa ocorre de maio a outubro e o período mais seco, de dezembro a fevereiro. As precipitações definem o volume e a vazão média do rio ao longo do ano, fator importante a ser considerado nos estudos de hidroeletricidade. (Nobre, C. A. et al, 2010)

Como elemento marcante da biodiversidade local tem-se a vegetação composta em sua maioria por floresta úmida de grande porte em meio a diferentes tipos de matas, campos abertos e até espécies de cerrado. A floresta abriga uma infinidade de espécies vegetais e animais dando origem a um dos maiores bioma do globo, o Amazônico, marcado por uma unidade fisionômica de vegetação, clima e abundância hídrica, mas também por uma grande diversidade com relevos, que em algumas áreas se estruturam em elevados planaltos em contraposição a vastas planícies que se espalham por toda a região da bacia que ficam alagadas em períodos de vazante dos rios. (IBGE, 2014)

O relevo é mais um elemento de grande significado em relação a ocupação e utilização da área, pois além de influenciar as atividades humanas básicas de ocupação, como moradia, também influencia diretamente na vazão ou gradiente dos rios, que diante destas características apresentam exigências diferenciadas para o uso múltiplo, seja como rotas fluviais, recurso hidrelétrico ou atividades econômicas.

Diante de tais aspectos, a população de áreas como as descritas são em sua maioria uma população tradicional ribeirinha ou relativamente urbana, porém que vive em pequenas vilas ou vilarejos próximos às áreas naturais e que desta forma tem sua organização socioeconômica direta ou indiretamente dependente das atividades de extrativismo, pesca, agricultura de subsistência, turismo e comércio de manufaturas, mineração artesanal de ouro ou outras atividades relacionadas com elementos da floresta.

A região do Ucayali apresenta-se com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional do Peru e com o nível de pobreza superando a média nacional, as principais atividades econômicas da região são: a agricultura, a silvicultura, a exploração de recursos minerais, a manufatura e o comércio se destaca em relação aos índices nacionais, nas áreas urbanas a indústria atrai grande parte da mão de obra local, a região ainda apresenta índices de desnutrição infantil aspecto típico, de uma região com infraestrutura ruim.

Na Bacia do Madre de Dios, mais precisamente entre a população das áreas possivelmente inundadas pelo represamento das águas do rio Inambari, de acordo com Vega (2010) o IDH apresenta-se menor do que na média nacional, sendo a nacional 0,6234 e a local 0,6080, em grande parte a população local é imigrante que chegou na região mais recentemente com no máximo 14 anos de vivência na área. A infraestrutura local é precária, a maioria das casas não tem eletricidade e nem sistema de saneamento e esgoto. As principais atividades econômicas são: a mineração artesanal do ouro, a plantação de coca e a plantação de subsistência, assim como a pesca em trechos do rio não contaminados pelo mercúrio. Sendo assim, é uma população bastante carente de infraestrutura e melhores condições de vida. (Vega, 2010) (ANA; 2010)

Importante destacar que as regiões mais próximas das áreas a serem modificadas pelas hidrelétricas, são mais carentes em infraestrutura, resultante do fato das mesmas serem mais preservadas em relação a natureza e oferecer infraestrutura urbana deficitária.

A construção de hidrelétricas modifica tanto o ecossistema local como a vida dos moradores, definindo uma nova estruturação territorial e sociocultural. Desta forma, levando-se em consideração que projetos transfronteiriços podem acarretar variados impactos as áreas estudadas, cabe compreender os conceitos como integração regional e governança que relacionados a eles compõem a base da discussão aqui proposta.

### Integração regional e governança

A integração regional é um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores governamentais, não governamentais, subnacionais ou transnacionais, que busca a criação de novas formas de governança político-institucionais em âmbito regional. (Herz e Hoffmann, 2004) A ideia de integração vai além das ações de cooperação, e está associada a institucionalidade, a harmonização e/ou unificação política entre os países:

Processo pelo qual os atores políticos em diferentes contextos nacionais são persuadidos a ultrapassar suas lealdades, expectativas e atividades

políticas em direção a um novo centro, cujas instituições possuem ou demandam jurisdição sobre os Estados nacionais preexistentes. (Haas, 1958. p.139)

Na América do Sul, a integração faz parte do projeto político de Regionalismo<sup>i</sup> que envolve a região e promove o aprofundamento das relações entre os países que dela fazem parte, dando ênfase ao grau de interdependência e aos custos aos atores envolvidos, sendo entendido como um processo gradual em busca de objetivos comuns, sem etapas definidas nem possibilidade de reversão. (Hurrel,1995)

Nesse sentido, os acordos internacionais estabelecidos a nível regional podem ser entendidos como uma manifestação da busca pela integração regional. No entanto, são também uma ação de política externa, que prevê negociações e pressões advindas do âmbito interno e externo de cada país.

Durante anos, a política externa de um Estado foi explicada pela política doméstica ou internacional. No entanto, o modelo do 'Jogos de Dois Níveis', proposto por Robert D. Putnam, em 1988, propõe uma explicação sobre a tomada de decisão do Estado de forma abrangente às duas perspectivas políticas, além de levar em conta acordos, negociações e cooperações a nível internacional e não apenas os conflitos que permeiam o Estado como outras perspectivas.

Domestic politics and international relations are often somehow entangled, but our theories have not yet sorted out the puzzling tangle. It is fruitless to debate whether domestic politics really determine international relations, or the reverse. (Putnam, 1988. p. 427)

O modelo compreende a interação entre os fenômenos da diplomacia e da política nacional. Segundo o autor, os interesses do Estado e as políticas que formulam são sempre compatíveis com o sistema internacional. Assim, constata-se um cenário de pressão internacional sobre a política doméstica bem como uma pressão interna originada dos diferentes agentes do Estado. São esses então, o primeiro nível (internacional) e o segundo nível (nacional). (Putnam, 1988)

O nível internacional é marcado por uma tentativa dos governos nacionais em maximizar os interesses da esfera doméstica e minimizar os efeitos de acontecimentos que possam influenciar de modo negativo suas propostas. Além dos Estados, também as organizações estatais governamentais e não governamentais fazem parte do grupo de agentes do nível internacional. O nível nacional, por sua vez, é resultado da pressão que outros grupos exercem para que as medidas formuladas pela liderança correspondam às suas expectativas e interesses. Tais grupos compreendem associações de classe, partidos políticos, empresas, agências nacionais e o próprio governo. (Putnam, 1988)

Nas negociações, previamente ao nível internacional, os agentes buscam discutir e alinhar uma posição interna que seja levada ao primeiro nível, o que facilita o processo de ratificação no segundo estágio e afeta diretamente tanto a postura quanto a margem de manobra que o líder detém na fase de barganha do nível um. Outro fator é a pressão exercida sobre o negociador, pois quanto menos autônomo ele for a nível doméstico, maior será a pressão sobre ele a nível internacional. A possibilidade de acordo internacional, por sua

vez, apresenta alguns determinantes a nível doméstico – como a distribuição de poder entre os agentes, as preferências, coalizões e instituições formadas –, além das estratégias dos negociadores em âmbito internacional. (Putnam, 1988)

Após os esclarecimentos sobre o processo de integração regional, seus limites conceituais e os níveis a que um acordo entre países está exposto, cabe compreender o conceito de governança e seu papel nesse processo, assim como sua influência para a ratificação de um acordo.

Compreende-se a governança como o processo de negociação coletiva, em suas mais dinâmicas relações internas, ou seja, a ação de negociar de forma coletiva e com ampla participação as decisões referentes a ações que levem ao uso de recursos coletivos, a produção de bens negociáveis de interesse amplo, entre outras questões. Assim, a negociação estabelecida deve possibilitar que todos os atores envolvidos com os futuros resultados sejam ouvidos em discussões prévias e de ampla clareza de ideias, ou seja, que as pessoas possam de forma direta e transparente ser bem orientadas sobre os impactos positivos e negativos advindos dos resultados futuros de tais decisões e desta forma ter possibilidade de posicionamento.

Sendo assim, o termo governança nos leva a ideia de uma forma administrativa mais ampla, assentada em instrumentos democráticos de decisão e ação, onde os gestores trabalham diretamente com os interesses da coletividade envolvida com o objeto ou situação de gestão, portanto, parte-se do princípio de que para uma integração efetivamente representativa dos interesses coletivos a governança a ser estabelecida seja aquela que se direcione a uma forma mais coletiva de gerir os recursos.

Portanto, apoiando-se na fala de Pires (2011) assume-se como governança o conjunto de decisões e ações voltadas para a administração de bens e serviços dentro de um determinado território, advindas de um processo coletivo de discussão, entendendo-se ainda que estas decisões e ações devam ser estabelecidas por meio do diálogo entre as partes envolvidas na vivência ou no resultado das mesmas. Ou seja, de acordo com Valencio: “O termo governança tem sido utilizado para referir-se a políticas que levam em conta uma gestão compartilhada para alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento.” (Valencio, 2009, p. 66) Porém, é significativo lembrar que a governança se constrói em um espaço de alianças e cooperação, mas também permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus reflexos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos. (Jacobi, 2012)

Desta forma e diante da amplitude das relações conflituosas parece imprescindível a atenção para com os conflitos de interesses e equilíbrio durante o processo de tomada de decisões. Ao discutir-se o papel da governança dentro de um processo decisório, como ação ou ferramenta para o mesmo, pode-se levar em consideração ainda a ideia de uma justiça distributiva de poder e interesses na ordem de discussão para implantação de uma medida ou outra que leve a um processo decisório democrático e equilibrado, pois de acordo com Bobbio (1987) a justiça distributiva é a que rege a distribuição de honras ou obrigações, ou seja, a cada um deve ser dado o que lhe cabe de acordo com a situação ou ponto de vista. Desta forma, pode-se aceitar que os critérios de participação e decisão são definidos por

uma autoridade pública, no papel do negociador, que deve, por sua vez, satisfazer de forma equilibrada os interesses do coletivo. Portanto, esse processo deve ser devidamente contemplado em meio às negociações de um acordo integracionista, para que o acordo não venha a ser prejudicado em sua ratificação.

A governança se dá diante de variados questionamentos e processos decisórios, e para o uso múltiplo da água que é um elemento de uso diverso e absolutamente essencial a vida humana, tem-se a governança das águas, discutindo esta dimensão de forma especial e levando em consideração suas dinâmicas geográficas, políticas, econômicas e até mesmo socioculturais, afinal como alerta Diegues: “água é um dos elementos centrais da reprodução não somente material mas também simbólica dos povos indígenas e também comunidades tradicionais.” (Diegues, 2009, p. 13) Sendo assim:

Governança das águas é, mais particularmente, uma expressão da governança pública, a qual reporta formas de gestão na qual a negociação, a comunicação e a confiança seriam imprescindíveis, e atores públicos, comunitários e privados cooperariam para o bem da coletividade.” (Diegues, 2009, p. 66)

Portanto, levando-se em consideração, que a produção hidrelétrica, ao se utilizar dos recursos hídricos, gera muitos impactos ao meio, não só ambiental como também ao meio sociocultural, torna-se muito importante que todas as vozes sejam ouvidas em seu processo de estruturação produtivo, ou seja, nas decisões sobre a ampliação da produção seja na construção e implantação de hidrelétricas ou mesmo na produção de energia como elemento de negociação e comércio, como o Acordo discutido prevê.

### O acordo energético Perú-Brasil e a não-ratificação

O “Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru para fornecimento de energia elétrica ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil”, conhecido como ‘Acordo Energético Peru-Brasil’ [1], datado de 16 de Junho de 2010, tem como foco a interconexão elétrica entre os países. Com duração de 50 anos, sua finalidade é prover segurança energética, desenvolvimento sustentável e integração entre os dois países.

Para o Brasil, o Acordo refletirá um aumento da oferta de energia e também vantagens econômicas para as companhias brasileiras que vão construir e operar os projetos hidrelétricos. Já o Peru, assinou o acordo visando três objetivos: (i) desenvolver hidrelétricas a fim de suprir a demanda interna; (ii) adquirir benefícios a partir da exportação de energia para o Brasil; (iii) fortalecer o sistema elétrico peruano, por meio da união com um sistema maior. Porém, há dúvidas se esses objetivos justificam os impactos sociais e ambientais negativos que as construções hidrelétricas trariam para o país. (Vega, 2010)

Assinado em 2010, as negociações envolvendo o Acordo são prévias. Desde 1997, por meio do ‘Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área Energética’, Brasil e Peru discutem as questões que envolvem energia. Contudo, apenas em 2006, com o ‘Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Minas e



Energia do Brasil e Peru para o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, Geológica e de Mineração' é possível dizer que ações foram iniciadas por parte do governo peruano para suprir a demanda de energia no Brasil. Nos anos seguintes, encontros e outras publicações oficiais entre os países ocorreram, dando forma ao Acordo. (Rodrigues, L.; Hernández, F. e Bermann, C., 2011)

Utilizando-se das publicações que antecederam a assinatura do Acordo é possível identificar a estimativa para a construção de seis centrais hidrelétricas. No entanto, esse número não foi oficializado no texto final, que indica apenas que a capacidade acumulada das centrais previstas será de 6000 MW, com tolerância de 20%. Com essa capacidade, o Peru se tornaria o segundo maior exportador de energia para o Brasil, perdendo apenas para o Paraguai, com quem o país compartilha a usina de Itaipu. Até os dias de hoje nenhum projeto foi iniciado, visto que o Acordo não foi estabelecido internamente nos países por meio da ratificação.

Como visto na segunda parte deste trabalho, um acordo internacional passa por níveis de negociação – internacional e nacional –, além de um estágio inicial de barganha interna entre os atores envolvidos, a fim de delinear os interesses a serem negociados no nível um (internacional). Dessa forma, é possível dizer que a assinatura do 'Acordo Energético Peru-Brasil' é o marco do cumprimento do nível internacional, enquanto que, a não-ratificação do mesmo por ambos os países, releva o insucesso da negociação em nível doméstico.

Parte do insucesso desse Acordo se deve também as resistências estabelecidas. Elas vêm de diferentes âmbitos, entre eles: político, econômico, social ou ambiental, a nível nacional e internacional. A nível internacional, países como os Estados Unidos, por exemplo, não apoiam a integração econômica e energética do Brasil com outros países da América do Sul, pois isso daria uma posição hegemônica ao Brasil a nível regional. A nível nacional, empresas peruanas que investem em termelétricas e gás natural, perderiam sua competitividade diante das novas hidrelétricas, o que as fazem ser também contrárias ao acordo. Outro ponto importante e de destaque nesse processo, é o reflexo das construções sobre a comunidade local, que não foi ouvida previamente. (Castro, 2014)

O modelo do 'Jogo de Dois Níveis' ressalta ainda, que a ratificação de um acordo depende do alinhamento dos agentes nacionais de forma prévia ao nível um, a fim de delinear a ação do negociador, aumentando sua margem de barganha. Assim, é possível dizer, que houve falhas nesse processo de alinhamento no que tange ao Acordo em questão. Essas falhas são, principalmente, de governança e interação entre os atores envolvidos.

No Brasil, a negociação de um acordo internacional é realizada pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE), em parceria com o Ministério competente ao assunto em questão, neste caso o Ministério de Minas e Energia (MME). Professores e especialistas como o Nivalde de Castro apontam a ausência de objetividade por parte do MRE em meio as negociações do Acordo Energético Peru-Brasil. Ou seja, aos agentes e atores brasileiros envolvidos faltou experiência em identificar as questões sensíveis como: em quais limites se dariam o retorno dos investimentos e em que termos os

conflitos socioambientais seriam mitigados, além da insuficiência em prezar pelo foco inicial, que é a integração elétrica. (Castro, 2014)

Por parte de autores peruanos, também há reclamações sobre a postura de seus negociadores. A organização não-governamental “Derecho Ambiente y Recursos Naturales” aponta que durante as discussões não houve coordenação entre os setores e seus ministérios. Ademais, o Ministério de Relações Exteriores (MINREX) participou pouco e não foi eficiente ao incluir as recomendações do Ministério do Ambiente (MINAM). Por último, eles afirmam que atores importantes, como a Autoridade Nacional de Águas (ANA), não foram consultados. (DAR, 2011)

Da mesma forma, Castro (2014) indica que não ocorreu uma interação entre os Ministérios brasileiros e o Consórcio<sup>ii</sup> criado para realizar a construção e operação dos projetos hidrelétricos previstos. O que fica aparente é que para o consórcio não ficou claro o valor a ser restituído em relação aos gastos e possíveis conflitos com a população local o que fragilizou a negociação final. Assim, não foi promovida uma visão ampla sobre o Acordo e seus processos, atores e impactos a região de forma antecipada as resistências advindas dos agentes peruanos, que são quem ficará com o ônus das obras. (Castro, 2014)

Afinal, verifica-se, por meio da análise dos conflitos relacionados a construção da hidrelétrica de Inambari, a primeira prevista nos projetos e negociações que se desenvolveram em paralelos ao Acordo, que os fóruns de discussão prévia entre moradores, concessionárias e órgãos institucionais governamentais não se efetivaram de forma ampla e significativa para os que estarão diretamente envolvidos com o resultado das decisões, ou seja, a população local. Fator de essencial relevância, pois de acordo com Valencio (2009) a governança não deve ser apenas um instrumento do discurso político que utiliza a ideia de progresso linear como caminho de convencimento das populações locais em ratificar as decisões dos líderes governamentais, pois: “o caráter meramente testemunhal traduz uma sistemática desqualificação política dos grupos historicamente fragilizados e a convivência pacificadora exige o silenciar de reivindicações em torno de direitos.”

Diante desta ideia tem-se que a governança estabelecida ao longo do processo de negociação analisado, portou-se como uma governança das águas traduzida:

[...] na busca de um tipo de conciliação que parte da premissa de que a persistência do conflito é sinal de atraso, obtusidade; como se as divergências de projetos de espaço fossem passíveis de se aplicar apenas no diálogo pautado em torno de um progresso linear. (Valencio, 2009)

Tais questões são visíveis diante da dificuldade dos interessados em ter acesso à documentação do processo de negociação dos projetos hidrelétricos aqui discutidos, ou na ausência de consulta ampla à população local para a compreensão dos interesses destas populações, verificando assim, as possíveis limitações para os projetos iniciais de construção das hidrelétricas, que não se encontram devidamente listadas no corpo do Acordo, apesar do andamento dos projetos.

Outro fator significativo, que demonstra certa despreocupação com a área e sua população e ressaltado por Rodrigues, Hernández e

Bermann (2011), são as exigências relacionadas ao licenciamento ambiental que no texto final do Acordo aparecem citadas em meio ao protocolo das obrigações legais e institucionais de cada país para dar andamento aos projetos de construção e implantação das hidrelétricas em território peruano, mas não se destaca como sendo uma base primeira para o bom andamento dos projetos e até mesmo para a ratificação posterior do acordo.

De acordo com Rodrigues, Hernández e Bermann (2011), entre os impactos socioambientais e socioculturais que a ratificação do acordo poderiam trazer para a região do Peru, nas áreas onde as hidrelétricas propostas seriam construídas, têm-se como principal o alagamento, pelo represamento das águas, de 161km de área onde estão situados 65 povoados das regiões de Puno, Cuzco e Madre de Dios que vivem dependentes dos recursos advindos da floresta e dos rios como já mencionado na primeira parte deste texto. Além disto, ocorreria a diminuição da biodiversidade de flora e fauna da área com a destruição de patrimônio natural local e adjacências ou ainda de acordo com Vega (2010) a destruição de 1.500.000 hectares de selva amazônica em bom estado de conservação, com impactos irreversíveis a biodiversidade.

Tais impactos negativos, ao meio ambiental e sociocultural, demonstram a não validade do progresso linear, no qual os líderes governamentais se apoiam para dar andamento ao Acordo e confirmam assim, a necessidade de uma participação mais efetiva dos interesses locais previamente ao primeiro nível de negociações. Pois para Vega:

Una expulsión de los habitantes de la zona y su reubicación implicaría una caída de su nivel de vida, a pesar de las eventuales compensaciones monetarias e instalación en asentamientos con una infraestructura básica. Además, no es evidente que para personas habituadas a vivir en un territorio disperso, su reubicación en un pueblo equivalga a una mejora en su estilo de vida. (Vega, 2010. p.131)

Sendo assim, apesar de algumas compensações e do discurso do consórcio de benefícios à área, com novos postos de trabalho e um 'progresso' resultante da melhoria na infraestrutura urbana básica, não é evidente um aumento na qualidade de vida da população tradicional da região, pois nem mesmo durante a construção da hidrelétrica tal população se beneficiaria de forma ampla, tendo em vista, por exemplo, que os postos de trabalho proveniente das obras necessitariam ser preenchidos por uma mão-de-obra mais qualificada na tentativa de evitar acidentes e acelerar a construção, qualificação esta, que a população local em toda sua carência não pode oferecer.

Diante dos pontos apresentados até aqui, podemos concluir que variados itens contribuem para a não ratificação do Acordo, estando entre eles questões como: a falta de organização e articulação institucional nacional para com os interesses gerais internos, a falta de uma melhor negociação comercial e que se envolva de forma mais direta com as relações de financiamento das obras, gastos e retornos efetivos para os países e consórcio envolvidos com as obras, uma maior delimitação e estabelecimento de regras mais claras e evidentes da comercialização da energia produzida em território peruano, porém com direcionamento para o mercado brasileiro. E por fim um melhor dimensionamento dos conflitos populacionais diante

dos impactos ambientais e socioculturais que seriam vivenciados pela população local que por sua vez não se utilizaria da energia produzida e se quer teria real benefício com a produção da mesma.

### Considerações finais

A pesquisa realizada referente ao ‘Acordo Energético Peru-Brasil’ nos permitiu ter subsídios para discutir de forma mais crítica não só as possíveis causas da não-ratificação do Acordo, mas também as deficiências do mesmo, principalmente em meio as negociações, quando relacionado as perspectivas de integração regional, do modelo de “Jogos de Dois Níveis” e do ideal de governança.

O processo de negociação em suas mais diversas dinâmicas é fundamental para o sucesso de um acordo internacional e em nossa análise pudemos identificar várias insuficiências no Acordo estudado, sendo elas: (i) a falta de interação, organização e articulação entre os órgãos institucionais nacionais; (ii) insuficiências em relação a negociação comercial, de forma a abranger o financiamento, gastos e retornos efetivos das obras para os países e empresas envolvidas; (iii) regras pouco claras no que tange a comercialização da energia produzida em território peruano; (iv) uma definição mais precisa no Acordo acerca das regras a serem seguidas para a comercialização da energia produzida, os direitos e deveres reais do consórcio e os limites de financiamento, seus atores e intenções; (v) falta de transparência efetiva da negociação, gerando a impossibilidade de participação direta por parte dos atores envolvidos com a questão em âmbito nacional e posteriormente em âmbito internacional; (vi) um dimensionamento falho sobre as resistências e conflitos populacionais que os possíveis impactos ambientais e socioculturais das obras criariam.

Ao considerarem-se essas questões, certamente o segundo nível de negociação transcorreria com melhor eficácia, desde que o mesmo estivesse solidamente apoiado em negociações prévias efetivas, que representassem verdadeiramente o interesse do maior número de agentes envolvidos, ou seja, se estivesse fundamentado em uma boa governança.

Estando o Acordo apoiado em três grandes objetivos: a segurança energética, o desenvolvimento sustentável e a integração entre os países; é possível concluir que o estabelecimento do Acordo só alcançaria o primeiro objetivo. Em relação ao desenvolvimento sustentável ele se mostra ineficiente, pois afeta a estrutura social e econômica das comunidades locais e afeta consideravelmente o meio ambiente. Por último, como ferramenta para integração pode ser considerado frágil. Isso porque, a integração incorpora ações de cooperação e essas, por sua vez, exigem consenso e foco em ganhos absolutos pelos atores envolvidos. Ou seja, em ganhos que são divididos entre todos os envolvidos, o que não está previsto de forma transparente no Acordo analisado.

Sendo assim, para que ratificações de acordos internacionais sejam melhor viabilizadas futuramente, parece de fundamental importância que o processo de negociação ocorra de forma integrada junto a todos os agentes envolvidos, prezando pelas questões aqui apresentadas especialmente em âmbito doméstico, previamente ao primeiro e segundo níveis de negociação.

## Referências

- Bobbio, N. (1987) *Estado, Governo Sociedade: para uma teoria geral da política*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Brasil. Agência Nacional de Águas (ANA). [2014] *Relatório de Recursos Hídricos*.  
<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>. [Data de consulta 10 outubro 2014].
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores (MRE). (Junho, 2010). *Nota n. 364*. [www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br). [Data de consulta 20 setembro 2014].
- Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [2014] *Biblioteca*.  
[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603\\_cap4\\_pt8.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap4_pt8.pdf). [Data de consulta 08 outubro 2014].
- Castro, Nivalde J.. (2014) Nivalde José de Castro: entrevista por e-mail . Entrevistador: Jucilene Galvão e Lilian da Silva. São Paulo.
- Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR). (2011) *Acuerdo para el suministro de electricidad al Perú y exportación de excedentes al Brasil: Buscando la gobernanza energética en el Perú*. Programa de Energía Sostenible, 1 ed.
- Diegues, A. C. (2009) 'Água e cultura ns populações tradicionais brasileiras', in Ribeiro, W.C. (Org.) *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. Annablume; São Paulo.
- Guerra, A. J. T. e Cunha, S. B (org). (2009) *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. 9ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Haas, E. (1958) *The uniting of Europe*. Stanford University Press, Political, Social, and Economic Forces.
- Herz, Monica e Hoffmann, Andrea R.. (2004) *Organizações Internacionais: história e práticas*. Elsevier, Rio de Janeiro.
- Hurrel, Andrew. (1995) 'O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial.' *Contexto Internacional*, 17:1, 23-59.
- Jacobi, P.R. (2012) 'Agenda 21 e Governança'. *Estudos Avançados*, 26:74.
- Nobre, C. A. et al. (2010) 'Características do Clima Amazônico: Aspectos Principais', in *Amazonia and Global Change*. Geophysical Monograph Series 186. American Geophysical Union.  
[daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia\\_global\\_change/10\\_Caracteristicas\\_Nobre.pdf](http://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/10_Caracteristicas_Nobre.pdf). [Data de consulta 10 outubro 2014].
- Peru. Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) [2014]. *Perfil Socio-Demográfico-Ucayali*.  
<http://www.inei.gob.pe/busqueda/?tbusqueda=ucayali> [ Data de consulta 12 outubro 2014].
- Peru. Ministério de Agricultura. ANA. [2010] *Recursos Hídricos del Perú em Cifras*.
- Pires E.L.S. et al. [2011] *Governança territorial: conceito, fatos e modalidades*. UNESP-IGCE-Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Claro.
- Putnam, R. (1988) 'Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games'. *International Organization*, 42, 427-460.
- Rodrigues, L.; Hernández, F. e Bermann, C. (2011). 'Producción de energía hidroeléctrica en amazonía: evaluación del acuerdo Perú –

Brasil y la internacionalización de problemas ambientales' *Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales*, 1:1, p. 253-276.

Valencio, Y.M. e Santos, E. (2009) 'Participação social no gerenciamento dos recursos hídricos: a bacia do rio São Francisco', in Ribeiro, W.C. (Org.) *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. Annablume, São Paulo.

Vega, José S. (2010) *Inambari: la urgencia de una discusión seria y nacional - pros y contras de un proyecto hidroeléctrico*. 1 ed. ProNaturaleza – Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza.



Figura 1 – Bacia Amazônica – com destaque para as sub-bacias que serão base para a construção das hidrelétricas em projeto. (página 4)

<sup>i</sup> “[...] uma política em que os Estados e os atores não-estatais cooperam e coordenam estratégias dentro de uma determinada região.” (FAWCETT, 2004. p. 433)

<sup>ii</sup> O consórcio criado é formado pelas estatais brasileiras: Eletrobrás, que detém 29,4%, e Furnas, com (19,6%); e também pela empresa privada OAS, que conta com 51%. Além delas, há uma filial peruana, chamada “Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur SAC”, que detém 100%. O financiamento das obras também já foi acordado e será realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é uma organização brasileira. (VEGA, 2010)

## Contenidos

*A Economia como um capítulo da Ecologia: A economia ecológica no pensamento do ambientalista José Lutzenberger* [p. 5]

Elenita Malta Pereira

*Periodismo ciudadano en su máxima expresión: el caso de la bloguera cubana, Yoani Sánchez y su bitácora, Generación Y* [p. 19]

Sarah V. Platt, Ph.D

*A Leitura do Literário no Brasil: Tensões e contradições estabelecidas nas práticas de leitura* [p. 28]

Carla Calvalho/ Adais de Aguiar/ Neitzel Anne Kupiec

*Aproximación interdisciplinaria a las reminiscencias del sistema de castas colonial en México* [p. 44]

José Carlos Vázquez Parra/Carlos Federico Campos Rivas

Olivia Torijano Navarrete

*Nilton da Silva morreu longe de casa: o assassinato político de um exilado e sua posterior inclusão em uma narrativa da ditadura civil-militar brasileira* [p. 57]

Maurício Marques Brum

*Pensamento latino-americano: a noção do “não-ser” e a valorização de ideias e lugares outros* [73]

Denise Marcos Bussoletti/Gomercindo Ghiggi

Hélcio Fernandes Barbosa Júnior/Leandro Haerter

*“La Plata Llega Sola” [The Money Arrives on it Own]: Reflections on Corruption Trends in Peru* [p.82]

Antonio A. R. Ioris

*Del orgullo gay a la Diversidad Sexual: organización de identidades sexuales disidentes en El Salvador* [p. 99]

Amaral Palevi Gómez Arévalo

*De muñecas a dueñas. Una mirada sobre la aparente inversión de roles de género en las narcoseries de Telemundo* [p.117]

Ainhoa Vásquez Mejías

*Modernidades americanas: Una mirada al campo intelectual* [p. 134]

Gabriel Alemán Rodríguez

